



Documento 1/103

---

016.5.52.E Sessão Extraordinária - CD 26/01/2006-10:40

Publ.: DCD - 27/01/2006 - 5056 MARIA LÚCIA CARDOSO-PMDB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES  
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação de Deputadas da Mesa Diretora da Casa. Aprovação pela Comissão de Minas e Energia de projeto de lei, de autoria da oradora, referente ao setor de energia elétrica.

---

A SRA. MARIA LÚCIA CARDOSO (PMDB-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muito prazer venho a esta tribuna agradecer aos colegas que, no momento em que algumas Deputadas se organizavam na Mesa para fazer uma foto para o Dia Internacional da Mulher, prestavam-nos homenagens até um pouco adiantadas. Mas, apesar de grata, senti-me um pouco triste pelos elogios, porque nenhuma mulher até hoje fez parte da Mesa Diretora desta respeitada Casa, sequer como suplente. E de quem é o erro, se é que isso é um erro? Não é dos homens, mas das próprias mulheres, que não se unem para que possamos organizar-nos e indicar uma representante na Mesa Diretora, ou formar uma Mesa composta de mulheres. Talvez o mundo possa ter um pouco mais de paz com a ampliação do número de mulheres na vida pública.



Sr. Presidente, folheando jornais e lendo clippings de todos os jornais na Internet, constatamos que, infelizmente, o Brasil - que tem tantas riquezas minerais e é o pulmão do mundo - foi deixado em terceiro plano no Fórum de Davos, e a China vem crescendo e tomando espaço do País, sendo hoje a 4ª economia mundial. Isso deixa-me um pouco frustrada, mas, ao mesmo tempo, dá-me forças para conclamar este Congresso e o povo brasileiro para lutar para que o Brasil vá adiante.

Queremos que haja mais mulheres no Parlamento, para que dessa forma possamos repartir com os homens, nossos companheiros, a responsabilidade de buscar tudo aquilo que tanto queremos para o crescimento do nosso País.

Para concluir, Sr. Presidente, registro que ontem, após 6 anos, um projeto de minha autoria, que trata da eficiência energética, foi aprovado na Comissão de Minas e Energia. Trata-se de um importante projeto para este País, para a caixa d'água que Minas Gerais é para o Brasil, com todo o seu potencial energético. Infelizmente houve um apagão no passado, mas não ouvimos um discurso sequer de algum Deputado que esteja preocupado com a questão energética futura. Portanto, peço que seja dada prioridade a esse projeto aprovado na Comissão de Minas e Energia, a fim de que ele vá para a Coordenação de Comissões Permanentes e seja encaminhado à CCJ, para que possamos economizar, só em Minas Gerais, R\$ 50 milhões ao ano, valor que pode ser investido em eficiência energética.

Muito obrigada.



---

Documento 2/103

---

005.4.52.O Sessão Ordinária - CD 21/02/2006-15:58

Publ.: DCD - 22/02/2006 - 9265 LUCI CHOINACKI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Realização pelo PT de reunião plenária no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização da 3ª Marcha Nacional das Mulheres Donas de Casa. Importância da concessão do benefício de aposentadoria às trabalhadoras domésticas.

---

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo a esta tribuna para fazer 2 importantes comunicados.

De acordo com a metodologia de a cada ano realizar uma reunião plenária numa região, este ano meu partido reuniu-se, sábado passado, em Chapecó. Estiveram presentes mais de 600 lideranças e discutiu-se a conjuntura nacional e internacional e os projetos do partido. Para debater com os militantes do PT foram convidados representantes dos movimentos sociais e pastorais. Contou-se ainda com a presença do ex-Ministro José Dirceu, que de lá saiu aplaudido de pé pelos presentes.

Sr. Presidente, quero também lembrar que no próximo dia 8 de março comemorase o Dia Internacional da Mulher. Desde 2001 colocamos em pauta a discussão do trabalho realizado pela donas de casa, sobretudo as mais pobres, que cuidam da



casa, dos filhos, dos doentes. Vamos realizar a 3ª Marcha Nacional das Mulheres Donas de Casa, da qual tomarão parte mulheres de todo o Brasil. Com a marcha realizada no ano passado, na luta pela inclusão social, conseguimos reconhecer, por intermédio da PEC Paralela, ou seja, a Emenda nº 47, art. 12, o direito de as trabalhadoras domésticas sem renda própria receberem um salário mínimo de aposentadoria.

Agora a mobilização é para regulamentar esse artigo e garantir que esse direito chegue às pessoas que fazem esse trabalho e contribuem com 12,47% do PIB deste País. Normalmente, as trabalhadoras domésticas, mulheres pobres e as donas de casa só são valorizadas em época de eleição, depois são esquecidas.

Portanto, levantamos a bandeira da valorização do trabalho dessas mulheres que enfrentam preconceito. Esperamos dar a elas cidadania, direito à educação, formação profissional, acesso à creche e educação infantil para seus filhos. Vamos exigir que o Estado cumpra seu papel e que a sociedade deixe de lado o preconceito, principalmente pelas mulheres mais pobres e as mulheres negras.

Sr. Presidente, estamos todos nessa mobilização -- Parlamentares, homens e mulheres, entidades, várias lideranças do Brasil inteiro, bancada feminina --, a fim de dizer que está na hora de regulamentar, fazendo parte de toda uma construção, a caminhada de reconhecimento de um direito. Que as mulheres tenham coragem de largar as panelas, o trabalho de casa e mostrar que existimos, somos cidadãos e estamos lutando por um direito e não vamos deixar de lutar nunca.

Os pobres e as mulheres, se não lutarem, não são nada. Só existem para trabalhar.



---

Documento 3/103

---

006.4.52.O Sessão Extraordinária - CD 22/02/2006-09:30

Publ.: DCD - 23/02/2006 - 9455 ANN PONTES-PMDB -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES  
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Considerações sobre o entendimento dos Tribunais Superiores quanto à caracterização dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor. Participação da oradora na apresentação do Projeto Promoção do Turismo e Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica.

---

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, às vésperas da comemoração de mais um Dia Internacional da Mulher, momento em que reiteramos a necessidade da busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e do combate a todas as formas de violência praticadas contra as mulheres, a discussão de um tema no Poder Judiciário ameaça causar grande retrocesso na concretização de tais direitos.

Refiro-me à polêmica causada por diferentes entendimentos dos Tribunais Superiores quanto à caracterização dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, em suas formas básicas, como crimes não hediondos.

A Lei nº 8.072, de 1990, que regulamenta os crimes hediondos, é clara ao considerar o estupro, tanto em sua forma simples que, no Código Penal



corresponde a "constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça", quanto na forma qualificada, isso é, que resulte em lesão corporal de natureza grave ou mesmo na morte da vítima, como crime hediondo.

Contudo, algumas correntes entendem que o estupro, na forma simples, estaria livre da classificação de crime hediondo.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tal entendimento é uma ameaça gravíssima não apenas à garantia dos direitos das mulheres, mas também dos direitos humanos, sem deixarmos de mencionar o terrível precedente que se poderá abrir para a prática de crimes dessa natureza.

Dezenas de estudos conduzidos por respeitadas organizações nas áreas de Saúde e Direito e, especificamente, por organizações que atuam na questão de gênero revelam que os crimes de violência sexual contra a mulher raramente são denunciados. Isso ocorre devido ao medo, à vergonha e às dores, físicas e psicológicas, impostos às vítimas.

As seqüelas deixadas por esses tipos de crimes são imensuráveis e, geralmente, carregadas por suas vítimas pela resto da vida.

Neste sentido, faço um apelo aos operadores do Direito: ao realizarem a interpretação doutrinal, mantenham a severidade na punibilidade do estupro, seja na forma simples ou qualificada, sob pena de ser banalizado esse delito na sociedade.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero deixar registrado que, na última quarta-feira, dia 15, a convite da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, participei da apresentação do Projeto Promoção do Turismo e Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica, elaborado em parceria com o Instituto Arruda Botelho - IAB e com o Ministério do Turismo..

Um dos principais objetivos desse projeto é o fomento do turismo na região - atividade hoje praticamente inexistente em relação ao restante do País. Segundo dados do IBGE, de 2002, apesar de todo o espetáculo de sua fauna e flora, a região amazônica participa com apenas 0,6 % do turismo nacional.

A reunião focou um ponto específico e determinante para o agravamento desse quadro: a carência de linhas aéreas na região.



A temática é interessantíssima. Precisamos trazer essa discussão para o Parlamento e, em parceria com Governos Estaduais, iniciativa privada e Ministros do Turismo e do Meio Ambiente, entre outros, buscar alternativas para que o Brasil e o mundo possam conhecer a Amazônia e - quem sabe? -, a partir de então, passar a compreendê-la com toda a sua especificidade e complexidade.

A Comissão da Amazônia seria o fórum adequado para iniciarmos tal discussão. Vamos a ela, Sr. Presidente!

Muito obrigada.



---

Documento 4/103

---

009.4.52.O Sessão Ordinária - CD 24/02/2006-10:06

Publ.: DCD - 25/02/2006 - 9927 MANINHA-PSOL -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

#### Sumário

Crescimento dos índices de violência e criminalidade no Distrito Federal. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Assassinato da catadora de lixo Ceilma Souza Santos em Brasília.

---

A SRA. MANINHA (PSOL-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta sexta-feira pré-carnavalesca, venho tratar de um assunto que nos preocupa muito: a violência. E farei questão de falar hoje sobre a violência em Brasília, cidade que, segundo dados da ONU, pode se tornar nos próximos 10 anos a terceira mais violenta do País.

O Correio Braziliense de hoje publica uma matéria intitulada Entorpecentes - O endereço do tráfico. Quero fazer uma correlação entre os dados noticiados esta semana sobre a quantidade de jovens brasileiros - quase 27% - fora das escolas ou sem emprego, sem nenhuma perspectiva de vida pela frente, e a violência que o País vive.

Costumamos concentrar as discussões sobre violência em São Paulo e Rio de Janeiro, esquecendo-nos de que outras cidades brasileiras vivem o mesmo drama. O Distrito Federal não é diferente.



O Correio Braziliense traça um mapa do tráfico no Distrito Federal e aponta o crescimento do consumo de drogas, principalmente da maconha e da cocaína. Isso nos preocupa muito.

No mesmo caderno, outra matéria do jornal traz esta manchete: Refém reage a seqüestro. Em Brasília, Deputado Pastor Reinaldo, o índice de seqüestros aumenta assustadoramente. O Distrito Federal já está instalando por toda a cidade as câmeras filmadoras chamadas de big brothers, mas acho que nem assim conseguiremos conter os crimes, porque a violência está muito relacionada à exclusão social, ao desemprego, às más condições de vida da população. A qualidade de vida cai gradativamente em Brasília, por falta de políticas sociais adequadas.

Tenho denunciado sistematicamente o estado em que se encontra a saúde, a segurança, a educação. A população espera de seus governantes que invistam pesadamente na melhoria da qualidade de vida no Distrito Federal. Dinheiro não falta, porque os cofres do Distrito Federal recebem muitos recursos do Fundo Constitucional. Basta transformá-los em políticas sociais, que estão muito aquém do que necessita a nossa cidade.

Deputado Pastor Reinaldo, todo ano, tradicionalmente, a bancada feminina vem a este microfone, quando se aproxima o dia 8 de março, para falar da comemoração do Dia Internacional da Mulher, que de comemoração tem muito pouco. Embora sejamos maioria neste País, como somos maioria no mundo, estamos ganhando menos e estamos subordinadas àqueles conceitos machistas que acabam fazendo com que a mulher tenha uma qualidade de vida pior do que a do homem. Então, falamos sobre direitos e deveres que, infelizmente, a passos curtos a mulher vem conquistando neste País e no mundo. Basta aproximar-se o dia 8 de março, e aqui estamos nós, de novo, fazendo várias denúncias.

Quero denunciar hoje, mais uma vez, a violência contra a mulher, essa violência surda, que acontece nos bastidores, e às vezes a própria mulher não denuncia, tem medo de denunciar, porque coabita com o agressor. Portanto, procurar uma Delegacia da Mulher pode ser um risco muito grande para ela, que vai retornar ao mesmo ambiente e conviver com esse agressor. Mas nós, que somos



Parlamentares, temos de falar sobre esse assunto, temos de torná-lo público. Volto a insistir, isso pode até ser chato, pode até ser rotineiro, mas essa rotina tem de acontecer, e temos de falar.

Por isso, enfatizo a importância da vigília que está sendo programada para o próximo dia 7. Coordenada por movimentos organizados e ONGs que defendem os direitos das mulheres, ela englobará atividades de conscientização em pelo menos 23 Estados brasileiros e aqui no Distrito Federal.

Gostaria de citar, Sr. Presidente, estudo recente que está sendo sistematizado por militantes da Associação Lésbica Feminista de Brasília e que mostra um panorama preocupante da violência contra as mulheres na capital do País. Isso é emblemático. Estamos falando de uma cidade "desenvolvida" - entre aspas -, mas onde também os índices de violência contra a mulher são alarmantes. Elas embasaram as análises em dados da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher e do relatório de atendimento a mulheres que acessaram o programa Casa Abrigo de Mulheres Vítimas de Violência no Distrito Federal. Também fizeram um amplo levantamento de reportagens publicadas nos jornais locais.

Antes de citar números e casos concretos, lembro a todos que, de acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, da Organização dos Estados Americanos, a violência contra as mulheres é qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause ou possa vir a causar morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher. Isso inclui a ameaça de tais atos, tanto na esfera pública como na esfera privada.

V.Exa., assim como todas nós, também é defensor das causas feministas. Mas às vezes a sociedade se esquece disso.

Na Convenção pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, a violência é caracterizada como uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres. Essas relações conduziram à dominação e à discriminação contra as mulheres.

Observamos que, em muitas sociedades, infelizmente, essa violência social é legitimada. É de tal forma justificada, Deputado Pastor Reinaldo, que mulheres e homens sequer percebem que vivem situações de violência.



Então, para saber se há crime e quais os limites, também é importante conhecer conceitos e a posição dos especialistas da Organização Mundial da Saúde sobre o tema. Para a OMS, são atos de violência estapear, sacudir, bater com o punho ou objetos, estrangular, queimar, chutar, ameaçar com faca ou revólver, ferir com armas ou objetos de matar.

Também é violência a coerção sexual, por meio de ameaças, intimidação ou uso da força física, bem como o ciúme excessivo, o controle das atividades da mulher. A agressão verbal também é ato de violência, bem como a destruição da propriedade, a perseguição, as ameaças, a depreciação e a humilhação.

A face trágica de tudo isso é o homicídio, que expressa a impossibilidade de muitas mulheres escaparem do ciclo de violência. O mais impressionante com relação aos dados nacionais é que 70% dos crimes contra as mulheres no Brasil são cometidos no ambiente doméstico. Os agressores são geralmente os homens da família. Por isso há silêncio absoluto em relação a essas questões.

E essa violência não depende de classe social, não. Ela atinge mulheres ricas e pobres, brancas e negras. Mas, evidentemente, concentra-se nas camadas sociais mais baixas, e, principalmente, tem um viés racial, manifesta-se contra as mulheres negras.

De acordo com pesquisa feita em Brasília, no primeiro semestre de 2005 o Correio Braziliense noticiou 30 casos de violência contra a mulher. Desses, 60% foram homicídios, em sua maioria cometidos por pessoas que tinham vínculo de parentesco com a vítima. O segundo crime mais noticiado pelo jornal foi o estupro; 17% dos casos eram de violência sexual.

As militantes da Associação Lésbica Feminista de Brasília chamam a atenção para o fato de muitos homens tentarem reduzir as penas alegando defesa da honra. Foi assim, a princípio, no caso do professor do IESB, crime famoso no Distrito Federal. O assassino disse ter atirado no professor e em sua mulher para defender a própria honra. Em pleno século XXI vemos um conceito como esse ser alegado no momento da defesa! Isso não é mais desculpa para defender um assassino confesso.



Mas os criminosos forçam a barra. Outra forma de fugir das punições severas é apelar para figuras do Direito. O Título IV do Código Penal define estupro como um "crime contra os costumes" - vejam só como o nosso Código Penal define um crime tão bárbaro -, em vez de crime contra a pessoa, o que pode levar ao entendimento de que a vítima é a sociedade, e não a pessoa.

E quantas vezes a mulher, ao procurar uma delegacia, ouve, do delegado ou do agente policial, mais ou menos o seguinte: "Como era a roupa que a senhora estava usando? A saia não era curta demais? O decote não era audacioso? A senhora não provocou? Como foi que a senhora se defendeu?" Vejam só!

Eu gostaria de saber como é que uma mulher da minha altura, com 1,50 m, franzina, pode reagir a alguém que tem uma arma na mão e vai estuprá-la. Pode-se perguntar a essa mulher se ela usava saia curta ou decote audacioso?

Deputado Pastor Reinaldo, o próprio Código Penal ajuda a veicular esse conceito atrasado de que o estupro é um crime contra a sociedade. É um crime contra a mulher, que, além de cidadã, é um ser humano. Trata-se de crime contra o ser humano. E temos de reagir.

Tal concepção reforça a tendência do sistema penal brasileiro, que só penaliza os agressores de crimes sexuais se a vítima for uma mulher considerada pelos legisladores "honesta" e "virgem", focalizando a investigação na conduta moral da mulher, o que provoca uma investigação constrangedora. O sistema desencoraja as vítimas de tentar resposta por parte da Justiça.

De acordo com a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, em 2005 foram registradas 4.561 ocorrências no Distrito Federal. O número elevado fez com que o grupo Fórum de Mulheres e os movimentos de mulheres organizados se mobilizassem ainda mais para o enfrentamento da dramática realidade. Tudo indica que 2006 será um ano de muita luta, porque evidentemente esses números continuarão a crescer. Será também a abertura do caminho para grandes vitórias.

Essas vitórias contra a discriminação da mulher têm de chegar logo. Estamos no século XXI, e infelizmente um total de 2.482 ameaças foram registradas na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher. Foram contabilizados 1.499 casos de lesão corporal; 955 de injúria; 63 de estupro; 34 de atentados violentos ao



pudor; 30 casos de lesão corporal recíproca; 20 de assédio sexual; 15 de maus-tratos; e 4 de tentativas de homicídio.

Tantas violações de direitos mostram que o Brasil ainda precisa se esforçar muito para cumprir o que prometeu ao assinar tratados internacionais importantes. Mulheres e movimentos organizados não querem mais conviver com estatísticas dolorosas. Homens também, Pastor Reinaldo, são bem-vindos nesta luta, e devo ressaltar que há ONGs de homens que lutam para acabar com a violência contra mulheres. É uma questão de bom senso, de justiça e de cidadania. A mulher brasileira de todas as regiões precisa ser melhor esclarecida sobre seus direitos e sobre como deve agir se for vítima de qualquer ato de violência. Hoje existem sites na Internet que são muito esclarecedores, como o do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA e o da ONG Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento - AGENDE. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal, também podem e devem ser consultados sempre que necessário. E há ainda outras instituições como, por exemplo, a Defensoria Pública, que mantém o Programa Casa-Abrigo, para proporcionar proteção às mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência. Hospitais da rede pública também contam, em sua maioria, com serviços de acolhimento à mulher. Para denunciar, há ainda o Disque-Denúncia, cujo número é o 180 para todo o Brasil.

Gostaria de salientar também, Sr. Presidente, um outro fenômeno. Segundo dados do Programa Casa-Abrigo do Distrito Federal, 1.706 mulheres e crianças estiveram excluídas da sociedade, residindo em abrigos por causa das agressões sofridas em casa nos anos de 2000 a 2004. Neste período, 133 mulheres receberam atendimento jurídico e orientação no Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, serviço gratuito. Apesar das humilhações sofridas, boa parte dessas mulheres desistiu dos processos contra os homens que as agrediram e voltaram a conviver maritalmente com eles, ou seja, continuam convivendo com a violência. Os motivos são os mais diversos. Algumas, e eu diria a maioria, dependem financeiramente do agressor e, portanto, não têm condições de sobrevivência; outras não querem correr o risco de ficar longe dos filhos, portanto



regressam à sua casa para continuar convivendo com essa violência que se torna um ciclo vicioso.

A questão da mulher, Sr. Presidente, não pode ser vista de forma fria ou distante. Ela faz parte do nosso cotidiano, nas relações familiares, com colegas de trabalho, chefes, empregadores, empregados, amigos, professores, estudantes, enfim, a comunidade onde a mulher está inserida. Sempre haverá alguém precisando de apoio, de informações e de ajuda.

Um detalhe, no entanto, tem de ser destacado: a conscientização com o problema é bem maior do que antes. Pesquisa do IBOPE realizada para o Instituto Patrícia Galvão mostrou que a violência contra a mulher, dentro e fora de casa, é o problema que mais preocupa a brasileira na atualidade. O IBOPE entrevistou 2.002 pessoas, de até 16 anos ou mais, em 140 Municípios. Trinta por cento apontaram a violência contra a mulher em primeiro lugar, na frente de uma série de outros problemas, como o câncer de mama, de útero etc.

Oitenta e dois por cento dos entrevistados afirmam que não existe nenhuma situação que justifique a violência do homem contra a mulher. Em contrapartida, 16%, a maioria homens, conseguem imaginar situações em que há essa possibilidade. Foi observado que 19% dos homens admitem a agressão, assim como 13% das mulheres. Imaginem uma situação como essa.

Noventa e um por cento consideraram muito grave o fato de mulheres serem agredidas por companheiros e maridos.

Neste estudo, há um dado importante para nós que vivemos nas Regiões Centro-Oeste e Norte: 62% dos entrevistados dessas 2 regiões preocupam-se mais com a violência doméstica do que os moradores das demais regiões, o que mostra que os serviços de apoio devem intensificar o seu trabalho de conscientização para prevenir a violência doméstica.

Outro dado importante, agora para todo o País: 84% por cento dos entrevistados concordam em que o agressor deve ser penalizado, inclusive com cadeia. Uma informação curiosa: aquela expressão "tapa de amor não dói" também não é comprovada, porque sabemos o seguinte: quem bate esquece, mas quem apanha jamais esquece.



Por trás desse conceito, está a expressão de um machismo absoluto e de violência contra a mulher.

Sr. Presidente, a pesquisa do IBOPE também verificou quais são os vilões que, para homens e mulheres, detonaram as agressões. O primeiro responsável é o uso de bebida alcoólica, apontado por 81% dos entrevistados. Em segundo lugar, ficou o ciúme - pasmem -, mencionado por 63%. Desemprego e problemas sociais são as razões que se seguem.

Para os brasileiros e brasileiras que participaram das entrevistas, os filhos são os que mais perdem com a violência doméstica.

Sr. Presidente, com a proximidade do Dia Internacional da Mulher, quero aproveitar para fazer um apelo no sentido de que a sociedade reflita sobre essa questão.

A mulher é a locomotiva deste País. Ela está à frente de importantes tarefas e cuida do equilíbrio da família. Eu me pergunto: quantas estão sozinhas neste País imenso, cuidando dos filhos, sem companheiro e sem marido, como chefes de família? Milhões.

Estão aí as estatísticas do mercado de trabalho, que apontam agora as mulheres como cabeças de famílias, a sustentarem sozinhas e a mostrarem que aquela história de que a mulher não tem competência não é verdadeira, que mulher não tem de fazer política também não é verdadeira. Haja vista, Sr. Presidente, que, dentre tantas denúncias de corrupção no Congresso Nacional, não existe uma única mulher envolvida.

Portanto, nós damos exemplo em casa, no trabalho, na política, onde nós estamos. A força da mulher brasileira tem de ser exaltada diariamente.

E é por isso que eu faço questão de falar sempre que possível.

Neste mês, reportagem de jornal tratou da morte da catadora de lixo Ceilma Souza Santos, que, no Distrito Federal, foi executada com um tiro nas costas, no aterro do Jóquei Clube, região próxima ao Plano Piloto, no dia 14. Aos 39 anos, mãe de 12 filhos, grávida de gêmeos, cometeu o equívoco de reclamar com um atravessador. O argumento era o de que ele não havia pesado corretamente o material reciclável que ela havia separado para vender. E foi friamente



assassinada, Sr. Presidente, por causa de 45 reais. Quarenta e cinco reais! Uma mãe de família que sobrevivia catando lixo! Situações como esta têm de acabar.

Ontem, o Jornal do Brasil noticiava que Ceilma deve inspirar campanha nacional por melhores condições de trabalho para os catadores de lixo do País. A idéia ganhou corpo na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, do Distrito Federal, com presença de representantes da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, do Fórum Lixo e Cidadania, da Delegacia do Trabalho e da Cáritas Brasileira, instituição ligada à Igreja, onde o assunto foi debatido.

Solidarizo-me com a família de Ceilma. Estarei atenta, no Congresso Nacional, para as investigações sobre as fraudes que possivelmente estão ocorrendo no Lixão, que deveria receber maior atenção por parte do Governo do Distrito Federal. O Governo do Distrito Federal tem de cumprir imediatamente as metas do plano de recuperação do terreno e, agora, socorrer prontamente a família da trabalhadora assassinada. Cito Ceilma como exemplo de mulher para todo o País, uma mulher que, criando seus 12 filhos, retirava do lixo sua subsistência e foi mortalmente atingida, num ato de violência.

Portanto, Sr. Presidente, a morte de Ceilma é um exemplo para todas nós. E digo à sua mãe, D. Almerinda dos Santos Nascimento - uma anônima cidadã do Distrito Federal, de 70 anos, que também sobrevivia com o dinheiro que sua filha ganhava com o lixão e que teme não ter mais como cuidar dos netos - que nós, do Congresso Nacional, estaremos atentos à sua situação. Ela e sua filha são o símbolo deste Ano Internacional das Mulheres Anônimas deste País, que, como elas, estão no mercado de trabalho sem carteira assinada, sem direito à Previdência Social, tão bem citada por V.Exa. Mas essas 2 senhoras, uma assassinada e a outra não sabendo ainda como sobreviverá, são exemplos de mulheres brasileiras que temos de homenagear.

Parabéns a tantas mulheres deste País, que, no dia 8 de março, estarão comemorando o Dia Internacional da Mulher !

Estendo meus parabéns às funcionárias do Congresso Nacional; às mulheres da cidade de Januária, Minas Gerais, onde nasci, embora me considere brasiliense; às mulheres de Tombos, cidade de meu marido a qual sempre visito, enfim, às



mulheres do nosso País. Vamos nos conscientizar, assim como nossos companheiros e maridos, e dizer "não" à violência contra a mulher. Como cidadãs, devemos ter os nossos direitos garantidos pela Constituição.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Reinaldo) - Deputada Maninha, parabenizamos V.Exa. pelo pronunciamento. Desde que a conhecemos nesta Casa, notamos sua garra em defesa dos direitos do cidadão, em especial a mulher, e contra a violência física e sexual contra a criança.

Cumprimentamos V.Exa., uma representante do povo brasileiro que defende no Parlamento principalmente as causas da mulher e, na sua pessoa, cumprimos todas as mulheres de Brasília e de todo o País pelo dia 8 de março. Esperamos que não seja apenas uma data de eventos, mas que represente algo consolidado a fim de que o povo brasileiro tome consciência de sua importância.

Nesta semana, surpreendemo-nos com a medida do Supremo Tribunal Federal com relação aos crimes hediondos, na qual o criminoso poderá cumprir a sua pena de forma mais leve, gozando até mesmo da prerrogativa de punições menos pesadas.

Deputada Maninha, congratulamo-nos com V.Exa. pelo excelente pronunciamento.



---

Documento 5/103

---

010.4.52.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2006-16:58

Publ.: DCD - 08/03/2006 - 10519 REINALDO BETÃO-PL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Instalação de postes de iluminação e sistema de monitoramento de pontos estratégicos de rodovias no Estado do Rio de Janeiro. Transcurso do Dia Internacional da Mulher e do 61º aniversário de fundação do Colégio Municipal Expedicionário Aquino de Araújo, no Município de Duque de Caxias.

---

O SR. REINALDO BETÃO (PL-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com satisfação que informo ao povo do meu Estado do Rio de Janeiro que, graças à nossa articulação junto à Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio - CONCER e à ANTT, os usuários da Rodovia Washington Luiz, trecho Linha Vermelha-Xerém, já podem trafegar com mais segurança. Foram instalados novos postes de iluminação e um sistema de monitoramento com câmeras em pontos estratégicos.

A CONCER, sendo uma concessionária idônea e preocupada sempre com o bem-estar dos seus usuários, percebeu que a questão da iluminação é algo tão importante quanto os itens de segurança veicular e que, somados, resultam em uma viagem segura e tranqüila.



O monitoramento com câmeras servirá para controlar o fluxo do tráfego, permitindo o trabalho integrado com as Polícias Rodoviária Federal e Militar, principalmente em casos de seqüestros, assaltos, furtos ou outro tipo de violência, pois esses órgãos poderiam ser acionados mais rapidamente.

Implementar tais medidas deveria ser uma obrigação das concessionárias de rodovias, uma vez que o usuário já paga um pedágio tão elevado e quase sempre existem várias praças de pedágio com poucos quilômetros de distância umas das outras, como é o caso do nosso Município de Magé, no meu Estado.

Merecem destaque também os Srs. Pedro Antônio Jomsson e Ricardo Barra, respectivamente presidente e engenheiro da CONCER, pelo excelente trabalho que vêm fazendo em prol dos milhões de usuários da Rodoviária Juiz de Fora-Rio. O apoio da Prefeitura de Duque de Caxias, através do ilustre Prefeito, Washington Reis; do coronel Paulo Cezar Ferreira Lopes, Comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar, bem como dos demais delegados das delegacias de Duque de Caxias, foi fundamental para essa conquista.

Outro trecho que passa a ter monitoramento com câmeras e nova iluminação é a Rodovia Rio-Teresópolis, do viaduto da BR-040 até a praça de pedágio de Piabetá.

É bom relatar que, antes da nossa intervenção, aquela rodovia, que é administrada pela Concessionária CRT, estava praticamente abandonada, principalmente no trecho entre o Hospital de Saracuruna e o trevo de Piabetá. Hoje, a situação é outra. A incidência de assaltos, seqüestros relâmpagos e acidentes automobilísticos foi reduzida drasticamente.

Para mim, é um prazer muito grande divulgar essas notícias para o nosso povo.

Passo a outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Amanhã, dia 8 de março, será comemorado o Dia Internacional da Mulher. Uma data de extrema significância a respeito da qual não podemos deixar de nos manifestar. Na verdade, dia da mulher são todos os dias. É impossível não perceber os inúmeros afazeres dessas guerreiras. Podemos dizer que as mulheres são heroínas. Ora são mães, educadoras, babás, ora são donas de casa, sem falar que a maioria delas ainda trabalham fora.



As mulheres sempre foram discriminadas, e estiveram em segundo lugar na escala de valores, e tudo isso se deve ao regime patriarcal e machista em que vivemos. Mas isso tem mudado ao longo dos tempos. Elas estão conquistando a cada dia, e com muita competência, o seu espaço na sociedade.

É vergonhoso como até hoje as mulheres sofrem discriminação em todas as áreas, principalmente na parte profissional, pois mesmo sendo competentes e ocupando o mesmo cargo de um homem, os seus salários são bem menores.

Já está na hora de a sociedade reconhecer o papel e a dignidade da mulher, contestar e rever preconceitos e limitações que vêm sendo impostos à mulher. Temos que entender que elas são maioria em nosso País.

Parabenizo todas as mulheres brasileiras. Vocês merecem o nosso respeito e admiração.

Trato ainda de outro tema, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A educação do Município de Duque de Caxias está em festa. O motivo de tanta alegria é que o Colégio Municipal Expedicionário Aquino de Araújo está completando neste mês de março 61 anos de fundação e 50 anos de criação do antigo ensino ginasial (atual segunda fase do ensino fundamental), com uma invejável folha de serviços prestados à educação duque-caxiense.

Estou falando de um colégio pioneiro na região que até hoje traz orgulho para aquela gente, haja vista que os seus frutos podem ser vistos na sociedade do nosso Município. Podemos dizer que o Colégio Municipal Expedicionário Aquino de Araújo foi o marco na educação em Duque de Caxias.

O nome do primeiro Ginásio Municipal foi também uma homenagem ao Expedicionário Aquino de Araújo, um dos caxienses integrantes da Força Expedicionária Brasileira mortos durante a Segunda Guerra Mundial.

Outros professores igualmente importantes passaram pela direção ou pelo corpo docente do Colégio Aquino de Araújo, como a saudosa Olga Teixeira e Jorge Fortunato, atual Defensor Público de Duque de Caxias.

Parabenizo, portanto, Srs. Presidente, os atuais alunos, os ex-alunos, toda a direção e, na pessoa de seu diretor, Genival Souza Maria, os professores do Colégio Municipal Expedicionário Aquino de Araújo, que oferecem às camadas



mais pobres da população a chance de fugir do analfabetismo e se preparar para os embates do mercado de trabalho.

Ter uma instituição de ensino em Duque de Caxias da grandeza do Colégio Municipal Expedicionário Aquino de Araújo é um orgulho para todos nós da Baixada Fluminense.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja veiculado no Programa A Voz do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



---

Documento 6/103

---

010.4.52.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2006-14:28

Publ.: DCD - 08/03/2006 - 10462 FRANCISCO TURRA-PP -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Luta histórica da classe feminina pela conquista de direitos políticos e sociais.

---

O SR. FRANCISCO TURRA (PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, houve um tempo de forte opressão dos indivíduos sobre as mulheres. Por séculos e séculos elas não tiveram direito ao estudo, a caminharem sozinhas e também não tiveram direito de participar diretamente da vida pública.

Nos séculos XV e XVII, as mulheres que praticaram rituais de cura foram consideradas bruxas e queimadas pela Inquisição.

No século XIX, iniciou-se a luta pelo direito ao voto nos países mais desenvolvidos.

No século XX, precisamente no dia 8 de março de 1857, 129 costureiras norte-americanas foram assassinadas pelos patrões por fazerem greve por melhores salários e redução da jornada de 14 horas de trabalho.

Em 1910, criou-se, em Copenhague, na Dinamarca, o Dia Internacional da Mulher, em homenagem póstuma às operárias mortas em Nova Iorque (EUA).



Em 1932, as brasileiras conquistaram o direito ao voto; em 1975, instalaram-se grupos de estudo para discutir os problemas das mulheres; em 1978, foram intensificados debates por direitos trabalhistas, salários iguais e serviços sociais - educação, saúde e moradia.

Em 1988, a Constituição Federal estabeleceu que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza".

Com o apoio da sociedade contemporânea e do Parlamento, a cada ano novos avanços sociais e culturais são obtidos pelas mulheres graças ao seu dedicado esforço na família, na política, nos campos profissional e intelectual e no competitivo mercado de trabalho.

Segundo relatório global da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2003, apesar do crescimento da participação feminina no mercado laboral, a diferença continua expressiva: 30% inferior à masculina. E o pior, elas recebem remunerações 30% menores ao executarem tarefas análogas. Mesmo diante dessas diferenças, elas já representam 40% do número de empresários do Brasil e respondem por uma em cada três iniciativas de novos negócios. Para evitarem o sedentarismo, a obesidade, o fumo, o álcool em excesso, estresse, diabetes, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares, elas organizam uma lista de prioridades, usam agenda, impõem limites e enfrentam o serviço fora do domicílio como obrigação prazerosa. Assim, conseguem equilibrar o tempo entre a família, o trabalho, a diversão e outros compromissos.

Defendo a plena igualdade e liberdade para homens e mulheres e todos os dias são deles para todo o sempre. O célebre pensador Victor Hugo (1802 - 1885) escreveu: "O homem é a mais elevada das criaturas. A mulher, o mais sublime dos ideais. Deus fez para o homem um trono; para a mulher fez um altar. O trono exalta e o altar santifica".

Para a continuidade da coexistência harmônica, é preciso que a aceitação venha de ambos, pois temos os mesmos direitos e temos capacidades semelhantes, nas quais residem as raízes para a verdadeira fraternidade dos gêneros.

Registro, ainda, as palavras da notável educadora Helen Keller (1880 - 1968): "Nunca se deve engatinhar quando se tem impulso de voar". Que todos os filhos



desta maravilhosa terra gaúcha - crianças, jovens, adultos e idosos -, mulheres e homens, continuem voando alto para a concretização de nossos sonhos em favor do progresso do Brasil.

Muito obrigado.



---

Documento 7/103

---

010.4.52.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2006-15:18

Publ.: DCD - 08/03/2006 - 10471 CARLOS SANTANA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização de manifesto pela adoção de política de saúde pública em favor da mulher na zona oeste do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

---

O SR. CARLOS SANTANA (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã é o Dia Internacional da Mulher, data muito importante porque no nosso País, em justiça às mulheres, que hoje sustentam mais de 50% das casas brasileiras, mas não são respeitadas.

As mulheres têm, sim, de ser respeitadas, e nós homens temos de entender que deve haver igualdade entre os gêneros em todos os sentidos.

Sr. Presidente, sou da Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde estão localizados vários bairros, entre eles Bangu, Padre Miguel, Campo Grande, Deodoro e Santa Cruz. Naquela região, que possui mais de 2 milhões de habitantes, com predominância de mulheres, que somam mais de 50%, luta-se muito pela saúde da mulher, mas - pasmem! - não há ali sequer um mamógrafo para o diagnóstico do câncer de mama. É triste vermos que as pacientes, adolescentes ou adultas, ou até as idosas, que não têm condições de pagar o tratamento, têm de se



deslocar para Copacabana, distante mais de 70 quilômetros, para realizar esse exame.

A luta da Associação de Mulheres da Zona Oeste pode contar com o nosso apoio. Amanhã, às 9h, em Padre Miguel, na Rua Figueiredo Camargo, as mulheres da Zona Oeste farão uma marcha para reivindicar uma política pública de saúde voltada para elas, e farei de tudo para estar presente. Embarcarei no primeiro voo que sai de Brasília, comparecerei ao local para participar do evento e retornarei na parte da tarde.

Essa luta não é só das mulheres, mas de todos aqueles que compreendem que temos de acabar com essa injustiça que vem sendo cometida. É preciso que haja uma política de saúde voltada para as mulheres da Zona Oeste do Rio de Janeiro. No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, temos de marcar a nossa solidariedade, porque essa luta é de todos nós.

Sou operário e entendo a luta das mulheres, que começou dentro das fábricas. Elas foram as principais responsáveis pela conquista dos nossos direitos.

Muito obrigado.



---

Documento 8/103

---

010.4.52.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2006-16:36

Publ.: DCD - 08/03/2006 - 10500 VANESSA GRAZZIOTIN-PCDOB -AM  
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Baixa participação da mulher na vida social e na política brasileira. Atividades da Casa em homenagem às mulheres.

---

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã será comemorado mundialmente o Dia Internacional da Mulher. Uma data importante não somente para ser comemorada, mas também para servir como momento de reflexão por parte da sociedade e dos povos de todo o mundo.

Apesar de a democracia avançar na maioria dos países, as mulheres ainda enfrentam grandes problemas. Não estou me referindo somente àqueles países em que a lei não apenas permite, não apenas é complacente, como também prevê tratamento diferenciado entre homens e mulheres. Não tenho dúvida nenhuma de que a evolução histórica fará com que isso seja página virada, a exemplo do que ocorreu com a escravatura no mundo todo. Refiro-me, inclusive, àqueles países cuja legislação é progressista, onde homens e mulheres têm os mesmos direitos e as mesmas oportunidades.

Sr. Presidente, o Brasil é um exemplo. Não podemos jamais dizer que o nosso País tem uma lei ruim no que diz respeito às políticas de gênero; não podemos



dizer que a nossa legislação é atrasada no trato da questão feminina. Talvez o Brasil seja um dos poucos países que tenha um conjunto avançado de leis sobre direitos das mulheres. Em nosso País, praticar discriminação contra a mulher é crime. Mais do que isso: é crime inafiançável. Ou seja, o nosso problema não é legal. Mas vivemos um problema sério: as mulheres brasileiras ainda estão pouco representadas na vida social e política deste País.

As mulheres, hoje, já conseguiram um grau de escolaridade superior ao dos homens. As mulheres brasileiras, que até pouco tempo não tinham direito à universidade, hoje apresentam grau de escolaridade maior do que os homens. As mulheres são dedicadas trabalhadoras e respondem por mais de 45% de toda a produção nacional. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, não estão, no mesmo percentual, representadas nos cargos de direção e nos cargos de decisão política. E temos um exemplo aqui mesmo, no plenário da Câmara dos Deputados. Esta Casa tem 513 Parlamentares. Destes, menos de 50 são mulheres. Ou seja, não atingimos sequer a cifra de 10% de participação. Repito: sequer a cifra de 10% de participação! No entanto, somos um pouquinho mais da metade de todos os eleitores brasileiros.

No próprio Executivo, as mulheres pouco ocupam cargos importantes. Na iniciativa privada não é diferente. Onde estão as mulheres gerentes, diretoras, presidentes de companhia, sejam pequenas, médias ou grandes?

O Brasil enfrenta, sim, um grave problema. Nosso País limita a participação das mulheres. Esse é um problema cultural que tem de ser enfrentado por todos, com políticas públicas eficazes e ações que levem homens e mulheres a entenderem que é preciso construir uma nova sociedade.

Sr. Presidente, todas as atividades que a Câmara está realizando são muito importantes para aprofundar essa reflexão. Diferentemente das sessões solenes que fazemos todos os anos, amanhã este plenário se transformará em Comissão Geral, para que as mulheres trabalhadoras deste País tenham a oportunidade de virem a esta tribuna falar de suas angústias, de seus sofrimentos, sobretudo de suas esperanças e perspectivas. Não temos dúvida nenhuma de que somos atrizes importantes nesse processo de mudança e de transformação social.



Sr. Presidente, desde já agradeço a V.Exa. por permitir a esta Casa realizar inúmeras atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher, além dos debates que travaremos no plenário e dos projetos que deveremos analisar. Diversos eventos a Câmara dos Deputados estará realizando, alguns por intermédio da TV Câmara, a par de exposições belíssimas! V.Exa., Sr. Presidente, acabou de inaugurar a exposição de quadros da nossa querida Edíria Carneiro Amazonas - uma bela exposição, que engrandece esta Casa, porque retrata, de forma singela, mas tocante e emocionante, o sofrimento das mulheres brasileiras.

Muito obrigada, Sr. Presidente!



---

Documento 9/103

---

010.4.52.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2006-15:34

Publ.: DCD - 08/03/2006 - 10487 ANTÔNIO CARLOS BIFFI-PT -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita satisfação que ocupo esta tribuna para salientar que amanhã, 8 de março, comemoraremos o Dia Internacional da Mulher.

Como forma de homenagear as mulheres brasileiras, e, em especial, a minha esposa, Ana Lúcia, minhas filhas, Janaina, Mayara e Anahy, minha mãe, dona Dirce Massoni, lembrando ainda minhas amigas, minhas assessoras e todas as funcionárias desta Casa, reproduzirei, na íntegra, singelo texto do meu Assessor Parlamentar Gerson Jara, para rememorar em nossas mentes a façanha das mulheres na construção da história da humanidade:

"Mulheres Maravilhosas construindo um mundo melhor

Quisera eu ter a ousadia reformista de Rosa de Luxemburgo;

A determinação e a disciplina de Olga Benário;

A fé de Joana Darc;

O amor sem limites de Madre Teresa de Calcutá;



A simplicidade de Maria Mãe de Jesus;  
O talento de Tarsila do Amaral;  
A expressividade de Pagu;  
O inconformismo contra a discriminação de Coretta Scott King;  
A tenacidade das Mães da Praça de Maio (Argentina);  
A resistência indígena de Marta de Guarani;  
A coragem de Dorcelina Folador;  
O sonho humanitário de Rigoberta Menchú  
A inspiração de Rachel de Queiroz  
A perseverança das Mães da Praça da Sé;  
A voz libertária de Mercedes Sosa;  
A rebeldia de Leila de Diniz;  
A irreverência de Chiquinha Gonzaga;  
A fibra das mulheres que lutam pela terra;  
E tantas outras mulheres revolucionárias que, com suas qualidades e capacidades,  
lutam por um mundo igualitário para homens e mulheres.  
Feliz Dia Internacional das Mulheres!"  
Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 10/103

---

010.4.52.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2006-16:48

Publ.: DCD - 08/03/2006 - 10501 LUIZ SÉRGIO-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Acerto da medida provisória sobre dedução no Imposto de Renda do empregador da contribuição previdenciária paga às trabalhadoras domésticas. Baixa participação feminina no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

---

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã, 8 de março, é o Dia Internacional da Mulher. Venho à tribuna parabenizar todas as mulheres, principalmente as que estão nos mais distantes pontos do nosso País refletindo sobre esta data, debatendo temas inerentes à questão da mulher. Esta data, acima de tudo, é um momento profundo de reflexão.

Quero também destacar e parabenizar a iniciativa do Governo do Presidente Lula de editar medida provisória que permite deduzir do Imposto de Renda parte da contribuição previdenciária paga às empregadas domésticas. Essa medida visa principalmente a incorporar, resgatar, trazer para a formalidade milhares de mulheres brasileiras que trabalham como domésticas. Essa função não diminui as pessoas, muito pelo contrário. Agora, uma medida provisória irá resgatá-las, dar-lhes importância, trazê-las para a formalidade. Acho a medida muito importante.



Toda iniciativa que contribuir para a formalidade do emprego, como o das empregadas domésticas e outras atividades, precisa ser respaldada e rapidamente votada no Congresso Nacional.

No transcurso do Dia Internacional da Mulher é muito importante também que reflitamos sobre mecanismos que fortaleçam principalmente a participação política da mulher brasileira. Ainda é reduzido o número de mulheres com assento neste Parlamento, nas Assembléias Estaduais e nas Câmaras de Vereadores. No Município de Paraty, há apenas 1 mulher parlamentar: a Vereadora Bia, do PT. Em Angra dos Reis, numa Câmara de 11 membros, apenas 2 são Vereadoras, sendo uma do PT, a Vereadora Conceição Rahba, que, aliás, faz um belíssimo trabalho com vistas a levar as mulheres à reflexão de se adquirir, acima de tudo, consciência para que possam, juntamente com setores organizados da sociedade, ser protagonistas deste novo momento que estamos vivendo na política brasileira.



---

Documento 11/103

---

010.4.52.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2006-15:34

Publ.: DCD - 08/03/2006 - 10486 VIGNATTI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação feminina no mercado de trabalho. Considerações sobre a medida provisória acerca da concessão de incentivo à formalização do trabalho doméstico. Criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

---

O SR. VIGNATTI (PT-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 149 anos comemoramos o Dia Internacional da Mulher, fruto de reivindicação de operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque que lutavam pela redução da jornada de trabalho de mais de 16 horas por dia e na qual recebiam apenas um terço do salário dos homens. Essas corajosas mulheres foram fechadas na fábrica onde trabalhavam e cerca de 130 morreram queimadas. Desse modo, essa data foi definida a partir da luta por condições de trabalho e pela necessidade da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Desde então, Sr. Presidente, o movimento em favor da emancipação da mulher tem tomado forma em todo o mundo, buscando chamar a atenção para o papel e a dignidade da mulher, destinado a levar a uma tomada de consciência de seu



papel na sociedade, além de promover a contestação e rever os preconceitos e as limitações que vêm sendo impostos.

Desse modo, as mulheres foram construindo espaços e abrindo caminhos próprios de denúncia e de legitimação do seu papel na construção de relações mais iguais. Como resultado, tivemos a conquista do voto, a oportunidade de trabalho com salários igualitários, as vitórias relacionadas a políticas públicas contra os abusos e a violência, e a aposentadoria. Esses são alguns dos exemplos.

No Brasil não foi diferente. A luta das mulheres por seus direitos também é história. Mulheres que viviam sob a tutela dos homens na forte idéia de que somente lhes caberia o cuidado do lar, onde eram premiadas com utensílios domésticos, passaram a reivindicar salário-maternidade, direito ao voto - reconhecido pela Constituição de 1934 -, aposentadoria às agricultoras e às donas de casa, reforma agrária, políticas de saúde, de educação, de lazer.

De acordo com dados da Fundação Carlos Chagas, ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil no último quarto de século, o que chama a atenção é o vigor e a persistência do seu crescimento. Com um acréscimo de 25 milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2002, as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa.

Enquanto as taxas de atividade masculina mantiveram-se em patamares semelhantes - entre 73% e 76% em praticamente todo o período -, as das mulheres ampliou-se significativamente. A partir da década de 70 até os dias de hoje, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem apresentado uma espantosa progressão. Se em 1970 apenas 18% das mulheres brasileiras trabalhavam, chega-se a 2002 com 50% delas em atividade.

No Brasil, as mulheres representam hoje mais de 40% da força de trabalho, 51% do eleitorado nacional e 52% da população brasileira, segundo dados do IBGE.

Só sem Santa Catarina, as mulheres injetam mais de R\$935 milhões por mês na economia, dinheiro que é crucial para as vendas e, mesmo que grande parte tenha destino certo nas compras familiares, também desperta um nicho de mercado bem atrativo para vários ramos da indústria.



No oeste de Santa Catarina, por outro lado, temos as lutas das mulheres agricultoras. Dessa consciência coletiva nasceu o Movimento das Mulheres Agricultoras, hoje MMC - Movimento das Mulheres Camponesas.

No ano passado, as trabalhadoras rurais foram especialmente homenageadas. Neste ano, a homenagem é para as trabalhadoras urbanas do País, através da categoria das trabalhadoras domésticas. São mulheres que trabalham nos lares e cuidam dos filhos das outras mulheres que vão para o mercado de trabalho. Segundo dados do IBGE, no Brasil são 6,5 milhões de trabalhadoras domésticas, mas somente 1,7 milhão tem carteira assinada.

Essas mulheres conquistaram mais uma vitória com a medida provisória publicada nesta semana pelo Presidente Lula, que dispõe sobre o incentivo à formalização do trabalho doméstico. A MP permitirá ao contribuinte que tiver imposto de renda a pagar deduzir o valor anual recolhido à Previdência Social (12%). O abatimento deverá incidir somente sobre 1 salário mínimo e de apenas 1 trabalhadora doméstica. A expectativa do Governo Federal, com a medida, é tirar da informalidade, inicialmente, o equivalente a 1,1 milhão de trabalhadoras domésticas.

Para finalizar, quero dizer que a força e determinação das mulheres chegam às vezes a assustar aqueles que não compreendem de onde vem tanta força e garra para lutar.

Mas há muito ainda para ser feito.

Em 2006 as mulheres têm o grande desafio de enfrentar a violência, a discriminação no mercado de trabalho, além de lutar ainda mais pela formulação de políticas públicas.

Nesse sentido, o Governo do Presidente Lula deu um passo importante ao criar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, estrutura ligada diretamente à Presidência da República.

As mulheres estão mudando o mundo e nós, homens, precisamos ajudá-las a garantir seus espaços de participação política, social e econômica.

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 12/103

---

010.4.52.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2006-15:34

Publ.: DCD - 08/03/2006 - 10482 NILTON CAPIXABA-PTB -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Organização das produtoras rurais no Estado de Rondônia em defesa dos direitos da mulher. Relevância do Livro Organização Social, Somando Recursos, Minimizando Custos, Maximizando Resultados, de autoria da extensionista Maria Irenilda de Souza Dias.

---

O SR. NILTON CAPIXABA (PTB-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher foi criado em 1910, numa conferência internacional de mulheres realizada na Dinamarca, que adotou o 8 de março para comemorá-lo. Por detrás, a data relembra o dia 8 de março de 1857, quando operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque, Estados Unidos, reivindicavam a redução de uma jornada de mais de 16 horas de trabalho por dia para 10 horas. A greve no setor fabril têxtil resultou em uma bárbara repressão, a ponto de 130 grevistas, trancadas na fábrica, onde se declarara um incêndio, morrerem queimadas.

O dia 8 de março é, desde 1975, comemorado pelas Nações Unidas como o Dia Internacional da Mulher. A comemoração chama a atenção para o papel e a dignidade da mulher, e leva a uma tomada de consciência do valor da pessoa,



percebendo o seu papel na sociedade, contestando e revendo preconceitos e limitações.

As mulheres constituem a maioria da população situada no limiar da sobrevivência. Em boa parte da África e Ásia, representam três quartos da população analfabeta. Em média, o respectivo salário é quase 40% mais baixo do que aquele pago aos homens por idêntico trabalho. Por outro lado, é tido como grave o problema da violência contra as mulheres, em especial no seio da família. A título meramente exemplificativo e de acordo com estimativas da Anistia Internacional, cerca de 2 milhões de mulheres africanas são anualmente submetidas a mutilação genital.

É certo, Sr. Presidente, que no Brasil as mulheres organizadas vieram a conquistar, com a parceria e o apoio de amplos setores democráticos, uma legislação igualitária apenas com a Constituição Federal de 1988. No entanto, faz-se necessário que as legislações se transformem em realidade mediante a implementação de políticas públicas.

"A luta das mulheres para conquistar espaço no mercado de trabalho teve algumas conseqüências que ultrapassaram a mudança significativa nos índices de inserção nas atividades produtivas. Enquanto trabalhavam por seus direitos, as mulheres conseguiram uma renovação dos papéis tradicionais no ambiente profissional. Chegaram a introduzir novos temas e novas formas de relacionamento nesse universo. Podemos citar o caso das médicas, que passaram a dar atenção especial a aspectos da saúde que, sendo de interesse específico do sexo feminino, até então ficavam em segundo plano".

Essa é a opinião de Ruth Cardoso, antropóloga e Presidente da ONG Comunitas. "Entretanto", aduz, "o melhor exemplo dessas conquistas da criatividade feminina está no chamado terceiro setor - as organizações sem fins lucrativos e não-governamentais que têm como objetivo gerar serviços públicos. O crescimento dessas atividades foi concomitante com o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho - e o paralelismo explica, em parte, por que esse setor se mostra muito feminino".



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos comemorar? É certo que temos motivos. Hoje, de cada 100 brasileiras com mais de 16 anos, 62 estão trabalhando. Acham pouco? Pois em 1976 eram só 30! E as mulheres não só conquistaram maior espaço no mercado como estão ingressando, graças ao aumento da escolaridade, em melhores ocupações.

É uma boa notícia, sem dúvida. Mas ela esconde alguns poréns. Primeiro: o avanço não impediu que boa parte das trabalhadoras tenha no emprego doméstico a única alternativa. Essa é a atividade de 17% das mulheres ocupadas. Elas têm trabalho, mas num espaço dominado pela informalidade e pela exploração, com jornadas exaustivas e pouca regulamentação. Quer um dado, Sr. Presidente? Enquanto cerca de 33% dos homens têm carteira do trabalho assinada, apenas 26% das mulheres contam com esse benefício.

Segundo: além de ocupar espaços menos prestigiados, a mulher tem rendimento inferior. É verdade que a desigualdade vem diminuindo. Em 1992 ela recebia, por hora trabalhada, 76% do que recebia o homem. Em 2003 essa porcentagem cresceu para 83%. Lamentável é que a mudança não se tenha dado tanto pelo aumento do rendimento das mulheres, mas, principalmente, por uma queda no dos homens.

E a disparidade aumenta com o grau de escolaridade. Uma pena, pois as brasileiras ocupadas, cá entre nós, são mais bem preparadas do que os homens. Têm em média 7,8 anos de estudo, contra 6,8 anos deles. Uma olhada no topo dessa pirâmide mostra que aquelas com mais de 12 anos na escola recebem cerca de 60% do salário deles. Isso mesmo: pouco mais do que a metade! Por fim, claro, tudo piora se, além de mulher, ela é negra.

Muitos pesquisadores e estudiosos entendem que uma porção da crise se deve não ao fato de as mulheres assumirem posições fora de casa, mas devido à ausência da presença paterna no desenvolvimento das crianças. Na realidade são muito poucas as mulheres que estão fazendo a escolha de deixar o trabalho remunerado para voltar às tarefas domésticas. Na realidade muitas estão lutando pela divisão das tarefas domésticas e construindo sua autonomia financeira e



emocional, até porque não há garantia de continuidade de nenhuma relação conjugal.

O que existe é um cansaço enorme em virtude da sobrecarga de trabalho para as mulheres, pois, além de estarem no mercado do trabalho, são ainda responsáveis pela casa, pelos filhos, pois nada mudou quanto à divisão tradicional dos papéis. Os homens continuam a achar que é direito deles serem servidos, pois consideram o trabalho doméstico inferior e "coisa de mulher".

A postura é exemplificada por uma música do cancionero popular, que diz: "Meu pai dormia em cama, minha mãe no pisador".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é certo que as aspirações apontadas pelas feministas em meu discurso são também anseios e esperanças da mulher rondoniense, principalmente das cidadinas, da Capital, Porto Velho, e dos maiores centros urbanos, como Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Ariquemes e Guajará-Mirim.

O desenvolvimento da agropecuária de Rondônia não pode ser creditado tão somente aos esforços do homem, do senhor das terras, das lavouras e dos rebanhos. Ao seu lado, dia a dia, trabalham de forma silenciosa, anônima, solidária, as esposas e filhas, em resumo, suas mulheres.

Por isso, não posso deixar de fazer referência toda especial aos direitos da mulher migrante, da mulher produtora rural de meu Estado. Repetidas vezes ouvi histórias de mulheres rondonienses de que, enquanto vêem seus maridos crescerem com as viçosas plantações de café, de cacau, com o crescente número de cabeças de gado nas suas pastagens, por vezes uma reluzente pick-up nova estacionada no pátio da casa, poucos vêem, ou nada enxergam, para melhorar nas suas atividades, nos seus domínios, o trabalho de suas mulheres.

Quais os prêmios obtidos pela mulher produtora rural? Mulher produtora que trabalhou tão duramente quanto o seu companheiro, e com suas filhas, na abertura do lote, nas derrubadas, no plantio das lavouras, nas limpas, nas colheitas, no trato dos animais, na ordenha. Participam, igualmente, na comercialização dos produtos da fazenda. Não é à toa que muitos dizem que a mulher sabe fazer bons negócios, ganhar um pouco mais, obtendo melhores preços na hora da comercialização.



Onde está a casa confortável, com luz elétrica; onde estão os fogões modernos, alimentados a gás, as geladeiras, os liquidificadores, os ferros elétricos? Onde está a máquina de costura de última geração, para a confecção das roupas da família? Ouso dizer que os prêmios ainda não chegaram à casa rural, desde a sala de visita à cozinha. É que os benefícios da riqueza familiar não estão sendo distribuídos com igualdade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reunidas em associações de produtoras ou cooperativas, as mulheres de Rondônia vêm participando ativamente do aprimoramento, da qualificação, em cursos formais ou em simples reuniões de trabalho. A Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia vem trabalhando com resultados notáveis nesse mister.

Há que se louvar a dedicação e ao mesmo tempo incentivar a direção da EMATER e da SEAPES - Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico Social para que dediquem mais recursos, mais pessoal especializado e mais empenho para aumentar ainda mais o número de associações de mulheres produtoras rurais em Rondônia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o papel da extensionista Maria Irenilda de Souza Dias, da EMATER Rondônia, Tecnóloga em Cooperativismo, é um exemplo disso. Uma paraibana que migrou para Rondônia é uma das incentivadoras do processo de qualificação da mulher produtora rondoniense. Sua participação nas Semanas do Produtor Rural, realizadas na EMARC de Ariquemes, onde CEPLAC e EMATER dão-se as mãos e anualmente promovem um encontro semanal - são dados cursos, dias de campo e laboratórios -, isto é, fazem o trabalho solidário do aprimoramento da mão-de-obra rural feminina.

No prefácio de seu livro Organização Social, Somando Recursos, Minimizando Custos, Maximizando Resultados, Maria Irenilda escreveu: "Este trabalho tem o objetivo de contribuir com o processo de Organização Social nas comunidades rurais, onde grupos sociais vivenciam uma batalha constante pela prosperidade de suas atividades econômicas, na busca pela sua dignidade social".

Dentre os 52 Municípios do Estado de Rondônia, existem 33 onde proliferam associações de produtoras rurais dos mais diferentes matizes. Os Municípios que



reúnem o maior número de associações são: Rolim de Moura, com 9 associações; Porto Velho, com 7 associações; Ariquemes, com 5 associações; e Seringueiras, com 4 associações.

O trabalho com as associações de produtoras rurais não é uma questão de geografia; elas estão assentadas em diferentes pontos geográficos do Estado de Rondônia. Existem associações no chamado "cone sul", em Vilhena, Pimenteiras, Cerejeiras e Corumbiara, passando pela região central, em Presidente Médici, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Jaru e Ariquemes. Há associações localizadas em Jaci-Paraná, Abunã, Extrema e Nova Califórnia, quase no limite com o vizinho Estado do Acre, e alcançam os Municípios de Nova-Mamoré e Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia.

Ao todo, em Rondônia, existem 80 associações que congregam, em média, 30 a 50 mulheres por associação, ou seja, totalizam entre 2.400 a 4.000 mulheres.

A Cooperativa de Múltiplos Trabalhos das Mulheres de Ouro Preto do Oeste - COOPERANDO tem como Presidente Maria Cristina Magalhães Pimentel, com um quadro social de 60 cooperadas. Trabalham para a APA - Associação de Produtores Alternativos, para a EMBRAPA, para a CEPLAC, para a Prefeitura Municipal e na zona rural. Dedicam-se à polinização, à adubação, à compostagem, aos viveiros e ao reflorestamento. É importante salientar que a COOPERANDO busca dar cursos de alfabetização aos seus associados e contribui com os ganhos auferidos na manutenção de suas famílias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é verdade que as famílias brasileiras continuam a ser chefiadas por homens. Segundo dados do IBGE, 70% dos homens são provedores da casa contra 30% de mulheres chefes de família. O número de brasileiras independentes, porém, cresce gradualmente: em 2001, já eram 27% contra 73% dos homens. Se as mulheres começaram o século XX sem direito a voto nem lugar no mercado de trabalho, estão entrando no século XXI com perspectivas bem melhores, a ponto de pensarem até mesmo em emancipar-se de seus homens.

Concluo meu discurso, Sr. Presidente, saudando a mulher rondoniense e, em particular, a mulher produtora rural, ao tempo em que renovo ao Sr. Secretário da



Agricultura, Luiz Cláudio Pereira Alves, e ao Secretário-Executivo da EMATER, Sorrival de Lima, todo o apoio para o crescimento do trabalho produtivo em favor do associativismo da mulher trabalhadora rural de meu Estado, Rondônia.

Muito obrigado.



---

Documento 13/103

---

010.4.52.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2006-15:06

Publ.: DCD - 08/03/2006 - 10470 LUCI CHOINACKI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Empenho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na regularização da situação profissional dos empregados domésticos no País. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização de marcha de mulheres a Brasília, Distrito Federal, em defesa da valorização do trabalho feminino.

---

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, o Presidente Lula fez ontem um importante reconhecimento do trabalho doméstico quando anunciou ao País medidas de incentivo para a regularização dessa atividade, desenvolvida no Brasil por cerca de 6 milhões de pessoas, a maioria mulheres, e muitas delas menores. O trabalho doméstico não é valorizado.

Setenta por cento das trabalhadoras domésticas não têm carteira assinada, garantias trabalhistas nem previdenciárias. Mas Comissão Especial desta Casa, da qual sou Relatora, trabalha para dar continuidade à mobilização social das trabalhadoras domésticas.



Quero também, Sras. e Srs. Deputados, lembrar que amanhã é um dia muito importante para as mulheres, porque é quando se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Há mais de 100 anos, 120 mulheres foram queimadas porque lutavam por seus direitos nos Estados Unidos, esse país que continua invadindo outros países e matando pessoas. Parece até ironia que tantas lutas de defesa dos direitos humanos tenham começado lá. O Dia Internacional da Mulher foi conquistado a partir desse momento da história, para as mulheres de esquerda, para as mulheres socialistas do mundo. Elas abriram caminhos.

Neste momento dirigem-se a Brasília em torno de 6 mil mulheres, de mais de 20 Estados brasileiros, nessa que estamos chamando de 3ª Marcha - estamos em movimento, dando visibilidade ao trabalho das donas de casas, ao trabalho doméstico, ao cuidado com os filhos e com a casa, à atenção ao doente, atividades que não eram vistas no Brasil como trabalho. Essa bandeira foi erguida por milhares de mulheres e também de homens que abraçam essa causa, e amanhã vêm a Brasília conversar com o Ministro da Previdência, em conjunto com outras entidades, e serão recebidos pelo Presidente da República em exercício, José Alencar, no Palácio do Planalto.

Elas vão entregar um abaixo-assinado com suas reivindicações e buscar apoio do Parlamento e do Governo para regulamentar o § 12 do art. 201 da Constituição, constante do art. 1º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, cujo Relator, Deputado José Pimentel, sempre diz que esse é um trabalho para as pessoas de baixa renda, sem renda própria ou que recebem salário mínimo.

Há uma dívida social a ser paga a essas mulheres, que contribuíram, sim, com o PIB do Brasil. Há estudos de economistas importantes e mulheres comprometidas com essa causa, como Ildete Pereira e Laura Tavares, que comprovam ter esse trabalho não pago contribuído, em 2004, com 12,47% do PIB brasileiro.

Amanhã teremos aqui a presença extraordinária daquelas mulheres que diziam não sair de casa para lutar por um direito, muito menos de seu Município, e agora vêm a Brasília na 3ª Marcha. Elas vão continuar lutando, porque quando se aprende que por meio da luta os direitos são conquistados não se volta atrás.



Muito obrigada.



---

Documento 14/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:26

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10702 LINCOLN PORTELA-PL -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem às donas de casa brasileiras.

---

O SR. LINCOLN PORTELA (PL-MG. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, demais senhoras e senhores presentes e os que sintonizam a Rádio Câmara ou a TV Câmara, comemoramos hoje o Dia Internacional da Mulher.

Quero, nesta data, falar a todas as mulheres do Brasil, inclusive as que estão em casa, que têm jornada intensa de trabalho, preparando seus filhos para serem cidadãos e cidadãs de um Brasil melhor. Dirijo-me também a todos os homens de boa vontade, pois precisamos aprender muito com elas, sobretudo quanto às questões vinculadas à vida moderna. Depois que as representantes do sexo considerado frágil assumiram as mais variadas funções, o mundo não foi mais o mesmo. Viu-se, na prática cotidiana, que elas na verdade são fortes, muito fortes, e têm capacidade de se superar nas crises.

Lembro sempre o acontecimento que envolveu as denodadas mulheres de Winsperg, na Alemanha, que, na praça sitiada, saíram carregando seus maridos



nas costas, dando demonstração de força, coragem e capacidade em meio às maiores dificuldades.

Vejamos algumas das importantes contribuições dadas pelas mulheres.

No trânsito, por exemplo, as motoristas são mais cuidadosas, envolvendo-se em menor número de acidentes. Usam mais o cinto de segurança, trafegam em menor velocidade, praticamente não ingerem bebida alcoólica. O resultado é que apenas 20% dos veículos acidentados têm uma mão feminina ao volante.

Outra lição provém da forma como elas gerenciam recursos humanos, materiais e financeiros. Dentro de casa, como sabemos, elas são imbatíveis na administração desses importantes componentes. Tanto que sempre há vozes que sugerem passar a batuta dos negócios de Estado a uma experimentada administradora do lar.

Essa inclinação para as lides da casa verifica-se agora também nas empresas. Recente estudo apontou que as mulheres têm se portado com desenvoltura em cargos que exigem liderança. A vantagem delas é que a forma feminina de comandar leva em consideração o todo. Assim, ao considerarem os diversos fatores que envolvem uma tomada de decisão, maiores serão suas possibilidades de acerto.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é claro que a condição feminina por si só levanta barreiras para o reconhecimento de direitos individuais e sociais. Isso é fruto dos resquícios da ultrapassada estrutura machista em que ainda se apóia a sociedade atual.

Não dá para esconder, por exemplo, que a violência contra a mulher, em suas múltiplas formas, ainda existe. Nosso dever é colaborar com o rompimento da cultura do silêncio e da impunidade que ainda cerca esse grave problema social.

Não podemos, igualmente, deixar de reparar que embora as mulheres tenham em média mais preparo educacional, são menos bem remuneradas do que os homens no mercado de trabalho.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, demais senhoras e senhores, apesar desses entraves, nós, Deputados, formadores de opinião e sociedade civil estamos alertas para denunciar quaisquer desvios de conduta. Mas o melhor de



nossos esforços está sendo direcionado para o fim da repartição desigual de oportunidades entre os sexos. É uma questão de tempo para que isso venha a ocorrer.

Parabéns a todas vocês, criaturas de candura e, ao mesmo tempo, de coragem e persistência, pelo seu dia! Contem conosco, os homens de boa vontade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 15/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:40

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10712 LEONARDO MATTOS-PV -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem à Sra. Venância Maria Barbosa, do Município de Janaúba, Estado de Minas Gerais.

---

O SR. LEONARDO MATTOS (PV-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, associo-me aos colegas Deputados e Deputadas nesta homenagem que fazemos às mulheres e faço menção especial à Sra. Venância Maria Barbosa.

Em visita a Janaúba, distante cidade do norte de Minas, para conhecer o movimento local de portadores de deficiência, deparei-me com D. Venância, mãe de 12 filhos - 6 casais -, 2 deficientes visuais e 2, infelizmente, já falecidos. Apesar do marido alcoólatra, sem condição de lhe dar mínima sustentação, essa mulher conseguiu manter a família.

Portanto, presto homenagem às brasileiras, às valentes mulheres do norte do Estado de Minas Gerais, às portadoras de deficiência e às mães de pessoas com deficiência.

Muito obrigado.



---

Documento 16/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10738 JOÃO GRANDÃO-PT -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização de marcha em Brasília, Distrito Federal, em defesa da aposentadoria da dona de casa. Concessão pela Câmara de Vereadores de Dourados do Prêmio Mulher Cidadã - Marta Guarani a personalidades femininas.

---

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, ao fazer uso dessa tribuna, parabenizar todas as mulheres do Brasil. Esta é uma data muito especial. Diversas atividades marcam este Dia Internacional da Mulher.

Parabenizo, portanto, cada uma das mulheres que participam de todas as ações que fortalecem a democracia em nosso País, postando-me ao lado daquelas que buscam coibir a violência contra a mulher, que lutam contra as desigualdades, contra o machismo, em qualquer que seja o segmento.

Com igual intensidade, coloco-me a favor da ampliação dos direitos das donas de casa, da participação feminina, da divisão do trabalho doméstico e das leis de proteção à mulher.



Quero destacar a realização, aqui, no Distrito Federal, da marcha das mulheres que buscam a aposentadoria das donas de casa, enaltecendo o trabalho desenvolvido por elas e ressaltando a entrega de um abaixo-assinado em que mais de 1.800.000 mulheres cobram esse benefício.

Finalizo, Sr. Presidente, apresentando meus cumprimentos àquelas que hoje, em Dourados, Mato Grosso do Sul, estarão recebendo, em sessão solene da Câmara de Vereadores, o Prêmio Mulher Cidadã - Marta Guarani, destinado a mulheres que tenham contribuído para a defesa dos direitos femininos, dedicando-se às questões de gênero, com atuação de destaque no Município.

Em nome da Sra. Maria de Lourdes Batista Alves, parabenizo cada mulher pelo exemplo de abnegação e de luta para garantir um futuro digno para seus semelhantes.

Muito obrigado.



---

Documento 17/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:22

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10698 VIGNATTI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Sucesso da implantação de horta comunitária no Município de Anita Garibaldi, Estado de Santa Catarina. Concessão de bolsa-permanência aos estudantes inscritos no Programa Universidade para Todos - ProUni. Realização da 11ª edição do Dia do Campo, instituído pela Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos - COOPERCAMPOS.

---

O SR. VIGNATTI (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero também saudar as mulheres, às quais ontem prestei minha homenagem.

Sras e Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Câmara, hoje venho a esta tribuna dar testemunho de uma prática que está melhorando a vida de diversas famílias de pequenos agricultores em Santa Catarina.

No último final de semana estive acompanhando a aplicação de recursos do Governo Federal em 7 Municípios do Estado catarinense. Dentre as várias experiências que pude observar, uma delas certamente precisa tornar-se pública para a sociedade brasileira.



No Planalto Serrano de Santa Catarina, no Município de Anita Garibaldi, que tem cerca de 10 mil habitantes, mais precisamente na propriedade do Sr. Irady Mota, Linha São José, a criação de uma horta comunitária está mudando a vida de 17 famílias de pequenos agricultores. Com um investimento de 18 mil reais para a produção da horta, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome está promovendo uma série de benefícios a essas pessoas e à comunidade em geral.

A horta, que começou a ser construída em julho do ano passado, possui 13 mil metros quadrados e reúne hoje uma diversidade de mais de 20 tipos de produtos, todos cultivados sem a aplicação de qualquer agrotóxico. Este, certamente, é o benefício mais importante, pois garante não só a segurança alimentar dessas famílias, mas uma alimentação de qualidade, através da produção de alimentos cem por cento naturais.

Não bastasse o aumento do hábito de consumir verduras e legumes na comunidade, que por si só já é uma grande conquista, a horta proporciona o aumento da renda das famílias envolvidas, que vendem a produção excedente em feiras e restaurantes da região. Assim, ao invés de cada família investir separadamente na produção de hortas individuais, a horta comunitária faz com que, juntas, estas famílias produzam em grande quantidade, diminuindo os custos de produção e aumentando sua margem de lucro.

A partir de agora, o grupo de famílias da Comunidade São José, em Anita Garibaldi, organiza-se para criar uma agroindústria, responsável por garantir a comercialização dos alimentos por melhores preços e sua inserção em grandes supermercados do Planalto Serrano.

Durante minha visita à comunidade, o Sr. Irady Mota, dono da propriedade onde a horta comunitária está instalada, ressaltou outro aspecto positivo do projeto, que merece destaque. Disse o agricultor que, muito mais do que aumentar a qualidade da alimentação das famílias e garantir maior renda, a horta está sendo responsável por fortalecer as atividades coletivas na comunidade e deixar de lado práticas individualistas que retardam o desenvolvimento local.



Desta forma, quero parabenizar o grupo de 17 famílias da Comunidade São José, localizada no Município catarinense de Anita Garibaldi, pelo otimismo, dedicação e seriedade com que encarou este projeto, e destacar meu reconhecimento ao Governo Lula, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pela aplicação de políticas e práticas responsáveis que, como esta que pude observar de perto, estão construindo um Brasil ainda melhor e mais justo.

Outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero destacar, mais uma vez, o empenho que o Governo do Presidente Lula tem feito em prol dos estudantes menos favorecidos. Como membro do Conselho Nacional de Juventude e da Frente Parlamentar de Juventude na Câmara dos Deputados, gostaria de, neste espaço, falar sobre as ações do Governo para a promoção da igualdade de oportunidades aos estudantes brasileiros que querem ter o ensino superior.

A partir da Portaria nº 569, publicada no dia 24 último, no Diário Oficial da União, os alunos do Programa Universidade para Todos - ProUni que estudam em regime de turno integral receberão uma bolsa-permanência no valor de R\$ 300,00.

A bolsa será concedida exclusivamente para custeio de despesas educacionais aos estudantes matriculados em cursos de Agronomia, Ciência da Computação, Enfermagem, Engenharia, Farmácia, Fisioterapia, Informática, Medicina, Odontologia e Veterinária.

Esta medida é mais um passo na consolidação do ProUni. Mesmo com a bolsa integral, muitos jovens têm dificuldade para se manter na universidade por arcar com transporte, alimentação e material didático.

Além disso, a medida é fundamental para garantir a permanência destes jovens nos cursos superiores e estimulá-los a continuar os estudos. Uma das grandes dificuldades é a preocupação com aqueles jovens que não podem conciliar o trabalho com o estudo, em razão dos cursos que exigem dedicação integral.

O processo de seleção para a bolsa será realizado semestralmente, em janeiro e junho. É proibida a acumulação da bolsa-permanência com outras mantidas com recursos públicos de qualquer esfera jurídica. Os estudantes beneficiados em um mesmo processo seletivo disputarão a bolsa com base na nota obtida no Exame



Nacional do Ensino Médio - ENEM. Todos os procedimentos para a concessão de bolsas serão efetuados pelo coordenador do ProUni, em cada instituição.

A verba para custear a ação da bolsa-permanência será remanejada internamente, com os próprios recursos do Ministério da Educação, sem prejuízo para outros programas.

Os selecionados serão comunicados por telefone e por carta. Deverão abrir uma conta no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal e apresentar a documentação para o coordenador do ProUni na instituição em que estuda até o dia 15 de março. O processo de seleção para a bolsa será realizado semestralmente, em janeiro e junho.

O ProUni - Programa Universidade para Todos - é o maior programa de bolsas de estudo da história da educação brasileira. Criado pelo Governo Federal em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, possibilita o acesso de milhares de jovens de baixa renda à educação superior. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, a estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao programa.

Anualmente, as universidades federais brasileiras disponibilizam 122 mil vagas nos vestibulares. O ProUni, já no seu primeiro processo seletivo, ofereceu 112 mil bolsas integrais e parciais em 1.142 instituições de ensino superior de todo o país. É o maior número de vagas criadas na educação superior em apenas um ano. Nos próximos 4 anos, o programa deverá oferecer 400 mil novas bolsas de estudo.

Para finalizar, quero dizer que o ProUni contribui assim com o compromisso do Governo Federal de democratizar o acesso à educação superior, representando uma política pública de ampliação de vagas, estímulo ao processo de inclusão social e geração de trabalho e renda aos jovens brasileiros.

Outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje tem início em Campos Novos, Município localizado em Santa Catarina, a 11ª edição do Dia de Campo, da



Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos - COPERCAMPOS, que se estende até amanhã, dia 9 de março.

O Dia de Campo está direcionado a transferência de novas tecnologias para a agricultura e pecuária. As atividades são conduzidas em condições de campo, conforme a recomendação técnica da Cooperativa ou das instituições de pesquisa.

A missão, além de apresentar as últimas novidades e as tecnologias relacionadas à agricultura de pequeno e médio porte, é validar as tecnologias recomendadas e auxiliar na difusão de modernas práticas agrícolas. Dentro deste contexto são realizados dezenas de testes, desde defensivos, ou novos cultivares de soja, feijão e trigo, a híbridos de milho e forrageiras.

Desse modo, o visitante pode observar o comportamento das culturas de acordo com a tecnologia adotada.

Nesta 11ª edição do Dia de Campo a cooperativa estará apresentando os resultados obtidos com a implantação do Projeto Mecanismos de Produção Limpa, que visa à instalação de biodigestores. O projeto foi lançado no ano passado e agora terá seu funcionamento apresentado aos visitantes.

Além desse projeto, os agricultores e pecuaristas poderão conhecer os testes realizados com o milho híbrido, que é feito desde a 1ª edição do Dia de Campo, e que estarão expostos nas vitrines das empresas produtoras.

Outra novidade para o ano de 2006 é a intensificação das informações para o cultivo do girassol como uma opção para a safra de inverno. Nos anos 80 a COPERCAMPOS já tinha consolidada a sua posição de destaque no cenário agrícola. No início dos anos 90, toma uma atitude inovadora e investe na produção de semente de milho. Na safra de 1993/1994 conduz os primeiros ensaios de híbridos experimentais, que durou até o fim da safra 1994/1995. Findo este período no Campo Demonstrativo continuaram a ser conduzidos ensaios com soja, milho, feijão, trigo etc. E assim se consolida como um dos mais importantes eventos relacionados à agricultura no Estado.

Para finalizar, parabênizo toda a família COPERCAMPOS pela iniciativa e por este grande evento realizado em Campos Novos.



Era o que eu tinha a dizer

Muito obrigado.



---

Documento 18/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:28

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10705 ZÉ LIMA-PP -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. ZÉ LIMA (PP-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 8 de março de 1857, 130 operárias de uma fábrica de tecidos americana, situada em Nova Iorque, fizeram uma grande greve para reivindicar melhores condições de trabalho, tais como redução da jornada de 16 para 10 horas, tratamento digno e equiparação salarial com os homens, pois chegavam a receber um terço do salário na mesma função.

A manifestação foi reprimida com tal violência que aquelas mulheres foram trancadas na fábrica e incendiadas num ato de total brutalidade.

Passados 53 anos, em 1910, durante uma conferência internacional na Dinamarca, ficou decidido que 8 de março seria o Dia Internacional da Mulher. Todavia, somente em 1975, a Organização das Nações Unidas oficializou a data por decreto.

Ao criar a data não se pretendia apenas comemorar, mas debater a questão feminina em âmbito internacional, propiciando discussões acerca do papel da mulher na sociedade.



Passados 149 anos, comemoramos hoje o Dia Internacional da Mulher, e, dada a importância desse dia, eu não poderia ficar alheio às comemorações.

Felizmente, e merecidamente, a mulher vem conquistando cada vez mais espaço na sociedade, tanto pela sua capacidade, quanto pela competência que lhe é peculiar.

Todavia, ainda há muito por fazer, principalmente pelos Poderes Constituídos, pois como sabemos, inúmeras mulheres ainda hoje, em pleno século XXI, morrem na hora do parto por falta de atendimento médico.

Precisamos cuidar da saúde das mulheres brasileiras, as quais muitas vezes assumem o papel de chefe de família, mas, totalmente desprovidas dos serviços essenciais, vêm-se sem alternativas para evoluir, sobretudo politicamente, ajudando o Brasil a figurar entre os países mais desenvolvidos.

Por outro lado, mesmo com todos os avanços conquistados, as mulheres ainda sofrem com a violência masculina, os baixos salários, a jornada excessiva de trabalho e as desvantagens na carreira profissional.

A violência contra a mulher, apesar de ser um tema bastante discutido, mascara um problema latente em nossa sociedade, com muitos casos sem registro, em face da impunidade e da reação dos agressores, culminando em homicídios brutais.

Não obstante, é inconteste que a partir da década de 90 as mulheres brasileiras têm galgado degraus cada vez mais altos em termos de conquistas políticas, e temos constatado que sempre que uma mulher recebe o poder de mando não decepciona, mas ao contrário, demonstra sua tenacidade e obstinação em busca do melhor para todos, motivo pelo qual são dignas dos nossos mais elevados louvores.

Nesse dia, homenageio todas as mulheres do meu País, que foram, são e certamente serão, as guerreiras que sustentam nosso desenvolvimento. Parabênzo as mulheres que promoveram esta sessão solene, que são também guerreiras de nosso País, que vieram a este plenário demonstrar sua luta e sua garra. Parabênzo, finalmente, todas aquelas que implantaram a luta pela liberdade e pela igualdade das mulheres brasileiras.



---

Documento 19/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:30

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10705 JOÃO FONTES-PDT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. JOÃO FONTES (PDT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, neste Dia Internacional da Mulher, desejo homenagear todas as mulheres do mundo - afinal de contas, somos uma única aldeia -, sobretudo as do Brasil, em especial as perseguidas, as sofredoras, as que moram embaixo de pontes, que não têm comida nem leite para alimentar seus filhos, as sertanejas, que não têm água para beber nem pão para comer.

Sr. Presidente, presto esta homenagem na esperança de que um dia possamos celebrar a vida com igualdade e as mulheres possam ocupar cada vez mais seu espaço e ter seus direitos respeitados.

Peço que este pronunciamento seja divulgado no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.



---

Documento 20/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:38

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10712 GASTÃO VIEIRA-PMDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também desejo homenagear as mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

No meu Estado, mais de 90% daquelas que têm emprego doméstico não têm carteira assinada. Esse é um verdadeiro trabalho escravo.

Espero que hoje, Dia Internacional da Mulher, haja consciência no País no sentido de trazer essas pessoas para a legalidade no mercado de trabalho. Não será apenas com a possibilidade de se descontar 12% que vamos criar condições para que as carteiras sejam efetivamente assinadas.

Muito obrigado.



---

Documento 21/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10712 COSTA FERREIRA-PSC -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. COSTA FERREIRA (PSC-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizo as mulheres do Brasil pela passagem do dia 8 de março, data em que se comemora com justiça o Dia Internacional da Mulher.

A Câmara dos Deputados merece elogios pela promoção de diversos eventos, a pretexto da data, para distinguir o valor da mulher em todos os seus aspectos.

A mulher vem ocupando o espaço merecido em todos os aspectos da vida moderna da forma mais digna e capaz. Uma das ferramentas é o estudo. Elas vêm acumulando mais anos de estudo que os homens e os resultados começam a aparecer.

A redução do desemprego entre as mulheres acusa uma trajetória de queda nos últimos 7 anos. Na indústria, o crescimento a partir de 2004 foi de 8,8%. A fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) demonstra que as mulheres ocuparam 60,4% das vagas oferecidas no mercado de trabalho em 2005.



O desemprego entre as mulheres caiu principalmente entre as faixas de 25 e 49 anos, mas o índice de desemprego total entre as mulheres caiu ao menor nível desde 1998, passando de 21,5% para 19,7%.

Há uma outra boa notícia: diminuiu a diferença entre os salários de homens e mulheres. Segundo o livro O Progresso das Mulheres no Brasil, decorrente de estudos feitos pela UNIFEM - Fundo de desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, a diferença de salários para a mesma função caiu de 50%, em 1992, para 30%, hoje.

Permanece uma aura de preconceito, que deve ser dissipada, no que diz respeito à política de salários das empresas privadas e em outros setores como política, saúde.

O número de mulheres desempenhando funções políticas, em qualquer âmbito dos Poderes, deve-se principalmente ao sistema de cotas. Aumentar a participação da mulher na política é de fundamental importância para a ampliação da justiça social no País.

Mortalidade materna é outro indicativo relevante que ainda persiste. Dados do Ministério da Saúde dão nos conta de que o número de mulheres que morrem durante o parto, ou em conseqüência direta dele, é de setenta e cinco para cada mil nascimento. O absurdo ganha maior contorno se considerarmos que apenas as capitais forneceram os números.

A quantidade de óbito de parturiente supera em muito a taxa de mortalidade infantil, sendo indicativo de que o cuidado com a mulher-mãe não cresceu na mesma proporção. Considerando o restante do País, é provável que não haja dados confiáveis quanto ao número total de mulheres que morrem durante o parto. O Governo Federal acena com um projeto para reduzir, nesta Legislatura, em até 25% esse índice. É pouco, mas uma iniciativa válida.

As mulheres ainda são mais vulneráveis às vicissitudes do emprego e têm mais dificuldade de ter carteira assinada. É preciso mudar o quanto antes esse quadro lamentável com ações concretas, respaldados pela dignidade e competência das mulheres, não pelo preconceito de gênero.



Ao desempenhar funções com a desenvoltura exigida, as mulheres abrem o leque de oportunidades a outras áreas antes exclusivamente masculinas. Hoje ajudam a compor os quadros da Academia Brasileira de Letras, do Supremo Tribunal Federal, dos Poderes Legislativo e Executivo; integram as Forças Armadas, Polícias, são líderes comunitárias, agricultoras, empresárias; no segmento cristão-evangélico, desempenham cada vez mais a função pastoral.

A homenagem prestada às mulheres neste dia deve refletir-se no cotidiano de forma prática. Vamos caminhar para um mundo mais justo, considerando o valor das mulheres na amplitude de sua capacidade e o valor intrínseco.

Muito obrigado.



---

Documento 22/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:30

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10726 PASTOR FRANKEMBERGEN-PTB -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste pronunciamento venho homenagear as mulheres brasileiras, especialmente as mulheres autoridades de meu Estado, entre as quais a nobre Deputada Suely Campos, aqui presente, representante do povo de Roraima.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher é marcado por sangue e luta.

A data de 8 de março, além de nos fazer refletir sobre a importância das mulheres em nossas vidas, sobre sua força e sua determinação, leva-nos ao passado, quando, neste mesmo dia no ano de 1857, em uma fábrica em Nova Iorque, 129 tecelãs foram queimadas e carbonizadas simplesmente por terem realizado a primeira paralisação de mulheres por melhores condições de trabalho.

Esse ato bárbaro ficou marcado na história da humanidade, e ainda hoje nos causa repulsa, revolta-nos, entristece-nos. Qual a justificativa para tamanha



agressão? Não são as mulheres que carregam em si a vida? Por que fazer da vida delas um sofrimento?

Passados 49 anos desde aquela tragédia, o que percebemos é que as mulheres estão a cada dia conquistando novos espaços, melhores condições de vida, lutando por dias melhores, sendo respeitadas e admiradas. A mulher está conquistando seu lugar no mundo. Já ocupa lugares que antes eram reservados apenas aos homens. São chefes de família, sustentam a casa. Mais que isso, estão assumindo lugares de destaque, importância e responsabilidade na política. Como exemplos, podemos citar Angela Merkel, nomeada a primeira chanceler da Alemanha; Ellen Johnson Sirded, eleita presidenta da Libéria e a primeira mulher a assumir o poder em um país do continente africano; e Michelle Bachelet, a primeira presidenta eleita no Chile.

Em nosso País, a marca da presença feminina é visível em todos e quaisquer setores de trabalho, e, o que é melhor, com reflexos altamente positivos.

Na política, à exceção do cargo de Presidente da República, as representantes femininas estão em todas as demais funções: Ministras, Vereadoras, Prefeitas, Deputadas Estaduais e Federais, Senadoras, Governadoras...

Meu Estado, Roraima, a exemplo de muitos outros Estados brasileiros, creditaram a muitas mulheres a responsabilidade de dirigir seus destinos. O povo roraimense elegeu a Prefeita da Capital, Teresa Jucá, e mais 3 Prefeitas no interior: Elivânia, de Caracarái, Maria Lúcia, de São João da Baliza, e Florany Motta, de Uiramutã, além de duas Deputadas Federais, Maria Helena e Suely Campos, 3 Deputadas Estaduais, Maria Lúcia Marques, Marília Natalia Reginatto e Maria Luíza Campos, e dezenas de Vereadoras.

Além de trabalharem fora, as mulheres cuidam dos filhos e dos serviços domésticos. No Brasil, segundo dados do IBGE, elas chefiam 24,9% dos domicílios. Conquistaram espaço também nas escolas. As mulheres têm superado os homens quanto à taxa de escolaridade. Entre a população urbana ocupada, por exemplo, a taxa é de 8,2 anos de estudo para as mulheres contra 7,3 para os homens. Nos níveis mais elevados de escolaridade, segundo estudo do IBGE de



2002, as mulheres com mais de 11 anos de escolaridade representam 37,1% da população ocupada, contra 26,6% dos homens.

Dentre as muitas profissões acadêmicas, vale a pena registrar que as mulheres brasileiras representam hoje 97% dos assistentes sociais e fonoaudiólogos deste Brasil, ocupam 91% dos cargos de enfermeiros, 89% dos de psicólogos, 77% dos de professores, 59% dos de advogados, 54% dos de médicos, 50% dos de dentistas, arquitetos e professores universitários, e somam 48% da massa de servidores públicos e 47% dos profissionais de jornalismo. Em síntese, a participação da mulher na força de trabalho em nosso País, em números oficiais, supera o percentual de 51%.

Apesar disso, a discriminação contra as mulheres ainda existe. Mesmo com o aumento do número de mulheres que recebem educação, 2/3 de todas as pessoas analfabetas do mundo ainda são mulheres. E mesmo possuindo níveis mais elevados de escolaridade, o rendimento médio alcançado pelas mulheres é inferior ao dos homens. Segundo o IBGE, o rendimento médio mensal dos trabalhadores do sexo masculino é de R\$ 719,90, enquanto o do sexo feminino é de somente R\$ 505,90 - e com agravantes, quando se consideram as populações afro-descendentes e indígenas. Essa tendência mantém-se mesmo entre profissionais de níveis elevados de escolaridade.

E, infelizmente, a discriminação contra as mulheres não é restrita ao mercado de trabalho. As mulheres sofrem discriminação em casa, nas ruas, nas escolas. Dados do Relatório sobre a Situação da População Mundial de 2005, elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, alertam para a violência contra as mulheres. De acordo com esse relatório, estima-se que uma em cada 5 mulheres no mundo será vítima de estupro ou de tentativa de estupro ao longo da vida, e uma em cada 3 será espancada, forçada a ter relações sexuais, ou sofrerá outras formas de abuso, em geral por parte de um familiar ou conhecido.

No mundo, a cada 5 dias de falta da mulher ao trabalho, 1 é decorrente de violência sofrida no lar. A cada 5 anos, a mulher perde 1 ano de vida saudável, se sofre violência doméstica. No Brasil, mais de 40% das violências sofridas pelas



mulheres resultam em lesões corporais graves. A violência custa ao País 10,5% do seu PIB.

Estatísticas elaboradas a partir de informações colhidas em delegacias, presídios e centros de reabilitação mostram que no Brasil cerca de 450 mil mulheres anualmente sofrem algum tipo de agressão física, dentro e fora do lar, com altíssimo percentual de lesões corporais, e que 95% dos casos de agressões a menores são praticados contra crianças do sexo feminino.

A cada minuto uma mulher morre em decorrência de problemas na gravidez, alcançando o impressionante número de 500 mil mortes anuais, mortes que poderiam facilmente ser evitadas com o devido acompanhamento pré-natal e a adequada assistência médica.

Outro aspecto preocupante é a feminização da pobreza. De 1,2 bilhão de pessoas em todo o planeta vivendo abaixo da linha de pobreza, 70% são mulheres.

Mas as mulheres são fortes, lutadoras e solidárias, e não se intimidam com esses dados; pelo contrário, são essas injustiças e a dor que as persegue que as fazem batalhar por liberdade, por igualdade entre os sexos e por reconhecimento.

Quero parabenizar as mulheres brasileiras, as mulheres roraimenses, as mulheres do mundo. Mais do que parabenizá-las pelo seu dia, quero agradecer a essas mulheres o carinho e a dedicação a nós dispensados. E mais ainda, quero ser solidário com elas na sua luta. Contem com meu apoio na luta contra a violência e a discriminação contra as mulheres.

A mulher foi criada por Deus para ser companheira do homem, para caminhar junto com ele, formando os 2 uma só carne.

Reconheço a importância da mulher em nossas vidas. Elas não apenas nos deram a vida, mas nos ensinam todos os dias a amar o nosso próximo e a respeitá-lo. Deus criou a mulher para que pudéssemos encher esta Terra de vida, de amor. Criou-a para convivemos, homens e mulheres, lado a lado, ajudando-nos uns aos outros, cuidando uns dos outros.

Aproveito este dia para agradecer às mulheres que amo pelo amor e pelo apoio a mim dispensados todos os dias, os alegres e os tristes.



Obrigado, minha mãe, obrigado, minha esposa, obrigado, minhas filhas, por estarem sempre ao meu lado. Parabéns pelo seu dia.

Eu não seria a pessoa que sou se não tivesse sido criado por esse exemplo de mulher que é D. Isaíra, que foi sempre uma lutadora e ensinou-me a dar valor às pessoas e às conquistas de cada dia.

Obrigado, Marilúcia, minha esposa dedicada, que sempre dedicou sua vida às justas causas, aos nossos filhos e à família.

Obrigado, Lizaira e Cleycienne, minhas filhas, pelo carinho e dedicação de cada dia.

Obrigado, meu Deus, por ter criado as mulheres e por tê-las colocado na nossa vida.

Parabéns a todas as mulheres.

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 23/103

---

013.4.52.O Sessão Extraordinária - CD 08/03/2006-20:04

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10892 CARLOS EDUARDO CADOCA-PMDB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES  
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conquistas das mulheres nas áreas política, social e trabalhista. Baixa representatividade feminina na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Situação da mulher no Brasil.

---

O SR. CARLOS EDUARDO CADOCA (PMDB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para prestar a minha homenagem às mulheres. À mulher trabalhadora, que enfrenta dupla ou tripla jornada diária; à empreendedora; à dona de casa, que às vezes renuncia à sua carreira em prol de sua família. À que é mãe, esposa e filha. À chefe de família, que supre os seus, material e afetivamente. A todas as mulheres que se desdobram para cuidar das suas vidas pessoais e profissionais, exercendo um importante papel na sociedade. É graças à sua luta e à perseverança que, a cada dia que passa, desempenha mais e mais papéis no nosso cotidiano. Uma trajetória progressiva, estratégica e irreversível.

O dia 8 de março foi escolhido em 1857, quando operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque fizeram greve. Ocuparam as instalações e reivindicaram redução na carga diária de trabalho de 16 para 10 horas, equiparação de salários



com os homens - elas recebiam até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho - e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho. A manifestação foi reprimida violentamente e as mulheres foram trancadas na fábrica, que foi incendiada, o que matou aproximadamente 130 tecelãs. Uma luta que, como se sabe, estava apenas começando.

Em 1910, durante o Congresso Internacional de Mulheres, em Copenhague, Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o Dia Internacional da Mulher. Mas somente em 1975 a data foi oficializada pela ONU.

Outra data importante na luta pela igualdade de direitos entre os gêneros foi 24 de fevereiro de 1932. Naquele dia foi instituído o voto feminino. No transcorrer desses 74 anos, as mulheres obtiveram muitas conquistas políticas, sociais e trabalhistas. Há necessidade e espaço para mais. Gradativamente elas têm desempenhado cada vez mais funções antes consideradas exclusivamente masculinas, seja na iniciativa privada, seja nas Forças Armadas, seja no Judiciário, seja no alto escalão do Executivo, seja no Legislativo.

Para se ter uma idéia, nesta Casa, apenas 8,8% das cadeiras (45) são ocupadas por Deputadas, apesar de as mulheres serem aproximadamente 51% da população. No Senado o percentual é de 11,11%. Ainda é um número baixo, se considerarmos que pelo menos 30% das candidaturas estão relacionadas ao sexo feminino, conforme disposto no art. 10 da Lei nº 9.504, de 1997. Com o passar do tempo, diante da excelência do trabalho parlamentar feminino que tem sido desenvolvido, a tendência é aumentar o número de mulheres eleitas.

Atualmente tramitam nesta Casa proposições que objetivam aumentar a presença feminina nas reuniões do Colégio de Líderes e na Mesa Diretora. Ora se encontra em discussão também matéria que estabelece um piso de 30% do fundo partidário para programas de promoção da participação política das mulheres e a que destina 30% do tempo da propaganda partidária gratuita às candidatas mulheres.

Além do incentivo à maior participação feminina neste Poder, há aproximadamente 500 proposições que visam a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a exploração sexual de crianças e adolescentes, a promover o combate ao preconceito de gênero. Há muitos outros projetos



relacionados à temática feminina. Lamentavelmente, costuma-se alardear a celeridade na tramitação desses projetos apenas durante a Semana da Mulher. Passados alguns dias, eles retornam à "vala comum", e as ações afirmativas pró-igualdade de gêneros são novamente postergadas.

Alguns números ilustram a situação da mulher no Brasil. A cada 15 segundos, 1 mulher é agredida. Há mais mulheres pobres que homens, apesar de a sua carga horária de trabalho ser maior. O salário médio delas é 69,6% menor que o dos homens. Apesar de investirem em educação - o analfabetismo feminino caiu de 29,8% em 1991 para 13,5% em 2000 - e de cada vez mais se dedicarem ao trabalho, não há garantia de acesso a cargos de decisão e a melhorias salariais. Sabe-se que 20,4% das mulheres têm 11 ou mais anos de estudo. Apenas 17,5% dos homens alcançam esse patamar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não podemos mais conviver com essas disparidades. Temos que remunerar igualmente o trabalho feito por ambos os sexos, pois o que se deve considerar é a capacidade produtiva e não o gênero. O Poder Público deve agir firmemente para eliminar as agressões e também para erradicar qualquer tipo de desigualdade. A sociedade moderna já não suporta esse tipo de comportamento. Às mulheres os meus sinceros parabéns. Apóio sua crescente valorização e reconhecimento.

Obrigado.



---

Documento 24/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:52

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10716 NELSON PELLEGRINO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Pedido de recuperação da estrada de Lamarão, no Estado da Bahia.

---

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, assim como já fizeram vários Parlamentares, tanto do sexo feminino quanto do masculino, gostaria de parabenizar as mulheres brasileiras no Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este ano a data de 8 de março levanta uma bandeira muito importante contra a violência que infelizmente vêm sofrendo as mulheres, tanto no Brasil quanto no mundo.

Para mim, essa questão é importante, pois as mulheres sofrem violência moral, psicológica e cultural, mas a física é a mais covarde de todas. É preciso adotar medidas enérgicas para erradicar em nosso País a reprovável prática da violência física contra as mulheres.

Portanto, neste dia, que acima de tudo é de luta, homenageamos as mulheres brasileiras, especialmente as baianas, sem as quais não existiríamos, pois são



elas quem nos colocam no mundo. Homenageio minha mãe, minha esposa, minha filha e e manifesto-me contra a vergonha da violência física que lhes é imputada.

Aproveito a oportunidade - vejo aqui a Deputada Alice Portugal e me lembro do assunto - para cobrar do Governador da Bahia o início da reforma da estrada de Lamarão, que liga o Município de São Sebastião do Passé à BA-093, e o trecho de São Sebastião do Passé a Candeias, que é a BA-522, salvo engano. Trata-se de importantíssima rodovia para São Sebastião do Passé.

O mais importante, Deputada Alice Portugal, é que a PETROBRAS já se dispôs a bancar 50% da reforma da rodovia e inclusive, se o Governo do Estado assim quiser, a bancar 100%, antecipando o ICMS que a empresa tem de recolher junto ao Governo baiano.

Portanto, não há justificativas para que a Bahia não recupere essa rodovia no momento em que várias estradas estão sendo recuperadas, inclusive a BR-324.

Muito obrigado.



---

Documento 25/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10740 SANDES JÚNIOR-PP -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. SANDES JÚNIOR (PP-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna hoje para falar de um dia muito importante para a humanidade, uma data que enche de orgulho não apenas essas incansáveis guerreiras, portadoras de sentimentos de generosidade, de elevado espírito público: o Dia Internacional da Mulher.

Neste dia 8 de março as mulheres são lembradas por seu importante papel na sociedade. No mundo inteiro, são mulheres que trabalham, criam filhos, dividem ou não as alegrias e tristezas do dia-a-dia com parceiros, professam múltiplos credos religiosos, pertencem ao extenso leque de etnias que colorem nosso mundo e provam quão diversa e original pode ser a humanidade.

No Brasil, as mulheres estão na zona rural e nas cidades, nas universidades, nas tarefas de prestação de serviços, nas favelas, nos bairros abastados, enfim, vivem a sua rica diversidade dentro das condições de luta pela sobrevivência, de busca por felicidade, saúde, paz que se colocam neste País.



Neste dia, é importante fazer referência não apenas à mulher inserida no mercado de trabalho, mas também à mulher pobre, que passa meses a fio, quase um ano inteiro, à espera de seus maridos, pais, filhos ou irmãos, integrantes das legiões de bóias-frias. Cidades como as piauienses Barras, Miguel Alves, Esperantina, Uruçuí, Corrente e São Raimundo Nonato vêm a cada ano a quase totalidade de sua população masculina adulta viajar em busca de trabalho. Esses homens viajam para o Pará, para Tocantins, para Mato Grosso, para Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo e Brasília.

As mulheres falam do regresso, que começa a acontecer no mês de novembro, e da permanência, que vai até o mês de janeiro, quando os homens, findas as parcas economias que com sorte trouxeram da jornada de quase 1 ano de trabalho, partem novamente para destinos incertos. Alguns passam anos sem ver suas famílias, outros demoram menos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas, em sua imensa maioria, esses migrantes temporários são absorvidos pelo trabalho braçal em fazendas dedicadas à pecuária e à agricultura nos Estados do Pará e do Tocantins, e são inúmeros os casos em que os trabalhadores sofrem maus tratos. Ali eles adoecem ou padecem vários tipos de dificuldades, como dormir em lugares totalmente inadequados, alimentar-se de maneira insuficiente, conviver com os perigos oferecidos pela floresta, trabalhar sem as garantias legais, sofrer situações abusivas quanto à exploração de sua força de trabalho e mesmo submeter-se ao trabalho escravo.

Como bem relata a Prof<sup>a</sup>. Adonia Antunes Prado, em artigo publicado na edição do Jornal do Brasil de hoje, "estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Escravo Contemporâneo da Universidade Federal do Rio de Janeiro mostram que, mesmo sabendo dos riscos e incertezas contidos nessa busca incessante por sustento e um pouco de conforto, os trabalhadores continuam viajando, migrando temporariamente. Na realidade, o que os leva a migrar é a inexistência de oportunidades em suas localidades de origem. A situação de pobreza e a ausência masculina faz com que as mulheres busquem recursos na coleta e venda do côco babaçu, atividade que acrescentam às suas tarefas domésticas, que incluem os cuidados da casa, dos filhos, dos idosos e, muitas



vezes, dos netos. Algumas também trabalham na roça de subsistência. A situação de saudade, medo, preocupação com os familiares distantes e a necessidade premente de manter a família, geralmente numerosa, faz com que as mulheres daquela região brasileira mereçam ser lembradas neste 8 de março, mantendo-se a tradição de resistência e busca por melhores condições de vida que as comemorações desse dia evocam", conclui brilhantemente a professora carioca.

O dia 8 de março tem seu referencial no passado, porque lembra a história dos esforços para superar a discriminação da mulher. Mas essa tarefa afeta também o presente e implica estender o olhar para o futuro: podemos imaginar o que acontecerá e quantos benefícios não de ser alcançados quando a mulher estiver plenamente incorporada a todos os âmbitos da sociedade.

É preciso dizer estamos diante de um desafio positivo e aberto: os homens e as mulheres têm de trabalhar juntos, em prol de uma sociedade melhor, com idêntica responsabilidade, com contribuições adequadas ao gênio próprio de cada um. As qualidades masculinas e as femininas precisam umas das outras nessa tarefa coletiva, pois o bem comum somente se alcança mediante um trabalho conjunto. Assim, a discriminação da mulher não deve representar apenas uma ofensa para ela. Constitui também uma vergonha para o homem e um problema sério para o mundo.

Termino, Sr. Presidente, com uma reflexão do ilustre pensador Frei Betto: "Meu lado mulher incomoda-se de receber homenagens num único dia do ano - 8 de março -, enquanto meu lado homem se farta com 364 dias. Talvez se faça necessária esta efeméride, dor recente de uma cicatriz antiga. Porque se vive numa sociedade machista: matrimônio, o cuidado do lar; patrimônio, o domínio dos bens."

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



---

Documento 26/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10743 CIRO NOGUEIRA-PP -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com satisfação que também ocupo hoje esta tribuna para cumprimentar as mulheres por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Cumprimentar e externar a admiração especial que despertam as mulheres brasileiras - mães, esposas, donas de casa, profissionais dedicadas, Parlamentares.

Ao mesmo tempo, quero fazer deste um momento de reflexão a respeito da situação das mulheres em nosso País e destacar que, apesar do espaço que a população feminina vem conquistando, é preciso avançar em muitas áreas.

Tenho acompanhado a luta da bancada feminina de nosso Parlamento no sentido de propor soluções para muitos problemas que afetam a mulher brasileira, seja na área de saúde, seja no mercado de trabalho, seja na área dos direitos humanos. Toda essa luta, Sras. e Srs. Deputados, recebe o nosso apoio, e não é, portanto, uma luta solitária.



Divido com minhas colegas Parlamentares, por exemplo, a preocupação quanto à violência contra a mulher e a certeza de que é preciso, urgentemente, estabelecer políticas públicas específicas para combater a violência doméstica. Maus-tratos físicos, morais, sexuais ou psicológicos são inadmissíveis em um país democrático como o nosso.

Assim, Sr. Presidente, este Dia Internacional da Mulher representa a oportunidade de refletirmos a respeito de ações que busquem a efetiva valorização da mulher.

E, por fim, gostaria de me valer de uma frase muito utilizada pelo movimento feminista, que se constitui a principal razão de nossa homenagem não só neste dia, mas em todos os dias do ano: "As mulheres são a metade do mundo, e mães da outra metade". Merecem todo o nosso respeito.

Muito obrigado.



---

Documento 27/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10745 JOÃO TOTA-PP -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. JOÃO TOTA (PP-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a passagem esta semana do Dia Internacional da Mulher, com celebrações e manifestações de apoio e solidariedade mundo afora, trouxe todo o direito a comemorar conquistas consolidadas e lançar novas bandeiras para uma luta que apenas começou. É só lembrar que foi na década de 60 que o Estatuto da Mulher Casada veio funcionar como um verdadeiro divisor de águas em um Brasil onde a mulher, até mesmo para trabalhar, tinha que ter autorização do marido. Em países como o Japão, onde tecnologia rima com tradição, a mulher só veio ter a igualdade jurídica com os homens na década passada. Se realizada uma análise apurada e absolutamente isenta, é fácil verificar que as conquistas são recentes e muito ainda há de ser feito para equilibrar os direitos numa espécie de igualdade do gênero humano.

Mesmo que hoje a mulher, em muitas partes do mundo, seja ainda objeto de posse e submissão, dependendo sobretudo da cultura, não se pode negar o espetacular avanço obtido em tão curto espaço de tempo. O grande marco ficou



mesmo por conta da greve por melhores condições de trabalho liderada por mulheres em uma indústria têxtil de Nova Iorque. Naquele 8 de março de 1857, 129 operárias foram acudadas dentro de um galpão e queimadas vivas num incêndio que revoltou a cidade. Era a linha de partida de uma luta que, a partir de então, passou a contabilizar suas vitórias e conquistas. As americanas, em particular, já tinham dado início à luta pelo direito de votar, conquistado em 1920, após a mobilização de 2 milhões de mulheres em todo o país.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no Brasil não foi diferente. Vale dizer que as mulheres já tinham começado uma mobilização discreta mas de resultados concretos na questão abolicionista. Em 1917, uma passeata de 84 distintas senhores reivindicando o direito do voto escandalizou a sociedade conservadora do Rio de Janeiro. Mas, por incrível que possa parecer, foi no Rio Grande do Norte, com todo o conservadorismo nordestino, onde, pela primeira vez, em 1928, foi concedida a igualdade política para as mulheres. A vitória mesmo só viria em 1932, com um decreto-lei do Governo Provisório estendendo o direito a todas as brasileiras, iniciativa consolidada na Constituição de 1934. Mas muito ainda tinha de ser feito para amenizar o preconceito e o notório privilégio legal dos homens, herança de uma tradição latina machista e imperial que sempre colocou a mulher em segundo plano.

Felizmente, o Estado que represento, o Acre, foi um dos pioneiros na presença feminina em seus postos-chaves. Estado longínquo e há algum tempo ainda isolado, onde as famílias tradicionais primavam em enviar seus primogênitos às universidades das grandes capitais, era a figura da mulher que acabava ficando e ocupando espaços outrora praticamente exclusivos do homem. Não para menos foi no Acre que surgiu a primeira Senadora negra, a ginecologista Laélia Alcântara; a primeira mulher a chegar, no Brasil, ao Governo do Estado, a advogada e Deputada Iolanda Fleming, além de possuir em seu Judiciário, no Ministério Público, nos demais órgãos de governo, em Prefeituras e na iniciativa privada, em particular na imprensa, figuras femininas de primeira linha que se destacam e sabem, mais que ninguém, honrar o lugar que ocupam. É mister



reconhecer que nesse quesito o Acre sempre foi pioneiro e desbravador, como manda sua tradição de luta.

Muito obrigado.



---

Documento 28/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:46

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10713 ZÉ GERALDO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Regozijo com a edição da Medida Provisória nº 284, de 2006, sobre incentivo à formalização do trabalho doméstico.

---

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna parabenizar as mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

Aproveito a oportunidade para registrar os efeitos da Medida Provisória nº 284, de 2006, que trata do incentivo à formalização do trabalho doméstico, a qual proporcionará benefícios à uma categoria especial de mulheres trabalhadoras, às secretárias do lar.

Vou apresentar alguns dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios. Existe atualmente no País 6,47 milhões de empregados em domicílios, representando 7,7% de todas as pessoas ocupadas no Brasil, sendo 90% desses postos de trabalho sendo ocupados por mulheres. Dos 6,47 milhões de empregados, 4,8 milhões não têm registro em carteira, ou seja, 74% dos empregados estão na informalidade. Seguramente é a maior taxa de informalidade dentre todas as categorias de trabalhadores.



Sr. Presidente, a intenção com a edição desta MP é estimular a assinatura da carteira profissional, proporcionando a esses 74% de empregados que estão na informalidade direitos como: aposentadoria por tempo de serviço e não só ao benefício por idade, férias remuneradas com acréscimo de 1/3 do salário, licença maternidade, auxílio doença e aviso prévio de 30 dias.

Sr. Presidente, acredito que o Governo Lula está fazendo sua parte, garantido aos empregadores a possibilidade de abater no Imposto de Renda parte da despesa com a contribuição patronal à Previdência Social. Espero, assim, que essa MP atinja uma meta maior do que nossa expectativa, que é de trazer 1,8 milhão de empregados para a formalidade.

Para finalizar, nobres colegas, parabênizo as mulheres brasileiras e particularmente as mulheres do meu querido Estado do Pará, por mais essa conquista.

Muito obrigado.



---

Documento 29/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:50

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10715 ILDEU ARAÚJO-PP -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita satisfação que venho a esta tribuna parabenizar todas as mulheres pelo seu dia e dizer o quanto têm evoluído e cada vez mais conquistado seus espaços.

Há muito tempo a mulher vem lutando e, com isso, alcançando seus objetivos, conquistando a igualdade e a justiça. Tratada como objeto, e considerada como sexo frágil, está deixando de existir, e vem se mostrando cada vez mais ciente de seus direitos perante a sociedade, cada vez mais batalhadora e independente. A mulher tem derrubado vários tabus, revolucionando tradições, marcando presença em lugares antes restritos somente aos homens.

Muitos são os resultados alcançados, mas ainda se tem muito pelo que lutar. O preconceito, a discriminação, a violência, as desigualdades sociais ainda são um tormento que atingem a mulher em cheio.

As mulheres não podem se calar e baixar a cabeça, devem continuar indo atrás de seus direitos e nunca se deixar abater pelos obstáculos que a sociedade impõe.



Devem trabalhar em grupo, denunciando e reagindo contra a impunidade para que sejam reconhecidas e respeitadas.

As mulheres têm mostrado que filhos, marido, uma casa para se cuidar não são barreiras para se atingir o sucesso e a realização profissional. Mostra que tem tanta capacidade quanto o homem, por meio de sua competência, criatividade, maneira de encarar os desafios.

Com isso, deve se fazer valer a Constituição, onde homens e mulheres são iguais, com especial atenção às mulheres chefe de família, mulheres pobres, mulheres discriminadas duplamente por serem negras, mulheres rurais e as que não conseguem enfrentar o cotidiano da violência doméstica.

Por isso devemos dar atenção especial às nossas mulheres, elas que são essenciais na nossa sociedade e em nossas vidas.

Mulheres, personalidades honradíssimas, temos orgulho em tê-las. Mãe, amada, irmã, amiguíssimas, impossível não percebê-las. Desde as meigas, as extremistas, não há quem possa vencê-las. É a maior demonstração de beleza, de garra, de amor e de fé. Por tudo isso, conquistou o Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa e no programa A Voz do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 30/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:58

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10719 LEONARDO MONTEIRO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Defesa de reformulação do Projeto de Lei nº 98, de 2003, sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual.

---

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 8 de março é o Dia Internacional da Mulher, consagrado pela Organização das Nações Unidas em 1945. É uma homenagem às operárias norte-americanas que, em 8 de março de 1857, fizeram a primeira greve da história, organizada unicamente por mulheres.

As operárias, que reivindicavam principalmente a redução da jornada de trabalho de 16 para 10 horas, foram duramente reprimidas pela polícia. Com intuito de se protegerem, muitas delas se refugiaram dentro da fábrica. Por ordem dos patrões a polícia trancou os portões e ateou fogo no prédio, causando a morte de 129 mulheres, asfixiadas ou carbonizadas. Por isso a ativista do movimento feminista alemão, Clara Zetkin, propôs na I Conferência Internacional de Mulheres, realizada em Copenhague, na Dinamarca, que 8 de março fosse consagrado ao Dia Internacional da Mulher.



Criou-se, então, um dia para homenagear mulheres, heroínas como Joana D'Arc, grande personagem da história da França. Joana, que dizia falar em nome de Deus, anunciou a todos que entre os desígnios Dele encontrava-se a salvação da França das garras dos britânicos, e ela havia sido escolhida para libertar a nação, que ainda se formava, e para recuperar o orgulho e as terras dos franceses. Surpreendentemente para todos, em particular para os nobres, que viam em Joana uma simples camponesa, sua sede de vitórias e o embalo de carregar consigo o que imaginava ser o poder confiado a ela por Deus, vitórias incríveis foram sendo conquistadas. Numa época em que as mulheres sofriam enormes preconceitos, cabendo-lhes somente papel secundário na história, Joana se tornava um mito. Encarnava papéis que exclusivamente eram reservados aos homens, empunhava espadas, vestia armaduras e falava como comandante.

Mas não demorou muito para que viesse a ser chamada de bruxa pelos inimigos. Abria-se a brecha esperada pelas autoridades francesas para desfazerem-se da camponesa, tida como heroína. Somente as chamas purificadoras da Inquisição poderiam livrá-la das alucinações e continuar identificando-se como portadora das mensagens divinas. Afinal, em plena Idade Média era inadmissível Deus revelar-se aos homens por intermédio de uma mulher, camponesa de origem, analfabeta e, além de tudo, demonstrando força e personalidade.

Inaceitável, porém, é a realidade das mulheres, pois, como Joana D'Arc, encarnam papéis reservados aos homens e ainda não são reconhecidas em sua dignidade. Em todo o mundo as mulheres são lembradas, neste dia, de forma especial, porém a maior parte das comemorações não interfere de forma direta, em sua dura realidade, no sentido de transformá-la.

No Brasil as mulheres são 30% das lideranças familiares, mas ganham em média apenas 65% do valor dos salários pagos aos homens. A situação das mulheres negras é ainda mais grave, pois chegam a receber salários abaixo da metade do valor recebido pelas mulheres brancas. Além dessas condições a que estão submetidas, muitas delas enfrentam dupla jornada de trabalho, pois além do emprego fora de casa têm a responsabilidade integral pelas tarefas domésticas e



o cuidado com os filhos. Como não bastasse, há um sem-número de mulheres vítimas de algum tipo de agressão em distintas classes sociais.

Não preciso lembrar as mulheres camponesas que, de igual modo, enfrentam a lida diária, ocupando-se com os afazeres domésticos, educação dos filhos e ainda trabalham nas lavouras. O caso é ainda pior. As mulheres camponesas, ao completarem a idade para aposentadoria, ainda precisam contar com a sorte para comprovar o trabalho no campo.

E o que dizer das mulheres que precisam vender o corpo para sobreviverem. O plenário do XI Encontro Nacional da Pastoral da Mulher Marginalizada, realizado em Teófilo Otoni, Minas Gerais, em novembro do ano passado, concluiu que o Projeto de Lei nº 98, de 2003, do Deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), é discriminatório para as mulheres que vivem da prostituição.

Noventa por cento das agentes da Pastoral, prostitutas e ex-prostitutas decidiram que o projeto beneficia traficantes de mulheres, cafetões, concede mais poder para a exploração e favorece a expansão da prostituição, prejudica os filhos, a prostituição de rua se torna ilegal, aumenta a prostituição infantil, não promove a saúde da mulher, não melhora a escolha da mulher, arranca dinheiro das mulheres, não oferece garantia de receber o pagamento e aumenta a discriminação.

O evento reuniu mais de 80 agentes da Pastoral de vários Estados brasileiros, além de prostitutas e ex-prostitutas. A Pastoral, atendendo reivindicação das prostitutas, preparou um documento pedindo o arquivamento do projeto de lei. O documento nos foi entregue e de imediato repassamos à Mesa Diretora dessa Casa Legislativa.

Conhecendo essa realidade, devemos fazer desse dia momento de reflexão e de luta, para que a diferença biológica entre um homem e uma mulher não seja justificativa para a intolerância, a opressão, a desigualdade de direitos e a violência a que as mulheres são submetidas.

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 31/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-16:00

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10757 FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ocorrência de violência policial durante o 1º Encontro de Mulheres de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

---

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, no Dia Internacional da Mulher, ocorrem manifestações relativas à data no mundo inteiro, inclusive no nosso País e nesta Câmara, onde está havendo uma série de atividades desde as primeiras horas da manhã.

Trago ao conhecimento da Casa lamentável episódio ocorrido em Natal, Capital do Rio Grande do Norte, na madrugada deste dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, quando um grupo de mulheres participantes do 1º Encontro de Mulheres de Natal, colava cartazes sobre uma das mais importantes bandeiras de luta do movimento feminista - a legalização e a descriminalização do aborto.

De forma repressora e discriminatória, depois de lerem o cartaz "Eu Aborto, Tu Abortas, Somos Todas Clandestinas", policiais abordaram essas mulheres e lhes deram voz de detenção, acusando-as de apologia ao crime e formação de quadrilha, além de obrigá-las a ir para a 10ª Delegacia de Polícia de Plantão da Zona Sul.



Detidas, elas permaneceram na delegacia durante 5 horas, sendo submetidas a situações que ilustraram preconceito, desinformação e autoritarismo por parte dos policiais.

Faço o registro do fato desta tribuna, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, para que atitudes como essas não se repitam nunca mais.

A propósito, tenho em mão nota de repúdio assinada por diversas entidades do meu Estado, que encaminho à bancada feminina da Casa, para que também emita nota de repúdio e a envie aos órgãos de segurança do meu Estado, o Rio Grande do Norte, pedindo a apuração do fato e a punição dos responsáveis.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 32/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:24

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10700 CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Artigo do jornalista Zuenir Ventura sobre a presença de tropas do Exército em favelas do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

---

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no Dia Internacional da Mulher, saúdo as mulheres que lutam pela sua emancipação e igualdade, tão necessárias em várias sociedades - não só a brasileira - marcadas pelo patriarcalismo e pelo autoritarismo.

Sras. e Srs. Deputados, quero também fazer o registro de importante artigo do jornalista Zuenir Ventura sobre algo que é uma desventura no Rio de Janeiro: a presença de tropas do Exército nas favelas, até com canhões apontados para aquela comunidade. Há certa ilusão de que isso vai resolver o gravíssimo problema da segurança pública no Estado.

A segurança pública exige esforço conjugado, inclusive das Forças Armadas, nas fronteiras interestaduais e internacionais para coibir o contrabando de armas e drogas. Para isso é necessário que haja Polícia inteligente e efetiva.



Aquelas soluções que o Zuenir aponta, como a operação enxuga-gelo, têm repercussão. Mas há muitos soldados despreparados, o que já ocasionou o falecimento de um rapaz atingido por bala perdida. Trata-se de algo muito grave e dramático, de uma questão nacional que precisa ser enfrentada por todos nós.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR



---

Documento 33/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:08

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10688 GUILHERME MENEZES-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Histórico das conquistas femininas no Brasil. Acerto da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

---

O SR. GUILHERME MENEZES (PT-BA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 8 de março, comemora-se o Dia Internacional da Mulher. A data, mais que uma homenagem, é um marco de lutas das mulheres por um mundo mais justo.

Em nosso País, uma das pioneiras na luta pelos direitos das mulheres foi Bertha Maria Júlia Lutz, que nasceu em São Paulo no dia 2 de agosto de 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista e pioneiro da medicina tropical Adolfo Lutz. Ela foi, àquela época, a maior liderança na luta pelos direitos políticos das mulheres.

Depois de estudar na Europa, retornou ao Brasil e ingressou como bióloga, por meio de concurso público, no Museu Nacional, sendo a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro.

Sob sua liderança foi criada, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Em 1922, representou as brasileiras na Assembléia-Geral da Liga das



Mulheres Eleitoras. Dez anos depois, em 1932, o voto feminino foi reconhecido como direito. Para entendermos a dimensão dessa conquista, vale notar que somente em 1945 as mulheres francesas alcançaram o mesmo direito.

Muitos avanços têm sido conquistados, desde então, pelo fato de as mulheres, votando e sendo votadas, fazerem ecoar melhor suas reivindicações.

A Constituição de 1988 foi um marco nessa luta, já que consagrou direitos fundamentais, entre os quais:

- Eliminação da Supremacia dos homens nas questões familiares;
- Direito da mulher casada de declarar separadamente seu Imposto de Renda;
- Mesmos direitos para os casados e para os parceiros em uniões consensuais;
- Licença-maternidade remunerada de 120 dias e licença-paternidade remunerada de 5 dias;
- Classificação da violência sexual como crime contra os direitos humanos e não como crime moral;
- Direitos trabalhistas e previdenciários estendidos aos trabalhadores e especialmente às trabalhadoras domésticas, já que constituem a imensa maioria da categoria.

Merece destaque especial a luta pelos direitos trabalhistas no campo, já que antes da Constituição de 1988 as mulheres trabalhadoras rurais eram consideradas ajudantes do lar. Os Constituintes, motivados pelas grandes mobilizações sociais em prol desse direito, reconheceram o trabalho rural em economia familiar tanto de pequenas agricultoras como de garimpeiras e pescadoras artesanais, consagrando o seu direito à aposentadoria e aos direitos sociais da Previdência.

A conquista da inclusão previdenciária dos trabalhadores e trabalhadoras rurais é considerada por todos os dados estatísticos do Brasil como a maior distribuição de renda feita no meio rural.

O Presidente Lula, inspirado, inclusive, por experiências desenvolvidas em muitas Prefeituras administradas majoritariamente pelo seu partido, criou, por meio da Medida Provisória nº 103, no primeiro dia do seu Governo, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio dar



tratamento de política pública às questões que atingem especificamente as mulheres.

Foi com essa mesma preocupação que o Presidente Lula assinou, no último dia 6 de março, a medida provisória que concede ao empregador doméstico que assinar a carteira de trabalho de empregados e empregadas o direito de ter descontada no Imposto de Renda a contribuição feita ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Isso pode ampliar ainda mais um setor que emprega aproximadamente 6 milhões de pessoas, quase exclusivamente mulheres, sendo que mais de 70% não possuem carteira de trabalho, estando, portanto, excluídas dos direitos trabalhistas.

São ações como essa que consolidam, em nosso País, direitos há muito relegados, promovendo desenvolvimento com justiça social.

Obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 34/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:12

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10691 DRA. CLAIR-PT -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização da 3ª Marcha das Donas de Casa. Apoio a proposta de regulamentação da aposentadoria das donas de casa.

---

A SRA. DRA. CLAIR (PT-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste dia em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, não poderia deixar de prestar a minha homenagem a todas as mulheres anônimas que ajudaram a construir esta grande Nação.

A cada ano que comemoramos essa data, é muito satisfatório registrar os avanços que o nosso País apresenta nas relações de gênero, buscando sanar as desigualdades existentes. Também é importante ressaltar o quanto ainda precisamos avançar para chegarmos ao ideal de uma sociedade em que exista uma igualdade real entre homens e mulheres.

É nesse sentido que quero destacar a luta pela inclusão previdenciária das donas de casa. Hoje, participamos da 3ª Marcha das Donas de Casa para reivindicar junto ao Governo e ao Congresso Nacional a regulamentação do dispositivo constitucional que garante às donas de casa o direito a aposentadoria e demais



benefícios previdenciários. Mais de 5 mil mulheres, vindas de todos os Estados brasileiros, inclusive dezenas vindas do Estado do Paraná, participaram dessa caminhada. Fomos recebidas pelo Presidente em exercício, José Alencar, que se comprometeu a assumir essa luta.

Assim, vamos envidar todos os esforços para que o Congresso Nacional vote os projetos de lei que estão tramitando sobre esse assunto, que prevêm alíquotas de contribuição diferenciadas para esse segmento e isenção para as mulheres que já se encontram em idade de requerer aposentadoria.

Muito obrigada.



---

Documento 35/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:14

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10691 SIMÃO SESSIM-PP -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Lançamento da Campanha Nacional de Valorização do Trabalho Doméstico,

---

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para que uma sociedade seja efetivamente democrática, é preciso haver igualdade entre homens e mulheres. Por isso mesmo é que todos os anos, no dia 8 de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, o mundo inteiro pára, reverenciando o sexo feminino.

Mas, talvez, poucos devem lembrar do que aconteceu no dia 8 de março de 1857, há exatos 149 anos. O Dia Internacional da Mulher é uma homenagem a um episódio trágico que aconteceu nos Estados Unidos envolvendo 129 mulheres de uma fábrica de tecidos, ao fazerem uma greve em protesto contra jornada de trabalho diária de 16 horas, portanto, desumana, aliada a baixos salários. Como resposta à manifestação, os patrões mandaram atear fogo no prédio, deixando todas elas mortas, totalmente carbonizadas.

Por isso, o Dia Internacional da Mulher simboliza justamente a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Apesar dos muitos avanços verificados



durante esses 2 últimos séculos, subsiste a distância entre a situação ideal e a situação real da mulher. E o que queremos no dia de hoje é chamar a atenção para o papel e a dignidade da mulher e levar a uma tomada de consciência do valor da pessoa, perceber o seu papel na sociedade, contestar e rever preconceitos e limitações que vêm sendo impostos à mulher.

Ainda hoje, a Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, lançará em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense - região que tenho a honra de representar nesta Casa -, a Campanha Nacional de Valorização do Trabalho Doméstico, marcando assim o início do projeto Capacitando para a Cidadania. O evento se justifica pelo fato de somente a cidade de Nova Iguaçu possuir 90 mil mulheres na função de doméstica, que serão beneficiadas com a campanha de legalização desse tipo de mão-de-obra.

Segundo dados do IBGE, são 6,5 milhões de trabalhadoras domésticas atuando hoje no País, e apenas 1,7 milhão delas têm carteira assinada. O projeto Capacitando para a Cidadania vai oferecer oficinas de qualificação, trabalho e renda para as domésticas de toda a Baixada Fluminense, incluindo-se aí os Municípios de Nova Iguaçu, Nilópolis, Queimados, São João de Meriti, Mesquita, Duque de Caxias, Belford Roxo, Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Guapimirim, Magé e Japeri.

Eu diria que o Dia Internacional da Mulher está intimamente ligado aos movimentos feministas que buscavam mais dignidade para as mulheres e sociedades mais justas e igualitárias. A partir da Revolução Industrial, em 1789, que essas reivindicações tomam maior vulto, com a exigência de melhores condições de trabalho, acesso à cultura e igualdade entre os sexos.

Só para termos uma pequena idéia da importância da mulher no contexto social, basta lembrar que elas representam mais da metade da população brasileira. Pelo Censo 2000, dos poucos mais de 169 milhões de habitantes do País, mais de 86 milhões eram mulheres.

Nas eleições de 2002, ficou evidenciada a expressão das mulheres: eram 51% da população e do eleitorado, 40% da População Economicamente Ativa e 26% dos chefes de família. Segundo o Ministério da Previdência Social, existem atualmente



9 milhões de donas de casa no Brasil. Até mesmo os cerca de 40 milhões de mulheres que ocupam postos no mercado de trabalho, formal ou informal, acabam desempenhando ou gerenciando atividades domésticas. Isso significa dizer que, no mundo contemporâneo, ainda cabe à mulher, majoritariamente, a tarefa de cuidar do lar e da família.

O Censo nos revela também que, além de as mulheres brasileiras já representarem 40% da População Economicamente Ativa do País, muitas vezes têm que encarar dupla jornada de trabalho, como profissional e dona de casa. Mas, pelo visto, esses números não podem ser traduzidos em vantagens práticas na vida das mulheres. Apesar de muitas delas terem conseguido avanços na sua luta por igualdade e melhoria das condições de vida e trabalho, ainda é comum encontrarmos mulheres que ganham menos que os homens, embora desempenhando a mesma função. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2003 revelam, por exemplo, que o rendimento médio mensal dos homens era de 722 reais, enquanto o das mulheres ficava em torno de 456 reais.

Por isso, não podemos esquecer que, apesar de ter seus direitos garantidos pela Constituição, a mulher brasileira sabe que ainda há muito a conquistar. Entendemos que o essencial para mulheres e homens é a consciência de que somos da mesma natureza e que nossas diferenças nada mais são do que características complementares à construção de uma sociedade sem preconceito, sem discriminação e sem violência à mulher.

Assim, Sr. Presidente, faço coro com tantos Deputados e Deputadas que aqui se manifestaram para homenagear o Dia Internacional da Mulher, dizendo que efetivamente é preciso haver igualdade entre homens e mulheres.

Registro o meu sentimento fraterno de carinho, respeito e consideração por todas as mulheres brasileiras, de modo especial as de Nilópolis, da querida Baixada Fluminense.



---

Documento 36/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:18

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10696 MAX ROSENMANN-PMDB -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Contrariedade à inscrição de agricultores do Estado do Paraná na dívida ativa da Receita Federal.

---

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, saúdo o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

Em minha família prevalece o matriarcado desde a geração de meus pais. Respeitamos não só a autoridade feminina, mas também a igualdade de oportunidades para a trabalhadora, seja no magistério, seja em qualquer outra atividade. Temos de reconhecer a importância da mulher.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Quero denunciar o que acontece hoje na agricultura brasileira, em que todos os financiamentos foram transformados em dívida ativa da Receita Federal. Os trabalhadores rurais e os donos de propriedade estão sendo executados por DARFs assinados pela Procuradoria da Fazenda. Trata-se de verdadeira tentativa de reforma agrária ao contrário.

Muito obrigado.



---

Documento 37/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:22

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10700 EDINHO BEZ-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registra-se que no início da história a mulher era submissa, se manifestasse qualquer opinião ou humor, tinha punição pela rebeldia. Assim, a mulher foi mera espectadora.

Na atualidade, é protagonista da vida, porque tem sido fundamental o seu papel nas transformações socioeconômicas vivenciadas ao longo das últimas décadas. As mulheres felizes são aquelas que fazem acontecer por meio da educação, da deferência e do respeito. Sua nobreza começa no íntimo e chega no coração. Além de valorosas, são educadoras, empreendedoras, executivas, gerentes e eficientes trabalhadoras.

São elas que conduzem os filhos à escola; acompanham parentes aos hospitais; debatem problemas nas reuniões comunitárias; criam moda; adotam princípios de gestão moderna; inovam métodos de trabalho; e valorizam seus companheiros.



Elas colocam no mundo globalizado - que mais exclui do que inclui - seus pensamentos, ternura, idéias, percepções, projetos, ações e, sobretudo, amor. Não desanimam em buscar novos vôos e conquistas.

No Brasil, as mulheres já representam 30% dos chefes de família, apesar de representarem 40% da população ocupada e de receberem 30% a menos ao executarem tarefas semelhantes.

A Constituição Federal de 1988 estabelece igualdade entre homens e mulheres. Se a escola representa valioso instrumento para implementação de posturas que ressaltem os direitos iguais de ambos, os meios de comunicação social - jornal, rádio, televisão e Internet - são instrumentos essenciais para promoção freqüente de campanhas educativas nesse sentido. Portanto, atividades discriminatórias em decorrência do gênero e da raça devem ser eliminadas e a violência promovida pelo cultivo e tráfico de mulheres e de drogas deve ser seriamente repudiada. Vale destacar palavras da célebre física Marie Curie (1867-1934): "Nada na vida deve ser temido, somente compreendido. Agora é hora de compreender mais, para temer menos".

Portanto, neste dia, é importante lembrar que, infelizmente, em alguns segmentos e regiões precisamos continuar avançando muito ainda, uma vez que periodicamente temos notícias de violências contra as mulheres.

Atualmente não se pode permitir que tais barbáries perdurem por parte de alguns. Encerro, em nome de minha mãe, Artemizia Bez de Oliveira, com minhas sinceras homenagens a todas as mulheres catarinenses e brasileiras que amam e engrandecem a nacionalidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 38/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:26

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10701 LUIZ CARREIRA-PFL -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização de ato em favor da punição de agressores de mulheres, pela igualdade salarial e melhores condições de trabalho da classe feminina, em Salvador, Estado da Bahia. Transcurso do 20º aniversário de criação da Delegacia da Mulher em Salvador. Criação do primeiro programa de doutorado sobre questões de gênero pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia. Transcurso do 70º aniversário de criação do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado da Bahia.

---

O SR. LUIZ CARREIRA (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemoramos hoje o Dia Internacional da Mulher, data em que prestamos justa homenagem àquelas que lutaram e ainda lutam pelos direitos igualitários.

No decorrer da história da humanidade, muitas mulheres desejaram, buscaram, lutaram e em muitos casos foram punidas por desejarem igualdade ao lado dos homens. Às vezes a mulher foi ouvida, mas infelizmente, em muitas ocasiões, foi silenciada.



Hoje, portanto, é um dia que todos devem comemorar e render loas a esses seres humanos que tanto lutaram, ao longo da história, por um lugar, em patamar de igualdade, em defesa do direito a não ser inferior a ninguém.

Àquelas mulheres que, no decorrer da história da humanidade, levantaram as suas caras em desafio à opressão de sociedades e culturas que discriminaram e degradaram a sua imagem, rendo minhas mais sinceras homenagens. O direito de votar, o direito de andar nas ruas com o rosto descoberto, o direito de casar com quem quiser, o direito de trabalhar ao lado do homem, sem preconceito, e o direito de ser aceita como igual devem ser comemorados. O dia da mulher é o dia em que devemos nos lembrar desses direitos.

Aristófanés escreveu uma comédia em 410 aC sobre Lysistrata, a mulher que lutou pelo fim da guerra de Peloponésia com uma greve de sexo. Nos textos sagrados compilados por Vatsayana, os Kama-Sutras, o autor fez apelo pela educação das mulheres indianas usando como pretexto que, compreendendo as artes das ciências, as mulheres passariam a compreender melhor os homens, e portanto, os amariam melhor. Infelizmente, nos poucos instantes da Antigüidade em que às mulheres foi permitido acesso ao mundo das ciências, essas mulheres continuavam objetos do prazer masculino.

Mesmo na Idade Média e no mundo Renascentista, Sr. Presidente, sempre que uma mulher chegava, em igualdade acadêmica com os homens, dentro da igreja, ela era calada ou condenada. Apenas no início da Revolução Francesa é que essas vozes femininas começaram a fazer impacto na nossa História. Isso apenas nos últimos 250 anos. Antes disso, as mulheres foram segregadas e discriminadas pela sociedade, de tal forma que, para agir nas mesmas funções que os homens, tornava-se necessário formar uma sociedade paralela, como no caso de seitas religiosas. O culto a Ísis, no Egito, a Kybele, na Frígia, a Safos, na ilha de Lesbos, e o martírio da mais renomada matemática-sacerdotisa da história, Hipatia de Alexandria são ótimos exemplos da igualdade feminina numa sociedade que não a aceitava, pois os cultos a deusas eram igualmente agressivos com seus sacerdotes, pois tinham que se igualar à deusas antes de se tornarem devotos.



A causa sufragista no mundo moderno começou entre as mulheres da classe operária do século XIX. O mundo cada vez mais industrializado, exigia também uma classe de mulheres operárias que não eram apenas donas de casa, mas trabalhavam nas fábricas. Muitas mulheres morrerem em martírio durante esse período, e o caso mais famoso é o da fábrica Triangle Shirtwaist de têxteis, que pegou fogo acidentalmente em março de 1911, na cidade de Nova Iorque, matando 146 pessoas, na sua maioria mulheres jovens. Mesmo após 13 semanas de greve, em 1909, e 700 grevistas presas, as condições nas fábricas dos Estados Unidos continuavam perigosas. Mesmo depois do acidente da Triangle, as mulheres continuavam segregadas até o final da Primeira Guerra Mundial e depois novamente até o final da Segunda Guerra Mundial.

A indústria carecia de homens, pois estavam todos no campo de batalha. Então as mulheres foram obrigadas a preencher uma lacuna de obra manual que anteriormente pertencia apenas aos homens. Ao voltar da guerra, os homens e toda a cultura industrializada ficaram impressionados com a habilidade feminina, e, finalmente, paradigmas foram quebrados. Hoje, reconhecemos que as mulheres são iguais em tudo, senão melhores, inclusive na habilidade de votar, trabalhar ou mesmo governar um país. Mas não podemos jamais esquecer o que esse reconhecimento custou. E este dia, o Dia Internacional da Mulher, é uma data de reconhecimento, que precisa ser lembrada e divulgada no mundo todo.

Além disso, Sr. Presidente, gostaria de registrar que, nesse momento, o Dia da Mulher está sendo comemorado em Salvador, minha cidade, com uma caminhada, que iniciou-se agora há pouco, às 15h, do Campo Grande à Praça Castro Alves. O propósito maior desta caminhada é alertar à sociedade para punições aos agressores das mulheres, bem como afirmar a identidade feminina na sociedade, projetando novas condições sociais para a mulher, como igualdade salarial e melhores condições de trabalho.

Um evento totalmente organizado pelo movimento feminista de Salvador, que vai comemorar também os 20 anos de existência da Delegacia das Mulheres, ao mesmo tempo em que estará solicitando a instalação de mais unidades, considerando que em Salvador existem, hoje, apenas 5 para atender a todo o



Município. A caminhada vai comemorar ainda a criação do primeiro programa de doutorado no gênero da América Latina, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, e os 70 anos do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas.

Como podem ver, Sras. e Srs. Deputados, a Bahia, terra de Jorge Amado, cujas obras tanto enalteceram e valorizaram a mulher brasileira, em especial a sofrida filha da terra nordestina, não poderia deixar, nesse momento, de render homenagens ao maior tesouro que uma sociedade pode ter: a mulher, a única capaz de realizar o milagre da vida humana!

Muito obrigado.



---

Documento 39/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:12

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10723 IRINY LOPES-PT -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 4.559, de 2004, sobre a criação de mecanismos de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

---

A SRA. IRINY LOPES (PT-ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço hoje uma homenagem às mulheres brasileiras pela sua coragem. No Dia Internacional da Mulher sempre somos homenageadas, recebemos flores, presentes, ficamos felizes, agradecidas e enternecidas, mas neste dia queremos discutir outra pauta, ou seja, os direitos das mulheres brasileiras. Queremos ver implementada uma pauta que, efetivamente, resgate a maioria do povo brasileiro, que é composto por mulheres.

Este ano avançamos muito pouco. Concordo com a Deputada Laura Carneiro que registrou esse fato. No último ano, não conseguimos votar nesta Casa matéria de importância, com exceção da PEC do FUNDEB, que não atinge exclusivamente a área da educação e os seus profissionais, embora tenha repercussão positiva e benéfica de muita profundidade para o conjunto das mulheres e mães deste País.



Chamo a atenção do Plenário e da Mesa desta Casa para o fato de que não podemos chegar ao final do mês de março sem votarmos o Projeto de Lei nº 4.559, que trata da violência praticada contra as mulheres brasileiras.

Temos número exorbitante de mulheres vítimas da violência doméstica - 2 milhões de vítimas por ano. É um absurdo que continuemos a conviver com mulheres agredidas a cada 15 segundos em nosso País. Aí tem o custo humanitário, financeiro, profissional e o sentimento de humilhação, que só quem é agredido pode dizer o que é. Podemos fazer o esforço de sentir, mas só as mulheres agredidas física e moralmente podem dizer o que é essa humilhação. Esta Casa tem de resgatar essa dívida com as mulheres brasileiras.

Assim como fizemos com o FUNDEB, agora todos nos movimentamos para que o Senado Federal confirme a votação que esta Casa fez, o Projeto de Lei nº 4.559 precisa ser votado, ele está na pauta. Se não conseguirmos votá-lo hoje, ou amanhã, é necessário que antes do final do mês de março, de preferência na próxima semana, possamos dar às mulheres brasileiras mais esse instrumento fundamental, que é a legislação que faz a proteção contra a violência praticada por companheiros, maridos, pais, irmãos, porque é majoritariamente dentro da residência que as mulheres brasileiras são mais agredidas.

É o apelo que faço ao registrar a luta das mulheres brasileiras.



---

Documento 40/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10738 IVO JOSÉ-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Repúdio à violência doméstica contra a mulher. Ações do Governo petista em defesa dos direitos femininos. Apoio à concessão de aposentadoria às donas de casa.

---

O SR. IVO JOSÉ (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, ouvintes e telespectadores da Rádio Câmara e da TV Câmara, nesta data especial, em que é celebrado o Dia Internacional da Mulher, apresento também as minhas sinceras homenagens às mulheres brasileiras.

Quero ressaltar o papel da mulher como figura estabilizadora da família e, em decorrência, da própria vida social.

Refiro-me ao papel fundamental que a mulher exerce no recesso do lar ou no interior das salas de aula, no que tange à educação dos seres humanos em formação.

A mulher nasce com a virtude de ensinar, de preparar as pessoas para a vida em sociedade. Paciente, didática, a mulher constitui um modelo para as crianças, quando não para os próprios adultos.



Dizia o Rei Salomão que a mulher sábia edifica a sua casa, e essa doutrina pontua o papel preponderante da figura feminina na construção da entidade familiar.

Muitos pensam que esse papel está superado, ou porque hoje a mulher não fica mais em casa, ou porque os papéis foram redistribuídos.

Entendo que, mesmo com a liberdade de "trabalhar fora", a mulher continua sendo a bússola da família.

A mulher brasileira só conquistou o direito de votar com a promulgação da Constituição de 1934. De acordo com dados da Fundação Carlos Chagas, no período de 1981 a 1998, o crescimento das mulheres no mercado de trabalho no País foi de 111%. No mesmo período, o aumento da participação dos homens cresceu apenas 40%.

Atualmente as mulheres representam 41% da população economicamente ativa. Elas somam mais de 30 milhões no mercado de trabalho brasileiro.

As mulheres também já são maioria no ensino médio e no superior. Dentre os estudantes desses níveis de ensino, 57% são do sexo feminino.

Mas nem todos os números são motivo de comemorações.

De acordo com a ONU, 25% das mulheres brasileiras são vítimas constantes de violência em sua própria casa. Em cerca de 70% dos casos o agressor é seu próprio marido ou companheiro. E, o que é pior, em apenas 2% dos casos o agressor é punido.

Obviamente, o problema da violência doméstica enseja o fortalecimento do aparelho policial e judiciário, mas a solução para o problema está na reeducação dos maridos e companheiros, bem como no combate às causas da violência, especialmente o consumo de álcool e de drogas e a proliferação de armas ilegais.

Entendo que a Câmara dos Deputados têm um papel importante a desempenhar no processo de conversão dos direitos da mulher, formalmente garantidos na Constituição, no Código Penal, no Código Civil e em outros diplomas legais, em realidade material, palpável.

No plano das idéias, para parafrasear Platão, a mulher vai muito bem, obrigado! Mas no plano das coisas ainda há um longo caminho a percorrer.



Portanto, este dia 8 de março é uma ocasião especial não apenas para celebrarmos a figura feminina, mas também para passarmos em revista as injustiças contra a mulher, que persistem através dos séculos.

Não podia deixar de lembrar também, Sr. Presidente, as 130 operárias que morreram no dia 8 de março de 1857 em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

As operárias de uma fábrica têxtil entraram em greve e ocuparam as instalações dessa fábrica para reivindicar a redução do horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Essas operárias, que recebiam menos de 1/3 do salário dos homens, foram fechadas nessa fábrica, onde, num incêndio, cerca de 130 delas morreram queimadas.

Graças àquelas bravas mulheres que se rebelaram contra o poderio econômico, a dignidade da mulher foi mostrada para o mundo, promovendo-se uma tomada de consciência do seu valor como pessoa e dessa forma a percepção do seu papel na sociedade, contestando-se e revendo-se os preconceitos e limitações que vinham sendo impostos à mulher.

Quero registrar aqui meus parabéns a todas as mulheres brasileiras, fontes de inspiração de nossos poetas e de preocupação por parte dos políticos sérios deste País.

O Governo Lula tem colocado a mulher no foco de políticas públicas importantes para reduzir a discriminação e combater a violência contra todas as cidadãs brasileiras.

A Emenda Constitucional nº 47, promulgada em meados do ano passado, garantiu às donas de casa de baixa renda uma importante conquista. A partir da regulamentação em lei, haverá um sistema de inclusão previdenciária que lhes permitirá tornarem-se seguradas da Previdência com períodos de carência e de contribuição menores.

Eu mesmo já apresentei um projeto para regulamentar a inclusão previdenciária das donas de casa. Precisamos lutar para que esse sonho se concretize o quanto antes.



Reconhecemos que ainda não é o bastante. Entretanto, estaremos incansavelmente envidando esforços para concretizar os ideais da democracia na igualização do homem e da mulher, a mulher pobre e a mulher rica, a mulher idosa e a jovem - ou seja, a igualdade em todos os seus aspectos e espectros.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado a todas.



---

Documento 41/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10741 FERNANDO GONÇALVES-PTB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Importância da aprovação de proposições em defesa dos direitos das mulheres.

---

O SR. FERNANDO GONÇALVES (PTB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher, celebrado neste 8 de março, a cada ano assume um significado ainda maior, tendo em vista a crescente importância da participação feminina nas instituições públicas, nas organizações produtivas privadas e nos processos de decisão dos mais diferentes segmentos da vida nacional.

Com efeito, Sr. Presidente, graças à tenacidade da luta permanente da mulher, à garra com que ela se entrega para estudar e cumprir múltiplas tarefas, à sensibilidade com que compreende as questões sociais e aos movimentos organizados por lideranças de mulheres de todos os estratos sociais, cresce o processo de conscientização da sociedade, e finalmente começa a prevalecer o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres para o pleno acesso a direitos objetivos.



Evidentemente, ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que tenhamos uma sociedade justa, igualitária, sem discriminações, sem abusos e violência doméstica, em que se possa proclamar a existência de condições verdadeiramente idênticas para ambos os sexos, na disputa pelo mercado de trabalho, no recebimento de salários, na ocupação de cargos de direção em empresas privadas e estatais e em funções de confiança no setor público, a despeito do enorme avanço verificado nas últimas décadas nos indicadores de participação da mulher como força de trabalho e no plano da formação intelectual e profissional, atingindo ela inclusive um grau de escolaridade superior à média registrada pelos homens.

Para tanto, o Congresso Nacional tem a responsabilidade de contribuir para que esse processo de reconhecimento dos direitos da mulher se amplie e produza efeitos mais imediatos e consistentes. Aqui na Câmara tramita um grande número de projetos de lei para alterar o Código Penal e o Código de Processo Penal, definindo e tipificando melhor os crimes de violência doméstica e punindo com rigor os autores dos abusos praticados contra a mulher e os filhos.

As manifestações prestadas pela Câmara dos Deputados ao longo desta semana, em especial na manhã de hoje, quando o Plenário realizou um ato com a presença de representantes femininas do Brasil inteiro, têm o sentido de prestar justa homenagem às mulheres de todas as classes sociais, não somente àquelas com destaque em suas áreas de atuação, mas igualmente às mulheres simples, que ainda não conseguiram alcançar ascendência profissional e mobilidade social, muitas vezes por serem vítimas da opressão e da falta de oportunidades.

O Parlamento precisa garantir, por meio de leis adequadas, que todas as mulheres que sofrem com a violência, o abuso e a opressão possam ter a condição de romper com essa situação que atinge a sua dignidade de cidadãos e de seres humanos.

Por isso, é fundamental que votemos com a máxima urgência os projetos de lei e as propostas de emenda à Constituição que a laboriosa bancada de mulheres Parlamentares aponta como prioridade para integrar a pauta deste Plenário. Destaca-se, em especial, Sr. Presidente, o PL nº 4.559/2004, que "estabelece



meios para coibir a violência doméstica e familiar, a partir da instalação de varas e juizados especiais da violência contra a mulher e da criação de centros de atendimento à mulher e reabilitação dos agressores". Há outros projetos para serem analisados com a maior brevidade possível, alguns oriundos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Duas outras propostas garantem direitos a gestantes; uma delas é a Proposta de Emenda à Constituição nº 510/02, que proíbe a exoneração da servidora gestante exercendo cargo em comissão e da servidora de cargo efetivo durante o estágio probatório, desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto. A outra é o Projeto de Lei Complementar nº 59/99, que estende os direitos assegurados à trabalhadora gestante a quem detiver a guarda de seu filho, em caso de morte da mãe.

É a homenagem que faço às mulheres brasileiras, particularmente a todas as mulheres de Nova Iguaçu, da Baixada Fluminense e do Estado do Rio de Janeiro. Muito obrigado.



---

Documento 42/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10749 VANDERLEI ASSIS-PP -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apoio do Partido Progressista às iniciativas destinadas ao combate da violência contra a mulher. Aspectos políticos da transição do sistema de televisão analógico para o digital. Objetivos da instalação do Sistema Brasileiro de TV Digital. Importância de investimentos em ciência e tecnologia.

---

O SR. VANDERLEI ASSIS (PP-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 8 de março, comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Eu não poderia deixar de ocupar a tribuna para dizer algumas palavras às mulheres brasileiras.

No campo ou nas cidades, em casa ou no trabalho, as mulheres têm contribuído, em muito, para a construção da grandeza desta Nação. A inserção das mulheres em setores tradicionalmente masculinos imprimiu riqueza e diversidade à vida social, pois elas levaram para o mundo do trabalho e da política algumas características que nelas são mais acentuadas que nos homens.

É lamentável que o crescente e prestigioso espaço conquistado pelas mulheres brasileiras nas últimas décadas ainda não se tenha refletido na redução dos



índices de violência a que muitas delas são submetidas cotidianamente, nos seus ambientes de trabalho ou entre as 4 paredes do que deveria ser um lar.

Nós, do PP, imprimimos pleno apoio a todas as iniciativas que contribuam para eliminar definitivamente a violência e a opressão contra as mulheres, no Brasil e no mundo, o que, estamos convencidos, representará um enorme ganho para a humanidade.

Sr. Presidente, falaremos agora de um assunto vital e, por isso, preocupante.

A TV brasileira, seguindo os passos do que vem ocorrendo no resto do mundo, deverá passar por uma grande transformação, que é a migração do sistema atual analógico para um padrão digital. Isso implicará profundas mudanças no meio de comunicação, que é, sem dúvida nenhuma, o mais influente da nossa sociedade.

Preocupam-nos 2 questões: o fato de esse tema ser abordado como se tal mudança representasse apenas melhoria da qualidade de imagem e também de ele ser reduzido a uma escolha entre 3 padrões já existentes: o norte-americano, o europeu e o japonês. Oculta-se, assim, o debate político em torno dessa mudança.

A TV digital já é uma realidade no Japão, nos Estados Unidos e em vários países da Europa. A transição do sistema analógico para o digital tem-se revelado, porém, um processo demorado e penoso.

De fato, Sr. Presidente, contrariamente ao que ocorreu com o surgimento da televisão a cores, nos anos 50, cuja tecnologia permitia uma recepção adequada pelos aparelhos em preto e branco então existentes, não há compatibilidade entre TV digital e TV analógica.

Os nossos receptores comuns não logram receber informações digitais. É preciso que um novo receptor externo lhes seja acoplado. Trata-se de uma pequena caixa que receberá o sinal digital e o converterá ao padrão analógico. Esse conversor custará, segundo estimativas, cerca de 200 reais, podendo seu preço vir a reduzir-se em função da escala de produção.

Sabemos que essa solução de baixo custo não trará vantagens ao espectador, pois a qualidade fica limitada pela tecnologia analógica do televisor. Para ter



acesso à imagem digital e ao som com qualidade de CD, o consumidor terá de comprar um novo televisor digital.

Há, portanto, Sras. e Srs. Deputados, várias questões importantes a resolver. É preciso garantir, enquanto a migração é feita, o atendimento aos espectadores que não possuem o conversor. As emissoras, portanto, terão de duplicar a infraestrutura de transmissão para operar em digital e em analógico ao mesmo tempo. Irão, portanto, duplicar alguns de seus custos, tais como a compra de transmissores, o consumo de eletricidade e a manutenção de equipamentos.

Uma transição rápida, em que se permitisse o desmonte da transmissão analógica, deixaria parte dos consumidores com a televisão sem imagem. Estaríamos lesando essas pessoas que pagaram por seu televisor.

Há, portanto, decisões políticas a serem tomadas. Há que se definir um critério para que se desmonte a estrutura analógica. Nos Estados Unidos, por exemplo, definiu-se que essa transição se concluiria quando 85% dos consumidores tivessem aparelhos digitais ou conversores em suas residências. Também se estabeleceu uma data a partir da qual televisores analógicos deixariam de ser fabricados, prevista para 2007.

Outra decisão de forte cunho político é a escolha entre o padrão de alta definição, com elevada qualidade e o mesmo número de estações de televisão em cada cidade, ou o padrão de definição chamado standard, com qualidade próxima da atual, mas com um número 4 vezes maior de canais disponíveis.

Estados Unidos e Japão estão trilhando o caminho da alta definição. Já a Inglaterra, por exemplo, preferiu aumentar o número de canais. Não é uma decisão simples como parece. Se mais canais asseguram uma distribuição de conteúdo mais democrática, há que se perguntar, por outro lado, se o mercado comporta um grande número de produtoras de conteúdo e de emissoras de televisão. E também há que se examinar se o público estará mais bem atendido com muitos canais ou com maior qualidade de som e imagem.

São perguntas em aberto. E cada cidadão, cada autoridade, cada Deputado ou Senador terá sua posição. Isso torna patente o forte conteúdo político de tal decisão.



Infelizmente, Sr. Presidente, tem faltado ao Executivo sensibilidade para compreender o alcance político da TV digital. Não tem havido o devido esforço no sentido de discutir esses aspectos polêmicos do novo serviço.

A imprensa pouco tem ajudado na formação de uma opinião a tal respeito. Ela concentra a discussão, por ora, nos aspectos puramente técnicos do sistema a ser adotado: se o americano, se o japonês, se o europeu. As 3 soluções, na verdade, em muito se assemelham, apresentando importantes diferenças apenas na recepção por terminais móveis, como celulares e televisores instalados em veículos.

Sr. Presidente, por que não adotarmos um sistema nosso? É uma valiosa oportunidade para que o Brasil desenvolva tecnologia própria.

Sras. e Srs. Deputados, permitam-me uma simples pergunta, que até pode parecer estranha: por que 1 quilograma de goiabada é bem mais caro do que um 1 quilograma de goiaba? Simplesmente porque a goiabada é igual à goiaba mais a tecnologia agregada, e a sua fabricação cria mais empregos do que simplesmente colher goiabas em uma goiabeira.

Outro exemplo: em média, 1 quilograma de soja custa 10 centavos de dólar; 1 quilograma de automóvel custa 10 dólares - ou seja, 100 vezes mais; 1 quilograma de aparelho eletrônico custa 100 dólares; 1 quilograma de avião custa mil dólares; e 1 quilograma de satélite custa aproximadamente 5 mil dólares.

Quanto mais tecnologia agregada a um produto, maior é o seu preço e mais empregos são gerados na sua fabricação. Os países ricos sabem disso. Eles investem na pesquisa científica e tecnológica. Vendem-nos uma placa de computador que pesa 100 gramas por 250 dólares. É verdade! Para pagar essa plaquinha o País precisa exportar 20 toneladas de minério de ferro.

O Brasil produz anualmente 5 milhões de televisores, e nenhum brasileiro projeta televisão. O miolo da TV, do telefone celular e dos aparelhos eletrônicos é todo importado. Somos meros montadores de kits eletrônicos. Esta é a grande realidade.



A dependência científica e tecnológica nos mantém pobres, porque as riquezas do mundo são como as águas que vão para o mar: elas correm em direção aos países que detêm tecnologias.

No Sistema Brasileiro de TV Digital - SBTVD, a utilização da interatividade e o seu papel na inclusão digital dos cidadãos são citados logo nos 2 primeiros objetivos do Decreto Presidencial nº 4.901: promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação - é óbvio, isso é importante na TV digital; propiciar a criação da rede universal de educação a distância.

Pergunto a V.Exas.: como atingir esses objetivos ou metas? Que preço devemos pagar para atingi-las? É melhor ir mais devagar, mas devemos nos libertar de vez dessa dependência tecnológica.

Para garantir a aplicação de tais princípios, é preciso: zelar para que as definições acerca do Sistema Brasileiro de TV Digital considerem a necessidade de desconcentração dos meios de comunicação na radiodifusão e sua conseqüente democratização com o estabelecimento de um sistema público de comunicação previsto na Constituição e nunca regulamentado; cobrar do Ministério das Comunicações condições para o adequado funcionamento dos comitês que compõem o Sistema Brasileiro de TV Digital e o respeito às deliberações de seu Comitê Consultivo, que abrange setores da indústria, do mercado e da sociedade civil; defender um ambiente para TV digital que contemple multiprogramação e serviços interativos, especialmente de educação; defender o estabelecimento de programação para TV digital que encoraje a construção de conteúdo nacional e estabeleça limites à exibição de conteúdo estrangeiro; defender a criação de mecanismos de incentivo à pesquisa de modelos de conteúdos adequados à TV digital; enfim, estabelecer um modelo de serviços para o Sistema Brasileiro de TV Digital que garanta, antes de tudo, a primazia do interesse público em detrimento dos interesses privados e antinacionalistas.

Estamos vendo este filme durante todo o tempo. Na nossa luta, na condição de Presidente da Frente Parlamentar pelo Software Livre e Inclusão Digital, temos visto esse problema de perto. Qual era o plano do Governo? Passar o sistema



atualmente vigente de software proprietário, pelo qual pagamos uma fortuna anualmente ao Tio San, para um sistema aberto, livre. Observem a dificuldade que estamos tendo. Estamos amarrados. Há um monopólio que controla tudo isso. É evidente que a adoção de software livre significa desenvolvimento tecnológico para o País.

Estamos muito longe disso, porque não há vontade política para resolver esse problema. Estamos na dependência tecnológica de sistemas fechados, que cobram de nós enormes royalties, que poderiam ser aplicados em outros fatores tão importantes. A todo instante ouvimos falar em falta de recursos, e o Brasil paga essa fortuna no exterior. É um problema bem simples de se resolver.

Ouçõ, com prazer, o Deputado Jair Bolsonaro.

O Sr. Jair Bolsonaro - Deputado Vanderlei Assis, parabêniso V.Exa. pelo pronunciamento que faz. Poucos fazem um discurso tão voltado para questões nacionalistas e de soberania nacional como V.Exa. A título de curiosidade, recebi um telefonema há pouco, de uma pessoa que está em Portugal. Tentei agilizar a conversa. Ela disse: "Deputado, fique tranqüilo, porque eu comprei um cartão que tem 4 créditos. Esse crédito que estou utilizando, seja ele de 1 minuto ou de 1 hora, tem o mesmo valor". A questão da comunicação é não apenas de integração nacional, mas também de soberania nacional. Nós, no Brasil - digo "nós" porque todos acabam sendo responsáveis; aliás, contra o meu voto -, somos responsáveis por esse processo, porque acabamos entregando ao capital externo esse enorme filão que chamamos de comunicação. A propósito, se o americano apertar um botão lá fora, até o próprio Exército brasileiro fica sem comunicação aqui. E assistimos à entrega desse patrimônio. Não me refiro apenas ao patrimônio físico, mas também ao de comunicação, que só nos envergonha. Parabéns a V.Exa. pelo discurso. Espero que mais pessoas estejam ouvindo o seu pronunciamento, realmente interessadas em lutar para que esse setor volte a ser nosso, já que o Governo FHC entregou tudo ao capital externo e o Governo Lula não está nem um pouco preocupado em recuperar o nosso patrimônio.

O SR. VANDERLEI ASSIS - Exatamente, Deputado. É como eu sempre digo: não existe no mundo nação desenvolvida sem educação e saúde. Esses são os



principais fatores e as reais necessidades da nossa população. A TV digital vem exatamente ao encontro disso. Ela realmente possibilitará a inclusão social da nossa população.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 43/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:36

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10710 JORGE GOMES-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Estatísticas sobre a violência de gênero no Estado de Pernambuco. Apelo à Presidência para votação do Projeto de Lei nº 4.559, de 2004, acerca de estabelecimento de mecanismos destinados à coibição da violência doméstica e familiar contra a mulher.

---

O SR. JORGE GOMES (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta data, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, é uma ocasião para repensar sobre os avanços da luta pela melhoria de vida feminina, como também, de maneira realista e, por isso mesmo, dolorosa, para refletir sobre os insucessos que, em pleno século XXI, lançam nuvens sobre essas condições de vida e obscurecem a humanidade.

Assim é que procuro louvar a mulher no seu dia, muito mais do que oferecendo flores e elogios merecidos sobre o desempenho dos seus múltiplos papéis.

Apresento, às Sras. e Srs. Deputados, fatos e dados de Pernambuco, onde a violência contra a mulher é desesperante e cobre nosso Estado de vergonha e perplexidade. Por que, cada vez mais, tantas pernambucanas são mortas,



enlutando famílias e desenhando um quadro tétrico recheado de estatísticas macabras?

Apenas nos primeiros 38 dias deste ano, 44 mulheres foram assassinadas, somente no Recife, levando a cidade à vexatória condição de campeã da violência contra mulheres. Até ontem, o número de mortes subiu para setenta e dois, segundo o Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Essa situação é realmente alarmante, como pude comprovar na condição de membro da Comissão Especial da Câmara, presidida pela Deputada Luiza Erundina. Pernambuco foi escolhido para nossa visita porque já registra, em 2006, um índice 40% maior de agressões a mulheres do que no ano passado. No nosso relatório consta a necessidade de incentivar as mulheres a denunciar o agressor. Pesquisas mostram que o medo é o principal obstáculo à denúncia. Para acabar com o medo, é preciso expandir a rede de abrigos e inserir essas mulheres no mercado de trabalho.

Nossa Comissão exige também ação mais intensa do Poder Público no combate à violência contra a mulher e explícita, entre outros itens, a cobrança às autoridades de Pernambuco, especialmente quanto às investigações e a pressão por resultados, além da promoção da mobilização da sociedade.

A titular da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão vinculado à Presidência da República, Nilcéa Freire, também foi ao Recife. Na ocasião, anunciou medidas para fortalecer a rede de atendimento à mulher e ações integradas com os Governos locais e o Judiciário, como a criação do Fórum Estadual Permanente pela Segurança da Mulher, que terá como objetivo elaborar um plano de implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e adotar ações emergenciais como a ampliação e o fortalecimento da rede de atendimento.

No que se refere à atuação do Governo Estadual no enfrentamento desse problema, a avaliação é que não há qualquer interesse sério no assunto. "O Governo do Estado não enviou nenhum representante para a audiência pública na Assembléia Legislativa e nunca recebeu o movimento de mulheres para tratar desse assunto. É um Governo sem compromisso com a luta contra a violência



sofrida pelas mulheres", denuncia, entre outras tantas vozes, Vera Lúcia Rodrigues Chaves, Diretora da CUT- PE e do Sindicato dos Servidores Federais, SINDSEF.

O Fórum de Mulheres de Pernambuco, após esgotar todas as tentativas de diálogo com o Governo Estadual, divulgou uma Carta Aberta, motivo de um pronunciamento anterior, onde torna pública sua indignação e convoca movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil a se juntarem àquele movimento de protesto frente à violência que atinge as mulheres no Estado, cobrando dos governos a responsabilidade constitucional para com a garantia e proteção da vida e a segurança da população. Apresenta o diagnóstico quando ressalta que a falta de vontade política do Governo, a ineficiência da Polícia, com delegacias abarrotadas de inquéritos sem conclusão, e a ausência de um aparato legal que garanta a responsabilização dos agressores - de acordo com o crime imputado - têm favorecido a impunidade e contribuído para que Pernambuco continue apresentando os piores números de violência familiar e doméstica contra as mulheres no País.

Para homenagear as mulheres mortas este ano e cobrar providências às autoridades na apuração dos casos, a Federação de Apoio às Instituições Sociais e Escolas Alternativas de Pernambuco (FEPEAL) está promovendo, nesta quarta-feira, ato público em Boa Viagem, zona sul do Recife. O ato é uma das atividades previstas para celebrar o Dia Internacional da Mulher e chamar a atenção para a violência contra a mulher. Várias mulheres (cada uma representando uma mulher assassinada no Estado este ano) vão fincar na areia cruzeiros brancos com rosas, simbolizando cada mulher assassinada. Logo após o ato na praia, haverá um encontro ecumênico. Após a cerimônia, as mulheres engajadas na manifestação irão até a Assembleia Legislativa de Pernambuco para uma palestra enfocando o tema da violência contra a mulher.

A população pernambucana acompanha estupefata a violência contra as mulheres. Os dramas humanos são relatados cotidianamente pela imprensa de forma repetitiva e banal. E assim a violência se repete, tendo como diferencial os



nomes das vítimas e em comum o grau de atrocidade, a impunidade e o desprezo pela vida humana.

Nesta data, quando novamente comemoramos o Dia Internacional da Mulher, lembremos aquelas moradoras de um dos bairros mais pobres de Nova Iorque que cuidavam da casa, das crianças e ainda cumpriam uma jornada de trabalho, em média, de 12 horas por dia. Em 8 de março de 1857, elas resolveram se rebelar e dar um basta. Saíram às ruas protestando contra os baixos salários, as longas jornadas e as precárias condições de trabalho. A polícia foi chamada para debelar a manifestação. As trabalhadoras, em busca de proteção diante de forças tão desiguais, refugiaram-se dentro da fábrica. De forma abjeta e brutal, os patrões e a polícia obstruíram as saídas e atearam fogo. O resultado foi a morte de 129 tecelãs, todas carbonizadas. No chão não ficaram mais do que restos de corpos e alguns cartazes. No presente e no futuro ficaram, no entanto, o exemplo dessa contenda que perpetuou a coragem e a determinação daquelas operárias guerreiras.

Que esse exemplo se multiplique para que, especificamente em Pernambuco, homens e mulheres, cidadãos, cidadãs e Poder Público unidos, possamos realmente dar um basta à violência contra a mulher, contra o ser humano.

Neste dia de luta das mulheres, queremos nos solidarizar com os diversos movimentos de mulheres de Pernambuco e pedir ao Presidente, 1º Secretário desta Casa, que votemos o Projeto de Lei nº 4.559, de 2004.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação de meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



---

Documento 44/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10713 CORIOLANO SALES-PFL -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Visita do Governador Paulo Souto ao Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, para inauguração das instalações da Escola de Medicina da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

---

O SR. CORIOLANO SALES (PFL-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, associo-me às diversas manifestações referentes ao Dia Internacional da Mulher.

Em segundo lugar, registro a visita do Governador Paulo Souto a Vitória da Conquista para inaugurar o prédio da Escola de Medicina da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que constitui importante alavanca para o desenvolvimento socioeducacional e econômico da região. Foi uma festa muito bonita.

A iniciativa beneficia o crescimento regional e valoriza a própria universidade estadual.

Esperamos que o Governo Federal, mais adiante, também faça sua parte, instalando a Universidade Federal de Vitória da Conquista.



Muito obrigado.



---

Documento 45/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:56

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10718 LÚCIA BRAGA-PMDB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apoio à criação da Comissão Permanente da Mulher. Atuação da oradora em defesa dos direitos da mulher. Homenagem à Sra. Elizabeth Teixeira, ganhadora do Troféu Bertha Lutz.

---

A SRA. LÚCIA BRAGA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, emblematicamente o dia 8 de março está gravado em nós mulheres, todos os dias. Foi num 8 de março, de 1857, a primeira rebelião de 129 mulheres operárias em Nova York, reivindicando melhoria salarial. Foram incendiadas pelos patrões na fábrica onde trabalhavam.

Até hoje a mulher vive, independentemente de sua classe, a experiência discriminatória da exclusão social. É violentada nos seus direitos salariais, é tripudiada quando ingressa num emprego, quando lhe exigem atestado de esterilidade e teste de gravidez, na tentativa de violarem o direito da licença-maternidade de 120 dias, direito pelo qual todas nós da bancada feminina tanto lutamos.



Durante 20 anos de vida pública, vimos trabalhando em favor da igualdade de gênero e denunciando a violência contra a mulher, que cresce cada vez mais, de forma alarmante.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, uma mulher é agredida a cada 3 horas. Só em 2005, foram 118 estupros e 60 assassinatos.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reflitamos sobre essa realidade. Já obtivemos significativas conquistas, mulheres já ocupam importantes espaços de poder, mas a luta deve prosseguir. Ainda há muito chão pela frente.

Da nossa parte, nos vários mandatos legislativos que assumimos, a luta pela ampliação do espaço da mulher é compromisso irrevogável.

Na condição de Deputada Constituinte, defendemos todas as emendas em favor da mulher. O empenho de todas as Constituintes pela causa foi suprapartidário. Destacamos nossa defesa das emendas pela paternidade responsável, pela licença gestante de 120 dias e pela aposentadoria especial para a mulher.

No mandato subsequente, continuamos a luta de gênero, participando de CPs da mulher e apresentando projetos como o da licença-maternidade para a mãe adotiva. Na qualidade de Deputada Estadual, conseguimos elaborar e aprovar leis em favor da mulher, como a que criou sedes próprias para as delegacias da mulher no Estado e a criação de novas delegacias como as de Bayeux, Cabedelo e Santa Rita, leis até hoje não implementadas e pelas quais continuamos lutando, com a parceria dos movimentos da mulher na Paraíba e das Deputadas e Vereadoras do nosso Estado.

Ainda na condição de Deputada Estadual, intermediamos junto ao então Governador José Maranhão a instalação de uma Casa Abrigo em João Pessoa, que foi gerida pelo Centro da Mulher 8 de março, mas infelizmente, no atual Governo, foi fechada.

Criamos a Associação das Mulheres Parlamentares da Paraíba para congregar todas as Parlamentares do Estado na luta de gênero.

E num trabalho paralelo, presidimos a Fundação Desembargador Toledo, que tem como alvo a recuperação de menores de rua e o combate à violência contra a



mulher, bem como a conscientização em relação à prevenção do câncer de mama, de útero e da AIDS - um universo enorme de mulheres já foi atingido.

Na qualidade de Deputada Federal, pela terceira vez apresentamos projetos de lei em defesa da mulher, que vêm tramitando com lentidão nesta Casa, o que lamentamos. São projetos importantes como o que estabelece penalidades administrativas aos estabelecimentos que discriminam mulheres; o de combate ao turismo sexual; e o Projeto de Resolução nº 173, de 2004, que cria a Comissão da Mulher, de caráter permanente.

A nosso ver, dentre todos esses, a prioridade deverá ser dada ao referido projeto de resolução que cria a Comissão Permanente da Mulher e se encontra engessado, nesta Casa.

Por isso, fazemos um apelo ao nosso querido Presidente, Deputado Aldo Rebelo, que inclui entre os seus grandes predicados a sensibilidade à causa da mulher, para que intervenha em favor da agilização desse projeto que, se aprovado, dará maior visibilidade à nossa luta e com certeza representará mais uma conquista da mulher neste Parlamento.

Apelamos também junto às companheiras Parlamentares uma união suprapartidária em torno da criação da Comissão Permanente da Mulher.

É necessário que propaguemos sempre mais a consciência da responsabilidade de cada mulher para com a ampliação do nosso espaço, a partir desta Casa legislativa, através do exemplo de união entre todas nós, Parlamentares, acima de partidos e sempre em favor do interesse que nos é comum: a igualdade de gênero.

Concluindo, queremos homenagear as mulheres de todas as culturas e raças, de todas as classes sociais, as heroínas anônimas do dia-a-dia, nas fábricas, nas favelas, nas escolas, na luta pela terra, as mulheres do semi-árido, que vivem sob o jugo das secas periódicas, mulheres cujos seios murcharam e não lhes resta leite para alimentar seus filhos. São essas mulheres que esperam a transposição do Rio São Francisco para o resgate da sua cidadania.

Queremos ressaltar, na oportunidade, a memória de Margarida Alves, heroína mártir da reforma agrária na Paraíba.



Destacamos, também, o mérito das mulheres que serão agraciadas com os troféus Bertha Lutz e Carlota Queiroz, na sessão solene que será realizada amanhã no Senado Federal, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Deixamos, de maneira muito especial, nosso preito de admiração a Elizabeth Teixeira, uma das homenageadas de amanhã, heroína, símbolo de resistência na história das Ligas Camponesas na Paraíba, a quem entregaremos o troféu Bertha Lutz.

Nossa homenagem a todas as mulheres brasileiras, especialmente às mulheres do nosso Estado, a Paraíba.

Por fim, a todas as mulheres, heroínas anônimas do sofrer anônimo, a homenagem é minha neste dia que é nosso.

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 46/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:18

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10695 JOÃO ALFREDO-PSOL -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Manifestação de mulheres da zona rural dos Municípios de Quixadá e Choró, Estado do Ceará, em defesa do reconhecimento de direitos fundamentais. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Decisão judicial sobre a continuidade da demarcação da reserva indígena Tabebas, no Município de Caucaia, Estado do Ceará.

---

O SR. JOÃO ALFREDO (PSOL-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, 8 de março, dia de cobrança do pagamento de uma dívida que vem sendo contraída pelos Governos, à custa do sofrimento das mulheres, por mais de um século.

Dívida por abandono de políticas públicas universais para as mulheres; dívida por abandono de cumprimento da justiça para coibir a violência machista; dívida pela falta de terra agricultável e água tratada para as famílias das mulheres trabalhadoras rurais, cuja valentia e perseverança tem sustentado a produção e a reprodução da vida no Estado do Ceará e, de resto, no País.



Este ano, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Municípios de Quixadá e Choró escolheu os temas que considera mais emergenciais para a sua luta cotidiana:

1. Saúde, pois a falta dela gera desemprego, ausência de assistência integral, exercício precário da maternidade e perigo de vida;
2. Violência, pois ela se amplia e se naturaliza na casa, no trabalho e nos espaços de sociabilidade, em função da impunidade e da ausência de instrumentos que possam garantir o atendimento às vítimas da violência. E, ainda, porque somente este ano foram assassinadas 22 mulheres, 10 a mais que no mesmo período do ano passado;
3. Previdência social pública, universal e solidária, pois mesmo que a Constituição Federal de 1988 tenha garantido o direito à seguridade social, as mulheres rurais ainda não conseguiram o reconhecimento e a valorização da profissão de trabalhadora rural.

As mulheres de Quixadá e Choró, neste dia 08 de março, que representa o dia da luta de todas as mulheres por seus direitos fundamentais, cobram dos Poderes Constituídos políticas públicas que garantam sua inclusão como cidadãos e sujeitos de direito e o reconhecimento de seu papel social.

No Dia Internacional da Mulher, quero saudar todas as mulheres, em especial as mulheres do meu Estado, homenageando as guerreiras das Comissões de Mulheres de Quixadá e Choró que, a cada ano, se organizam em marcha, pelos seus Municípios, tanto para chamar a atenção dos Poderes Públicos sobre as suas reivindicações quanto para demonstrar que, enquanto houver desigualdades neste País, as mulheres só terão seus direitos conquistados com muita organização e luta.

Felizes os homens que compreendem o significado dessas atitudes e fazem das bandeiras das mulheres também suas bandeiras de luta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento manifesto minhas congratulações aos índios Tabebas por mais uma vitória em sua luta histórica na defesa dos direitos das etnias indígenas em nosso País.



Trata-se da conquista obtida junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que deu provimento ao recurso quanto ao prosseguimento da demarcação da área indígena dos Tabebas, no Município de Caucaia, no Ceará.

O parecer do Relator, Desembargador Federal Lázaro Guimarães, determinou a continuação do processo pela FUNAI, com base no art. 231 da Constituição brasileira, que reconhece aos índios o direito sobre as terras que tradicionalmente ocupam. As terras ocupadas por silvícolas são inalienáveis.

Sabemos que a suspensão da demarcação, além de descumprir a Constituição, traria prejuízos irreparáveis à comunidade indígena.

Assim, solidarizo-me com as lideranças do movimento indígena, na pessoa do companheiro Dourado, e reafirmo nosso compromisso com os direitos humanos de todas as etnias e raças que compõem a rica diversidade humana.

Muito obrigado.



---

Documento 47/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:16

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10723 TEREZINHA FERNANDES-PT -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização da III Marcha das Donas de Casa em Brasília, Distrito Federal.

---

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT-MA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como meu pronunciamento aos que já foram feitos no plenário para homenagear a mulher brasileira. A luta das mulheres ampliou-se nos últimos 30 anos e permitiu que ocupassem espaço bem maior na sociedade brasileira.

Hoje, como sabemos, as mulheres são maioria na área da educação, do ensino médio ao ensino superior, no campo da saúde e no serviço público. Somos a maioria da população e dos eleitores. A luta das mulheres tem avançado, mas precisamos garantir que a sua presença nos mais diversos espaços da sociedade também se reflita nas decisões tomadas em diferentes locais.

Na área educacional, por exemplo, as mulheres são maioria nas salas de aula, não só na condição de alunas, mas também de educadoras. No entanto, não são elas que decidem a política para o setor.



As mulheres têm conseguido dar passos importantes, mas precisamos ampliar cada vez mais nossa luta. O Parlamento é o exemplo vivo da pequena participação da mulher na política, nas decisões do País. No Senado, de um total de 81 Senadores, contamos com apenas 9 Senadoras; nesta Casa, com 513 membros, apenas 45 Deputadas. São 132 Deputadas Estaduais em todo o País e 6.555 Vereadoras. As mulheres precisam lutar por uma presença mais forte nesses locais de decisão onde efetivamente se decidem os rumos do País.

Quero também destacar a III Marcha das Donas de Casa realizada hoje em Brasília. Em audiência, há pouco, o Presidente em exercício, José Alencar, recebeu essas mulheres, que lutam por um direito mais do que justo e que têm contribuído para a formação do País, porém, têm sido esquecidas e, muitas vezes, marginalizadas.

Apesar de o Congresso Nacional ter aprovado projeto que garante a aposentadoria para as donas de casa, busca-se neste momento a regulamentação dos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição Federal, que lhes assegura esse direito.

Parabenizo todas as mulheres brasileiras, Deputadas e funcionárias desta Casa, em especial a comitiva que veio do meu Estado, o Maranhão,.

Nossa luta continua para avançarmos cada vez mais na conquista dos nossos direitos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



---

Documento 48/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:44

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10713 LAURA CARNEIRO-PFL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mulheres do Congresso Nacional e do Brasil, funcionárias desta Casa que nos auxiliam no dia-a-dia, hoje pela manhã não pude permanecer na Comissão Geral em função de debate na Comissão de Orçamento. Mas queria pelo menos registrar, não sei se muito feliz ou triste, o dia de hoje. Feliz porque continuo com a esperança que todas as mulheres brasileiras têm; triste porque, infelizmente, ainda avançamos a passos muito modestos no que entendemos sejam as modificações necessárias nas questões de gênero, para que a mulher brasileira seja considerada tão cidadã quanto o homem.

Nós, mulheres brasileiras, temos algo muito importante em comum: a esperança e a fé de que um dia seremos iguais e que poderemos, portanto, lutar pelo que acreditamos ser justo.

Quero dizer às mulheres brasileiras, sejam pobres, ricas, trabalhadoras, desempregadas, negras, brancas, pardas, que devemos seguir denunciando, brigando, lutando pelo que temos direito. Assim, poderemos transformar nosso



País, inclusive para que um dia - quem sabe? - possamos sentar à Mesa Diretora com V.Exa., nobre Deputado Inocêncio Oliveira, ganhar o mesmo salário que os homens e ter um bom atendimento de saúde.

Portanto, Sr. Presidente, quero registrar neste dia a esperança e, ao mesmo tempo, a continuação de luta de todas as mulheres Parlamentares e as mulheres brasileiras.

Muito obrigada.



---

Documento 49/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:50

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10714 MARCELO GUIMARÃES FILHO-PFL -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Prejuízos causados pela seca à agricultura no oeste do Estado da Bahia.

---

O SR. MARCELO GUIMARÃES FILHO (PFL-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizo as mulheres brasileiras, especialmente as baianas, em nome da querida amiga Alice Portugal, que está ao seu lado e é uma das melhores Parlamentares da Assembléia Legislativa e da Câmara dos Deputados. Parabenizo as mulheres pelo importante papel que desempenham na sociedade e na família brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, enquanto em 2005 choveu de janeiro a agosto em praticamente toda a Bahia, deixando inúmeros desabrigados e causando vítimas fatais, a região oeste do Estado vem sofrendo com a estiagem que já se prolonga desde novembro.

Os prejuízos na agricultura já são irreversíveis, afetando de forma dramática a cultura de café, de feijão, de mamona, de soja e milho.

Na região de Vitória da Conquista, situada a 900m de altitude, onde a temperatura vem se mantendo em 37º, a perda média das lavouras de café chega a 30%.



O mesmo ocorre nos Municípios de Bonito e Irecê, onde já se verificou a perda de praticamente toda a produção de grãos e fibras.

Tal a gravidade da situação vivenciada pela região, Sr. Presidente, que muitos Prefeitos já decretaram estado de emergência.

Segundo a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - AIBA, a estiagem não comprometeu apenas a produtividade por atingir o desenvolvimento vegetativo das culturas, mas também pela ação de lagartas e do tamanduá da soja, que atacam a plantação em decorrência da redução do crescimento e do abortamento das folhas, flores e vagens.

De acordo com a CONAB, haverá uma redução da produção total baiana de milho da ordem de 20%, sendo que nesta primeira safra a perda pode chegar a 32% em relação a 2004/2005.

Acrescenta que isso se deve ao fato de "a estiagem ter atingido a cultura na fase de pendoamento e florescimento da planta, prolongando-se até a fase do início de enchimento dos grãos". Como em algumas áreas não houve o enchimento dos grãos, a perda poderá ser total, na avaliação da CONAB.

A mamona também deve apresentar uma de suas maiores quedas, podendo comprometer quase 60% de toda a produção, com previsão de queda das 169,4 mil toneladas, verificadas em 2005, para apenas 69,6 mil toneladas, estimados para a safra de 2006.

Na avaliação do presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Lapão, mesmo nas áreas irrigadas por poços artesianos a redução da produção é inevitável, pois com a estiagem prolongada os lençóis freáticos também começam a secar.

Dos 417 Municípios baianos, Sr. Presidente, lamentavelmente apenas 13 estão sendo abastecidos pela Defesa Civil nacional com caminhões-pipa, dentre os quais devo destacar o Município de Remanso, onde, a despeito de se situar às margens do Rio São Francisco, também já foi decretada situação de emergência em face da seca que assola todo o Município, especialmente nas localidades da zona rural, decreto este com vigência estimada para até 10 de junho próximo vindouro, podendo ser prorrogada na hipótese de agravamento, intensificação ou continuidade da estiagem ora vivenciada na região.



Apenas para que se tenha uma idéia da gravidade da seca que já se arrasta nesse últimos 4 meses, Sras. e Srs. Deputados, destaco que o índice pluviométrico apurado nesse período encontra-se entre 30 ml a 40 ml, enquanto em outros períodos costuma situar-se na ordem de 150 ml por mês, o que já é considerado baixo para região.

Portanto, Sr. Presidente, aproveito o ensejo para rogar às autoridades federais seu empenho na solução de tão grave problema.

Enquanto o Governo Estadual já anunciou sua intenção de investir R\$ 560 milhões nos 233 Municípios atingidos pela seca, o Governo do Presidente Lula ainda não se manifestou sobre sua eventual pretensão de colaborar com as ações efetivas em fase de implantação pelo Governo baiano.

Como bem afirmou o Governador Paulo Souto, é necessário antecipar algumas ações estruturantes visando a ampliação da oferta de água, a geração de emprego e renda, especialmente voltada para a agricultura familiar, a construção de casas e melhorias habitacionais que beneficiam cerca de 2 milhões de pessoas nesse prolongado período de estiagem.

Este, portanto, é o registro que gostaria de consignar nos Anais desta Casa, na esperança de sensibilizar o Governo Federal a ombrear com as autoridades estaduais a busca de solução definitiva para esses graves problemas, que, infelizmente, ainda atingem duramente a vida de milhões de baianos, renovando-se sistematicamente a cada novo ano que se inicia.

Muito obrigado.



---

Documento 50/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10739 NAZARENO FONTELES-PT -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação das mulheres no mercado de trabalho. Políticas do Governo Federal para o combate da desigualdade de gênero. Excelência dos trabalhos desenvolvidos pela Articulação de Mulheres Brasileiras.

---

O SR. NAZARENO FONTELES (PT-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para destacar a importância do dia de hoje, especialmente dedicado às mulheres.

A data de 8 de março foi escolhida para ser o Dia Internacional da Mulher em lembrança de um episódio trágico ocorrido nos Estados Unidos, nesse mesmo dia, no ano de 1857, quando mulheres de uma fábrica de tecidos em Nova York se rebelaram contra suas condições de trabalho, tendo sido essa a primeira vez na história em que as mulheres se uniram para reivindicar melhoras. No entanto, a rebelião foi contida de forma violenta, culminando com a morte de 129 tecelãs, que morreram carbonizadas dentro da fábrica.

Posteriormente, em 1910, surgiu a idéia de se criar uma data para homenagear essas operárias e marcar um dia de luta feminina, só concretizada em 1975,



quando a Assembléia Geral das Organizações das Nações Unidas - ONU decretou o dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher.

Mundialmente vinculada às reivindicações femininas por melhores condições de trabalho, justiça e igualdade social, a passagem do Dia Internacional da Mulher representa um momento de reflexão sobre os abusos históricos contra as mulheres, mas também sobre as conquistas e mudanças sociais obtidas.

No Brasil, tais abusos ainda são nítidos e revelam as vertentes patriarcal e machista que ainda sobrevivem em nossa sociedade. Segundo dados da ONU de 2004, 25% das brasileiras são vítimas constantes de violência no lar, sendo que em apenas 2% dos casos o agressor é punido, e em cerca de 70% dos casos o agressor é o marido ou companheiro.

Outro exemplo claro de comportamento discriminatório contra a mulher diz respeito à diferença ainda existente entre a remuneração percebida por homens e mulheres no mercado de trabalho. Segundo estudo recente do IBGE, em termos gerais, considerando cargos e ocupações inseridas na mesma categoria e de mesma hierarquia funcional, as mulheres recebem em média 65% do que é pago aos homens.

No entanto, muitos avanços foram conquistados e devem ser exaltados. Atualmente, a parcela feminina representa 43% da população economicamente ativa do Brasil, com mais de 30 milhões de mulheres no mercado de trabalho. No setor educacional, a ascensão da mulher revela-se no fato de elas somarem 57% dos estudantes do ensino médio e do ensino superior.

É importante ressaltarmos aqui as ações do Governo Federal voltadas às mulheres, dentro da perspectiva de tornar o combate das desigualdades entre homens e mulheres em uma política de Estado. A Secretaria de Políticas para as Mulheres recebeu do atual Governo o status de Ministério. Suas grandes conquistas nestes 2 anos foram a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que mobilizou cerca de 120 mil mulheres para debater as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e a própria criação desse plano, que foi apresentado no mês de dezembro de 2004 e constitui-se num conjunto de 198 ações distribuídas em 26 prioridades, visando atender às



necessidades práticas e estratégicas das mulheres, relacionadas com o seu dia-a-dia, como a melhora dos serviços públicos, o acesso ao crédito urbano e rural, a titularidade da terra e a redução da taxa de analfabetismo, entre outras.

No mais, outras políticas dirigidas à proteção da mulher atingiram resultados expressivos, como a implantação ou o reaparelhamento de 35 centros de atendimento à mulher vítima de violência, 60 delegacias especiais, 50 casas-abrigo e 10 defensorias públicas. A Ouvidoria da Mulher atendeu 635 casos de violência, e cerca de 90% deles foram resolvidos. Além disso, foi criada a Central de Atendimento à Mulher, com mais de 5 mil profissionais em todo o Brasil, e foi lançado um programa de crédito para as mulheres no meio rural, com um montante disponível de R\$ 1,2 bilhão.

Não obstante o compromisso do Governo nesse sentido e o apoio que vem dando à luta desempenhada pelas mulheres, devemos destacar que elas são as grandes agentes dessa transformação, que remonta ao Século XVIII, quando as mulheres passaram a atuar de forma significativa na sociedade em movimentos engajados, visando à melhora das condições de vida e trabalho, à participação política, ao fim da prostituição, ao acesso à instrução e à igualdade de direitos entre os sexos.

Nesse sentido, destaco o trabalho desempenhado pela Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, uma organização política não-partidária que articula e potencializa a luta feminista e a ação política das mulheres nos planos nacional e internacional. A AMB pauta sua ação orientada pelo desejo de transformação social e eliminação da desigualdade, do racismo e das relações de exploração, e pelo fim da opressão de todas as mulheres, com iniciativas orientadas à transformação do Estado e da sociedade, incidindo sobre os setores da política, da economia e da cultura.

Dentre as ações organizadas e apoiadas pela AMB está a campanha pela aposentadoria das mulheres donas de casa com faixa de renda de até 2 salários mínimos. Tal campanha, na qual a III Marcha Nacional ocorre no dia de hoje, em Brasília, reflete uma reivindicação importante dessas mulheres, que sofrem os efeitos das desigualdades da divisão sexual do trabalho e clamam pelo



reconhecimento de seus esforços e por uma política estatal mais distributiva e justa nesse sentido.

Outras ações de iniciativa da AMB que podemos destacar são as vigílias pelo fim da violência contra as mulheres, que estão sendo realizadas nesta semana em várias Capitais do Brasil e incluem atos públicos e audiências nos Tribunais de Justiça dos Estados para a criação de varas especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher, assunto esse que está inclusive em pauta nesta Casa, com o Projeto de Lei nº 4559/04, que visa também retirar os crimes de violência contra a mulher do rol de crimes de menor potencial ofensivo.

Ressalte-se que a ação das vigílias articula também outros movimentos sociais, como o movimento negro e o movimento em defesa dos direitos humanos.

Destaco ainda que integrantes da AMB assinaram o manifesto da campanha As Mulheres dizem não à Guerra, pelo fim da guerra no Iraque, que será entregue hoje à Casa Branca, nos Estados Unidos. Essa campanha, liderada por mulheres norte-americanas e iraquianas, exalta a participação das mulheres nas negociações dos processos de paz.

Inspiradas nesses avanços e movimentos, as mulheres devem continuar a sua luta, até que consigam eliminar todos os resquícios da discriminação injusta e irracional que afeta os seus direitos. Muitas conquistas ainda estão por vir, de modo a consolidar o papel essencial que as mulheres naturalmente possuem - e devem exercer - nos núcleos essenciais da sociedade, como a família, o trabalho e a política.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.



---

Documento 51/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10744 JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna neste dia especial, que é o Dia Internacional da Mulher, para, em primeiro lugar, homenagear as mulheres de nosso País, que enfrentam um cotidiano difícil, injusto e por vezes muito violento.

O dia 8 de março está intrinsecamente ligada à luta popular. Não se trata de uma data apenas comemorativa. Em 8 de março de 1917, as mulheres da cidade russa de São Petersburgo iniciaram uma greve que foi o estopim da Revolução Russa. Segundo o dirigente da revolução Vladimir Lênin, "a revolução só aconteceu graças à força e à determinação das mulheres". Não tenho dúvida que as mulheres já conquistaram muitos avanços no mundo do trabalho, na educação e na política. Mas ainda temos um longo caminho até a igualdade plena entre homens e mulheres.

Neste Parlamento, onde tive a oportunidade de participar da coordenação da Bancada Feminina do Congresso Nacional durante 8 anos e a honra de ser eleita



para presidir a Comissão Especial do Ano da Mulher, enfrentamos resistências imensas na busca dos direitos da mulher. Este ano, a Bancada elegeu como bandeira de luta a questão da violência doméstica contra a mulher. Os altos índices desse tipo de violência revelam a impotência das instituições em coibi-la e mesmo a incapacidade de se prover uma consciência coletiva que gere um ambiente propício à denúncia e seu prosseguimento processual. Numa sociedade de suposta igualdade de gênero, as mulheres ainda enfrentam preconceitos e optam pelo silêncio. Das que conseguem ultrapassar essa barreira, grande parte não encontra respaldo para levar o processo até as últimas conseqüências.

No Brasil, uma mulher é agredida a cada 15 segundos. De cada 10 mulheres agredidas, 7 são vítimas de seus próprios companheiros. Segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia, que pesquisou a violência doméstica em 54 países, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a esse tipo de violência. É preciso alterar a lei, deixando de enquadrar esse tipo de violência como de menor potencial ofensivo. Hoje, as mulheres resistem a oficializar a denúncia porque temem que o agressor seja "punido" com o pagamento de cestas básicas, por exemplo.

Existe um projeto de lei a respeito, de autoria do Poder Executivo, que está pronto para votação no Plenário da Câmara dos Deputados. Tive a oportunidade de relatar a matéria na Comissão de mérito e, após participar de audiências públicas em 10 Estados, acredito ter superado o obstáculo à denúncia ao retirar os crimes de violência doméstica do âmbito dos juzados especiais criminais. O projeto de lei foi incluído na pauta da convocação extraordinária e aguarda votação por este Plenário.

Lutamos também pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e enfrentamos a intolerância de todos os matizes, principalmente a intolerância e a intransigência religiosa. No caso da legalização do aborto, o principal inimigo é o preconceito religioso e a negação hipócrita da realidade. Mesmo na ilegalidade, o procedimento é realizado por milhares de mulheres. Essa clandestinidade assegura tão-somente a existência de clínicas particulares, cujos serviços não são fiscalizados, o que gera a impossibilidade de controle por parte das autoridades competentes. A clandestinidade também é responsável por mortes de mulheres



aos milhares todo ano e pelos altos gastos, por parte dos serviços de saúde pública, no atendimento às mulheres com doenças e seqüelas provenientes de aborto mal feito. Encontramos sempre nesses casos as mulheres de baixo poder aquisitivo. Portanto, a ilegalidade tem ótica de classe. Como médica e mãe, também sou defensora incondicional da vida e, por isso mesmo, defendo também a vida das mulheres e seu direito à opção. Devemos lutar, todos e todas, acima dos partidos e religiões, pela redução da mortalidade materna e pelo avanço das leis que consolidem a democracia.

Por fim, quero homenagear todas as mulheres deste País, homenageando as Deputadas e Senadoras deste Congresso, que, independentemente da filiação partidária, enfrentaram diariamente os preconceitos do mundo da política.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



---

Documento 52/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:38

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10711 MARCELO TEIXEIRA-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Associação aos pronunciamentos sobre o transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização pelo SEBRAE de seminário em Fortaleza, Estado do Ceará. Visita do Governador Lúcio Alcântara aos Municípios de Itapipoca e Itapajé.

---

O SR. MARCELO TEIXEIRA (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho 3 filhas e também desejo me associar a tantos quantos usaram da tribuna - Deputados Moroni Torgan, Jorge Gomes e Gonzaga Patriota - neste relevante Dia Internacional da Mulher.

Hoje, em Fortaleza, às 19h30min, será aberto seminário muito importante do SEBRAE em que será discutida a questão da microempresa.

Na última semana, juntamente com o Governador do Ceará, Lúcio Alcântara, visitamos o interior do Estado. Fomos a Itapajé e a Itapipoca, onde foi realizada reunião a que todos os Municípios vizinhos se fizeram presentes. Fez S.Exa. mais uma prestação de contas, mostrando à associação comercial e a todos os moradores daquele Município o desempenho de seu Governo.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado no programa A Voz do Brasil.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - V.Exa. será atendido.



---

Documento 53/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10713 JOÃO PAULO GOMES DA SILVA-PSB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

Ao longo dos anos, no relacionamento com a mulher, pude perceber que ela é muito mais importante na vida do homem do que o homem na vida da mulher. Por isso, todos nós, homens, somos devedores às mulheres.

E a dívida com as mulheres não é pequena. Elas podem cobrar tanto dos homens quanto da sociedade.

A mulher tem tido uma inserção crescente no nosso meio político. Sua participação será cada vez maior. Ela trará sua lucidez, seu equilíbrio, sua racionalidade, para que melhoremos inclusive a atividade política em nosso País.

Muito obrigado.



---

Documento 54/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:52

Publ.: DCD - 11/04/2006 - 18444 LUIZ BASSUMA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Pedido ao Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, para intensificação dos investimentos nos Municípios de Entre Rios e Cipó, Estado da Bahia. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. LUIZ BASSUMA (PT-BA.) - Sr. Presidente, os Deputados Nelson Pellegrino, Luiz Alberto e eu fizemos há pouco reunião muito importante com o Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, juntamente com as Prefeituras das cidades de Entre Rios e Cipó. O compromisso de S.Exa. é intensificar os investimentos no natural e enorme potencial de turismo em nosso Estado, a Bahia. Aproveito a oportunidade para, simbolicamente, em nome das mulheres dessas duas cidades, Cipó e Entre Rios, parabenizar todas as mulheres brasileiras por este dia, e lembrar que lutamos pelo turismo de fato e não pelo turismo sexual, que tanto envergonha nosso País e Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 55/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:22

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10696 LEODEGAR TISCOSKI-PP -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. LEODEGAR TISCOSKI (PP-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao longo da história da humanidade a mulher tem sido relegada a um papel inferior na sociedade. Aristóteles, filósofo do período clássico grego, alguns séculos antes de Cristo, chegou mesmo a dizer que a única função da mulher era a procriação. Sua ação nunca foi visível para os homens. O papel de educadora e administradora familiar era considerado irrelevante. Todos os assuntos que extrapolavam a órbita doméstica era privilégio dos homens.

São poucos os nomes femininos que fizeram a História. Podemos ver, nas artes, a poetisa Safo e George Sand, que inclusive lançou mão de um pseudônimo masculino. Na política, os destaques mais comumente citados são Cleópatra e as rainhas inglesas Elizabeth I e Vitória. Nas ciências, é notável o nome de Madame Curie. No entanto, a lista em todas as áreas, infelizmente, é pequena. Assim, a humanidade condenou ao anonimato todo o público feminino por milênios, como se a mulher não fizesse parte da sociedade e não compusesse metade da população mundial.



Os primeiros gregos que visitaram o Egito ficaram chocados com a autonomia concedida às egípcias. Graças a um notável sistema jurídico, a mulher e o homem eram iguais por direito e de fato. É inegável que as egípcias se beneficiaram de condições de vida muito superiores às que milhões de mulheres conhecem hoje. A mulher egípcia afirmou o seu nome e sua personalidade sem, no entanto, entrar em competição com o homem. Com a dominação romana e seu instituto do *pater familiae*, seguiram-se séculos de submissão das mulheres, que passaram a não ter direitos e a serem dominadas pelo pai, pelos irmãos e, depois, pelo marido. A mulher desprovida de direitos passou a ser objeto de negociação, com a implantação do dote.

O século XX marcou o raiar de uma nova era para as mulheres. As modificações tecnológicas e científicas, junto com as crises econômicas e as guerras, obrigaram a mulher a sair de casa, a ir em busca de um trabalho para ajudar no orçamento doméstico. A libertação dos escravos mostrou às mulheres que a elas também eram negados os direitos de cidadania. Inicia-se, em todo o mundo, a luta pelo resgate da mulher cidadã. O voto, como primeira conquista, coloca a mulher no contexto sociopolítico. A invenção da pílula anticoncepcional liberta a mulher, que, assumindo o controle de seu corpo e o planejamento de sua prole, lança-se no mercado de trabalho, buscando a igualdade entre os sexos. Diversos movimentos feministas surgiram, os primeiros em claro conflito com o universo masculino, na busca de espaços. Com o passar do tempo, a mulher cresceu profissional e economicamente, atingindo grau de independência nunca antes alcançado.

A mulher moderna mostra-se competitiva e competente nas artes, ciências, educação e economia. Ainda assim, relegou o campo político ao universo masculino. Embora represente 51% do total da população brasileira, sendo 55,4 milhões de eleitoras contra 54,1 milhão de eleitores, elas representam apenas 6% do Congresso Nacional. É preciso refletir sobre esses números.

A mulher é, naturalmente, uma administradora de crises: financeiras, emocionais, sociais, judiciais e educacionais. Ela assume o papel de conciliadora nos conflitos domésticos, na adolescência dos filhos, nos ciúmes familiares, nas depressões de membros da família. A mulher enfrenta todos os desafios no universo familiar - ela



conhece, de fato, a realidade do dia-a-dia, encontra respostas, implementa soluções. Perseverante e criativa, transforma as crises em desenvolvimento.

É essa a mulher que deveria, consciente de sua força, emprestar a sua inteligência, a sua capacidade e sua habilidade para a sociedade como um todo. É ela que deveria construir alternativas para trabalhar em conjunto com os homens, lado a lado. É ela, em suma, que deveria ingressar na vida pública para ajudar a tornar o Brasil um pouco mais parecido com o país que desejamos.

Vencendo as barreiras, expandindo suas atividades do lar para a política, a mulher leva consigo a ética e a moralidade para o exercício do dever público, expulsando da atividade política aqueles que esqueceram os deveres morais e tornaram nosso espaço político desagradável e injusto, em função de mentiras e corrupção praticadas no exercício do mandato.

O despertar da cidadania feminina implica um grande trabalho ainda a ser executado pelas mulheres. Não se pretende um trabalho conflitivo com os homens, mas colaborativo, para que os interesses e objetivos da sociedade sejam atendidos e atingidos como um todo.

A mulher já está escrevendo a sua história político-partidária. Por onde ela vem passando, as mudanças vêm sendo implementadas. Sob o olhar atento feminino, tramitaram e tramitam dezenas de projetos de lei, diretamente relacionados aos direitos civis, educação, poder, saúde, sexualidade, trabalho, violência e outros, que através de movimentos organizados, agilizam a tramitação, discutem as reformulações e elaboram novas proposições.

Ainda há muito para ser feito. A inclusão social da mulher ainda é um grande desafio para a democracia brasileira. As mulheres em Santa Catarina, meu Estado, já constituem 42% da População Economicamente Ativa - PEA. Portanto, a força de trabalho das mulheres traz riqueza e progresso a Santa Catarina, com grande peso no Produto Interno Bruto. Elas são, ainda, construtoras de parte expressiva da riqueza nacional. No entanto, a mulher enfrenta discriminação no mercado de trabalho, auferindo menores rendimentos do que os homens. A diferença em favor dos homens é muito grande. Estes recebem 40% a mais que as mulheres.



Outro dado preocupante mostra o crescimento do número de domicílios sob a responsabilidade das mulheres. Já são 20% das famílias chefiadas por mulheres. Mas, segundo o DIEESE, em 2003, enquanto 64,5% dos homens trabalhavam com carteira assinada, em relação às mulheres este número era apenas de 35,5%. Em relação à mulher negra, a situação é ainda mais grave.

A violência contra a mulher ainda é muito grande. Embora as Delegacias da Mulher tenham sido uma importante conquista, as agressões ainda ocupam lugar de destaque em nossas estatísticas. O número insuficiente de creches ainda dificulta o ingresso da mulher-mãe no mercado de trabalho. O Sistema Único de Saúde não atende a população de forma satisfatória, afetando também as mulheres. Enfim, a conquista dos direitos da mulher somente será real quando houver mecanismos, dentro da sociedade, que permita o funcionamento de todos os órgãos públicos que dão sustentação ao exercício de tais direitos. Este é o desafio da nova mulher: a conquista dos espaços políticos, o direito a voz para fazer valer os seus direitos e promover a tão almejada inclusão social.

Concluindo, desejo que o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, marco da luta das mulheres por seus direitos civis, seja visto como uma nova etapa nessa luta. E que a mulher do século XXI ocupe maior espaço político; que a mulher tenha a consciência de que o envolvimento político é condição essencial da promoção feminina, de superação da discriminação, da marginalidade e da pobreza.

A democracia no Brasil poderá efetivamente avançar se contar com a participação das mulheres no poder, de modo a influir decisivamente também na economia, nas finanças, na diplomacia, na administração, na comunicação, nos transportes, no setor primário, secundário e todas as áreas tradicionalmente confiadas aos homens.

Cumprimentando todas as mulheres brasileiras pelo seu dia, lanço um apelo a todas vocês: ingressem na área política. Conquistem mais poder. O Brasil e todos nós precisamos de vocês.



---

Documento 56/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:34

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10707 GERALDO RESENDE-PPS -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Relatórios do Tribunal de Contas da União acerca de irregularidades em obras de complexo penitenciário no Estado do Mato Grosso do Sul. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ações em defesa das mulheres, implementadas pelo orador na condição de Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. Homenagem à memória da Sra. Olga Benário.

---

O SR. GERALDO RESENDE (PPS-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nada me provoca mais contrariedade do que ocupar esse precioso espaço para retomar demandas cuja solução se arrasta ou se mascara há anos. Infelizmente somos obrigados a reaquecer a discussão sobre o sistema carcerário sul-mato-grossense, devido à gestão desastrosa do Governo do Mato Grosso do Sul e do Governo Federal.

Nossa afirmação não tem qualquer traço de leviandade. Baseamo-nos em pareceres que o Tribunal de Contas da União vem emitindo desde 2002 até o último, o mais recente, de fevereiro próximo passado, invariavelmente apontando irregularidades em obras que demandam verbas federais, destinadas ao sistema carcerário no Mato Grosso do Sul, inclusive com a construção de um presídio



federal em Dois Irmãos do Buriti, além de Presídio de Trânsito em Campo Grande e unidades penais de Naviraí e Três Lagoas.

Esses empreendimentos, somente em 2005, receberam repasses de R\$ 1,3 milhão, geridos pela Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul - AGESUL, órgão responsável pelas obras.

Foram constatadas contratações acima das dotações orçamentárias; falta de estudo de impacto ambiental; alterações não autorizadas do projeto básico e até do local das obras; falta de comprovação de lastro financeiro para o aporte de responsabilidade do Governo do Estado, tudo isso à revelia do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça - DEPEN/MJ.

Somente em obras complementares do presídio federal em Dois Irmãos do Buriti, os auditores do TCU, neste último relatório de auditoria, identificaram superfaturamento em mais de 30% no valor de serviços e materiais de construção, patrocinado pela AGESUL.

O jornal Correio do Estado informa:

"Diante do forte indício de fraude, o TCU determinou à AGESUL (Agência Estadual de Gestão e Empreendimento de Mato Grosso do Sul) que suspenda o pagamento das faturas a serem emitidas pela Construtora COPLAN e aprovou a convocação dos responsáveis pela obra para confrontar as versões. Entre os citados está o Diretor-Presidente da AGESUL, Carlos Augusto Longo. Os envolvidos terão prazo de 15 dias, a contar da notificação, para explicar as irregularidades."

A mesma matéria jornalística traz palavras do relator no TCU, segundo o qual:

"A queda na qualidade da obra e o prejuízo causado à sociedade pelo atraso na entrada em operação do estabelecimento penal foram consequência direta da elaboração do projeto que balizou o orçamento e a contratação sem o nível de detalhamento apropriado à finalidade pretendida."

Não se mascaram as condições cruéis e desumanas em que vivem, ou melhor, sobrevivem, esses homens e mulheres, sendo punidos muito além do que lhes impõem nossas leis criminais.



A falta de comprometimento para com os crescentes sacrifícios do contribuinte, cria obstáculos aos programas do Ministério da Justiça de política penitenciária.

Essas obras que se arrastam há anos sem conclusão, atoladas no lamaçal da má gestão de recursos públicos, são essenciais no desenvolvimento de uma política penitenciária que minimamente ressocialize um contingente expressivo de potenciais trabalhadores, gente que anseia a reintegração na sociedade, com dignidade e respeito, para constituir ou sustentar famílias já constituídas.

Se alguém se locupletou com essa situação, agindo de maneira criminosa, deve ser encarcerado nos presídios cuja construção lhe beneficiou. Para tanto, o parecer do TCU não deve ser engavetado, mas sim, divulgado e enviado aos órgãos competentes, para responsabilização administrativa e penal de agentes públicos e representantes da iniciativa privada, eventualmente envolvidos.

Outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é muito importante que possamos, a cada ano, não só na data alusiva às mulheres refletir e procurar, ainda que em poucas palavras, traçar não apenas o panorama das lutas feministas no Brasil e no mundo, mas sobretudo as conquistas já agregadas ao agir feminino, aqui e lá, e também o que ainda é necessário conquistar e que, tenho absoluta certeza, será conquistado.

No mundo acadêmico, na área cultural, em todos os setores produtivos de nossa economia, ali a presença feminina é marcante e demonstra que os preconceitos de séculos e mais séculos, os desencontros culturais, as próprias leis do mercado, tudo se havia organizado para privilegiar o ambiente masculino, e isto porque, até bem recentemente, pelo menos em nosso País, eram somente os homens que faziam as leis no Congresso, que julgavam os crimes de toda ordem no Judiciário e que, no Executivo, eram senhores de todos os cargos disponibilizados após cada pleito eleitoral.

Não, não chegamos ao nirvana. Não atingimos ainda a grande meta igualitária por que lutamos. E o digo no plural, porque tais e tantas conquistas não serão conquistas femininas, em sua exclusividade, mas, sim, de toda a humanidade.



A violência contra a mulher - exemplo de que me quero valer - é um dos aspectos mais sombrios e constrangedores que nossa sociedade. Qualquer sociedade, aliás, enfrenta isso. Não, o homem não é o lobo do homem, a mulher não é a loba da mulher. Somos todos amigos, irmãos e companheiros. Assim, não há como justificar essa violência à base de conceitos psicossociais, nem segundo conceitos antropológicos que já não encontram respaldo em nosso cotidiano. Qualquer violência contra a cidadã ou o cidadão é um crime. E crime tipificado no Código Penal. Pois que esse Código seja devidamente cumprido.

Repudiamos a discriminação de gênero e suas nefastas conseqüências. Quando no cargo de Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, ativamos o Hospital da Mulher de Dourados, que em seguida, foi premiado pelo UNICEF e pelo Ministério da Saúde com o título de Hospital Amigo da Criança, além da distinção como Maternidade Segura, aliás, maternidade, pediatria e UTI neonatal. E é triste constatar que os petistas Prefeito de Dourados e Governador de Mato Grosso do Sul retrocedam naquela bela conquista.

Na época, reativamos os Comitês de Mortalidade Materna, após 5 anos de abandono. Criamos e fomentamos programas de Humanização do Pré-Natal e Nascimento, entre tantos outros de prevenção às doenças da mulher, como o câncer de mama e de colo do útero. Implementamos o Controle de Transmissão Vertical da AIDS, propiciando que centenas de mães soropositivas dessem à luz crianças saudáveis, livres da AIDS. Aparelhos de mamografia, densitometria óssea e ultra-sons foram distribuídos a Centros de Referência Saúde Mulher, que edificamos em vários pólos da Rede SUS.

Na condição de Deputado Estadual, produzimos leis como a que obriga a realização do Teste do Pezinho ainda na maternidade, logo após o nascimento; e a lei que garante o exame de DNA gratuito na identificação da paternidade.

Mantendo fidelidade a esse foco de atuação, já como Deputado Federal, apresentamos o Projeto de Lei nº 3.069, de 2004, dispendo sobre atendimento diferenciado à mulher chefe de família nos programas habitacionais populares, que visa adequar a nova realidade socioeconômica da população feminina aos seus direitos, funcionando como indutor de uma política específica para redução



do déficit habitacional que considere e favoreça a mulher, principalmente a idosa, a deficiente física e a chefe de família, historicamente marginalizadas, que devem ser incluídas a partir do recorte de gênero, provocando o Poder Público a oferecer condições diferenciadas para as mulheres participantes dos projetos de habitação popular de autoconstrução ou mutirão.

Nosso projeto já tramitou com êxito em 3 Comissões desta Casa e hoje aguarda pelo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Enfim, hoje quero homenagear todas as mulheres, na figura de uma, em especial, injustiçada pelos livros de História: trata-se de Olga Benário, não por sua postura política, que por si só já mereceria honraria, mas pela forma como a defendeu, sendo forte em espírito como toda mulher e como poucos homens os são.

Vítima de desmandos ditatoriais, Olga foi deportada grávida para a Alemanha nazista onde, antes de ser executada, dedicou à filha e ao marido uma carta; uma lição que deveria ser conhecida, mas que permanece empoeirada no relicário machista da memória da sociedade. Em trecho de seu último escrito disse Olga:

"Aprendi o quanto significa a força de vontade, especialmente se emana de fontes como as nossas. Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo."

Grato pela atenção.



---

Documento 57/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:14

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10692 CARLOS NADER-PL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Solicitação à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e à Direção do IBAMA de empenho na busca de solução negociada com moradores e hoteleiros do Parque Nacional do Itatiaia, ameaçados de desapropriação.

---

O SR. CARLOS NADER (PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta data dedicada ao Dia Internacional da Mulher, quero mais uma vez saudar as nobres colegas desta Casa, em primeiro lugar, parabenizando-as pelo trabalho dedicado e sério que prestam ao povo brasileiro. Quero saudar também todas as mulheres do Brasil, que vêm tendo uma participação cada vez maior no dia a dia da nossa Pátria.

O dia 8 de março foi consagrado pela ONU em 1945 como Dia Internacional da Mulher. É bom contar essa história para os mais jovens e também para as jovens do nosso País. A data é uma homenagem às operárias têxteis norte-americanas que em 1857 organizaram a primeira greve da história conduzida unicamente por mulheres.



Tinham como principal reivindicação a redução da jornada de trabalho de 16 para 10 horas. E foram para a luta, tendo sido duramente reprimidas pela cavalaria da polícia. Para se proteger, muitas delas fugiram para dentro da fábrica. Os portões foram trancados por fora e a polícia ateou fogo no prédio, por determinação dos patrões, causando a morte de 129 mulheres, carbonizadas ou por asfixia.

Clara Zetkin, uma ativista do movimento feminista alemão, propôs, na Primeira Conferência Internacional de Mulheres, realizada em Copenhague, na Dinamarca, que a data fosse consagrada como o Dia Internacional da Mulher.

Em todo o mundo, as mulheres são lembradas de forma especial. Mas é preciso mais do que isso, Sr. Presidente. É preciso ainda olhar para as mulheres pelo que elas representam, pela situação em que vivem. Hoje, no nosso País, elas representam 30% dos chefes de família, mas ainda ganham em média apenas 65% do valor dos salários dos homens.

A situação das mulheres negras é ainda mais grave, pois chegam a receber salários que representam a metade do valor pago às mulheres brancas. Isso sem esquecer que muitas mulheres enfrentam dupla jornada de trabalho, porquanto assumem, além do emprego fora de casa, a responsabilidade integral pelas tarefas domésticas, cuidando dos filhos.

Estatísticas demonstram que, a cada 4 segundos, uma mulher é vítima de algum tipo de agressão, independentemente da classe social à qual pertence, embora sejam as mulheres pobres que tenham seus casos contabilizados através dos boletins de registros policiais.

Sabemos ainda que há muito que fazer pela mulher brasileira. Portanto, tanto quanto dar parabéns pela data, temos que zelar para amenizar e extinguir diferenças, violência e discriminação das quais as mulheres ainda são vítimas.

Passo a outro tema, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Trago um assunto que interessa diretamente aos moradores, hoteleiros e donos de pousadas instalados dentro do Parque Nacional do Itatiaia, no sul fluminense. Essas pessoas estão apreensivas, Sr. Presidente, e com inteira razão. Recentemente, elas foram notificadas da intenção do IBAMA de promover a desapropriação das



casas e estabelecimentos dos quais são proprietários, porque estão dentro da área do Parque Nacional.

Sabemos, Sr. Presidente, que a intenção do Ministério do Meio Ambiente, ao cumprir o que determina uma lei federal, é a de preservar os parques nacionais. No entanto, creio que se pode buscar outra solução em vez da briga judicial que será instalada a partir dessa determinação. Afinal, o diálogo deve ser o princípio, o passo primeiro de qualquer iniciativa que possa resultar em impasses ou contendas judiciais.

No Parque Nacional estão instaladas residências e hotéis que datam de antes da criação da reserva, em 1937, pelo então Presidente Getúlio Vargas. O parque recebe cerca de 100 mil visitantes por ano. O número de guardas e fiscais para controlar esse acesso sempre foi abaixo do necessário. E são justamente esses moradores - cerca de 200 - e os hotéis e pousadas, que não chegam a 20, que contribuem para que o parque seja preservado. Afinal, é do próprio interesse dos moradores e dos hoteleiros que as belezas do parque, sua fauna e flora, sejam preservados.

Portanto, quero fazer um apelo à nobre Ministra Marina Silva e à direção do IBAMA no sentido de negociarem uma solução com os moradores e hoteleiros do Parque Nacional do Itatiaia. Entre os hotéis, podemos citar um dos mais tradicionais da região sul fluminense: o Simon foi construído antes mesmo do decreto que criou o Parque Nacional. Durante décadas foi administrado pela família que lhe deu o nome e só recentemente foi vendido a um grupo empresarial de São Paulo, que, evidentemente, continuará atuando da mesma forma, no sentido de proteger o parque.

A busca de uma solução negociada é, a meu ver, perfeitamente possível. E esperamos que haja, por parte do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA, a sensibilidade para buscar uma solução através do diálogo, porque o principal, que é a preservação do Parque Nacional do Itatiaia, não está em jogo nessa discussão.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa.



Muito obrigado.



---

Documento 58/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10749 AFONSO HAMM-PP -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. AFONSO HAMM (PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para cumprimentar, na pessoa das colegas Parlamentares, todas as mulheres, no Dia Internacional da Mulher.

As mulheres, no seu dia-a-dia, desempenham múltiplos papéis.

Elas são parceiras, companheiras, mães, profissionais, cidadãs, guerreiras.

A presença feminina, em todas as atividades, é cada vez mais crescente. Sete em cada 10 mulheres empreendem todos os seus esforços no sentido de realizar-se profissionalmente. Investem nas suas carreiras profissionais, como educadoras, pesquisadoras, trabalhadoras nas plantas das fábricas, agricultoras, artesãs, mas sem se esquecer da vida doméstica, afetiva e social, no mercado de trabalho.

Apesar dos espaços conquistados pelas mulheres, evidenciam-se ainda algumas diferenças, embora haja avanços.



As mulheres permanecem mais tempo à procura de emprego: homens, 36 semanas; mulheres, 42 semanas.

As mulheres têm os salários proporcionalmente mais baixos do que os percebidos pelos homens, e esta realidade não se restringe aos países de economia dita de Terceiro Mundo: homens, R\$ 1.027,00; mulheres, R\$ 764,00.

Todos esses aspectos desafiam as mulheres à superação das barreiras que se impõem, sejam elas culturais, sociais ou econômicas.

A mulher é forte para superar-se. Como diz o poeta, transformadora, ela busca, com a luz do seu sorriso, transpor as dores que lhe vão na alma.

Era o que tinha para dizer.



---

Documento 59/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:20

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10696 FRANCISCO RODRIGUES-PFL -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação do tenente-coronel da Aeronáutica Marcos Pontes em viagem à Estação Espacial Internacional.

---

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (PFL-RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parablenizo as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher. Hoje, no Brasil, a visibilidade que as mulheres estão tendo na sociedade é invejável. Todos nós, homens, devemos ter compromisso com a legitimidade da ocupação de espaço e de poder pelas mulheres, pois é justo e devido.

Também quero registrar que o tenente-coronel da Aeronáutica Marcos Pontes, astronauta brasileiro, realizará, no dia 30, vôo para a Estação Espacial Internacional, levando 8 experimentos científicos. A Universidade do Rio de Janeiro, o INPE, a Universidade de Santa Catarina e a EMBRAPA, principalmente, estarão respaldando esses experimentos, que são importantíssimos para o Brasil, em razão da visibilidade que o fato terá, pois é o primeiro astronauta brasileiro a participar de missão espacial dessa grandeza. A Nação orgulha-se do astronauta tenente-coronel Marcos Pontes.

Muito obrigado.



---

Documento 60/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:26

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10702 JACKSON BARRETO-PTB -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. JACKSON BARRETO (PTB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro a passagem do Dia Internacional da Mulher e, de forma especial, homenageio 3 mulheres que marcaram minha geração na universidade, no combate à ditadura e na luta pela democracia. São elas: a companheira Tina Góes, esposa do jornalista Anselmo Góes; a companheira Laura Ribeiro Marques e a companheira Ana Cortês.

De forma especial, quero cumprimentar as professoras do meu País, especialmente, as do meu Estado.

Por último, saúdo as companheiras do MST, que travam a luta mais importante do povo brasileiro - a reforma agrária.

Era esse meu registro.





---

Documento 61/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:28

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10703 LUIZ COUTO-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Artigo Reflexão sobre a crítica do representante da CNBB ao Governo Lula, da Profa. Elisa Bezerra Mineiros. Considerações sobre matéria da revista CartaCapital e do Jornal do Brasil acerca de prejuízos da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI.

---

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente presto homenagem, neste Dia Internacional da Mulher, a todas as mulheres do Brasil, especialmente as da Paraíba, na pessoa da Prof<sup>a</sup>. Elisa Bezerra Mineiros. Peço a inserção nos Anais desta Casa de artigo desta professora, intitulado Reflexão sobre a crítica do representante da CNBB ao Governo Lula.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Jornal do Brasil, edição de 3 de março e a revista CartaCapital, edição nº 383, de 8 de março estamparam, respectivamente, em suas páginas as seguintes manchetes: CPI mira Lula e atinge Fernando Henrique e Isso é que é Prejuízo.



A matéria do Jornal do Brasil, assinada pelo jornalista Hugo Marques, traz como manchete interna: Rombo atinge governo Fernando Henrique.

Segundo o jornal carioca, o prejuízo da PREVI ultrapassa R\$ 1,5 bilhão. Confirmado pela própria PREVI, este monumental rombo financeiro foi possível graças a um investimento temerário no Complexo Turístico de Sauípe, na Bahia. Chancelado por lobby de figuras de alta proa da política baiana. A PREVI injetou só no Complexo Hoteleiro de Sauípe cerca de R\$ 846 milhões. Um detalhe: o valor de mercado do Complexo de Sauípe, calculado pela PREVI, é de R\$ 171 milhões.

Como negociadores deste investimento, temos o FonteCindam Participações S/A e a Construtora Norberto Odebrecht S/A, de origem baiana. A revista CartaCapital publica cópia do Protocolo de Entendimentos que redundou neste prejuízo bilionário da PREVI. Neste protocolo, consta a assinatura do atual Senador pela Bahia, Sr Antonio Carlos Magalhães. O dedo de políticos baianos nesta operação não pára por aí. Segundo o Jornal do Brasil, 5 meses antes da assinatura deste protocolo, o Governo da Bahia remeteu ofício ao então Presidente da PREVI, Sr. Jair Bilachi, cumprimentando-o "pela decisão de investir no complexo turístico". De igual modo, a CartaCapital publica cópia do ofício nº 185/97-GE, datado de 9 de julho de 1997, com os cumprimentos do então Governador Paulo Souto. Ou seja, tudo indica que uma operação política prévia levou a PREVI a realizar uma operação no mínimo arriscada, o que de fato agora se confirma com a identificação deste colossal prejuízo.

Como Sub-Relator da CPI dos Correios para os Fundos de Pensões, o Deputado Federal Antonio Carlos Magalhães Neto, paladino-mor da moralidade pública, teve desmoronado seu ar triunfante ao bradar um prejuízo dos fundos de pensões em operações financeiras na Bolsa de Valores. Segundo o Parlamentar baiano cerca, de 14 fundos de pensões teriam tido um prejuízo algo em torno de R\$ 700 milhões. Foi contestado pelas diretorias dos referidos fundos de pensões.

A operação que redundou na participação da PREVI no Complexo Turístico de Sauípe, segundo Luiz Carlos Siqueira de Aguiar, então diretor financeiro da PREVI, resultou em prejuízo.



Este caso da PREVI, como todos os outros, precisa ser investigado à luz da legislação vigente e dos mecanismos de mercado para investimentos desta natureza. Mas não deixa de ser irônico que ao atirar em Lula, a bala acabou atingindo Fernando Henrique Cardoso, que detinha a responsabilidade de indicar vários diretores da PREVI. E cai por terra, reafirmamos, a aura de muitos paladinos da moralidade pública do Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto.

Era o que tinha a dizer.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR



---

Documento 62/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:32

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10707 GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ato de protesto em Recife, Estado de Pernambuco, contra o aumento do número de mulheres assassinadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2006. Realização da Caminhada Mulher, na cidade pernambucana de Petrolina, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Inauguração do Centro Integrado de Assistência à Mulher, em Juazeiro, Estado da Bahia.

---

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desejo me associar a todos os colegas que prestam homenagem às mulheres do mundo e às 102.314.806 mulheres brasileiras que avançaram muito em todas as áreas pela sua competência.

Ao meu lado está a Deputada Lúcia Braga, que, com mais 4 mulheres, ajudou a concretizar a Constituição Cidadã, em 1988. Hoje, são 50 mulheres no Parlamento. Os homens que se cuidem, porque, daqui a alguns anos, elas serão maioria.



Sr. Presidente, gosto tanto de mulher que dos meus 12 filhos 8 são mulheres. Homenageio particularmente minha filha mais velha e minha caburezinha Juliana, que me ouve dizer que as mulheres brasileiras vão fazer a revolução do mundo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Vale lembrar que nesse dia, no ano de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque, entraram em greve, ocupando a fábrica para reivindicar a redução de um horário de trabalho de mais de 16 horas por dia para 10 horas.

Essas operárias, que, nas suas 16 horas, recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica onde, aconteceu um incêndio e cerca de 130 dessas mulheres morreram queimadas. Em 1910, numa Conferência Internacional de Mulheres realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas mulheres, que se comemoraria o 8 de março como Dia Internacional da Mulher.

De lá para cá, o movimento a favor da emancipação da mulher tem tomado forma, não só no Brasil como no resto do mundo. Pretende-se, dessa forma, chamar a atenção para o papel e a dignidade da mulher, e levar a uma tomada de consciência sobre o valor da pessoa, sua função na sociedade; contestar e rever preconceitos e limitações que vêm sendo impostos à mulher.

No entanto, o que deveria ser um dia de comemorações, se transformou num dia de protestos. Ontem, cerca de 500 mulheres se reuniram no centro de Recife para dar início às manifestações pelo Dia Internacional da Mulher. Vestidas de preto, elas protestavam contra o aumento do número de mulheres assassinadas entre os meses de janeiro e fevereiro.

Nesses meses foram mortas 66 mulheres apenas na Região Metropolitana de Recife, segundo dados da Secretaria Estadual da Defesa Social. No mesmo período, em 2005, 42 mulheres foram mortas. Entre os anos de 2002 e 2005, o número chegou a 1.193, colocando o Estado no vergonhoso topo do ranking nacional.

A marcha das mulheres, Sr. Presidente, seguiu em silêncio pelas ruas de Recife até a Praça da Justiça, onde começou uma vigília. Em frente às escadarias do



Tribunal de Justiça, os organizadores gritaram o nome das 66 mulheres mortas. A cada nome anunciado, o público gritava "presente".

Em Petrolina, mais de mil mulheres participaram da Caminhada Mulher, no dia de ontem. O evento integra as atividades em comemoração ao 08 de março, Dia Internacional da Mulher. A concentração foi no Teatro Barraqueiro, seguindo pela Orla antiga até a Ponte do Rio, um dos principais pontos turísticos da cidade.

A caminhada foi dividida em alas: policiais, atletas, líderes comunitárias, estudantes, entre outras. Atrações culturais e musicais se apresentaram no final do evento. As atividades prosseguem hoje com uma sessão especial na Câmara de Vereadores e ações comunitárias.

Em Juazeiro, na Bahia, hoje será inaugurado o Centro Integrado de Assistência à Mulher. No local, as mulheres podem contar com profissionais assistentes sociais e psicólogos. Hoje, a Prefeitura da cidade promove uma grande caminhada em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. A expectativa dos organizadores é que mais de duas mil pessoas participem do evento.

Gostaria, Sr. Presidente, de, neste Dia Internacional da Mulher, desejar a cada uma delas, meus votos de sucesso e muitas felicitações. Às mulheres pernambucanas minha solidariedade, minha indignação com o atual quadro de violência contra elas e meu agradecimento a todas as mães, esposas, filhas, irmãs, que tornam nossas vidas possíveis e melhores.



---

Documento 63/103

---

013.4.52.O Sessão Extraordinária - CD 08/03/2006-20:04

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10890 GIVALDO CARIMBÃO-PSB -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES

COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PSB-AL. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia 8 de março é, desde 1975, comemorado pelas Nações Unidas como o Dia Internacional da Mulher. É um dia não só de homenagens, mas também de reflexão. Em nenhuma outra época da história a mulher teve de se questionar sobre as suas escolhas como hoje. Tampouco em nenhuma época teve tantos e tão cruciais desafios. A dúvida entre investir seu tempo e seus esforços em uma carreira profissional ou dedicar-se à construção de uma família angustia muitas mulheres. Para elas, a vontade natural de ter filhos pode se tornar um problema.

Portanto, uma pergunta de coragem que temos de fazer é: por que é tão difícil para a mulher ter uma carreira bem-sucedida e ter filhos? Talvez seja porque não foram instituídas políticas públicas, no local de trabalho ou na sociedade, de apoio às mães que trabalham fora do lar. Por outro lado, temos a questão da exacerbção do feminismo, de idéias e ideais distorcidos, de expectativas artificiais, que levam à fragmentação, em vez de contribuírem para a integração



estável. Tudo isso, se por um lado contribuiu para a liberação das mulheres, por outro trouxe complicações teóricas e práticas, por criar a falsa e distorcida expectativa da igualdade.

Qual a maior necessidade das mulheres hoje? Qual seu papel na sociedade tão complicada como esta em que vivemos? Eu diria que nossa maior necessidade é de uma reflexão ponderada. Uma reflexão que analise a questão do papel da mulher na família e na sociedade de uma maneira global.

"Enfrenta os problemas deste mundo com sentido sobrenatural e de acordo com as normas morais, que não ameaçam nem destroem a personalidade, antes a encaminham", ensinava São Josemaría Escrivá, para quem a valorização da mulher está na descoberta de seu papel único, não na sua fusão com o papel, a profissão ou a personalidade masculina. "Uma sociedade moderna, democrática, tem que reconhecer à mulher o direito de participar ativamente da vida política, cumprindo-lhe criar as condições favoráveis para que exerçam esse direito todas as que o desejarem", preconizava o fundador do Opus Dei, canonizado, em Roma, no dia 6 de outubro de 2002.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, acho oportuno homenagear as mulheres com uma apropriada análise do papel de todos nós, homens e mulheres. Não achei nada mais que excelente um texto do próprio São Josemaría Escrivá, extraído do livro Questões atuais do cristianismo, cujo trecho solicito a permissão de citar, com o objetivo de que nos ilumine o coração e o entendimento:

"É cada vez maior a presença da mulher na vida social, para além do âmbito familiar em que ela até agora se movia quase exclusivamente. Quais as características gerais que a mulher deve vir a ter para cumprir sua missão?"

Em primeiro lugar, parece-me oportuno não contrapor esses 2 âmbitos. Tanto como na vida do homem, ainda que com matizes muito peculiares, o lar e a família ocuparão sempre um lugar central na vida da mulher: é evidente que a dedicação aos afazeres familiares representa uma grande função humana e cristã. Isto, porém, não exclui a possibilidade de uma ocupação em outros trabalhos profissionais - o do lar também o é -, em qualquer dos ofícios e empregos nobres



que há na sociedade em que se vive. Logo se vê o que se quer dizer quando se equaciona o problema assim; contudo, eu penso que insistir na contraposição sistemática, mudando apenas a tônica, levaria facilmente, do ponto de vista social, a um equívoco maior do que aquele que se tenta corrigir, pois seria mais grave que a mulher abandonasse o seu trabalho em casa.

No plano pessoal, também não se pode afirmar unilateralmente que a mulher só fora do lar alcança sua perfeição, como se o tempo dedicado à família fosse um tempo roubado ao desenvolvimento e à maturidade da sua personalidade. O lar - seja qual for, porque também a mulher solteira deve ter um lar - é um âmbito particularmente propício ao desenvolvimento da personalidade. A atenção prestada à família será sempre para a mulher a sua maior dignidade: no cuidado com o marido e os filhos ou, para falar em termos mais gerais, no trabalho, como que procura criar em torno de si um ambiente acolhedor e formativo. A mulher realiza o que há de mais insubstituível em sua missão e, por conseguinte, pode atingir aí sua perfeição pessoal.

Como acabo de dizer, isso não se opõe à participação em outros aspectos da vida social e mesmo da política, por exemplo. Também nesses setores pode a mulher dar uma valiosa contribuição, como pessoa, e sempre com as peculiaridades de sua condição feminina; e assim o fará na medida em que estiver humana e profissionalmente preparada. É claro que tanto a família quanto a sociedade necessitam dessa contribuição especial, que não é de modo algum secundária.

Desenvolvimento, maturidade, emancipação da mulher não devem significar uma pretensão de igualdade, de uniformidade com o homem, uma imitação do modo de atuar masculino. Isso seria um logro, seria uma perda para a mulher; não porque ela seja mais, mas porque é diferente. Num plano essencial, que deve ser objeto de reconhecimento jurídico, aí, sim, pode-se falar de igualdade de direitos, porque a mulher tem, exatamente como o homem, a dignidade de pessoa e de filha de Deus. Mas, a partir dessa igualdade fundamental, cada um deve atingir o que lhe é próprio; e, neste plano, dizer emancipação é o mesmo que dizer possibilidade real de desenvolver plenamente as virtualidades próprias: as que tem em sua singularidade e as que tem como mulher. A igualdade perante o



direito, a igualdade de oportunidades em face da lei não suprime, antes pressupõe e promove essa diversidade, que é riqueza para todos.

A mulher está destinada a levar à família, à sociedade civil algo de característico, que lhe é próprio e que só ela pode dar: sua delicada ternura, sua generosidade incansável, seu amor pelo concreto, sua agudeza de engenho, sua capacidade de intuição, sua piedade profunda e simples, sua tenacidade. A feminilidade não é autêntica se não reconhece a formosura dessa contribuição insubstituível, se não a insere na própria vida.

Para cumprir essa missão, a mulher tem de desenvolver sua própria personalidade, sem se deixar levar por um ingênuo espírito de imitação que, em geral, a situaria facilmente num plano de inferioridade, impedindo-lhe a realização das suas possibilidades mais originais. Se se forma bem, com autonomia pessoal, com autenticidade, realizará eficazmente o seu trabalho, a missão para que se sente chamada, seja qual for. Sua vida e trabalho serão realmente construtivos e fecundos, cheios de sentido. Cada uma em seu próprio caminho, sendo fiel à vocação humana e divina, pode realizar e realiza de fato a plenitude da personalidade feminina. Não esqueçamos que Santa Maria, Mãe de Deus e Mãe dos homens, é não apenas modelo, mas também prova do valor transcendente que pode alcançar uma vida aparentemente sem relevo".

Não devemos nos enveredar por nenhum caminho que conduza à disputa, à luta entre os gêneros, à competição. Também não devemos buscar somente o próprio interesse, a própria realização, o consumismo que hoje parece nortear qualquer interesse, em detrimento do bem da família. O equilíbrio está na solidariedade com respeito, na visão crítica, na tolerância com a diferença e na busca da compreensão dos verdadeiros papéis que o homem e a mulher devem exercer para o bem da família e da sociedade em geral. Talvez esse caminho seja longo, mas não há outro melhor e mais eficaz.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 64/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10745 VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, aqui quero prestar minha homenagem às mulheres guerreiras do dia-a-dia, às mulheres do campo, às mulheres profissionais de cada área do conhecimento humano, sobretudo às mulheres que podem em seu ventre dar condições de gerar uma vida.

Minha manifestação hoje é para as nossas companheiras, parceiras que ao nosso lado batalham, vibram, choram, buscando construir um futuro melhor, mais digno, para nossa família e nosso País.

Mas é importante lembrar que, assim como nós, operários de fábrica, conquistamos um espaço na sociedade e no mundo da política, as mulheres precisaram lutar muito para acabar com o estigma do preconceito, da intolerância e da opressão. O dia 8 de março é uma data simbólica, no sentido de que foi preciso o massacre de 129 mulheres operárias, em uma indústria têxtil de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, no ano de 1857, para se consagrar



internacionalmente esse dia. Foram trancadas no interior da fábrica e a esta foi ateado fogo, e no confinamento acabaram morrendo carbonizadas.

Esse fato, Sr. Presidente, não foi em vão. De lá para cá, muita luta e disputa aconteceu. Há certa paridade na questão de gênero. Mas ainda é preciso estar alerta para que o ranço machista e autoritário não prevaleça. Acredito que, antes de ser uma data de comemoração, devemos refletir muito, sobretudo no sentido de realmente perceber se não há ainda uma condição de inferioridade entre os sexos.

Assim sendo, como alerta, relato alguns dados: o Banco Interamericano para o Desenvolvimento diz que, no Brasil, 23% das mulheres são sujeitas a agressão em casa, 57% dessas agressões são cometidas pelos maridos ou parceiros, 33% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência física. Mais de 50% das mulheres não pedem ajuda, nas Delegacias de Mulheres 70% dos crimes registrados são de violência doméstica.

Outro fator importante a salientar, nobres Deputados, é que, apesar de ter seus direitos garantidos pela Constituição, a mulher brasileira ainda tem muito a conquistar. Só para ter idéia da importância das mulheres, basta saber que elas representam mais da metade da população brasileira. Segundo o Censo 2000, dos 169.799.170 habitantes do País, 86.223.155 são mulheres.

O dia é de comemoração, Srs. Deputados, mas é preciso ter a sensibilidade feminina para a realidade dos fatos. A mesma sensibilidade que demonstrou nossa companheira Ministra Marina Silva, do meu Partido dos Trabalhadores, que ao assumir o Ministério do Meio Ambiente no dia 1º de janeiro de 2003, disse em seu discurso de posse: "Não acho que devemos nos render à lógica do possível. O possível é feito para não se sair do lugar".

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 65/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10743 JOÃO BATISTA-PP -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. JOÃO BATISTA (PP-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este dia, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, deve servir não só como uma ocasião para avaliar os avanços alcançados pelas mulheres ao longo do tempo, mas, também, como uma oportunidade para ampliar as discussões acerca de políticas públicas que se possam traduzir na melhoria de sua qualidade de vida.

Desde a Primeira Conferência Mundial de Mulheres, realizada na Cidade do México, há mais de 30 anos, o mundo testemunhou uma significativa mudança no que se refere às condições de vida das mulheres na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O nível de escolaridade das mulheres subiu em quase todos os países do mundo. No sul da Ásia, na África e no Oriente Médio, o número de meninas matriculadas no ensino fundamental dobrou na segunda metade do século XX, de acordo com dados de 2001 do Banco Mundial. Em 2000, segundo a mesma fonte, a diferença



entre o número de meninas e o de meninos matriculados no ensino fundamental era de 5 pontos percentuais, ao passo que, em 1975, essa diferença era de 16 pontos percentuais.

Outro progresso alcançado refere-se à longevidade feminina. Em 1990, a expectativa de vida da mulher excedeu a dos homens em todos os países desenvolvidos. Isso é um indicativo bastante positivo.

Além disso, Sras. e Srs. Deputados, a participação feminina no mercado de trabalho tem crescido em vários países e regiões. Desde os anos 70, a participação da mulher cresceu 15 pontos percentuais no Leste Asiático e na América Latina.

No Brasil, as mulheres obtiveram sucesso na conquista de novos direitos, mas há que se reconhecer que ainda se tem muito a realizar para que sejam superadas as diferenças e se alcance a plena democracia, em que todos são iguais, tanto em direitos e deveres, como em oportunidades.

Embora se confirme no País a tendência mundial do aumento de mulheres no mercado de trabalho, as estatísticas demonstram que a garantia constitucional da proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo ainda é desrespeitada.

E o desrespeito contra as mulheres vai além da sua vida profissional. A violência contra a mulher dentro dos lares brasileiros tem estatísticas igualmente desoladoras: 33% das mulheres já sofreram algum tipo de violência física e 11% foram espancadas pelo menos uma vez. A violência doméstica constitui-se em uma questão até de saúde pública, na medida em que o País gasta pelo menos 10% de seu PIB devido a esse problema. Nesse contexto, é oportuno ressaltar a importância deste Parlamento no que se refere à aprovação de projetos de lei que estabeleçam regras mais rígidas para coibir esse tipo de violência e de outras iniciativas para elevar a qualidade de vida das mulheres.

Em 2003, este Parlamentar apresentou o PL 762/03, que institui a Semana Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer de Colo do Útero, com o intuito de reduzir o número de óbitos em razão desse mal e criar um hábito salutar de



exames periódicos de prevenção. Considerando a importância desse projeto, espero contar com o apoio dos nobres pares para sua célere aprovação.

Para concluir, Sr. Presidente, cumprimentamos todas as nossas colegas parlamentares, que muito nos honram com a sua companhia, e que servem de estímulo para que outras mulheres participem mais efetivamente da condução dos destinos do País. Esperamos que, a cada Legislatura, haja um aumento da representação feminina nas estruturas políticas governamentais. Afinal, para o exercício do poder, um dos requisitos fundamentais é a sensibilidade, que é um atributo nato de todas as mulheres.

Desejamos, também, um Feliz Dia Internacional das Mulheres a toda a classe feminina: à mulher esposa, mulher mãe, mulher filha, mulher dona de casa, mulher trabalhadora, mulher batalhadora, mulher chefe de família.

Parabéns, mulheres, por todas as suas conquistas! Saibam que a sua luta por igualdade, respeito e dignidade também é nossa, pois não se constrói um país desenvolvido, nem se alcança a paz social, sem a redução das diferenças e injustiças.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



---

Documento 66/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:46

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10714 LUCI CHOINACKI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Realização da 3ª Marcha das Mulheres Donas de Casa, em Brasília, Distrito Federal. Defesa de regulamentação da profissão de dona de casa. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um comunicado importante da tribuna desta Casa.

Acabamos de realizar a 3ª Marcha das Mulheres Donas de Casa, com o apoio das Sras. e dos Srs. Parlamentares, de mulheres e homens trabalhadores, de lideranças de vários segmentos.

Essas mulheres, há pouco tempo, eram escravas das panelas. Falavam com as paredes e não obtinham respostas. Foram para as ruas quando reconheceram que cuidar de filhos e da casa é um trabalho. Queriam se libertar e deixar de ser escravas desse tipo de trabalho. E lutaram por seus direitos.

Desse movimento participaram mais ou menos 20 Estados, em torno de 3 mil e 500 mulheres, que não têm estrutura sindical. Essas mulheres tiveram que se organizar, que pedir a ajuda de Deputados, do bispo, do padre e da liderança para



pagar o ônibus e vir para Brasília. Vieram com suas pernas, sua coragem e sua luta para dizer que existimos.

Tivemos uma surpresa muito positiva: fomos recebidas pelo Presidente da República em exercício, José Alencar. Falamos das nossas reivindicações e da necessidade de apoio para regulamentar a profissão de dona de casa, já aprovada pela PEC paralela nº 47 no ano passado. Embora o mercado não reconheça, é um trabalho que produz economia para este País.

O Presidente em exercício lembrou-se da sua mãe e se emocionou.

Hoje, com essa possibilidade, as mulheres começam a se sentir mais livres, mais dignas, mais respeitadas e mais valorizadas.

Fiquei feliz com o apoio do Vice-Presidente, que disse que vai participar e ajudar as donas de casa mais pobres do Brasil a buscar sua cidadania e sua dignidade.

Parabéns às mulheres brasileiras pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Não é um dia de elogios, porque queremos combater a violência e ter direitos sociais. E para isso é preciso ter direitos, porque sem direitos e sem valorização viveremos na humilhação.

Para encerrar, Sr. Presidente, as mulheres agricultoras saíram da mendicância depois de atingir a idade de 55 a 60 anos, porque têm aposentadoria. Agora queremos tirar da condição de mendicância aquelas que moram na cidade e foram excluídas.

Parabéns às mulheres pelo transcurso do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher!

Desejo às mulheres que aqui vieram uma boa viagem.

Muito obrigada.



---

Documento 67/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:54

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10716 WILSON CIGNACHI-PMDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Imediata instalação da Universidade Federal Tecnológica da Serra Gaúcha, no Município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

---

O SR. WILSON CIGNACHI (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro saúdo as mulheres guerreiras e trabalhadoras do País pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a região da Serra Gaúcha recebeu com muito entusiasmo a informação de que na cidade de Bento Gonçalves será instalada a Universidade Federal Tecnológica da Serra Gaúcha, especialmente para preparar mão-de-obra para o setor de fabricação de móveis.

Na semana passada o Sr. Ministro da Educação esteve em Bento Gonçalves tratando desse assunto. S.Exa. informou que será de 3 anos o prazo para a implantação dessa universidade.

Fico particularmente muito feliz com essa notícia, pois esse é um assunto que tenho acompanhado de perto. Em diversas oportunidades, representando os anseios da comunidade bentogonçalvense e da região, mantive contato com



autoridades do Ministério da Educação e reivindiquei a criação dessa universidade, o que começa a concretizar-se.

No entanto, a região, com esse anseio há muitos anos, não pode esperar mais 3 anos. Ela precisa dessa universidade urgentemente. É preciso que a promessa do Governo Federal se concretize o mais rápido possível.

A região da Serra Gaúcha compreende 34 Municípios e tem 7,3% da população do Estado, sendo responsável por 11% do PIB do Rio Grande do Sul, percentual que equivale a 4 bilhões de reais. Desse montante do PIB, 55% provêm do setor industrial.

Dentro desse contexto, a indústria moveleira tem grande importância econômica e social. É o setor industrial mais importante de Bento Gonçalves, representando 40% da economia local.

Portanto, a Universidade Tecnológica é da maior importância para a Serra Gaúcha, pois, além de atender às demandas do mercado, oferecerá à população a possibilidade de ingresso no ensino superior público.

Neste momento extremamente difícil para a indústria moveleira, devido à crise gerada pela política cambial do Governo Federal, a instalação da Universidade Federal Tecnológica dará novo alento ao setor. Reitero que essa instalação deva ser imediata, pois todos ganharão com ela, especialmente centenas de jovens que poderão cursar uma universidade pública, ampliando seus conhecimentos, melhorando o capital humano e gerando ainda mais desenvolvimento para uma região grandemente industrializada.

Muito obrigado.



---

Documento 68/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-14:56

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10717 FERNANDO FERRO-PT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Defesa da absolvição da líder de rádios comunitárias, Maria de Fátima Gomes, no Estado de Minas Gerais. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro a perseguição à companheira Maria de Fátima Gomes, incentivadora e Presidenta da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária do Estado de Minas Gerais, hoje no banco dos réus por lutar pelo direito à informação e incentivar a instalação de rádios comunitárias.

Portanto, neste dia de homenagem à luta das mulheres, essa companheira quer garantir o direito à informação, inclusive um dos direitos básicos para combater a discriminação e criar uma sociedade mais democrática, justa e humana. Deixo nosso reconhecimento e apoio a essa mulher.

Apelo à Justiça de Minas Gerais para que a trate com justiça e reconheça que sua ação é tão-somente pela busca da democracia, igualdade e justiça social. Portanto, não pode ser incriminada e criminalizada. Deveria estar sendo muito mais homenageada neste dia 8 de março.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há quase 150 anos, no dia 8 de março de 1857, operárias foram mortas carbonizadas em uma fábrica em Nova Iorque, quando reivindicavam melhorias nas condições de trabalho. Essa luta que teve caráter violento se expressou de outras maneiras, na conquista de espaço pelas mulheres.

Foram muitas lutas, muitas mulheres, como Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, educadora norte-rio-grandense, nascida em 1810, pioneira do feminismo no Brasil. Nísia escreveu livros em defesa dos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos. Seu primeiro livro, *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, escrito em 1832, defendia o acesso das mulheres à instrução. É a obra fundamental do feminismo brasileiro e latino-americano. Foram mulheres como a companheira Margarida, trabalhadora rural assassinada na Paraíba; como Dorcelina Folador, Prefeita do PT assassinada na varanda de sua casa, em 1999; e como a companheira Zenilda, que conduz o povo Xukuru, em Pernambuco, juntamente com outras lideranças daquele povo, depois do assassinato de seu marido, o cacique Chicão.

A luta contra a opressão de gêneros toma formas diversas das lutas políticas gerais, até o nível de convívio familiar onde a violência acontece quase como cultura.

Triste quadro do meu Estado, Pernambuco, liderando estatísticas de violência contra as mulheres, revela essa situação. Levantamento do Fórum de Mulheres de Pernambuco indica que nos últimos 4 anos 1.193 mulheres foram assassinadas no Estado. Somente este ano, já ocorreram 55 homicídios de mulheres de 24 a 37 anos. O dossiê do Fórum mostra, ainda, que Recife é o Município com maior índice de violência, com maior incidência em 10 bairros da periferia. É necessária uma ação integrada entre as áreas governamentais de educação, saúde, segurança e justiça com os movimentos sociais; além da instalação de centros de atendimento jurídico, psicológico e social às vítimas, entre outras ações.

Ontem a Federação de Apoio às Instituições Sociais e Escolas Alternativas (FEPEAL) realizou um ato de homenagem às mulheres assassinadas este ano. Hoje, a programação inclui passeata da ONG Coletivo Mulher Vida e da Prefeitura



de Olinda; lançamento do Protocolo de Assistência Integral à Mulher Vítima de Violência, da Prefeitura do Recife e da ONG Curumim; marcha organizada pela FETAPE, com o tema Enquanto houver violência doméstica, fome e pobreza as Margaridas continuam em marcha.

Diversos atos como o que se realiza em Vitória de Santo Antão, organizado pelo Centro de Mulheres, que comemora 18 ano de fundação, expressam a mobilização contra a violência, por direitos como a aposentadoria das donas de casa.

Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário mostram que as mulheres hoje são responsáveis por 65% a 80% dos produtos para alimentação em todo o mundo, mas recebem apenas 20% das propriedades conquistadas pelo público da reforma agrária. O Governo brasileiro, por meio do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, tem desenvolvido ações integradas na área de educação, saúde, promoção da autonomia das mulheres e de combate à violência.

O objetivo das políticas voltadas para as mulheres é valorizar os conhecimentos das mulheres, promovendo uma alteração nos papéis tradicionais, com ações voltadas para a geração de renda e para a construção da autonomia. Um exemplo é o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

Sras. Deputadas, baseado em pesquisas temáticas realizadas no País entre 1992 e 2002, o livro O Progresso das Mulheres no Brasil indica que a participação feminina no mercado de trabalho aumentou, mas a porção ocupada por elas nas esferas de poder político é muito pequena - o Brasil ocupa o 107º lugar no ranking de mulheres no Parlamento, com 8,6% de mulheres Parlamentares. A pouca participação das mulheres no Poder Público é contrastante num país como o Brasil, que está entre os que têm uma relativa igualdade entre homens e mulheres.

Dados do PNAD mostram que as mulheres ocupam 24,5 milhões de postos de trabalho no País, o que representa 41,89% do total de pessoas ocupadas. No entanto, ainda há discriminação salarial.

O Governo Lula instituiu, por decreto, em 2004, Comissão Tripartite de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho.



Também devemos lembrar da edição recente de medida provisória que desconta pagamento de INSS de empregados domésticos no Imposto de Renda, o que deve favorecer ainda mais a formalização da mulher no mercado de trabalho.

Gostaria, por último, de expressar meu apoio e pedir celeridade na apreciação de projetos como o PL nº 4.559, de 2004, que estabelece que a violência doméstica contra a mulher é uma forma de violação de direitos humanos e define diretrizes de políticas públicas e ações integradas para a prevenção e erradicação da violência doméstica e familiar; além de criar equipes de atendimento multidisciplinar no sistema de Justiça; e o PL nº 6.216, de 2002, da Deputada Luíza Erundina, que prevê a destinação de 30% do Fundo Partidário para a criação e manutenção de programas de promoção da participação política das mulheres; além da PEC nº 385, de 2001, da Deputada Luci Choinacki, que prevê aposentadoria às donas de casa, entre outros projetos que valorizam a condição feminina.

Apesar de tantos dados negativos, é preciso comemorar o avanço das conquistas das mulheres no mundo e no nosso País, por força de suas organizações e suas lutas.

Por fim, lembro de ensinamentos da comunidade Baha'i, que apresenta o gênero humano como um pássaro que para voar tem que ter duas asas: a mulher e o homem, iguais com diferenças, porém decisivas para a humanidade levantar vôo. Muito obrigado.



---

Documento 69/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:00

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10720 DOMICIANO CABRAL-PSDB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Outorga pela Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba do Título de Cidadão Paraibano ao Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. DOMICIANO CABRAL (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro nos Anais desta Casa que ontem o Governador de São Paulo Geraldo Alckmin esteve na Paraíba e recebeu o título de Cidadão Paraibano, o que muito honra a nós paraibanos. S.Exa., que agora se torna um nordestino filho da Paraíba, foi bem recebido e aclamado pelo povo paraibano. Aproveito a oportunidade para parabenizar todas as mulheres do Brasil em nome da minha esposa, Sara Cabral. Parabéns a todas as mulheres neste dia 08 de março.

Muito obrigado.



---

Documento 70/103

---

012.4.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2006-15:02

Publ.: DCD - 09/03/2006 - 10720 EDUARDO SCIARRA-PFL -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Fechamento de indústrias no País, especialmente no Estado do Paraná. Críticas à política econômica do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

---

O SR. EDUARDO SCIARRA (PFL-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome das Deputadas desta Casa, quero saudar todas as mulheres brasileiras, em especial as do meu Estado, o Paraná, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março.

A minha presença hoje nesta tribuna tem um objetivo claro e definido. Venho, fazendo coro a algumas vozes que já se levantam, manifestar a preocupação dos brasileiros com um fato de alta gravidade que vem ocorrendo no País: o fechamento de fábricas, sintoma de que algo muito errado está acontecendo no Brasil.

O Paraná assiste atônito às notícias que dão conta de que a fábrica da Tritec, empresa fabricante de motores de alta tecnologia, de propriedade da DaimlerChrysler e da BMW do Brasil, está sendo vendida para uma empresa chinesa, a Lifan. Até aí seria um fato normal na vida das empresas. Mas o que



chama a atenção e que nos deve fazer refletir é a intenção do Governo chinês, por decisão do próprio Partido Comunista, de desmontar a fábrica e remontá-la na China. Isso demonstra, de um lado, a preocupação e ação dos governantes da China em conquistar a mais alta tecnologia e, de outro, a despreocupação e o desleixo das autoridades brasileiras em criar condições favoráveis para o desenvolvimento de sua indústria. Os chineses sabem que precisam de uma fábrica moderna e de tecnologia avançada para colocar sua produção nos países desenvolvidos.

A perda de uma indústria da qualidade técnica da Tritec significa um retrocesso na caminhada do Brasil para adquirir capacitação tecnológica. Significa que seremos sempre eternamente área de repasse de tecnologias e ferramentas ultrapassadas, sem condições de competir globalmente.

Outros setores também estão sendo atingidos por esse mal. O calçadista não consegue mais competir no exterior, vem fechando fábricas e perdendo mercado externo. O site invertia notícia que a Azaléia foge do real forte e transfere produção para a China. Os empresários com mais recursos transferem suas fábricas para o exterior, os outros quebram, deixando um rastro de desolação e desemprego nas comunidades onde estão instaladas.

O setor madeireiro do Paraná, por exemplo, não consegue mais exportar e vem perdendo mercado, conquistado ao longo de várias décadas, com muito investimento, negociação e trabalho duro.

Analistas econômicos chamam esse fenômeno de "doença holandesa", numa referência à situação vivida pela Holanda, a partir da década de 60, quando uma política de valorização cambial levou à inviabilização a produção industrial naquele país.

O setor agropecuário, já castigado pela seca e pelos juros escorchantes, enfrenta agora a dificuldade imposta por uma taxa cambial cada vez mais desfavorável, que obrigará os produtores rurais a vender sua safra a preços vis, agravando uma situação já difícil.

Esse processo de desindustrialização atinge também o setor agropecuário, cujo dinamismo está intimamente vinculado ao crescimento da agroindústria, que



agrega valor à produção, financia a pesquisa, melhora a qualidade técnica da produção e incorpora tecnologias inovadoras. Por vários anos a agroindústria foi o motor do desenvolvimento e do progresso do interior do País, com a abertura de novas regiões produtoras, novas oportunidades de emprego e de geração de renda. Este processo, que tantos benefícios traz ao Brasil, está não só sendo interrompido, quanto revertido, com a inviabilização de vários projetos produtivos.

Vários são os motivos que geraram este processo de desindustrialização e desinvestimento. O primeiro deles é o real supervalorizado. Nenhum país exportador consegue manter tal relação cambial por muito tempo sem afetar sua base produtiva. Não por acaso a China foge de qualquer valorização de sua moeda. O segundo motivo é a manutenção das mais altas taxas de juros, que inviabilizam os investimentos. O terceiro motivo, não menos importante, é a insegurança jurídica predominante no País e a quebra de contratos, aliada a um ambiente claramente hostil ao investidor privado, tão evidente, por exemplo, nas ações do Governo do Paraná.

Outros analistas econômicos afirmam, porém, que se muitos setores estão enfrentando dificuldades, há os que estão sendo beneficiados. Pode até ser verdade, mas o fato é que o setor exportador está sendo inviabilizado e que mais compensa importar bens e serviços no exterior do que produzi-los no País. Enquanto o primeiro, devidamente estimulado, conseguiu reduzir nossa dependência externa, baixar o Risco Brasil e evitar uma crise cambial séria, o segundo foi o responsável, no passado, por várias crises graves na economia brasileira. Além do mais, os segmentos prejudicados são exatamente os que detém o maior índice de nacionalização, como a agroindústria, as indústrias de calçados, madeira beneficiada e móveis. Os beneficiários dessa insana política cambial são exatamente aqueles que já estão nas mãos de capitais internacionais. As autoridades da equipe econômica do Governo, respaldadas por alguns números macroeconômico, induzem ao pensamento de que a economia brasileira navega em águas tranqüilas, e que, devido à ação do Governo, o País atinge uma maturidade e estabilidade econômica jamais vistos.



Isso seria verdadeiro se estivéssemos assistindo ao "espetáculo do crescimento" tão prometido. Mas, infelizmente, dos países da América, o crescimento do Brasil só foi superior ao do Haiti, que cresceu 1,5%. É uma oportunidade perdida, numa conjuntura de liquidez e de crescimento do comércio internacional, extremamente favorável aos países em desenvolvimento. Se não conseguimos crescer e se fábricas estão sendo fechadas, algo está errado no cenário econômico brasileiro.

O Governo alega que a política de câmbio flutuante é a melhor política, (o que é verdade), e que portanto não deve intervir. Ocorre que a manutenção de altas taxas de juros pelo Banco Central atrai dólares do exterior, que são recursos especulativos à procura da melhor remuneração existente hoje no mundo. E isso faz com que o câmbio permaneça ainda mais depreciado, numa forma indireta de intervenção para manter o dólar baixo.

O Banco Central, por sua vez, é extremamente conservador na sua política de juros por uma razão muito grave. A comentarista Miriam Leitão, em O Globo, de 7 de fevereiro de 2006, diz que "O Banco Central deveria dizer o que o detém. Seria didático explicar que os juros não caem porque o governo gasta demais." Acrescenta ainda "O Banco Central tem razão num ponto: não é possível confiar na trajetória fiscal do governo Lula. O superávit primário foi mantido alto por aumento de arrecadação e de carga tributária. As despesas cresceram todos os anos. Este ano já começa com o governo mandando gastar mais no primeiro semestre, o que é uma temeridade. Aumento de gastos com frouxidão monetária vira pressão inflacionária".

Se a sociedade brasileira não reagir com rapidez, esse intenso processo de desindustrialização se intensificará e os danos serão irreversíveis. Esta característica, ao que parece, será a marca do Governo Lula. O País voltará a ser exportador de produtos primários não elaborados e continuará a ser um player secundário no comércio internacional.

Se hoje estamos com a situação favorável das contas externas e com as exportações batendo recordes sucessivos, é porque uma política séria vem sendo posta em prática há vários anos, pois no comércio internacional não há improvisação e nada acontece por acaso.



Se o Governo Lula colhe hoje bons frutos, é porque alguém plantou no passado. Da mesma forma, o que plantarmos hoje colheremos no futuro. O que o povo brasileiro poderá esperar do seu futuro econômico e social se a moeda brasileira for mantida artificialmente valorizada, se os juros altos não puderem cair por causa dos gastos públicos fora de controle (a maior parte para favorecer os companheiros da "nomenklatura" petista e para fins tipicamente eleitoreiros), se a voracidade e a sanha arrecadatória de impostos não forem domadas, se as fábricas continuarem a ser fechadas, se o setor agropecuário continuar a recuar, se permanecer este clima nitidamente hostil ao investimento e à produção?

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 71/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-17:34

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11297 ROSE DE FREITAS-PMDB -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA  
ORDEM

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho hoje a esta tribuna prestar homenagem às mulheres, visto que não pude comparecer à sessão comemorativa ao Dia Internacional da Mulher, ocorrida hoje pela manhã, por estar envolvida com os trabalhos da Comissão de Orçamento. Trata-se de trabalho complicado, difícil, no qual o debate e a busca de entendimento têm de prevalecer para conseguirmos colocar na pauta as demandas de Estados, Municípios e Ministérios.

É difícil não regozijar-me nesta tribuna, depois de 20 anos nesta Casa, ao contemplar como foram importantes as nossas conquistas. Essas conquistas, há algum tempo, pareciam difíceis, como, por exemplo, podermos participar da Assembléia Nacional Constituinte, quando havia apenas 20 mulheres Parlamentares - depois o número passou para 25 -, e termos possibilidade de levantar todas as questões relativas aos direitos da mulher.



Falar sobre direitos da mulher naquela época era muito diferente do que nos dias de hoje. Avançamos muito. Conquistamos o reconhecimento da igualdade. Foi um trabalho sistematizado, dentro da sociedade organizada, por meio de associações de moradores, centros comunitários, sindicatos, cooperativas, associações e organizações de todas as formas e também da atividade política.

Hoje, somos 42 Deputadas, entre os 513 Parlamentares que compõem esta Casa. É claro que esse número não chega a 10% do total de Parlamentares. Chegamos a ficar atrás de 175 países, como Bolívia, Uruguai e Argentina. Humilhamo-nos diante da situação de países da África que têm 52% de mulheres no Parlamento, pois não chegamos a ter 10% nesta Casa.

Mulheres, homens e jovens que me ouvem neste momento, isso significa que, para o incentivo dessa integração, dessa participação, é preciso proceder à conscientização do importante papel que a mulher exerce na sociedade, seja dentro do seu lar, seja fora dele. Na economia, na política ou no desenvolvimento social é importante que a mulher tenha vez, voz e voto.

Muitas mulheres passaram por esta Casa, Presidente Manato, companheiro do Estado do Espírito Santo, mas, em função do fato de que, além do trabalho parlamentar, tinham de desempenhar muitas outras tarefas, como tomar conta do lar, muitas vezes a distância, quando a família não as podia acompanhar, cuidar da relação conjugal, administrar todos os problemas que envolviam sua família maior, acabaram desistindo. Quero deixar a elas uma palavra de incentivo. No quadro do mensalão - cito sempre isso -, não vimos uma mulher envolvida. Nos quadros de escândalos ocorridos no País, não vemos uma mulher sendo citada. Em todos esses casos, se virmos um nome de mulher, representará percentual irrisório.

As mulheres são a maioria numérica da população brasileira, e ainda assim sofremos com discriminações, sofremos com o precário atendimento à saúde. Recentemente, a ex-Prefeita Marta Suplicy disse em entrevista que quando chegou à Prefeitura de São Paulo, cidade que tem mais de 8 milhões de habitantes, havia apenas 1 mamógrafo, mesmo com toda a campanha nacional contra o câncer de mama. Quando deixou o Governo, São Paulo ficou com 20



mamógrafos. Alardeamos todos os dias, combatendo com discursos, com camisetas e sem verba específica, o câncer de mama e a necessidade de atendimento à saúde da mulher.

Lembramos também a discriminação da mulher com relação ao salário. Continuamos ainda com salários inferiores para atividades iguais. V.Exa. haveria de me perguntar: afinal, vocês estão comemorando o quê? O avanço da conscientização. Em todo o País, em todos os lugares, houve manifestações de comemoração pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ironicamente, um Deputado perguntou: por que Dia da Mulher e não dia do homem? É por causa dos séculos de dominação, discriminação e violência praticadas contra um ser humano igual, competente e tão terno como é a mulher.

Quero ler parte de um poema, que diz:

"Não é fácil para a língua  
encardida de esperança  
sair no sol pra lamber  
o sal da perseverança".

Essa é uma estrofe de um dos mais lindos poemas do poeta Thiago de Mello, e eu o dedico hoje às mulheres. Vamos perseverar, lutar e haveremos de construir essa igualdade. Sem sombra de dúvida esse é um dia do reconhecimento dos direitos e do importante papel que a mulher exerce na sociedade.



---

Documento 72/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-15:20

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11250 DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Intransigência do Poder Executivo no debate da recomposição de perdas financeiras dos Estados decorrentes da Lei Kandir, na elaboração do Orçamento Geral da União de 2006. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, se o Governo não aceitar a recomposição de perdas financeiras decorrentes da Lei Kandir, na elaboração do Orçamento, Deputado Gastão Vieira, o Estado de V.Exa., Maranhão, que não é rico, perderá 5 milhões de reais que pertencem aos Municípios.

Deputado Lupércio Ramos, o Amazonas perderá 80 milhões de reais, dos quais de 20 milhões de reais a 25 milhões de reais pertencem aos Municípios.

O Ceará perderá 202 milhões de reais, dos quais 50 milhões de reais pertencem aos Municípios. Alô, Deputados do Ceará!

Goiás perderá 86 milhões de reais. Alô, Deputados Luiz Bittencourt e Leandro Vilela! Deixarão V.Exas. isso ocorrer?



Pernambuco perderá 67 milhões de reais. Deixará V.Exa., Deputado Inocêncio Oliveira, o seu Estado perder 45 milhões de reais e seus Municípios 25 milhões de reais?

Santa Catarina, Estado do Relator, perderá 234 milhões de reais e seus Municípios, 70 milhões de reais.

A Bahia, Deputado Fábio Souto, perderá 202 milhões de reais e os Municípios 50 milhões de reais.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, os Municípios perderão 119 milhões de reais. E não vejo os Deputados brigando por isso na Comissão. Não os que citei - esses são ótimos Parlamentares -, mas os outros.

A compensação da Lei Kandir, Deputado Gastão Vieira, vale muito mais que uma emenda de bancada ou de comissão. Isso é estruturante.

O radialista que estiver me vendo e ouvindo pela Internet, repassará de imediato o que estou dizendo a seus ouvintes: a não-recomposição da Lei Kandir significa o dinheiro que faltará para o doente, para o agricultor, para o jovem desempregado, para obras de calçamento, para quem não tem teto ou terra, para os que necessitam de remédio ou de internação.

Devemos reagir e só votar o Orçamento se o Governo aceitar os 5 bilhões e 200 milhões de reais. A necessidade é de 8 bilhões e 900 milhões de reais. Os Estados e Municípios aceitam, no mínimo, 5 bilhões e 200 milhões de reais.

O Deputado Carlito Merss, sensível às nossas reivindicações, entra em acordo conosco, dirige-se ao Palácio do Planalto, mas recebe um sonoro não. O Palácio não deu nada.

Meus colegas, devemos ter consciência desses fatos, indignar-nos contra eles e só votarmos o Orçamento se forem corrigidos.

Srs. Prefeitos, 1% do Fundo de Participação dos Municípios é bem menor que 1 bilhão e 700 milhões de reais, que deixarão de ser-lhes passados por conta da dureza e cegueira do Ministro Palocci, de Murilo Portugal e do Presidente da República. Cabe a nós reagir contra esses fatos.

Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, é inconcebível esta Casa ter de fazer política de salário mínimo, de funcionário público federal, de correção da tabela do



Imposto de Renda! Essa tarefa é governamental. Não nos cabe ainda definir 10 bilhões de reais de investimentos, quando o Governo determinou 16 bilhões de reais. Portanto, devemos revisar o nosso pensamento, mas imediatamente a Lei Kandir.

O Deputado Carlito Merss também avançou no orçamento destinado à área da saúde, transferindo 2 bilhões e 100 milhões de reais do Bolsa-Família ao Ministério da Ação Social, de onde não deveria ter saído, destinando o dinheiro para os doentes por meio do SUS.

Não dá para tirar, agora, 100 milhões de reais desses 1 bilhão e 100 milhões de reais que sobraram - seria preciso, no mínimo, 3 bilhões de reais - para a FUNASA, que precisa de mais dinheiro. Não se deve tirar esses recursos do acordo já estabelecido.

Digo, e ficará gravado, que na terça-feira ou na quarta-feira, pedirei verificação de quorum neste plenário se a Lei Kandir dos 5 bilhões e 200 milhões de reais não for estabelecida. Esse foi o acordo estabelecido pelo Conselho Nacional de Saúde, pelas Santas Casas, pelos Secretários Municipais e Estaduais conosco, a Frente Parlamentar da Saúde, e com o Deputado Carlito Merss. O acordo deve ser mantido!

Para encerrar, presto homenagem à mulher professora, médica, atendente de enfermagem, técnica de enfermagem, comerciária, Deputada. Cada vez mais, a mulher está no mercado de trabalho e com dupla jornada. Não ajudamos a lavar roupa nem prato, nem a cozinhar. Quem está fazendo isso é a mulher esposa, a mulher companheira, que, além de trabalhar fora, traz dinheiro para casa. Temos de ajudá-la mais nessa jornada.

Minha homenagem a todas as mulheres do Brasil.

Um abraço, Sr. Presidente.



---

Documento 73/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-15:54

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11272 TELMA DE SOUZA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Relevância do trabalho social desenvolvido pela religiosa Maria Dolores Muñiz Junquera, Irmã Dolores, na região da Baixada Santista, no Estado de São Paulo. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Paulatino aumento da participação feminina na política brasileira, com destaque para as Câmaras Municipais, as Assembléias Legislativas e o Congresso Nacional.

---

A SRA. TELMA DE SOUZA (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao longo de minha vida, pessoal e pública, tenho sido contemplada por muitos privilégios, mas, sem dúvida, um dos maiores foi ter conhecido Irmã Dolores Muñiz Junquera e, mais importante ainda, ter podido compartilhar e continuar compartilhando de seu convívio. Porque conviver com essa mulher é ter a oportunidade de saber até onde um ser humano é capaz de chegar, quando toda a sua existência é norteadada pelo amor incondicional que dedica à humanidade como um todo.

Tudo o que se fale em reconhecimento ao trabalho realizado por Irmã Dolores é e sempre será insuficiente, pois sua trajetória merece ser eternizada em nossa



memória, para que possamos passar adiante seu exemplo de dedicação e despojamento, em defesa dos mais pobres e injustiçados.

Por seu trabalho comunitário de atenção prioritária aos excluídos, Irmã Dolores já recebeu várias homenagens, como o título de Mulher do Ano, da Câmara de Vereadores de Santos; Cidadã Vicentina, da Câmara de Vereadores de São Vicente; Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos 2000, da Assembléia Legislativa de São Paulo, onde, em 2004, foi também homenageada pelo Dia Internacional da Mulher. Foi também um dos nomes cogitados para ser indicado ao Prêmio Nobel da Paz.

Entendo ainda que precisamos estar conscientes de que todo o trabalho desenvolvido por Irmã Dolores enfrenta muitas dificuldades: falta de verbas, incompreensões e até mesmo riscos de vida. Não são, contudo, essas dificuldades que abatem a tenacidade dessa mulher. Pelo contrário, os obstáculos fortalecem ainda mais a sua determinação. A grande tristeza que Irmã Dolores por vezes nos expressa é por não conseguir entender como em um país como o Brasil, onde há tanta terra e terra tão fértil, o povo passa tanta privação e tanta gente não tem o que comer, onde morar e onde trabalhar.

Não somos nós, portanto, que, aqui reunidos, homenageamos Irmã Dolores. Pelo contrário, é ela que, com seu exemplo e amor ao ser humano, nos homenageia e mantém acesa a imprescindível esperança de que uma sociedade mais justa e solidária é, sim, possível e urgente.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para abordar outro assunto.

A reduzida representatividade feminina nos Parlamentos brasileiros é um reflexo do perfil da cena política do País, ainda dominada por preceitos e preconceito masculinos. Tal situação, no entanto, vem progressivamente mudando nos últimos tempos, com as mulheres começando a conquistar e a ocupar os espaços que lhe cabem nas Câmaras Municipais, nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional.

Entendo que a ampliação desse processo depende, principalmente, de nós mesmas, mulheres, já que nos cabe consolidar as posições alcançadas e continuar abrindo caminho para que outras companheiras nos sigam, contando



para tanto com a cumplicidade de homens que compreendam a necessidade do feminino na construção da democracia.

Tenho, a cada comemoração do Dia Internacional das Mulheres, ressaltado o fato de que a própria necessidade de se especificar uma data para ressaltar a importância do gênero feminino é sinal evidente de que o quadro de desigualdade continua existindo e é muito, muito grande.

É comum, nessas ocasiões, os noticiários nacionais darem destaque a situações extremas de discriminação, seja em nosso País, seja no exterior. Ocorre que, embora essas grandes aberrações continuem existindo e precisem ser tenazmente combatidas, as agressões contra o gênero feminino também se dão - e de forma contundente - de maneiras bem mais sutis, mas nem por isso menos graves e devastadoras.

Para não nos alongarmos demais, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fiquemos em exemplos simples, como as diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam funções de trabalho idênticas - aliás, um fator determinante para que a mão-de-obra feminina seja hoje tão bem aceita e procurada no mercado - e a precariedade da estrutura de apoio para que a mulher possa desempenhar suas tarefas profissionais, como creches, de modo especial para as camadas mais pobres da população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, destaco o óbvio. Isto é, se avançamos bastante na conquista e no respeito aos direitos das mulheres, o caminho à nossa frente será muito longo ainda. E esse caminho não depende apenas da erradicação das discriminações entre os gêneros, como também da promoção dos valores que, ao invés de separarem, unem homens e mulheres, que são a solidariedade e a coragem de lutar, cada um a seu modo, por uma sociedade sem injustiças e preconceitos.

Que nossos esforços nesse sentido, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não se resumam a apenas um dia do ano, mas que se tornem uma prática cotidiana em nosso trabalho parlamentar.



Para dar ciência à Câmara Federal, solicito a transcrição deste pronunciamento nos Anais da Casa e reprodução através dos meios de Comunicação, especialmente no programa A Voz do Brasil.



---

Documento 74/103

---

003.4.52.N Sessão Solene - CN 09/03/2006-12:09

Publ.: DCN - 10/03/2006 - 475 LÚCIA BRAGA-PMDB -PB  
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM  
DISCURSO

---

Sumário

Homenagem à Mulher pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. LÚCIA BRAGA (PMDB-PB. Sem revisão da oradora) - Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores que compõem a Mesa, em primeiro lugar, quero dizer que falo em nome de todas as Deputadas Federais do PMDB: Rose de Freitas, Almerinda de Carvalho, Marinha Raupp, Maria Lúcia Cardoso, Teté Bezerra, Ann Pontes e da Deputada Estadual Iraê Lucena, que também está presente.

O dia 8 de Março está gravado em nós, mulheres, todos os dias, pois, todos sabem, foi o dia em que, em 1857, trabalhadoras de Nova Iorque foram queimadas vivas somente porque reivindicavam melhores salários. No entanto, até hoje, apesar das conquistas que obtivemos - fui Constituinte e sei da luta suprapartidária em favor da mulher -, ela, a mulher, continua violentada, discriminada. A violência começa em casa e a acompanha nas rua e no trabalho. Na Paraíba, meu Estado, no ano de 2005, as mulheres foram vítimas de 118 estupros e 60 assassinatos. Pasmem, senhoras e senhores! Por isso, apesar de nossas conquistas, de estarmos ocupando mais espaço de poder, nossa luta deve



prosseguir. É uma luta árdua, e ainda há muito chão pela frente, no dizer popular. Na sessão de hoje vamos priorizar algumas homenagens.

Em primeiro lugar, homenageio as companheiras presentes nesta solenidade que comemora o Dia Internacional da Mulher, as Sras. Senadoras e Deputadas agraciadas com troféus nesta festa, que é nossa; mulheres representantes da sociedade civil em defesa da mulher e das etnias, mulheres das pastorais da Igreja, mulheres ocupantes das diversas esferas de poder, mulheres donas-de-casa, mulheres dos movimentos de defesa da terra.

Ao homenagear as mulheres agraciadas com o prêmio Bertha Lutz, permitam-me que o faça por meio da Sra. Elizabeth Teixeira, heroína escolhida por nós, paraibanas, e pelas mulheres, parlamentares ou não, que se mobilizam na luta de gênero, para receber esse importante troféu. E o fazemos com um especial orgulho de paraibana em favor dessa conterrânea simples, forte e corajosa, que faz jus ao troféu que hoje recebe. Elizabeth honra as tradições da resistência e bravura da mulher da Paraíba!

A nós, única mulher da bancada paraibana, coube-nos a honra, concedida pela ilustre senadora Serys Slhessarenko, a quem agradeço, de entregar o troféu Bertha Lutz a Elizabeth Teixeira, admirável heroína de resistência rural na memorável luta das Ligas Camponesas!

Elizabeth Altino Teixeira possui uma belíssima e comovente história de vida, feita de garra, força e coragem. Sobrevivente da eterna luta pela terra, Elizabeth Teixeira, de 79 anos, ficou conhecida em 1984 por meio do filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho.

Quando, em 1962, o cineasta filmava em Sapé, Paraíba, a história de João Pedro Teixeira, marido de Elizabeth e um dos líderes das Ligas Camponesas, combatente pela reforma agrária, o agricultor foi assassinado. E, depois, com o golpe militar de 1964, as filmagens foram interrompidas.

Elizabeth, perseguida pela ditadura militar, foi obrigada a se esconder. Espalhou os filhos pelo Nordeste e viveu como clandestina no Rio Grande do Norte, até 1983, usando o nome Marta Maria da Costa. Coutinho retomou o filme, tendo



Elizabeth, filhos, amigos e conterrâneos como protagonistas dessa história de violência no campo que até hoje se repete no Brasil.

Elizabeth Teixeira confirmou a luta de João Pedro pelo direito à terra, entrando para a história da Paraíba como um símbolo de resistência e coragem na luta rural, qualidades registradas no filme de Coutinho.

A ela, que nos serve de exemplo dignificante de vida, entregamos o troféu Bertha Lutz. Nós, mulheres do PMDB, devotamos-lhe um preito de justiça e admiração!

Parabéns às mulheres paraibanas! Parabéns a todas as brasileiras! Parabéns, enfim, pelo Dia Internacional da Mulher, às heroínas anônimas que sofrem caladas.

Senhoras e senhores, passadas todas essas lutas e com todas essas conquistas, vemos que ainda hoje a mulher, independentemente de sua classe, vive a experiência discriminatória da exclusão social. A mulher é violentada nos seus direitos salariais, é tripudiada quando ingressa no emprego (por exemplo, quando lhe exigem atestado de esterilidade ou teste negativo de gravidez, o que é uma violência ao direito da licença-maternidade de 120 dias, direito pelo qual todas nós da bancada feminina tanto lutamos).

Durante 20 anos de vida pública, venho trabalhando em favor da igualdade de gênero e denunciando a violência contra a mulher, que cresce cada vez mais, de forma alarmante. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba, uma mulher é agredida a cada 3 horas. Só em 2005, repito, foram 118 estupros e 60 assassinatos contra mulheres.

Portanto, senhoras e senhores, reflitamos sobre esta realidade. Já obtivemos significativas conquistas, mulheres já ocupam importantes espaços de poder, mas a luta deve prosseguir.

De nossa parte, ao longo dos vários mandatos legislativos que assumimos, a luta pela ampliação do espaço da mulher tem sido compromisso irrevogável.

Como Deputada Constituinte defendi todas as emendas em favor da mulher. E lembro que o empenho de todas as Constituintes pela causa foi suprapartidário. Destacamos a nossa defesa das emendas pela paternidade responsável, pela licença-gestante de 120 dias e pela aposentadoria especial para a mulher.



No mandato subsequente, continuamos a luta de gênero, participando de CPIs e apresentando projetos de lei, como o que institui a licença-maternidade para a mãe adotiva. Como Deputada Estadual consegui elaborar e aprovar leis em favor da mulher, como a que criou sedes próprias para as delegacias da mulher no Estado novas delegacias como as de Bayeux, Cabedelo e Santa Rita; contudo, são leis que até hoje não foram implementadas, mas pelas quais continuamos lutando, com a parceria dos movimentos da mulher na Paraíba e das valorosas Deputadas e Vereadoras do nosso Estado.

Ainda como Deputada Estadual, pude intermediar junto ao então Governador José Maranhão a instalação de uma Casa Abrigo em João Pessoa, que foi gerida pelo Centro da Mulher 8 de março. Infelizmente, no atual Governo, ela foi fechada.

Criamos a Associação das Mulheres Parlamentares da Paraíba para congregar todas as Parlamentares do Estado na luta de gênero. E, num trabalho paralelo, presidimos a Fundação Desembargador Toledo, que tem como alvo a recuperação de menores de ruas e o combate à violência contra a mulher, bem como a conscientização com relação à prevenção dos cânceres de mama e de útero e à prevenção de AIDS. Um universo de mil mulheres já foi atingido.

Agora como Deputada Federal, pela terceira vez, apresentamos projetos de lei em defesa da mulher que vêm tramitando com lentidão nesta Casa, o que lamentamos. São projetos importantes como o que estabelece penalidades administrativas aos estabelecimentos que discriminam mulheres; o que combate o turismo sexual; e o Projeto de Resolução nº 173, de 2004, que cria a Comissão Permanente da Mulher - este, a nosso ver, tem prioridade, mas se encontra "engessado" nesta Casa Legislativa. Por isso fazemos um apelo ao nosso querido Presidente, Deputado Aldo Rebelo, que inclui entre seus grandes predicados a sensibilidade à causa da mulher, para que intervenha em favor da agilização desse projeto de resolução, que, se aprovado, dará mais visibilidade à nossa luta e, com certeza, representará mais uma conquista da mulher neste Parlamento.

Apelamos também às companheiras Parlamentares para que façamos uma união suprapartidária em torno da criação da Comissão Permanente da Mulher.



É necessário que propaguemos sempre mais a consciência da responsabilidade de cada mulher para com a ampliação do nosso espaço, a partir desta Casa Legislativa, através do exemplo de união entre todas nós Parlamentares, acima de partidos e sempre em favor do interesse que nos é comum - a igualdade de gênero.

Concluindo, queremos homenagear as mulheres de todas as culturas e raças, de todas as classes sociais, as heroínas anônimas do dia-a-dia, nas fábricas, nas favelas, nas escolas, no campo, em luta pela terra, bem como as mulheres do semi-árido, que vivem sob a inclemência das secas periódicas, mulheres cujos seios já murcharam e não lhes resta mais leite para alimentar seus pequenos filhos. São essas mulheres que esperam a transposição das águas do Rio São Francisco para o resgate de sua cidadania.

Queremos ressaltar, na oportunidade, a memória de Margarida Alves, heroína mártir da reforma agrária na Paraíba.

Ressaltamos também o mérito das mulheres que serão agraciadas com os troféus Bertha Lutz e Carlota Queiroz na sessão solene que será realizada amanhã no Senado Federal, também em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Mais uma vez, nosso preito de admiração a Elizabeth Teixeira, também uma das homenageadas de amanhã, heroína símbolo de resistência na história das Ligas Camponesas na Paraíba, a quem entregaremos o troféu Bertha Lutz.

Nossa homenagem, portanto, a todas as mulheres brasileiras, especialmente às mulheres do nosso Estado da Paraíba.

Por fim, nossa saudação a todas as mulheres, às heroínas anônimas do sofrer anônimo. A todas a nossa homenagem por este dia que é nosso.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)



---

Documento 75/103

---

014.4.52.O Sessão Extraordinária - CD 09/03/2006-09:54

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11136 FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES  
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

### Sumário

Manifestações ocorridas no Estado do Rio Grande do Norte ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Violência policial cometida contra grupo de mulheres no Estado. Apoio ao Projeto de Lei nº 4.559, de 2004, relativo ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Greve de professores municipais em Natal, Rio Grande do Norte.

---

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, vou abordar 2 assuntos.

Primeiro, estamos celebrando ainda o Dia Internacional da Mulher. Hoje mesmo nesta Casa haverá várias atividades. No meu Estado, o Rio Grande do Norte, aconteceram manifestações nas cidade de Mossoró, Natal, Florânia e em várias cidades do interior do Estado em defesa da luta das mulheres. Houve sessão especial na Câmara Municipal, na Assembléia Legislativa. À tarde, tivemos a marcha das mulheres contra a violência. Houve também o I Encontro de Mulheres realizado em Natal, promovido pela CUT. Participamos da Marcha Mundial de Mulheres. Ainda na terça-feira houve a vigília pelo fim da violência contra as mulheres, atividade desencadeada pela AMB - Articulação de Mulheres



Brasileiras, que no nosso Estado foi promovida e coordenada pelo Fórum Estadual de Mulheres.

Este ano mais do que nunca estamos lutando contra a violência. Inclusive fazemos um apelo a esta Casa para que aprove o Projeto de Lei nº 4.559, que institui mecanismos mais ágeis e rigorosos para coibir a violência, que cada vez mais cresce contra nós mulheres.

Pois bem, Deputado Inocêncio, infelizmente, na madrugada da própria terça-feira, Dia Internacional das Mulheres, as mulheres do meu Estado foram vítimas de violência pelos próprios policiais. Elas estavam colando cartazes sobre a campanha pela legalização e descriminalização do aborto e foram abordadas por um grupo de policiais de forma truculenta, despreparada. Chegaram inclusive a prender 3 mulheres, que foram soltas ontem, já no início da manhã.

Eu encaminhei à coordenação da bancada feminina, à Deputada Iara Bernardi, como anexo, nota de repúdio apresentada pela Marcha Mundial de Mulheres, pela CUT, pelo Fórum Estadual, pelo Coletivo Leila Diniz e pelo Deputado Fernando Mineiro. Ao mesmo tempo, estou solicitando à Secretaria de Segurança do meu Estado a apuração do caso. A situação é inaceitável, inconcebível. Portanto, temos que denunciar o acontecido para que fatos dessa natureza não se repitam.

As mulheres de todo o Brasil esperam que avancemos, isso sim, repito, na instituição de uma legislação que seja capaz, na verdade, de combater duramente a violência contra a mulher.

Ontem, disse desta tribuna que em Pernambuco, em 30 dias, 44 mulheres foram assassinadas; em meu Estado, Rio Grande do Norte, no segundo semestre de 2005, 45 mulheres foram mortas. Na maioria das vezes, são mulheres assassinadas pelos ex-companheiros e maridos.

Daí por que esta Casa tem que se sensibilizar, por intermédio dos Parlamentares, no sentido de ajudar a bancada feminina, para que essa legislação saia o quanto antes.

Finalmente, Sr. Presidente, quero dizer que os professores da rede municipal de ensino de Natal estão em greve há cerca de 20 dias.



Eu sou professora da rede municipal. Antes de mais nada, quero aqui externar minha mais profunda, irrestrita e ampla solidariedade.

A greve é justa. É verdade que no ano passado conseguimos um plano de carreira. O plano é bom. Mas o salário é ruim, é baixo.

Quero aqui externar não apenas minha solidariedade. Mais do que isso, na condição de Parlamentar, quero prestar contas. Estou participando no sentido exatamente de contribuir para que haja uma solução negociada o mais rápido possível.

Foi constituída uma comissão de mediação, com a presença de representantes da OAB, da CUT, do DIEESE, da Promotoria em Defesa da Educação, da Câmara Municipal e da Assembléia e com a nossa presença. Fui incumbido de conversar com o Prefeito ontem aqui em Brasília, e voltarei a Natal amanhã para, às 10 horas, nos reunirmos em comissão com a Prefeitura. Vamos tentar, finalmente, chegar a uma proposta que supere esse impasse.

Infelizmente, o Prefeito assinou um decreto cortando o ponto dos servidores, atitude com a qual não concordo. Greve não se resolve com medidas autoritárias, mas com diálogo. É justamente esse o espírito da comissão de mediação, da qual faço parte. Esperamos ter êxito nas negociações de amanhã.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



---

Documento 76/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-14:08

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11233 ALMERINDA DE CARVALHO-PMDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Comemoração do 116º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro. Desempenho do Prefeito José Luiz Anchite e do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Cleber Bezerra da Silva.

---

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os anos, por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher, inúmeros Parlamentares ocupam a tribuna para nos cumprimentar pela passagem da data.

Eu tenho dito de forma reiterada que reconheço e defendo o papel e a importância da mulher no contexto nacional e mundial. Porém, afirmo que, mesmo respeitando os avanços alcançados nos últimos tempos, pouco temos a comemorar.

A propósito, destaco matéria veiculada no jornal Correio Braziliense do dia 7 de março, véspera do Dia Internacional da Mulher, que às fls. 23/24 destaca:

"Dia da Mulher.



Pesquisa de organizações femininas mostra que denúncias de violência aumentaram 12,5% em 2005, no Distrito Federal. Maioria dos registros é contra os próprios companheiros ou namorados".

Comentando a matéria, estampa a manchete:

"Luta para se livrar do algoz.

(...) O número de denúncias em 2005 foi de 12,5% maior que as ocorrências de 2004 e 18% superior às de 2003. Nada menos que 4.561 mulheres registraram queixa na Delegacia de Atenção à Mulher (DEAM) do Distrito Federal (...)".

Tomando por base que esses números ocorrem na Capital Federal, que concentra uma das melhores condições de vida do País, ficamos a indagar sobre a real situação nos demais Estados brasileiros.

Em que pesem todos esses dados, temos de considerar aspectos positivos também, pois, se por um lado é maior o número de ocorrência, por outro, o nível de consciência e o esclarecimento das mulheres, somados à criação das delegacias especializadas de atendimento à mulher, têm contribuído diretamente para o aumento das estatísticas.

Destaco também que este é um ano atípico, pois teremos, no final de 2006, as eleições para os diversos mandatos federais e estaduais, e a mulher ainda tem participação muito inexpressiva na vida pública nacional, porém com destaque, ante seus conceitos, dedicação, humanidade, solidariedade e compromisso ético e moral.

Por tudo isso, quero, com as reservas de sempre, consignar nos Anais desta Casa a passagem do Dia Internacional da Mulher, parabenizando todas as pessoas do sexo feminino e conclamando-as para que alcancemos maior independência e mais participação na vida pública nacional, para que, num futuro próximo, possamos participar de forma igualitária de todos os segmentos políticos, públicos e sociais e não em forma de cotas pré-determinadas.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Município de Barra do Piraí, localizado na região do Médio Paraíba do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades econômicas indústria, comércio, agropecuária e turismo, completou, no dia 10 de



março de 2006, 116 anos de emancipação política. Por certo, o povo e seus representantes tiveram motivos bastantes para comemorar a data, ante a importância do Município para nosso Estado.

Em reconhecimento à importância do Município, faço constar nos Anais desta Casa o aniversário de 113 anos de Barra do Piraí, parabenizando o Prefeito José Luiz Anchite e o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Cleber Bezerra da Silva. Estendo meus cumprimentos às demais autoridades municipais, aos funcionários, aos munícipes e a todos os que tiveram e têm destacado e importante papel pelo sucesso alcançado pelo Município.

Muito obrigada.



---

Documento 77/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-15:54

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11263 NATAN DONADON-PMDB -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. NATAN DONADON (PMDB-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta oportunidade queremos registrar uma importante data no calendário internacional, sinônimo de luta e persistência na consolidação dos objetivos pautados. Estamos nos referindo ao Dia Internacional da Mulher, comemorado na última quarta-feira, 8 de março.

Quero aqui parabenizar todas aquelas mulheres batalhadoras que conseguiram conquistar o seu espaço na sociedade, na vida empresarial, política, comunitária e perante a sociedade brasileira.

Desta tribuna, podemos citar um exemplo de determinação feminina: Madame Curie, a primeira mulher a receber um Prêmio Nobel, que, em 1926, recebeu, em sua visita ao Brasil, o título de Membro Correspondente da Academia Brasileira de Ciências, quando no País havia apenas 5 mulheres com formação na área de Engenharia.



O processo de superação da mulher, desde então, foi paulatinamente consolidado, generalizando-se a conscientização sobre os benefícios da crescente contribuição da mulher no mercado de trabalho e seu novo papel na sociedade.

Atualmente, a mulher assume relevante papel na sociedade brasileira, o que, com muita alegria, registramos nesta tribuna da Câmara dos Deputados.

Outra história marca as homenagens ao Dia Internacional da Mulher. Em 1911, na Áustria, Dinamarca, Alemanha e Suíça, mais de 1 milhão de mulheres e homens participaram de manifestações visando o direito ao voto feminino e à participação pública, o direito de trabalhar e o fim da discriminação no trabalho. No entanto, menos de uma semana depois, no dia 25 de março, houve um trágico incêndio na cidade de Nova Iorque, onde mais de 140 mil trabalhadoras morreram, a maioria imigrantes italianas e judias.

Esse foi um acontecimento de grande impacto mundial que catalogou as péssimas condições de trabalho do sexo feminino e provocou as comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente desta Casa de leis, sabemos que ainda há muito a se conquistar e que nem sempre há muito o que comemorar, mas devemos reconhecer o importante papel da mulher na sociedade brasileira, objetivando um país mais justo, soberano e democrático.

Meu muito obrigado.



---

Documento 78/103

---

003.4.52.N Sessão Solene - CN 09/03/2006-12:57

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 484 FÁTIMA BEZERRA-PT -RN  
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM  
DISCURSO

---

Sumário

Homenagem à Mulher pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko; autoridades que compõem a Mesa; Senadoras; Deputadas; companheiras e companheiros presentes a esta solenidade, inicialmente, quero dizer da minha alegria de estar participando desta sessão alusiva ao Dia Internacional da Mulher.

Quero fazer apelos que fiz em sessão de ontem na Câmara dos Deputados. Primeiro, para que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal apressem o processo de votação do Projeto de Lei nº 4.559, que trata de coibir a violência doméstica, moral e patrimonial que se abate sobre nós, mulheres. Isso é urgente.

Ontem, no plenário da Câmara dos Deputados, disse que a violência contra as mulheres se torna cada dia mais cotidiana e mais cruel. No mês passado, tivemos 44 mulheres assassinadas em Pernambuco, o que motivou a criação de uma Comissão Especial por parte da Câmara dos Deputados.



No meu Estado do Rio Grande do Norte, no segundo semestre de 2005, 45 mulheres foram assassinadas de forma covarde, na maioria das vezes, por maridos ou ex-maridos.

Portanto, deixo meu apelo ao Congresso Nacional no sentido de que faça com que tenhamos uma legislação mais dura, mais rigorosa.

O PL nº 4.559, na verdade, visa criar um sistema de proteção da mulher. E mais uma vez digo: isso é para ontem.

Espero realmente que ainda neste mês de março possamos aprová-lo tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

O segundo apelo, Sra. Presidenta, é relativo ao FUNDEB. Sei do empenho que está havendo aqui por parte de todas as Senadoras, independentemente de questão partidária ou divergência ideológica. Na condição de professora do 1º e 2º graus, quero dizer da angústia do País inteiro no que diz respeito à aprovação do FUNDEB.

Lamentavelmente, o Senador Relator da PEC já a reteve por quase 30 dias. Os professores estão tendo prejuízo com isso.

Uma das melhores formas de o Congresso Nacional homenagear as mulheres é aprovar essa PEC o quanto antes. Por quê? Porque conseguimos incluir nela o ensino infantil, a creche.

Isso é importante principalmente para as mulheres trabalhadoras e de baixa renda.

Aqui fica nosso apelo.

Sra. Presidenta, quero saudar todas as homenageadas na pessoa de Elizabeth, de quem sou conterrânea. Nasci lá no chão paraibano, na cidade de Nova Palmeira, no sertão, e fui para o Rio Grande do Norte, que me acolheu. Hoje, tenho a honra de ser Deputada na Câmara representando esse Estado. Coincidentemente, o Rio Grande do Norte acolheu também Elizabeth Teixeira, na cidade de São Rafael, com o codinome de Marta devido a toda a repressão da época.



Saúdo Elizabeth, Valquíria, do Centro 8 de Março, em João Pessoa, dizendo que mulheres como elas, como Margarida, servem até hoje de lição de vida, de inspiração.

Quando se diz que cada um tem o seu destino, isso é verdade. O de Elizabeth foi continuar a luta de João Pedro pelo direito de ter terra para trabalhar e criar os filhos com comida na mesa.

Inspiro-me na sua história de vida para continuar essa luta, com dedicação militante, com esse amor pelo Brasil, convencida de que vamos chegar lá, Elizabeth, para realizar a reforma agrária e fazer deste Brasil uma sociedade calcada na solidariedade, na igualdade, na justiça social e na paz. Obrigada por você existir e por todas as lições que tem dado a nós. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko) - Obrigada, Deputada Fátima Bezerra.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na oportunidade deste Dia Internacional da Mulher, queremos saudar a todas as mulheres de nosso País: as que estão aqui presentes, as que estão nos ouvindo, as que vivem no espaço privado, assegurando as tarefas cotidianas de educação e sobrevivência da família, e as que se encontram no espaço público, no exercício de atividades profissionais, ou atuando no campo da política. Além de cumprimentá-las pela firmeza com que enfrentam tarefas e ultrapassam obstáculos, no mundo privado e no mundo público, queremos lançar um grito de horror e protesto diante da crônica violência que se abate contra as mulheres.

Os dados são estarrecedores: do início do ano até o dia 10 de fevereiro, 44 mulheres foram assassinadas em Pernambuco, um aumento de 32% em relação ao mesmo período de 2005. O Observatório da Violência Contra a Mulher informa que entre 2002 e 2004 houve 528 homicídios de mulheres, apenas naquele Estado. A média para o mês de janeiro de 2006 foi de 1,2 mulher assassinada por dia, ou seja, em 38 dias, 44 mulheres foram assassinadas, a maioria na região metropolitana de Recife. A gravidade da situação levou o Fórum de Mulheres a



mobilizar manifestantes numa vigília no centro da capital e esta Casa a formar uma Comissão de Parlamentares para se deslocar até Pernambuco e buscar compreender as razões desse quadro aterrador.

É consenso entre os órgãos governamentais e não-governamentais que o número de casos divulgados está subnotificado. Estima-se que eles englobam apenas 40% dos registros investigados pelo Observatório, que contabiliza o assassinato de 1.230 Mulheres no Estado desde 2002. Desse total, 66% das mortes ocorreram na Região Metropolitana de Recife, 14% no Agreste, 9% no Sertão e 11% na Zona da Mata. Ou seja, a violência é praticada tanto nos espaços urbanos, como na zona rural.

Sr. Presidente, não é correta a suposição de que a violência se concentre nos estratos mais desprivilegiados da população: ela atravessa classes sociais, grau de escolaridade, faixa etária e localização geográfica. Poderíamos supor que a barbárie se situasse no Nordeste, como ecos do patriarcado rural. Mas ela se espalha pelas regiões mais desenvolvidas do País. Em Santa Catarina, neste ano já foram assassinadas 30 mulheres, em crimes sempre caracterizados pela barbárie e pelo sangue frio. Uma das vítimas, Andrea Cristina Lessa, tinha apenas 14 anos, e foi morta com requintes de crueldade por terminar um namoro. Em Campinas, São Paulo, na semana passada, um grande empresário assassinou de uma só vez a ex-mulher, a cunhada e a sobrinha.

Levantamento parcial da Secretaria Estadual de Mulheres do PT mostra que 45 mulheres foram assassinadas em 2005 no Rio Grande do Norte. Numa reafirmação da banalização da vida, a maioria dos crimes foram cometidos por companheiros, ex-companheiros ou namorados das vítimas, motivados por ciúmes, ou inconformação diante da separação ou fim do namoro.

Vejamos o resumo trágico: Shirlene foi assassinada pelo marido em Luiz Gomes, Rio Grande do Norte, por ter cortado os cabelos. Passou por 3 cirurgias no hospital Walfredo Gurgel, ficou 23 dias em coma e faleceu. Outras vítimas: Evilma (51 anos), Aparecida, Josimária (23), Marineide, Kaliane, Fátima (36, assassinada e esquartejada pelo ex-marido), Lucineide, Simone (30), Lourdes, Socorro (32), Joana D'arc (45), Vânia, Nara, Francisca, Shirlene, Fátima Silva, Franceilma



(morta a golpes de chibanca pelo noivo) Érika (22), Genilda (68), Iracema, Andréa (22), Iraneide (35), Maria das Dores (16), Damiana (31), Maria José, Aparecida (20), Maria Ilda (22), Zélia, Kadja, Josineide (18), Vandira (64), Antônia, Alice (16), Marise, Maria das Graças (59), Sônia (44, levou um tiro, perdeu um olho, mas sobreviveu) e pelo menos mais 4 mulheres de quem não foi possível obter os nomes.

No início do mandato, o Governo Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, para estabelecer políticas públicas voltadas para a melhoria da vida das mulheres. A SPM desenvolve ações conjuntas com Ministérios e Secretarias Especiais, incorporando as especificidades das mulheres às políticas públicas de modo a estabelecer condições para sua plena cidadania. Com uma trajetória transversal em todo o Governo Federal, estabelecendo parcerias com as instâncias governamentais, a SPM busca enfrentar as desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres deficientes.

O Governo Federal vem efetivando seu compromisso para com a melhoria na situação das mulheres através de outras ações e financiamentos voltados para elas, alguns dos quais citaremos a seguir. Atualmente, o Rio Grande do Norte está em primeiro lugar entre os Estados da Região, recebendo aplicações de recursos na ordem de R\$ 3 milhões.

A Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário - DFDA vem atuando na promoção da igualdade de gênero, raça e etnia. Esse programa promove a discussão de políticas de promoção de igualdade, junto a mulheres trabalhadoras rurais, comunidades quilombolas e populações indígenas.

Por outro lado, em nosso Estado, uma das mais marcantes particularidades da bolsa-família é a presença feminina no programa. O levantamento preliminar do perfil das famílias que recebem o auxílio mostra que 91% dos domicílios têm a mulher como representante legal. É o nome delas que vai impresso no cartão. Atualmente, o Rio Grande do Norte recebe mais de R\$ 14 milhões, que beneficiam 214.100 famílias.

Com o tema Ter documento é um direito. Toda mulher quer respeito, esse programa está garantido cidadania à mulher trabalhadora rural e preservando



seus direitos sociais e econômicos, a partir do acesso aos direitos civis e trabalhistas. A ação do Governo Federal é executada em parceria pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo INCRA.

Sr. Presidente, essas ações vêm ajudando na construção da cidadania das mulheres rurais, ao lhes fornecer as condições para exercer sua autonomia. Sabemos que não são suficientes para deter a violência doméstica, mas associadas a outras ações podem atuar no sentido de prover alguma segurança para as mulheres.

Outros tipos de ação voltadas diretamente para prover a segurança das mulheres também são importantes. Como exemplo, citamos a criação do SOS Mulher, em nosso Estado, quando exercíamos o mandato de Deputada Estadual. Trata-se de um serviço de disque-denúncia. O SOS Mulher pode ser acionado gratuitamente por mulheres em risco de violência, de qualquer localidade do Estado.

Atualmente está em tramitação o Projeto de Lei 4.559/04, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica, moral e patrimonial contra a mulher. Ele define como a polícia deve portar-se frente às denúncias de agressões e prevê ações conjuntas entre os Poderes Públicos e as ONGs para proteger as mulheres. Mas sabemos que a lei, embora importante, é insuficiente. O combate à violência, especialmente praticada por atuais ou ex-parceiros, enquadra-se no campo da cultura, e alimenta-se das noções de posse e de submissão, reforçadas cotidianamente pelas novelas e pelo refrão de que em briga de marido com mulher ninguém põe a colher.

O assassinato de cada uma dessas mulheres deve ser sempre lembrado. Algumas ainda adolescentes, outras já avós, gerações distintas, mas todas vítimas da idéia obtusa de que a mulher é propriedade de seu parceiro. Que a sociedade reflita sobre esses crimes e sobre o que cada um e cada uma de nós podemos fazer para dar um basta ao massacre das mulheres.

Mudanças nesse quadro requerem ações conjuntas dos Poderes Públicos e da sociedade. É urgente que as escolas incorporem a discussão de noções de igualdade de gêneros e de respeito e tolerância diante das diferenças. A matança de mulheres não deve ser combatida apenas no plano das políticas



governamentais ou dos movimentos de mulheres, mas deve ser uma preocupação de todos e todas que queremos uma sociedade baseada na solidariedade, na paz e na justiça social.

Muito obrigada.



---

Documento 79/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-14:36

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11242 JOVAIR ARANTES-PTB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Apresentação de proposta de emenda constitucional que inclui a prestação de serviço profissionalizante pelo condenado. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, informo que estou dando entrada a uma proposta de emenda à Constituição de nossa lavra, com os devidos apoiamientos, sobre o trabalho nas prisões.

Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para referir-me ao Dia Internacional da Mulher, comemorado mundialmente no dia 8 de março, em reconhecimento aos direitos das mulheres, que a cada dia empreendem uma luta para afirmação de sua voz e emancipação, em um mundo que foi marcadamente masculino.

Temos de reconhecer que trabalhar contra os preconceitos não é tarefa fácil. Portanto, o fato de as mulheres conquistarem o seu espaço em áreas antes ocupadas apenas pelo sexo masculino é resultado também do desvencilhamento da barreira do preconceito, que as acorrentava à subordinação em seus lares.



Essa luta não é recente. Ela é fruto das ações de mulheres em suas casas e de grandes nomes femininos que ocuparam posições importantes na sociedade, abrindo oportunidades para as próximas gerações.

Existe ainda uma luta que se soma às forças das mulheres e da sociedade em geral. Refiro-me aos esforços empreendidos contra a violência feminina, que vão contra os princípios da vida, a liberdade e a dignidade humana. E este é um momento oportuno para partirmos na defesa de todas as mulheres vítimas da violência doméstica.

Este dia 8 de março será, também em Brasília, marcado pela luta contra a violência e impunidade. Integrantes do Movimento Maria Cláudia pela Paz e do Comitê Nacional de Vítimas da Violência participarão, em frente ao Congresso Nacional, da manifestação contra a violência.

Dedico a essas pessoas especiais aplausos, pois, mais uma vez, por meio de suas reivindicações, elas contribuem para a formação de uma sociedade mais justa. Presto minha humilde homenagem às mulheres, em reconhecimento à sua relevância em nossa existência. Refiro-me a todas as mulheres: às que dedicam amor materno a seus filhos, às que lutam por um espaço no mercado de trabalho e a todas aquelas que desempenham dupla jornada, no trabalho e em casa.

Felicito também todas as Deputadas e Senadoras brasileiras que, no Congresso Nacional, trabalham na defesa dos interesses de seus Municípios e Estados.

Cumprimento, ainda, as nobres Prefeitas e Vereadoras de meu Estado de Goiás, que, com o coração e a razão, desenvolvem um grande trabalho em seus Municípios.

Por fim, parablenizo todas as mulheres brasileiras, no seu dia e em todos os outros, desejando-lhes votos de pleno êxito em suas lutas.

Muito obrigado.



---

Documento 80/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-18:30

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11305 JORGE GOMES-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA  
ORDEM

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Manifestações ocorridas no Estado de Pernambuco em defesa dos direitos fundamentais da mulher.

---

O SR. JORGE GOMES (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para falar sobre as manifestações e eventos ocorridos em Pernambuco no Dia Internacional da Mulher.

Em meu Estado, essas manifestações ocorreram principalmente com o objetivo de demonstrar a revolta e a indignação da população com o terrível e incontrolável quadro de violência instalado contra as mulheres. Apenas para ilustrar a situação, resalto que 74 mulheres foram assassinadas no período compreendido entre 1º de janeiro e 8 de março deste ano, somente no Recife.

Muitos eventos realizados no transcurso da data serviram ainda para divulgar e exigir providências imediatas para diversos crimes dos quais é vítima em particular o gênero feminino.

A despeito do descaso do Governo Estadual para com a questão, a sociedade civil vem reagindo com vigor no combate à violência contra a mulher. E ontem,



Caruaru deu mais uma demonstração de que a esperança não morreu. Foi inaugurado naquele Município o Centro de Referência às Mulheres Vítimas de Violência, com a participação de representantes da OAB, pastorais, entidades religiosas, imprensa, autoridades militares e os Vereadores Laura Gomes e Gilberto de Dora. Entre os objetivos do grupo Mulheres em Ação, grande arquiteto da conquista, estão: resgatar a auto-estima e reivindicar direitos por políticas públicas voltadas para as questões das mulheres.

Em meu Estado, infelizmente, as manifestações se pautaram na violência local. Na noite do dia 7, reproduzindo marcha fúnebre, cerca de 300 mulheres ligadas ao Fórum de Mulheres de Pernambuco marcharam pelas ruas de Recife. Sessenta e seis mulheres carregavam placas com os nomes das 66 vítimas da violência, segundo os números de que então dispunha a entidade - agora esse número já maior.

Depois de passar pelo Centro, a marcha iniciou uma vigília em frente ao Tribunal de Justiça de Pernambuco. Na calçada, além das placas, foram colocados sapatos simbolizando as mulheres mortas.

As vigílias serão realizadas uma vez por mês. Somente em março haverá duas manifestações. A próxima está marcada para o dia 28. Segundo uma das coordenadoras do fórum, Ana Veloso, o Governo do Estado ainda não apresentou propostas de políticas públicas que realmente combatam o problema.

Além disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, dia 8, houve um ato ecumênico na orla marítima de Recife.

A areia da Praia de Boa Viagem, na zona sul do Recife, foi palco de uma homenagem póstuma às 72 mulheres assassinadas até anteontem em Pernambuco. O ato foi organizado pela Federação Pernambucana de Apoio às Escolas Alternativas - FEPEAL e teve também a participação de mulheres de Camaragibe e Abreu e Lima, no Grande Recife. Na oportunidade, as mulheres fincaram 72 cruzeiros no chão, simbolizando 72 assassinatos, e um padre e 2 pastores oraram pela vida daquelas que continuam a ser vítimas da violência. As mulheres da FEPEAL vão realizar vigílias todos os meses, sempre nas terças-



feiras, com o Fórum de Mulheres de Pernambuco - FMPE, para cobrar providências das autoridades.

Depois, cerca de 6 mil pessoas participaram de movimento promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE, não apenas contra a violência, mas também contra a falta de condições das trabalhadoras pernambucanas.

A manifestação, que começou na Rua Gervásio Pires, na Boa Vista, e acabou no Palácio do Campo das Princesas, com uma comissão reunida com a chefe do Gabinete Civil do Governo Estadual, Lúcia Pontes, também representou o lançamento nacional da Marcha das Margaridas, movimento que leva, a cada 3 anos, dezenas de milhares de trabalhadoras rurais até Brasília. O nome é uma homenagem a Margarida Maria Alves, líder sindical assassinada em Alagoa Grande, Paraíba, em 1983, tida como uma das precursoras na luta dos direitos das trabalhadoras rurais.

Às 16h, cerca de 3,5 mil mulheres e homens ligados à FETAPE saíram da sede da federação, na Rua Gervásio Pires. Na esquina com a Rua do Príncipe, aproximadamente mil integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST se uniram à passeata, que contou ainda com 500 pessoas da Comissão Pastoral da Terra - CPT e mil filiados à Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Em Olinda, a organização não-governamental Coletivo Mulher Vida aproveitou o evento para divulgar, também em passeata, campanha de prevenção contra o tráfico de seres humanos. No Brasil, as mulheres são as maiores vítimas desse crime. Após a passeata, houve a entrega de projeto de lei que cria o Conselho dos Direitos da Mulher de Olinda, na Câmara dos Vereadores.

Em Caruaru, minha cidade, representantes da Igreja e de instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil, além de Vereadores e integrantes de organizações não-governamentais inauguraram o Centro de Referência às Mulheres Vítimas de Violência. Esse centro foi implementado - sem apoio da Prefeitura nem do Governo Estadual - pela sociedade civil organizada.



Infelizmente, no dia dedicado às mulheres, subiu para 74 o número de vítimas este ano, com os assassinatos ocorridos ontem de uma idosa e de uma de jovem. No Curado IV, em Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife, a aposentada Maria Severina da Conceição, 72 anos, foi assassinada por causa de R\$ 300. A principal suspeita é a neta dela. No Ibura, Zona Sul do Recife, Márcia Rosa da Silva, de 19 anos, foi morta a tiros na frente de casa.

Registro ainda que na madrugada de ontem, a Polícia Rodoviária Federal prendeu em flagrante um homem que estava mantendo relações sexuais com uma adolescente de 13 anos num caminhão. O veículo do paranaense José Juarez Vieira de Andrade, de 35 anos, estava estacionado num posto de gasolina na BR-101, no Cabo de Santo Agostinho, Grande Recife.

Por tudo isso, Sr. Presidente, tomei a decisão de, a partir da próxima semana, ocupar esta tribuna semanalmente para fazer um resumo dos casos de violência e cobrar providências.

O Governo de Pernambuco - e o Deputado Paulo Rubem já comentou desta tribuna as ações da polícia contra os trabalhadores - não dispõe de uma política de segurança e de políticas públicas efetivas para cuidar da questão da violência, principalmente da violência contra as mulheres.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 81/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-15:54

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11270 FERNANDO ESTIMA-PPS -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Persistência de desigualdades e da discriminação contra a mulher no País.

---

O SR. FERNANDO ESTIMA (PPS-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por ocasião da passagem do Dia Internacional da Mulher, quero registrar minha homenagem a todas as brasileiras que, com muita luta e muito trabalho, ajudam a construir nosso País.

Elas merecem profundo respeito, pois vêm trilhando árduo caminho, dia a dia, em busca de dignidade e do reconhecimento de direitos. Também merecem a nossa gratidão, já que, nesse percurso, têm alcançado importantes conquistas para o conjunto da sociedade, notadamente nos planos jurídico e institucional, a partir da Constituição de 1988.

A seu modo, anonimamente, honram a memória daquelas 129 tecelãs de Nova Iorque, mortas em 8 de março de 1857, quando reivindicavam melhores condições de trabalho, na primeira greve norte-americana conduzida apenas por mulheres.

Passados quase 150 anos desse trágico incidente e mesmo considerando os notáveis avanços observados desde então, é forçoso reconhecer que as mulheres



de todo o mundo ainda enfrentam dificuldades para ocupar o espaço que lhes é devido, em pé de igualdade com os homens.

Estudo das Nações Unidas demonstra que as mulheres representam 70% dos pobres do planeta, realizam 70% das horas de trabalho e recebem apenas 10% dos rendimentos. Muitas são obrigadas a cumprir jornadas extenuantes, para darem conta da criação dos filhos, do cuidado com a casa e do sustento da família.

No Brasil, segundo recente levantamento do IBGE, embora o quadro não seja tão grave, elas ainda ganham 30% a menos do que os homens, em média, independentemente do grau de instrução. Na indústria, a comparação se revela mais desfavorável, com a remuneração da mão-de-obra feminina equivalente a apenas a metade do valor da masculina.

Tamanho desproporção se verifica, apesar de as brasileiras hoje ocuparem posição de destaque em vários aspectos da vida nacional, com presença marcante, por exemplo, em todos os níveis de ensino, tanto na condição de alunas quanto na de professoras. Elas são responsáveis pela maioria das matrículas no nível médio, dominam a graduação e detêm o maior número de bolsas de mestrado e doutorado.

Isso evidencia a persistência da discriminação contra as mulheres em nossa sociedade. E essa discriminação é expressa também de outra forma, ainda mais violenta, nas agressões sofridas no interior dos lares, praticadas na maioria das vezes pelos próprios maridos ou companheiros. Também é expressa na dificuldade de acesso ao planejamento familiar consciente, resultando nas trágicas estatísticas relativas ao aborto que, no Brasil, já assumiram dimensão de problema de saúde pública.

Esses são apenas alguns exemplos, entre muitos, de conquistas femininas que não lograram "sair do papel" até este momento. Será necessário, portanto, continuar trilhando o árduo caminho, agora em busca da mudança de mentalidades e da revisão de preconceitos extremamente arraigados em nossa cultura.



É fundamental que o trilhemos juntos, homens e mulheres, inspirados no caráter humanista, libertário e solidário dos movimentos sociais, como o comemorado pelo Dia Internacional da Mulher, a fim de que cada ser humano possa, enfim, exercer a plena cidadania.

Muito obrigado.



---

Documento 82/103

---

014.4.52.O Sessão Extraordinária - CD 09/03/2006-10:10

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11139 ADEMIR CAMILO-PDT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES  
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Presença, na Casa, do Prefeito João Antônio Ribeiro, do Município de São João do Pacuí, acompanhado do Assessor Ednardo Ramos e do Presidente da Câmara de Vereadores, Edil Rodrigo Ramos Ribeiro, Estado de Minas Gerais.

---

O SR. ADEMIR CAMILO (PDT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem vivemos um dia especial. Desde 1975, as Nações Unidas comemoram em 8 de março o Dia Internacional da Mulher.

Em 1857, numa fábrica de Nova York, cerca de 130 mulheres morreram queimadas em um incêndio, por reivindicarem a redução da jornada de trabalho de 16 para 10 horas e contra o fato de receberem menos de um terço do salário pago aos homens.

Esse episódio foi um marco na luta da mulher pela igualdade de direitos. A ternura, a fé, a dedicação e a determinação foram os instrumentos naturais da mulher para vencer essa luta.

Hoje, oficialmente, homenageia-se a mulher nessa data, mas, na verdade, o dia da mulher são todos os dias do calendário. A mulher é a essência da vida.



Primeiro, porque sem ela não existiríamos. Somos todos frutos dela. Mulher é avó, mãe e filha. Nada mais justo, portanto, que seja venerada e reverenciada diariamente.

A mulher não pára. Seu trabalho é ininterrupto e sua capacidade de desenvolver, simultaneamente, tarefas profissionais e domésticas é fenomenal. E tudo é feito sem se descuidar um segundo sequer do marido, dos filhos e de outros entes queridos.

A mulher é forte sem precisar exhibir sua força, sem necessitar mostrar armas; faz-se presente em nossa vida com atitudes firmes, determinadas e convictas, transmitindo segurança sem perder a ternura e o romantismo.

Por tudo que representa em nossa vida, vivamos a mulher não somente no dia 8 de março, no Dia das Mães ou no Dia das Avós, mas em todos os dias.

Registro a minha singela, mas especial homenagem à mulher mineira, que, com muita garra, conquista a cada dia seu espaço no cenário econômico e social do Estado, contribuindo de forma decisiva para a retomada das ações de desenvolvimento das nossas comunidades e Municípios.

Com todo o carinho do mundo, deixo consignado meu abraço à minha mãe, Maria José, à minha esposa, Inês, à minha filha Camilla, ao mesmo tempo em que o estendo a todas as mulheres que de alguma forma contribuíram para a minha formação pessoal e profissional.

Com muita justiça, um poeta escreveu: "A mulher não nasce, estréia; e se não nasce, também não morre; muda de dimensão; deixa o carinho, a saudade, a lembrança, enfim".

Às mulheres especiais, que já não se encontram entre nós, nossa especial homenagem com esta citação.

Queremos ainda, Sr. Presidente, registrar a visita que recebemos em nosso gabinete de ilustres personagens da vida pública do norte de Minas.

Registramos, com satisfação, a visita do Prefeito de São João do Pacuí, João Antonio Ribeiro; do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Rodrigo Ramos Ribeiro, e do Assessor do Prefeito, Ednardo Ramos.



Emancipado do Município de Coração de Jesus no dia 22 de dezembro de 1995, São João do Pacuí é uma jovem cidade com cerca de 5 mil habitantes. Localizada a menos de 90 quilômetros de Montes Claros, tem como principais atividades econômicas a agropecuária, extração vegetal, a pesca industrial, o comércio e serviços.

O Prefeito Toninho foi eleito no pleito de 2004, mas já tinha sido Vice-Prefeito na primeira administração do Município e Vereador quando São João do Pacuí ainda era Distrito de Coração de Jesus. O Vice-Prefeito é o Sr. Job Soares de Almeida. O Presidente da Câmara Municipal, Vereador Rodrigo Ramos Ribeiro, exerce o seu primeiro mandato legislativo.

Queremos deixar registrada a nossa satisfação e honra por ter recebido tão ilustres visitas, esperando, um dia, poder retribuí-la e ter o privilégio de conhecer cidade tão jovem, mas que apresenta inegável prosperidade.

Obrigado, Prefeito Toninho e Vereador Rodrigo, pela honrosa visita que muito enriquece esta Casa Legislativa. Contem conosco para uma parceria positiva no sentido da realização de ações em prol do desenvolvimento da cidade.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado em todos os meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.



---

Documento 83/103

---

003.4.52.N Sessão Solene - CN 09/03/2006-12:36

Publ.: DCN - 10/03/2006 - 480 GERALDO RESENDE-PPS -MS

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM  
DISCURSO

---

Sumário

Homenagem à Mulher pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. GERALDO RESENDE (PPS-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a bancada do Partido Popular Socialista nesta Casa pediu-me que viesse à tribuna nesta sessão solene para dizer da nossa gratidão às mulheres do Brasil e do mundo, que têm contribuído de forma expressiva para que este planeta se torne habitável, com povos fraternos e solidários.

Impossível não reconhecer que muita coisa mudou com a invasão das mulheres na vida pública, espaço exclusivo dos homens até há bem pouco tempo. Com toda a certeza, podemos afirmar que nada mais será como antes, mesmo que todas as conquistas sofram retrocesso.

Nas 4 últimas décadas, as mulheres se têm organizado de diferentes formas e exigem participação na sociedade em igualdade de condições com os homens. Isso representa elemento fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, sem discriminação em razão de cor, de etnia, de credo, de deficiência, de idade, de orientação sexual ou de classe social.



Embora as mulheres tenham conseguido avanços importantes, como o direito ao voto, o acesso ao mercado de trabalho, a participação nos cargos públicos, na área científica e econômica e a maior liberdade sexual, ainda são muitas as discriminações que sofrem, principalmente as negras, indígenas e pobres.

As lutas feministas apontam as demandas das mulheres no sentido da garantia da igualdade de direitos e oportunidades e cobram do Poder Público o cumprimento dos tratados e convenções dos quais o Brasil é signatário - eles têm força de lei - e que têm produzido políticas públicas para promover o exercício da cidadania plena das mulheres.

Porém, ainda há muito a ser feito para que as mulheres alcancem autonomia e participem ativamente da luta pelos seus direitos, legítimos direitos humanos tão necessários à construção de uma sociedade mais democrática, com a superação das desigualdades e de todas as formas de discriminação de gênero e raça.

Os partidos políticos têm convivido com número apenas simbólico de mulheres nos seus espaços de direção e representação. Isso demonstra a reprodução, no âmbito partidário, dos mecanismos de discriminação e opressão de gênero da sociedade patriarcal, que mantém o espaço público para o homem.

Temos de denunciar a discriminação, a subordinação pessoal e a alienação pela prisão no espaço doméstico e integrar à esfera da política nova dimensão: a luta contra a opressão de gênero. As mulheres passaram a ser base sociopolítica importante para os partidos, no mínimo deixaram de ser ignoradas. Afinal de contas, as mulheres também votam.

Sra. Presidenta, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, podemos relacionar o nome de um número expressivo de mulheres extraordinárias que no curso da história tiveram papel decisivo na luta heróica em defesa da mulher de todos os tempos, algumas com o sacrifício da própria vida.

As mulheres do Brasil e do mundo sempre estiveram presentes nas lutas pela paz, pela democracia e pela construção de uma nova sociedade. Foram predecessoras do movimento feminista que eclodiu no mundo como consequência da tomada de consciência, por parte da mulher, de seus direitos e de sua força, como resposta e expressão de amplas e profundas transformações. Essa história nos mostra que,



além da conquista de direitos, há que mudar mentalidades para construir uma sociedade onde homens e mulheres possam usufruir as benesses da igualdade.

A luta por uma nova sociedade é obra da luta de homens e mulheres.

Parabéns a todas as homenageadas no dia de hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko) - Obrigada, Deputado Geraldo Resende.



---

Documento 84/103

---

003.4.52.N Sessão Solene - CN 09/03/2006-12:51

Publ.: DCN - 10/03/2006 - 483 RENATO COZZOLINO-PDT -RJ

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM  
DISCURSO

---

Sumário

Homenagem à Mulher pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. RENATO COZZOLINO (PDT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Congressistas, autoridades e todos os que nos assistem nesta semana em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, estou convencido de que o primeiro passo a ser dado é o do reconhecimento da importância e do verdadeiro papel da mulher na sociedade brasileira.

Findo o século XX, mesmo com as conquistas das mulheres e as conseqüentes transformações nas relações de gênero, é fácil constatar que esse progresso tem sido heterogêneo. Nosso anseio é pelo fortalecimento das mulheres e sua plena participação, em condições de igualdade, em todas as esferas sociais, bem como nos processos de decisão e de acesso ao poder. Não vejo de outra forma. Essa meta é condição fundamental para alcance do desenvolvimento pleno em nosso País.

Sra. Presidenta, aqui no Congresso Nacional já percebemos claramente um avanço nesse sentido. Temos uma expressiva bancada feminina formada por mulheres cada vez mais conscientes e sintonizadas com a luta pelo enfrentamento



das discriminações, das desigualdades e das exclusões. Assim, ao parabenizá-las, parabeno a todas as mulheres brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher.

Ilustres Sras. e Srs. Congressistas, a Constituição Federal, promulgada em 1988, foi o grande marco legislativo no que tange às relações de gênero e às responsabilidades do Estado para com essas questões. Foi a partir daí que se sedimentou a igualdade entre homens e mulheres na sociedade, ao se incorporarem novos direitos, como o acesso ao planejamento familiar, a proteção contra a violência nas relações domésticas, o reconhecimento da união estável e a não discriminação de filhos gerados fora do casamento.

Até então as conquistas eram parciais e fragmentadas, a exemplo do reconhecimento do direito de voto no Código Eleitoral de 1932 e na Constituição de 1934; do Estatuto da Mulher Casada, de 1962; e da Lei do Divórcio, de 1977.

Hoje, inúmeros direitos e dispositivos constitucionais são regulamentados, a exemplo da Lei do Planejamento Familiar (1996/97), da Lei da União Estável (1996), das Cotas na Política (1995/97), da Proteção ao Trabalho da Mulher (1995/1999), da Lei contra o Assédio Sexual (2001).

Ao acompanhar essa luta travada há décadas pelas mulheres e entidades aqui representadas, questionei-me acerca da necessidade do Estatuto da Mulher. Então, Sr. Presidente, eu, Deputado Renato Cozzolino, decidi apresentar o projeto de lei que cria o Estatuto da Mulher por ensejar uma discussão preliminar - sim, uma discussão preliminar - da utilidade de um estatuto que consolide os principais objetivos da luta por todos travada e defina prioridades e prazos para alcançá-los. O Estatuto da Mulher não é um instrumento acabado. Seria pretensioso de minha parte. Certamente, o Estatuto da Mulher será aperfeiçoado, alterado, no que for necessário. E não tenho dúvida de que a maior legitimidade - sim, a maior legitimidade - para tal vem exatamente das mulheres e entidades que construíram essa luta.

O Projeto de Lei nº 1.399, de 2003 (Estatuto da Mulher), é o corpo no qual poderão se materializar, com conhecimento coletivo e de forma abrangente, as metas que pretendemos alcançar.



O projeto de lei do Estatuto da Mulher situa-se em 2 vertentes: a regulamentação de direitos individuais e coletivos e a regulamentação das responsabilidades do Estado na prestação dos serviços públicos e no atendimento aos interesses e necessidade das mulheres.

O Estatuto da Mulher pode parecer tão absurdo. Mas houve tempo em que também era absurdo falar em Consolidação das Leis do Trabalho. O ideal é que o Estatuto tenha um prazo de validade até alcançarmos o estágio em que a cultura, os costumes e a leis sejam realmente iguais para todos.

Portanto, Sr. Presidente, peço a atenção deste Congresso Nacional para a tramitação do Estatuto da Mulher, pois é consenso serem indispensáveis a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas e programas efetivos do enfoque de gênero, incluindo-se políticas de desenvolvimento e programas que em todos os níveis busquem o fortalecimento e o avanço das mulheres. E considerando que nossa sociedade só poderá ser construída realmente com a participação e a responsabilidade de todos - mulheres e homens, sem exceção.

Muitos escritores e compositores já tentaram alcançar e definir alguma palavra para as mulheres. Na crônica Mulheres, de Luiz Fernando Veríssimo, podemos ler: "Elas não são humanas; são anjos".

Podemos também buscar alguns compositores e cantores, a exemplo de Benito de Paula, que cantava: "Mulher brasileira em primeiro lugar".

Quero aqui prestar, em nome do meu partido, o PDT, uma homenagem às mulheres brasileiras, a todas essas mulheres que, numa palavra solta pela vida, podemos dizer: essas mulheres, verdadeiras mulheres que nos dão o primeiro lar, o primeiro colo, o primeiro alimento no seio materno e que têm no ombro a vida toda para sustentar a sociedade e a família brasileira.

Parabéns, mulheres brasileiras! (Palmas.)



---

Documento 85/103

---

003.4.52.N Sessão Solene - CN 09/03/2006-11:51

Publ.: DCN - 10/03/2006 - 473 LAURA CARNEIRO-PFL -RJ

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM  
DISCURSO

---

Sumário

Homenagem à Mulher pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ. Sem revisão da oradora.) - Meus cumprimentos às mulheres brasileiras, à Sra. Presidenta, Senadora Serys Shessarenko, à nossa Embaixadora, à nossa Ministra, à Dra. Mariza Gomes.

Eu brincava com Maria Laura. A Senadora Serys Shessarenko disse que ela era uma mulher que não sabia dizer "não". Então perguntei: "Mas, Maria Laura, tem alguma mulher que sabe dizer "não"? Acho que estamos começando a aprender a dizer "não". Vamos tentar desenvolver isso, em um discurso de 3 minutos.

Nossa Primeira-Dama, nossa companheira Senadora Ideli Salvatti, Senadora Heloísa Helena, amigas e amigos, ontem, da tribuna da Câmara, falando de nossa mania de não saber dizer "não", fiz um discurso amargo, amargo mesmo. Eu disse: "Estou comemorando o quê?" Senador Cristovam Buarque, são alarmantes os índices no que diz respeito a exploração, agressão física, assédio, aborto clandestino, mutilação genital, negligência, tráfico de mulheres, prostituição; somos usurpadas e violentadas em relação às nossas consciências e aos nossos corpos a cada 15 segundos no Brasil, como tão bem lembrou o Presidente, e continuamos perdendo cada um dos nossos direitos e ganhando menos. Os



programas de saúde da mulher não funcionam, e o orçamento para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres está cada vez menor. Por isso não acreditava em mais nada.

Após ter dormido melhor, cheguei e vi as homenageadas com o prêmio Bertha Lutz e com o prêmio Carlota Pereira de Queiroz, que está sendo entregue na Câmara dos Deputados. Hoje, Senadora Heloísa Helena, mudei de idéia quando li esse documento e vi D. Elisabeth, bonita, lutadora, com 79 anos de idade, e orgulhosa porque, de alguma forma, transformou a sociedade.

Havia trazido um poema de Pablo Neruda para ler, mas vou ler 2 frases que são muito mais importantes, porque acabam com aquela sensação de amargura que tive ontem e me dão esperança para continuar.

Nós, mulheres, obedecemos automaticamente, embora não devesse ser assim.

Em conversa com a Senadora Patrícia Saboya, S.Exa. disse: "Laura, temos que votar o FUNDEB". Ontem, conversando com as Deputadas, mencionamos que temos de tornar lei a proposição que modifica a questão da violência doméstica. São tantas outras matérias que temos de votar... Mas vamos votá-las. O mais importante não são apenas as leis, Sra. Presidenta, é a mudança de consciência da mulher brasileira.

Vou terminar meu discurso lendo as 2 frases. O poema de Pablo Neruda pode ser encontrado na Internet. As frases, somente neste documento.

Completando algo que disse a Senadora, a nossa pajé afirmou o seguinte: "Nós precisamos limpar o coração e redescobrir o amor, a humildade, a coragem de defender a igualdade entre todos, a vida, com tudo de bom e bonito que ela tem". O que ela disse em poucas palavras 15 páginas de discurso não teriam a capacidade de dizer.

Estou apaixonada tanto pela Geraldina quanto pela D. Elizabeth, que declarou que não era vítima - foi isso que me deixou mais motivada - e disse: "Um dia isso tudo será história de um passado triste, e o Brasil será melhor para todo mundo".

Deus permita que seja verdade e que essas mulheres continuem lutando para que isso ocorra. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shessarenko) - Excelente, Deputada, muito bem.



---

Documento 86/103

---

003.4.52.N Sessão Solene - CN 09/03/2006-13:30

Publ.: DCN - 10/03/2006 - 490 ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO-PRONA -SP  
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM  
DISCURSO

---

Sumário

Homenagem à Mulher pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA-SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, nobres, dignas e honradas componentes da Mesa, Sras. e Srs. Parlamentares, demais senhoras e senhores, a mulher, no decorrer do desenvolvimento da história da humanidade, sempre teve um papel marcante e decisivo.

Quantas vezes a nossa história esteve nas mãos de mulheres, tais como Anita Garibaldi, Irmã Dulce, Ana Néri e Maria Ester Bueno? Sem contar que todos nós viemos ao mundo graças a um "sim" amoroso de uma mulher mãe. Os grandes homens e as grandes obras tiveram início em uma mulher. O próprio Deus quis nascer de uma mulher, na pessoa de Jesus Cristo.

Chegamos a um momento em que a vocação da mulher se realiza em plenitude, adquirindo no mundo influência, alcance e poder jamais presenciados. Mas falta muito ainda por conquistar, pois não podemos deixar de recordar, antes de tudo, o grande número de mulheres que sofrem discriminação, que são excluídas, que vivem em condições desumanas, que lutam por emprego digno e que, na falta de oportunidades, chegam ao ponto de vender seu próprio corpo, destruindo sua



dignidade; mulheres que, desamparadas pelos pais, pelos maridos e pela sociedade, abrem mão de seus filhos ainda no ventre, praticando aborto.

A mesma mulher que cresceu e ajudou a sociedade a alcançar grandes resultados não pode permitir que esse desenvolvimento sepulte sua dignidade. Da mulher trazemos, dentro de nós, uma imagem materna, amiga, amorosa, e certamente não queremos trocá-la pela pseudo-imagem que alguns grupos, também pseudofeministas, financiados por grupos internacionais, tentam vender-nos - uma imagem que é pervertida, sombria, degradada, em que tudo é permitido à mulher, até mesmo crimes justificados pela preservação de sua plena estética pessoal.

A atual figura feminina não se desenvolverá nem será mais livre pela aprovação do aborto. Em definitivo, nada que diminua a pura beleza da sua dignidade acrescentará algo à sua pessoa.

Sem dúvida, o desenvolvimento que ignorar a dignidade inata das mulheres e particularmente a contribuição especial que elas oferecem nos seus lares, reduzi-las-á a meros instrumentos de índole econômica.

A inserção do ser humano no centro das nossas solitudes com vistas ao desenvolvimento sustentável e o reconhecimento do papel singular que as mulheres estão desempenhando só poderão tornar-se realidade por meio da valorização e do respeito pela dignidade natural.

Srs. Parlamentares, sejamos justos, reconhecendo que somos responsáveis, em grande parte, por essa situação que pesa como um fardo nos ombros de nossas mulheres, no Brasil e no mundo.

Em nome do PRONA e do nosso Líder nacional, Dr. Enéas, parabenizamos tantas outras mulheres anônimas e famosas, todas obras singulares de Deus, participantes da maravilhosa obra da criação, todas portas da vida. Mulheres mães, crianças, adolescentes, jovens, esposas e vovós, todas heroínas em seus lares, em suas famílias.

Parabéns às mulheres do Brasil, parabéns às mães e às famílias brasileiras.

Muito obrigado. (Palmas.)



---

Documento 87/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-14:18

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11236 DR. HELENO-PSC -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. DR. HELENO (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma vez mais venho à tribuna para prestar justíssima homenagem às mulheres de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, e às de todo o Brasil, pelo Dia Internacional da Mulher. Esse ser que, cada vez mais eclético, marca sua presença na vida social, extrapolando o âmbito familiar para desempenhar também um trabalho não menos importante.

Por essa e outras razões é que não poderíamos deixar de parabenizar todas aquelas que nunca são notícia no seu simples papel de casadas, donas de casa; aquelas que, pela sua cor, idade, estado, profissão, nacionalidade, religião ou educação se sentem discriminadas; aquelas que se esforçam, diariamente, para conciliar a vida profissional com a familiar, sabendo inclusivamente - quando necessário - dar o primeiro lugar à família, em defesa da sua estabilidade e do seu acompanhamento.

Essa função eclética da mulher já fora evidenciada naquele histórico 08 de março de 1857, quando centenas de mulheres das fábricas de vestuário e têxteis de



Nova Iorque iniciaram uma marcha de protesto contra os baixos salários, o período de 12 horas diárias e as más condições de trabalho. A manifestação, na época, foi violentamente dispersada pela polícia. Desde então, a data de 08 de março passou a simbolizar, oficialmente, a luta de igualdade entre homens e mulheres. É importante destacar que, de certa forma, essa luta continua até os dias de hoje, mesmo com as leis em vigor contra a desigualdade, periodicamente nos deparamos com esse quadro, em que o trabalho da mulher é sempre menos valorizado do que o do homem, só por se tratar de uma mulher.

A nossa voz nesta tribuna nunca se calará diante dessa real e triste desigualdade. O novo feminismo precisa respeitar a integridade da mulher. E isso é algo que interessa não somente às mulheres, mas também a todos os homens. É preciso vivermos de igual para igual, com aquelas que junto a nós, e não contra nós, podem construir um mundo mais humano e mais feliz.

É preciso respeitarmos aquelas que sorriem quando querem gritar, que cantam quando querem chorar, que choram quando estão felizes e que riem quando estão nervosas. Isso é ser mulher!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



---

Documento 88/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-15:54

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11263 LEANDRO VILELA-PMDB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudação à Associação das Donas de Casa do Estado de Goiás.

---

O SR. LEANDRO VILELA (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no mundo todo se comemora, em 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. Essa é uma data que nos chama para algumas reflexões, especialmente no Brasil, onde a cada segundo uma mulher é vítima de violência doméstica, geralmente praticada por seu companheiro.

Estou falando de agressão física com dados que se transformam em estatísticas nas delegacias do Brasil. Mas, certamente e infelizmente, esse contingente é muito maior, já que a maioria das mulheres agredidas têm medo da reação do companheiro e vergonha de ver a sua vida exposta publicamente e não denunciam a violência.

Essa é uma realidade que atinge todos os níveis sociais. É uma bobagem imaginar que somente nas camadas sociais mais carentes a violência está presente. Entre pessoas mais ricas a agressão é uma constante.



Portanto, neste 8 de março, que deveria ser uma data para anunciarmos que mais e mais mulheres estão tomando conta do mercado de trabalho, recebendo salários compatíveis com as funções que desempenham, além de estarem também à frente dos seus lares como provedoras e esposas, não podemos deixar de lado a questão da violência que atinge o chamado sexo frágil, mas também toda a sociedade.

A agressão contra a mulher parece ser um problema que não tem fim. Mas acredito que podemos avançar e reduzir os alarmantes números sobre violência doméstica. O Congresso Nacional já se manifestou a respeito, aprovando lei que determina que a mulher agredida não precisa sair da sua casa, ficando o agressor obrigado a deixar o seu lar a partir do momento em que sofre uma denúncia.

Essa lei é um avanço. Mas ainda é pouco. Temos que fechar o cerco e colocar atrás das grades todo e qualquer homem que bata numa mulher. Além de ser um ato de extrema covardia, é um crime e uma violência contra aquelas que realmente asseguram um pouco mais de sentido às nossas vidas no dia a dia.

Portanto, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional veja a questão desse tipo de violência como um fato inaceitável, a exemplo do que foi um dia a escravidão e o racismo, hoje crimes intoleráveis no Brasil.

No campo do trabalho, em algumas situações parece que ainda estamos no Século XVIII, quando as mulheres eram submetidas à um sistema desumano de trabalho, com jornadas de 12 horas diárias, espancamentos e ameaças sexuais.

O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, está intimamente ligado aos movimentos feministas que buscavam mais dignidade para as mulheres e sociedades mais justas e igualitárias. É a partir da Revolução Industrial, em 1789, que estas reivindicações tomam maior vulto, com a exigência de melhores condições de trabalho, acesso à cultura e igualdade entre os sexos.

Dentro deste contexto, 129 tecelãs da fábrica de tecidos Cotton, de Nova Iorque, paralisaram seus trabalhos reivindicando o direito à jornada de 10 horas. Era 8 de março de 1857, data da primeira greve norte-americana conduzida somente por mulheres. A polícia reprimiu violentamente a manifestação fazendo com que as operárias refugassem-se dentro da fábrica. Os donos da empresa, junto com os



policiais, trancaram-nas no local e atearam fogo, matando carbonizadas todas as tecelãs.

Esse é um dia que devemos chamar atenção para o papel e a dignidade da mulher e levar a uma tomada de consciência do valor da pessoa, perceber o seu papel na sociedade, contestar e rever preconceitos e limitações que vêm sendo impostas à mulher.

Pessoalmente, penso que a mulher não precisa de um dia específico, de uma data preestabelecida; todos os dias são seus, pois estão vivas e são atuantes independentemente de dia. Na verdade, nunca têm folga!

Temos que admitir que as mulheres sempre foram discriminadas, sempre estiveram em segundo lugar na escala de valores, e tudo isso se deve ao regime patriarcal e machista em que vivem. Mas, apesar disso tudo, elas estão cada vez mais conquistando o seu espaço e o seu lugar na sociedade.

Já foi comprovado estatisticamente que a mulher sofre discriminação em todas as áreas, principalmente na parte profissional, pois mesmo sendo muito competente, quando ocupa o mesmo cargo de um homem, o seu salário é menor. A mulher sabe que dispõe de muitas "armas" em seu favor, pois mesmo mostrando "fragilidade", pode ser forte e decidida e dessa forma tirar da sua "sensibilidade" a força de que precisa. A mulher inteligente deve fazer questão de ser tratada e considerada com um "vaso mais frágil", para ser tratada com respeito, com carinho, com amor, com cuidado, e é nesse momento que ela mostra a "força" que tem.

Quero saudar de forma veemente a Associação das Donas de Casa do Estado de Goiás, sob o comando de D. Maria das Graças Santos. Esse certamente é um movimento de resistência feminina. Combate durante todo o ano os abusos cometidos não somente contra as mulheres, mas contra a família no que se refere aos abusos praticados no mercado de consumo.

Essa associação merece todo o nosso respeito e reconhecimento. É ela quem denuncia abusos praticados nos supermercados e em outros estabelecimentos de consumo. A associação tem esse propósito para ajudar as famílias a serem mais



respeitadas no que se refere a direitos conquistados e entabulados no Código de Defesa do Consumidor, mas que geralmente não são observados.

No Dia Internacional da Mulher essa associação teve um compromisso importante em Brasília: a 3ª marcha à Capital Federal, para pedir ao Congresso Nacional que aprove e regulamente a lei que assegura às donas de casa o direito à aposentadoria. É lamentável que essas trabalhadoras não tenham ainda esse direito, que é básico.

De minha parte, estarei pronto para assegurar às mulheres mais esse direito. É nossa obrigação votar e aprovar essa medida. E quero aqui fazer este reconhecimento público da fundamental importância das mulheres nas nossas vidas.

Muito obrigado.



---

Documento 89/103

---

014.4.52.O Sessão Extraordinária - CD 09/03/2006-10:10

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11140 ROBERTO GOUVEIA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES  
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. ROBERTO GOUVEIA (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar as mulheres pela passagem do seu dia, 8 de março. A luta pela libertação das mulheres e o feminismo vêm dando uma contribuição importantíssima, no mundo contemporâneo, para o desenvolvimento do humanismo, o respeito à diversidade, à diferença, a prática da autonomia, a importância do diálogo, da tolerância e da formação de uma cultura de paz.

Concluo esta breve intervenção com as seguintes palavras de Charles Chaplin, que nos ajudam muito nessa reflexão:

"(...) Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade.

Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura.

Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido."

Essa tem sido a grande contribuição do feminismo e da luta pela libertação das mulheres.



---

Documento 90/103

---

014.4.52.O Sessão Extraordinária - CD 09/03/2006-10:54

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11154 MARCOS ABRAMO-PP -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES  
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apoio ao Projeto de Lei nº 4.559, de 2004, sobre o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

---

O SR. MARCOS ABRAMO (PP-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para, mais uma vez, falar da luta das mulheres no Brasil.

Segundo a Fundação Carlos Chagas em São Paulo, mais de 12 milhões de mulheres sustentam sozinhas a casa e os filhos. Esta é uma realidade que se torna cada vez mais freqüente em nosso País. As estatísticas afirmam ainda que a maioria das mulheres chefes de família são negras ou pardas, representando cerca de 43,7% dos 25,5% do total de residências mantidas por apenas um dos cônjuges no Brasil.

No Congresso Nacional tramitam vários projetos para melhorar a vida destas mulheres guerreiras. A aprovação dessas leis tem sido uma das minhas prioridades nesta Casa. Uma dessas propostas é o Projeto de Lei nº 4.559, de 2004, do Poder Executivo, que cria varas e juizados especiais de violência



doméstica e familiar contra a mulher e institui o centro de atendimento à mulher e reabilitação do acusado.

A violência contra as mulheres é o tipo mais generalizado de abuso dos direitos humanos no mundo, apesar de ser também o menos reconhecido. Ela gera um problema grave de saúde, já que mina a energia da mulher, comprometendo sua saúde física e desgastando sua auto-estima. Os mesmos atos de violência, se perpetrados contra o sexo masculino, seriam punidos, porém, com frequência, permanecem impunes quando são perpetrados contra as mulheres, especialmente dentro de uma família. A impunidade ainda é grande.

Mundialmente vinculada às reivindicações femininas por melhores condições de trabalho, justiça e igualdade social, a passagem do Dia Internacional da Mulher é um momento de reflexão sobre os abusos históricos contra as mulheres, mas também sobre as conquistas e mudanças sociais conseguidas.

O objetivo da comemoração desta data, no meu entendimento, é chamar a atenção para o papel e a dignidade da mulher, levando a consciência e o respeito ao valor humano na sociedade. Assim, devemos reconhecer, de uma vez por todas, a importância que a mulher ocupa nos dias de hoje em quase todas as economias do mundo, dando-lhe assim o direito de se manifestar, contestar, protestar, opinar e lutar contra as limitações e opressões que vêm sendo impostas a ela.

Aproveitando o ensejo, gostaria de ressaltar mais uma vez a importância de lutarmos em favor de que estas justas reivindicações possam ser concretizadas, e é nesta luta que caminho, deixando aqui os meus votos de sucesso e felicitações não só por este dia mas por todos os dias de luta das mulheres.

Muito obrigado.



---

Documento 91/103

---

014.4.52.O Sessão Extraordinária - CD 09/03/2006-10:54

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11156 SANDES JÚNIOR-PP -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES  
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

#### Sumário

Apresentação de projeto de resolução sobre denominação do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados - CEDI de Centro de Documentação e Informação Cora Coralina. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. SANDES JÚNIOR (PP-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2005 apresentei projeto de resolução para dar ao Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados - CEDI o nome de Centro de Documentação e Informação Cora Coralina. A proposição ainda não foi apreciada, mas hoje, no Dia Internacional da Mulher, destaco a importância dessa homenagem, que não é apenas de elogio e reconhecimento à grande poetisa Cora Coralina, mas também uma homenagem aos sentimentos e desejos das mulheres brasileiras e do povo do interior do Brasil, também representados nesta Casa. É ainda o reconhecimento pelos serviços prestados pelo nosso Centro de Documentação e Informação e seus dedicados servidores, fiéis e competentes em guardar, preservar e difundir a memória da Câmara dos Deputados e do pensamento dos autores deste País.



Cora Coralina foi intérprete da alma profunda do interior do Brasil, dos sentimentos da vida de mulher. Seus versos, simples e profundos, não eram apenas o canto da sensibilidade e da experiência humana de sua autora. Tinham a missão de escrever e rever o passado para tirar-lhe sabedoria, história. Nas suas próprias palavras: "Rever, escrever e assinar os autos do passado antes que o tempo passe tudo ao raso".

Cora Coralina não se desprende de suas raízes, de onde extraía sua força. Drummond dizia que seu lirismo identificava-se com as fontes da vida. Ao longo dos seus 95 anos, buscou dignificar sua condição de mulher, sofrida com preconceitos e discriminação. Por isso, homenageá-la é reconhecer e enaltecer as mulheres brasileiras, nossas mães, esposas, avós, filhas e amigas, mulheres de fibra que fazem parte da construção e da alegria do nosso País.

Peço, portanto, caros colegas, novamente, em especial ao Deputado Inocêncio Oliveira, Relator do projeto de resolução que citei, o apoio para aprovar a proposição que dá o nome de Cora Coralina, mulher sensível e criativa, geradora de vida e de sabedoria, voz da cultura regional brasileira, ao Centro de Documentação e Informação desta Casa, órgão gerador de cultura e de preservação do nosso patrimônio.

Despeço-me felicitando a todas as mulheres não apenas por hoje, mas por todos os dias de sua antiga luta para superar os desafios no cumprimento de seus compromissos e na realização de seus sonhos.

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 92/103

---

003.4.52.N Sessão Solene - CN 09/03/2006-12:24

Publ.: DCN - 10/03/2006 - 479 ZELINDA NOVAES-PFL -BA  
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM  
DISCURSO

---

Sumário

Homenagem à Mulher pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. ZELINDA NOVAES (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados Federais e Estaduais, Sras. e Srs. Vereadores, autoridades presentes e representantes, a comemoração do Dia Internacional da Mulher mais uma vez nos coloca diante da real situação da mulher no Brasil, contabilizando ganhos e retrocessos. A despeito de todos os avanços que coroaram a luta da mulher brasileira, sabemos que ainda perdura um regime de desigualdade de direitos em relação ao homem, agravado por algumas circunstâncias.

Percebe-se, senhoras e senhores, que o problema da discriminação contra a mulher no Brasil ganha especificidade no contexto maior das desigualdades sociais. Enquanto se verifica, por parte das mulheres, maior participação no mercado de trabalho e alterações positivas de comportamento nas relações interpessoais, permanece um cruel ranço de discriminação contra a mulher que pertence às camadas de menor poder aquisitivo. Esse fenômeno, que elimina as possibilidades de emancipação da mulher, apresenta um círculo perverso: quanto



mais pobre a mulher, mais discriminada; e, quanto mais discriminada, menores são suas chances de ascender social e profissionalmente.

Em meio a todo tipo de dificuldade, as mulheres são extremamente sobrecarregadas pelas tarefas domésticas e familiares, tendo de trabalhar para sustentar a casa ou complementar o orçamento doméstico. A falta de perspectivas, os problemas cotidianos e, sobretudo, o preconceito introjetado são responsáveis por inúmeras situações de violência física e moral contra a mulher, muitas delas jamais denunciadas, seja pelo desconhecimento das leis, seja por medo de retaliações.

Nessas circunstâncias, senhoras e senhores, a submissão da mulher por discriminação começa muitas vezes na infância. Oriundas de classes mais baixas, as meninas são privadas do acesso à educação, muitas vezes mesmo em nível fundamental, e assim se perpetuam, em uma situação sem qualquer possibilidade de ascensão ou reconhecimento social.

Ao mesmo tempo em que esperamos por uma justa redistribuição de renda no País, muito deve ser feito em prol dos direitos da mulher, sobretudo no sentido de fazê-la escapar dos agravantes, da própria pobreza.

Há ainda outro importante aspecto a ser mencionado, que diz respeito à especial condição da mulher e seu papel na família. Não devendo, a nenhum pretexto, ser discriminada profissional ou socialmente em relação ao homem, a mulher, no contexto de suas atribuições dentro de casa, merece ser amplamente valorizada, ter seu trabalho respeitado não apenas na família, mas também na sociedade.

Daí nossa firme posição em favor da aposentadoria doméstica, no sentido de premiar uma vida de trabalho, em nada diminuída pelo fato de se restringir aos limites do lar. Como homenagem ao Dia da Mulher, fazemos questão de confirmar nosso apoio a todas as iniciativas da Casa que, nos termos da Emenda nº 47, de 2005, proponham o aumento da cobertura previdenciária, para incluir a trabalhadora doméstica de baixa renda, assegurando-lhe uma velhice digna e protegida. Dessa forma, nos próximos anos teremos mais motivos para comemorar esta data.



Nós, mulheres do Brasil, estamos todas sendo homenageadas esta semana. Contudo, a parte que me cabe quero transferi-la àquelas mulheres que deram os melhores anos de sua vida e hoje estão esquecidas nos abrigos pelos familiares, pela sociedade e, principalmente, pelo Poder Público.

Parabéns, Mulheres!

Continuemos firmes nessa luta!

Muito obrigada! (Palmas.)



---

Documento 93/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-14:28

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11240 IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 8 de março, dia de mobilização das mulheres de todo o mundo em torno da defesa de seus direitos, dia de luta pelo fim da opressão e da violência que experimentam cotidianamente. Nosso mandato se solidariza a sua luta e aos esforços que em todo o mundo se somam na construção de um mundo mais justo, solidário, livre e igual para todos os seres, respeitando todas as diferenças de gênero e livre orientação sexual.

As mulheres brasileiras são mais escolarizadas (mulheres são 53,6% dos estudantes no ensino fundamental, 58,3% no ensino médio e 61,4% no ensino superior) que os homens e mesmo assim ganham cerca de 30% a menos, em média, do que eles. Na região metropolitana de São Paulo, a diferença é maior: as mulheres recebem cerca de 67% do salário pago aos homens.

Essa situação de desigualdade salarial é rebatimento de uma forma se pensar a relação entre homens e mulheres no mundo do trabalho, da divisão sexual do trabalho e da organização sexista e discriminatória de nossa sociedade. O



trabalho da mulher é visto "apenas como complemento" do salário/rendimento da família, "é uma ajuda na casa". Sua tarefa na organização familiar está ancorada na reprodução, organização da casa e educação dos filhos.

Assim, sua inserção no mercado de trabalho acaba se fazendo de forma mais precária que a dos homens: busca-se trabalhos com horários "flexíveis" (o que no mais das vezes significa mais trabalho espalhado durante o dia, entremeado com outras atividades), trabalhos em meio período, que comprometem a remuneração e também sua inserção na disputa por vagas e promoções, ou, ainda, no mercado informal e com remuneração pequena.

Importa dizer que metade das mulheres trabalhadoras ganha 1 salário mínimo, conforme a Fundação Perseu Abramo. Além disso, o sistema de apoio à mulher trabalhadora, os direitos sociais duramente conquistados e não respeitados, é muito precário: faltam creches públicas para que possam deixar seus filhos e, quando existem, o horário de funcionamento é incompatível com o trabalho fora de casa; há pouca (e cara) oferta de serviços que possam diminuir o peso das tarefas domésticas, como lavanderias coletivas e restaurantes; os serviços de saúde e educação para os filhos também não funcionam de modo a compatibilizar essas atividades com seu trabalho etc.

As conseqüências de abortos feitos clandestinamente são responsáveis por 9% das mortes de mulheres e 25% das esterilidades. É preciso que se diga que este índice é cruel especialmente com as mulheres pobres, que precisam submeter-se a abortos em clínicas clandestinas sem nenhuma condição sanitária e médica, quando sabemos que as mulheres e adolescentes de renda maior têm acesso, mesmo clandestino, a um tratamento melhor porque podem pagar profissionais.

Esse dado revela a falta de uma política de planejamento familiar e a falta de acesso a informação e a métodos contraceptivos baratos. Além disso, revela a imensa opressão e violência a que estão submetidas as mulheres, pois sendo o aborto crime, elas não têm direito legal de decidir sobre o seu próprio corpo. É bom frisar aqui que mesmo nos casos de aborto legal a morosidade da Justiça muitas vezes impõe às mulheres uma gravidez fruto de estupro, que lhe violenta não só física mas também psicologicamente, uma gravidez que coloca em risco



sua própria vida ou o fardo de levar a termo uma gravidez de um feto que não sobreviverá ao parto.

É preciso que a sociedade debata este assunto sem preconceitos, sem mistificações, sem falsos moralismos. Essas são situações que atingem diretamente a saúde da mulher e se tornam uma questão de saúde pública.

Isso sem falar no assustador dado de violência contra a mulher: a cada minuto, 4 mulheres são espancadas, quase sempre por seus parceiros.

Nessa perspectiva, a luta das mulheres por direitos e pelo fim da violência e opressão que sofrem insere-se na dura luta dos trabalhadores e do povo brasileiro por uma sociedade mais justa, livre e igualitária, numa perspectiva socialista.

Não é sem importância o nascimento deste dia de luta, 8 de março. Fruto da luta das operárias têxteis de Nova Iorque por melhores condições de trabalho, da mobilização das mulheres em muitos países por direito ao voto e da ação autônoma das operárias russas contra a fome e a guerra, por "pão e paz", que desencadearia a revolução de fevereiro na Rússia, em 1917, o Dia Internacional da Mulher traz em si a poderosa memória e as histórias de luta contra as diversas formas de opressão.

Uma nação que pretenda construir um projeto de sociedade livre, justa e feliz não poderá fazê-lo sem ter na ordem do dia as questões pautadas pelas entidades e organizações feministas; sem discutir e dar respostas concretas às demandas das mulheres; sem ter como preocupação central um sistema de educação pública que refute veementemente qualquer traço de orientação sexista e discriminatória, que reproduz os preconceitos e opressões de gênero.

A política também é um espaço essencialmente masculino, onde as formas de organização dos espaços públicos privilegiam a inserção e a participação dos homens, além de valorizar formas masculinas e violentas de conduta. É verdade que a cada ano que passa mais representantes femininas ocupam cargos e postos de relevância pública, mas comparativamente ainda é muito menor a participação e a ação política das mulheres.

Se quisermos construir o socialismo neste País, teremos que construir novas relações de gênero, teremos que fazer ecoar as bandeiras de luta que as



mulheres do mundo inteiro hoje empunham: um mundo sem opressão de gênero,  
um mundo justo e livre.



---

Documento 94/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-14:30

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11241 CLAUDIO CAJADO-PFL -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Acerto da sentença judicial contrária à cassação do Prefeito Dalvio Pina Leite, do Município de Seabra, Estado da Bahia. Assinatura de convênios entre o Governo Estadual e associações de produtores rurais.

---

O SR. CLAUDIO CAJADO (PFL-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para fazer 3 registros.

Em primeiro lugar, não poderia furtar-me de fazer uma homenagem às mulheres do Brasil e de todo o mundo. As mulheres conseguiram grandes conquistas ao longo dos últimos anos. A inserção tanto na sociedade quanto na política e em diversas outras áreas é um avanço considerável. Temos que ressaltar a importância da mulher no mundo contemporâneo. Daí por que me somo a todos os que fizeram manifestações no dia de ontem e de hoje. Espero valorizarmos cada vez mais as mulheres brasileiras e de todo o mundo.

O segundo registro é em relação à vitória que tivemos no Município de Seabra, no Estado da Bahia, da reafirmação da democracia. Havia um processo judicial eleitoral em andamento e, no dia de ontem, o Juiz de Direito da Comarca de



Seabra deu sentença em que rejeitou pedido de cassação de mandato do atual Prefeito, Dalvio Pina Leite.

Esse resultado nos deixa muito felizes, porque reconhece a vontade popular e o Estado de Direito. Não podemos deixar que o processo eleitoral espontâneo, democrático e absolutamente autônomo e soberano seja maculado, muitas vezes com demandas judiciais que apenas provam por meio testemunhal o que se alega na petição.

Há uma preocupação muito grande, principalmente da classe política, no sentido de que, depois de concluído o processo eleitoral, com a diplomação e a posse dos eleitos, haja demandas judiciais por meses e, às vezes, até anos.

Ontem, no Município de Seabra, o juiz local deu uma sentença desconsiderando as alegações propostas, por falta de provas, e confirmando no cargo o Prefeito Dalvio Leite e o Vice-Prefeito, mantendo a vontade das urnas.

Registro esse fato para toda a Casa porque é um momento de alegria. O Município de Seabra está em estado de alegria. Irei para lá no sábado, para inaugurar com o Prefeito Dalvio Leite um Posto de Saúde da Família (PSF). Evidentemente, participaremos de mais essa vitória.

Por fim, Sr. Presidente, registro que no próximo dia 12, domingo, ao lado do Sr. Governador do Estado, Paulo Souto, participarei de mais uma rodada de assinatura de convênio com associações de produtores rurais. O Sr. Governador tem ido a diversos Municípios em diversas regiões do Estado da Bahia e levado obras e benefícios. No próximo domingo, estaremos no Município de Piatã, onde o Prefeito Alencar será nosso anfitrião, com diversos outros Prefeitos da região da Chapada Diamantina fazendo mais uma rodada de assinatura de convênios.

É fundamental fazer este registro, porque o Governo da Bahia, por meio da Secretaria de Planejamento e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, adota iniciativas em benefício da produção do pequeno e do microagricultor, gerando emprego e renda, e atua fortemente na defesa contra as agressões que sofrem os pequenos agricultores, principalmente diante da seca inclemente que arrasa e grassa pela região do Nordeste do Brasil, notadamente o sertão baiano.



Essas ações desenvolvidas pelo Governo do Estado da Bahia têm minorado, e muito, o sofrimento do povo sertanejo. São associações que recebem recursos em torno de 120 mil reais para aquisição de patrulha mecanizada, como trator e implementos agrícolas, para construção de pequenas barragens, extensão de energia com placa solar, construção de pontes e de adutoras, irrigação, enfim, uma série de incentivos ao homem do campo. Tudo isso vem melhorando a realidade do povo do sertão baiano.

Por isso, registro minha alegria em poder ir, no próximo sábado, ao Município de Seabra e, no domingo, ao Município de Piatã para, junto com o Governador do Estado, disponibilizar inúmeros benefícios a diversas associações. Em cada uma dessas rodadas, seguramente, os Municípios do Estado da Bahia são beneficiados com 3 ou, às vezes, até 4 convênios. Somem-se a esses os 410 Municípios que estão dentro da área de atuação da CAR.

Perceba, Sr. Presidente, o quanto o Governo da Bahia tem realizado em prol dos mais humildes trabalhadores rurais do Estado.

Daí por que fico satisfeito por ser representante da Bahia e por esses Municípios ajudarem a desenvolver-me na atuação parlamentar não apenas na Casa, mas também na minha região, onde defendo as grandes políticas nacionais, atuando firmemente na defesa do municipalismo e trabalhando nas Comissões desta Casa, como na Comissão responsável pelo Orçamento, cujo parecer mais tarde iremos discutir e quiçá votar ainda este mês. Paralelamente, como todos nesta Casa, atuamos junto a nossas bases. O Deputado que se ausenta durante seu mandato do Município que o elegeu seguramente não obterá o sucesso esperado nas urnas.

Por isso, dando continuidade ao que sempre fiz e faço, viajarei este fim de semana para abraçar os nossos amigos.

Aproveito a oportunidade para mandar um abraço aos nossos colegas de Souto Soares, ao Juscelino e ao Prefeito Amarildo, que esteve em Brasília esta semana, e de Iraquara, onde manteremos encontros políticos.

Muito obrigado.



---

Documento 95/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-15:54

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11268 PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Desigualdade de condições entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Persistência de índices elevados de mortalidade materna no País. Dimensão da violência contra a mulher no Brasil.

---

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fazendo referência ao Dia Internacional da Mulher, quando é comum as atenções voltarem-se para as personalidades femininas que dia a dia contribuem com a busca de um mundo mais justo, ambientalmente equilibrado e digno de se viver, faço aqui algumas considerações que acho pertinentes.

Embora ainda sejam altos os índices das estatísticas referentes à violência, aos preconceitos e discriminações impostos às mulheres, nós, ano a ano, comemoramos no 8 de março a luta que travamos no dia-a-dia por nossos direitos, emancipação e contra as iniquidades de que somos vítimas.

Ao longo dos séculos, a luta feminista proporcionou inúmeras conquistas às mulheres e contribuiu para o próprio avanço da civilização ao libertar as



sociedades de práticas e concepções que condenavam a mulher a uma condição subumana.

É certo que em todos os continentes, em gradações diferenciadas, a opressão à mulher segue e tem continuidade com velhos conteúdos e novas formas. Contudo, jogando um olhar no túnel do tempo, quantas batalhas e quantas conquistas!

Em 8 de março de 1857, 129 operárias que lutavam contra a jornada de 16 horas e os salários miseráveis foram queimadas vivas. Elas trabalhavam numa fábrica têxtil, em Nova Iorque, Estados Unidos.

Hoje, com certa freqüência, se vêem incêndios nas favelas e florestas. Vê-se também o pânico e a bravura das mulheres fugindo das labaredas com seus rebentos nos braços. Mulheres são queimadas vivas em nome de sentimentos insanos de homens criminosos.

No Brasil, as mulheres ainda ganham em média 30% a menos que os homens para realizar o mesmo trabalho e não raro sofrem assédio sexual. E é no sagrado lar que se registra a maior incidência de violência contra as mulheres.

Além disso, nas guerras que o imperialismo espalha pelo mundo, como agora no Iraque ou na África, as mulheres são alvo de estupros e seqüestros e são condenadas a verem seus filhos ceifados, muitas vezes, ainda na infância.

Não se pode deixar de falar do comércio de escravas sexuais, jovens dos países pobres e em desenvolvimento, como o nosso, verdadeiras prisioneiras em prostíbulos na Europa e alhures.

Tenho denunciado nesta Casa, e requerido providências aos canais competentes, o caso de meninas que estão sendo traficadas nas fronteiras da Amazônia brasileira.

Como se vê, a luta feminista percorreu um longo caminho e percebe-se hoje o quanto o mundo mudou graças às jornadas libertárias das mulheres. Tais jornadas deram e continuam a dar sua contribuição para humanizar a própria espécie. A humanidade deve à luta das mulheres muito do humanismo que a fez libertar-se de práticas e concepções que a degradavam, que a faziam indigna desse conceito. Karl Marx, num texto filosófico, afirmou que o grau de cultura, de civilização de uma dada sociedade pode ser aferido pela natureza da relação



entre o homem e a mulher e pelo papel e pela condição da mulher nessa sociedade.

Sras. Parlamentares, por mais que a luta não só feminista, mas a luta geral pela emancipação total do ser humano tenha conseguido avanços significativos, o mundo permanece velho e arcaico em muitos aspectos. Ainda reina o sistema econômico que ateou fogo naquelas 129 operárias em 8 de março de 1857, ele segue a oprimir homens e mulheres, ele insiste em negar às mulheres igualdade de direitos.

Por isso, o 8 de Março é a um só tempo a celebração da memória das mártires dessa luta, em diferentes países e épocas, é a comemoração das conquistas que a luta proporcionou e o brado uníssono de que a luta de homens e mulheres por uma nova sociedade prossegue!

Nós, mulheres brasileiras, herdeiras das lutas das mulheres de todos os tempos, vamos rompendo as cadeias da dominação tirando, uma a uma, as pedras de nosso caminho para tecer um mundo sem opressão, com igualdade, fraternidade, justiça social e paz.

Nossa luta tornou visível a situação das mulheres no trabalho, a violência, a discriminação e as escandalosas cifras de morte materna. Possibilitou tratar politicamente, na esfera pública, o que antes estava omitido no âmbito doméstico. Foi possível o reconhecimento social da desigualdade entre homens e mulheres e da dura realidade de não termos na vida a igualdade legal conquistada, os direitos humanos fundamentais. Hoje, nós e a sociedade conhecemos melhor nossa própria realidade.

O desemprego e o subemprego atingem níveis recordes, a violência alcançou índices elevados e a economia neoliberal prioriza o superávit primário e os investimentos financeiros em vez do investimento nas áreas produtivas, para ampliar os empregos e melhorar a vida das mulheres, as mais atingidas pela precariedade.

Nos últimos tempos, somamos muitas vitórias, mas ainda queremos mais, para atingir a igualdade. Por isso, é importante a presença de todas na luta por nenhum



direito a menos e por outros a mais, na firme decisão de conquistar nossa emancipação e a de todo o povo.

Sr. Presidente, mulheres e homens não têm a mesma inserção no mercado de trabalho. As mulheres são 43,9% no mercado de trabalho e, apesar das conquistas legais, não têm oportunidades iguais e não são valorizadas. Estão em atividades, em geral, informais e por isso mais expostas ao desemprego, vivendo mais intensamente os efeitos da precarização do trabalho. Recebem salários 40% menores que os dos homens e em sua maioria ganham até 1 salário mínimo. Em geral, não têm carteira de trabalho assinada, cumprem elevada jornada de trabalho e têm pouca qualificação e baixa proteção social. Esta realidade é mais precária ainda quando deparamos com o fato de que um terço das mulheres são as únicas responsáveis pela família.

A discriminação é ainda maior quando se trata das afrodescendentes, que representam cerca de 56% das trabalhadoras domésticas e recebem salários mais baixos que as outras trabalhadoras.

Um outro dado assusta e nos obriga a urgentes medidas na adoção de políticas públicas: o Brasil é líder mundial de violência contra a mulher. De acordo com pesquisa feita pela Sociedade de Vitimologia Internacional, chega a 25% o número de mulheres que sofrem violência no País e 70% das assassinadas foram vítimas dos próprios maridos. Os dados revelam também que, em média, a mulher só denuncia a violência depois da décima agressão.

A violência doméstica é maior que a violência das ruas, a violência urbana, e afeta a vida profissional das mulheres: 19% já sofreram algum tipo de violência e 43% são vítimas da violência sexista. O marido é o maior agressor, responsável por 70% das quebraadeiras, 56% dos espancamentos e 53% das ameaças com armas à integridade física. (Fundação Perseu Abramo, 2001.)

Sr. Presidente, no ambiente de trabalho, no mundo, de 15 a 30% das mulheres foram assediadas sexualmente e 1 a cada 12 teve que abandonar o trabalho.

A Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, trata o assédio sexual como crime e a pena é de 1 a 2 anos de detenção. O assédio moral está em primeiro lugar em



número de reclamações atendidas pelo Ministério do Trabalho e o mais comum é a pressão para que trabalhador ou trabalhadora peça demissão.

Temos ainda desafios a serem conquistados.

A mortalidade materna desestrutura as famílias, além de afetar a economia. É indicador da saúde da mulher em idade fértil, da qualidade da assistência ao processo reprodutivo e da qualidade de vida. No Brasil, estimam-se 260 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos. Em 2001, a CPI sobre Mortalidade Materna concluiu que 98% dos casos são evitáveis. É maior entre as mulheres afrodescendentes, mestiças, indígenas, pobres e solteiras vivendo nas regiões mais pobres. Entre as principais causas estão: acidente vascular cerebral, AIDS, Aborto, homicídios, câncer de mama, acidente de transporte, neoplasia de órgãos digestivos, doença hipertensiva, doença isquêmica do coração, diabetes e câncer de colo de útero (Boletim Rede Saúde, 2003).

De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, mais de 250 milhões de anos de vida produtiva são perdidos no mundo pela morte de mulheres e meninas por problemas na gravidez e aborto. Morrer de gestação, parto, puerpério ou aborto não pode ser o destino das mulheres.

Sr. Presidente, nós, mulheres brasileiras, queremos: valorização do trabalho da mulher; redução da jornada de trabalho sem redução salarial; capacitação das mulheres para o mercado de trabalho; cumprimento do Pacto Nacional pela Redução da Morte Materna e Neonatal; descriminalização e legalização do aborto; combate ao assédio sexual e moral no trabalho; garantia de acesso da mulher jovem ao 1º emprego; e punição à discriminação por sexo, cor/raça/etnia, geração e orientação sexual.

Concluo, Sr. Presidente, registrando minhas homenagens às mulheres das florestas. As seringueiras, extrativistas, indígenas, catadoras de castanha, pescadoras, caçadoras, parteiras, benzedeiras e tantas e tantas mulheres que garantem a sobrevivência do espírito guerreiro das amazonas, que colhem da floresta o necessário e ensinam como ter equilíbrio.

Às mulheres da floresta, meu profundo respeito e agradecimento.

Muito obrigada.



---

Documento 96/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-15:54

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11273 VANDER LOUBET-PT -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Discriminação socioeconômica enfrentada pelas mulheres afro-descendentes no País. Apresentação, pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial ao Grupo de Trabalho Interministerial. Realização de marcha em favor da legalização do aborto na cidade de São Paulo. Crescente participação de mulheres na gestão do Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT. Conveniência da aprovação do projeto de lei de combate à violência doméstica contra a mulher.

---

O SR. VANDER LOUBET (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última quarta-feira, 8 de março, as tribunas, palanques e instrumentos de comunicação e divulgação de todo o mundo enfatizaram a passagem do Dia Internacional da Mulher. Também queremos, nesta oportunidade, apenas reforçar o sentimento e o compromisso que temos, como petista e, antes de tudo, como cidadão, na luta pela justiça social e pela igualdade, mas respeitando as diferenças.



Não é preciso recorrer aos números - que são absolutos e indesmentíveis - para lembrar o que representam o preconceito e a opressão na injusta pirâmide social e econômica, tendo como principais atingidos os segmentos que, tradicionalmente, sofrem mais discriminação, sobretudo as mulheres, os negros, as crianças e os índios.

O mito da democracia racial mascara a realidade da segregação e da perversa exclusão do negro. E essa perversidade se acentua ainda mais quando o negro é do sexo feminino. As mulheres ganham menos que os homens, têm menos oportunidade que os homens e, se forem negras, o grau de opressão é ainda mais acentuado.

No entanto, quero salientar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a importância dos avanços que vêm sendo registrados ao longo dos anos. Ainda estamos longe do ideal, mas avançamos e estamos caminhando para consolidar a consciência da igualdade, do respeito às diferenças e do combate a todas as formas de exclusão. Na última segunda-feira, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial apresentou o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial para o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, formado por 15 Ministérios mais o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR. Não virá daí a solução mágica ou o decreto pondo fim aos sentimentos segregacionistas. Mas virá, com certeza, a afirmação de políticas públicas de promoção humana que contemplarão os sonhos libertários de igualdade e justiça.

Em São Paulo, na quarta-feira, aconteceu a marcha em favor da luta pela descriminalização do aborto. A Fundação Perseu Abramo apurou que 1 milhão e 200 mil abortos são realizados clandestinamente a cada ano, provocando 9% das mortes maternas e 25% das ocorrências de esterilidade. E esse tema precisa estar acima das paixões e convicções pessoais, porque envolve o interesse coletivo, de todos os setores da sociedade, pois remete às condições de saúde pública e aos desafios de gênero. É, portanto, uma questão que se coloca acima das paixões e convicções pessoais, seja de ordem religiosa ou moral.

Para citar avanços, não posso deixar de registrar que em Mato Grosso do Sul, no segundo mandato do Governador Zeca do PT, a participação das mulheres nos



destinos do Estado e seu crescente processo de inclusão têm sido fundamentais para o êxito dos programas e ações de inclusão. As mulheres em nosso Estado, assim como os negros, as crianças, os portadores de necessidades especiais, os idosos e todas as vítimas de preconceito ou exclusão, possuem hoje políticas públicas que atentam para seus direitos.

Permitam-me ilustrar essa afirmação com um dado estatístico de alta relevância: na seleção dos mutuários para os projetos habitacionais do programa Novo Habitar em Mato Grosso do Sul, 84,17% dos titulares pertencem ao sexo feminino. É um dado sintomático, capaz de apontar para a esperança e a confiança no resgate de uma condição histórica da dívida social que em nosso Estado estamos procurando reduzir ao máximo. E não posso deixar de registrar nessa luta a atuação determinada da sociedade e de pessoas que têm sido decisivas na militância ou na ação programática e de governo, como Gilda Gomes dos Santos, Presidenta do Conselho de Gestão Estadual de Políticas Sociais, em Mato Grosso do Sul; Capitã PM Sandra Alt, Coordenadora de Políticas Públicas para a Mulher; Maria Rosa, Diretora de Escola de Governo, por meio de quem estendo meu reconhecimento e minha homenagem a todas as bravas guerreiras da cidadania.

Por fim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero destacar aqui a manifestação do relatório da Deputada Iriny Lopes, do PT capixaba, que acolheu e enriqueceu, inclusive com seu substitutivo, um projeto de lei que apresentei para acabar com o abrandamento de penas aos responsáveis por atos de violência familiar. Nos casos de violência doméstica, quase sempre as vítimas são do sexo feminino, as mulheres e as crianças. E não raramente os agressores se beneficiam de sentenças leves, como a prestação de serviços comunitários, em vez de cumprirem a pena de prisão.

Aproveito o ensejo para, respeitosamente, encarecer aos nobres pares a importância da aprovação dessa proposta em plenário, o que, com certeza, irá ao encontro não apenas das reivindicações dos movimentos de mulheres e direitos humanos, como e sobretudo da ansiedade e do desejo de uma Nação que se pretende socialmente justa, economicamente desenvolvida e politicamente preparada para ser uma fronteira de paz e igualdade, respeitando as diferenças.



Muito obrigado.



---

Documento 97/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-16:52

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11294 REGINALDO GERMANO-PP -BA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conduta racista de jogador de futebol do Esporte Clube Juventude, do Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Defesa da aprovação da proposição sobre o Estatuto da Igualdade Racial.

---

O SR. REGINALDO GERMANO (PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com imensa satisfação ocupo mais uma vez a tribuna da Câmara dos Deputados para tratar de alguns assuntos de interesse nacional.

Embora atrasado, desejo parabenizar as mulheres pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, comemorado ontem, já que não tive oportunidade de me manifestar. Mas faço uma ressalva à infeliz atitude de minoria de mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que destruíram um laboratório de pesquisa no Rio Grande do Sul, causando negativa repercussão nacional. As mulheres, de maneira geral, não podem ser julgadas por aquele ato.

Hoje, no País e no mundo, a mulher está cada vez mais conquistando seu espaço, inclusive porque desempenha de forma competente seu papel de esposa, de



namorada, de mãe, de irmã, e tem levado essa conquista para dentro de seus lares. Meus parabéns a todas as mulheres.

Aproveito ainda a oportunidade, Sr. Presidente, para comentar a atitude de um jogador do Esporte Clube Juventude, de Caxias, Estado do Rio Grande do Sul. No último domingo, durante partida de futebol contra o Grêmio, aquele jogador fez uma ofensa racista a um atleta do outro time. Devo dizer que ele não ofendeu apenas uma pessoa, mas 88 milhões de brasileiros negros, descendentes de africanos que colonizaram e construíram este País por meio da chibata, do sofrimento e do sangue derramado.

Ora, Sr. Presidente, segundo o art. 1º da Lei nº 7.716, de 1989, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional são crimes.

A atitude daquele elemento - digo elemento porque cidadão obedece à lei - agrediu, repito, milhões de brasileiros negros. Ele está inserido no contexto de uma sociedade não-livre, de uma sociedade racista que tem a mentalidade aprisionada pelos poderes das chibatas do passado. Deixo, portanto, Sr. Presidente, registrado meu repúdio a esse fato.

Ao encerrar, desejo ainda informar a todos que, na próxima semana, entrará na pauta de votação o Estatuto da Igualdade Racial, que, se for aprovado, será principalmente para a mulher negra - a mais discriminada no Brasil, na África, nos Estados Unidos ou na Europa - a Lei do Ventre Livre, já que os filhos nascidos de negras terão direito à educação, à saúde e à inclusão social. Na realidade, essa lei existiu, mas foi mentirosa, porque não foi aplicada.

Conto, portanto, com o apoio de todos os Líderes desta Casa - do PFL, do PSDB, do PL, do PP, do PT - para que o Estatuto da Igualdade Racial seja aprovado, a fim de trazer à minha raça, ao povo negro deste País, ampla liberdade, garantia de direitos e de vida digna como cidadão.

Desde já, agradeço a todos os Líderes, que certamente votarão a favor do povo brasileiro.

Muito obrigado.



---

Documento 98/103

---

015.4.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2006-14:56

Publ.: DCD - 15/06/2006 - 30361 WAGNER LAGO-PDT -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Presença, no Distrito Federal, do Vereador Eudes da Silva Barros e do Secretário de Turismo do Município de Raposa, José Souza de Oliveira Martins, Estado do Maranhão. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem às mulheres brasileiras, especialmente às trabalhadoras maranhenses.

---

O SR. WAGNER LAGO (PDT-MA.) - Sr. Presidente, inicialmente, desejo registrar a presença em Brasília do Vereador Eudes da Silva Barros e do Secretário de Turismo, José Souza de Oliveira Martins, ambos do Município maranhense de Raposa, situado na Ilha de São Luís.

Raposa vive da pesca, Sr. Presidente. Por isso, eles estão nesta Capital para apelar ao Secretário da Aqüicultura e da Pesca no sentido de ativar a recuperação de alguns barcos cuja propriedade o Município assumiu.

Aliás, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para cumprimentar o Prefeito de Raposa pela boa administração que vem desenvolvendo, reiterando que estou ao inteiro dispor para lutar pelas reivindicações da municipalidade.



Ontem, Sr. Presidente, eu quis homenagear a mulher, mas não me foi possível - sabe V.Exa. que o tempo é escasso para ser dividido com 513 Parlamentares. Mas hoje eu o faço.

Cumprimento a mulher brasileira, em primeiro lugar, na pessoa de Chiquinha Gonzaga, a primeira maestrina brasileira, compositora da marcha Abre Alas, até hoje cantada nos carnavais, da qual o Deputados B. Sá, Inocêncio Oliveira e Pedro Fernandes se lembram bem, pois a devem ter dançado muito.

Cumprimento igualmente as mulheres homenageando a memória de Anita Garibaldi, heroína da Revolução Farroupilha e grande lutadora em prol da unificação da Itália.

Saúdo Rachel de Queiroz, primeira mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras.

E, entre as mulheres do Maranhão, destaco duas Marias: Maria Firmina dos Reis, mulata, filha bastarda - preconceitos que não a venceram - e autora do primeiro romance brasileiro antiescravagista escrito por uma mulher, em 1859; e Maria José Aragão, afrodescendente, médica, líder do Partido Comunista no Estado, que enfrentou a ditadura militar de 1964 e foi presa várias vezes. Nos últimos dias de sua atividade política, foi nossa companheira no PDT, partido que erigiu o Memorial Maria Aragão, concebido por Oscar Niemeyer, em homenagem à bravura dessa lutadora que personifica as mulheres maranhenses.

Quero também, Sr. Presidente, homenagear as quebradeiras de coco do Maranhão, que muitas vezes sequer podem entrar nas propriedades para recolhê-los, porque não têm autorização do dono da terra. Elas são muito importantes na formação da renda familiar e na luta contra a miséria nesse Estado em que 70% da população vive abaixo da linha de pobreza, sujeita aos piores indicadores sociais e econômicos do País.

Lembro-me ainda das lavradoras, com terra ou sem terra, das mulheres vítimas do Projeto Salangô e das "fábricas" - entre aspas - de confecções de Rosário e de São Luís, verdadeiras arapucas preparadas para desempregar e endividar centenas de pais e mães de família.



Finalmente, Sr. Presidente, cumprimento as mulheres que compõem a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Presidente Juscelino, Município do Vale do Munim. São elas Maria de Jesus Teixeira, a Dizinha, Presidenta; Maria de Jesus Costa, Vice-Presidenta; Maria Stela Tavares, 1ª Secretária; e Marana dos Santos Alves, 2ª Secretária.

Presidente Juscelino, localizado numa das regiões mais pobres do meu Estado, está tentando resolver suas dificuldades com uma administração transparente, honesta e de muito trabalho, comandada pelo Prefeito Rubemar Coimbra, que tem como assessor Dedé Coimbra.

Sr. Presidente, solicito sejam registradas nos Anais da Casa duas matérias. A primeira delas é sobre Maria Fimina dos Reis; e a segunda sobre Maria José Aragão. Em nome dessas duas Marias, homenageio as mulheres do Brasil, particularmente as do Maranhão, as mais despossuídas e excluídas, porque, apesar de seu grande potencial, o Estado foi alçado por uma oligarquia perversa e desumana à posição do mais pobre do Brasil.

Peço ainda, Sr. Presidente, que seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa este pronunciamento sobre essas ilustres maranhenses que tão bem representam as mulheres brasileiras.

Muito obrigado.

**MATÉRIAS A QUE SE REFERE O ORADOR**



---

Documento 99/103

---

014.4.52.O Sessão Extraordinária - CD 09/03/2006-10:14

Publ.: DCD - 10/03/2006 - 11141 ADÃO PRETTO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES

COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemoramos hoje o Dia Internacional da Mulher, data estabelecida para marcar a luta pela igualdade entre os sexos e contra a violência a que são submetidas milhares de mulheres em todo o mundo. Neste dia, em 1857, em uma fábrica de tecidos em Nova York, 129 mulheres decidiram paralisar os trabalhos, reivindicando redução da jornada de trabalho. Elas foram, porém, violentamente reprimidas pela Polícia e pelos donos da fábrica, que atearam fogo no prédio e as mataram carbonizadas.

Ao longo da história, as mulheres pouco a pouco têm conquistado seu espaço na sociedade. No entanto, é importante lembrar que essas conquistas somente ocorreram mediante muita luta e organização das mulheres nos diferentes setores de atuação: nos sindicatos, nos partidos políticos, com o direito de votar e de serem votada, assim como nas lutas por creches para os filhos, por salários dignos e, principalmente, pela igualdade entre os sexos.



As mulheres representam 41,39% da População Economicamente Ativa no Brasil, mas, enquanto o rendimento médio mensal dos homens é R\$722,00, o delas é de apenas R\$456,00. Esses dados por si sós demonstram que a desigualdade ainda é muito grande e que precisamos combatê-la em todos os sentidos.

Infelizmente, a pobreza no Brasil tem cor e sexo. São as mulheres negras que mais sofrem discriminação, têm menor escolaridade, recebem salários mais baixos e estão desempregadas em maior número.

Demonstrando seu compromisso com a redução da desigualdade entre os sexos, o Presidente Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, importante instrumento de aplicação de políticas públicas com forte atuação em parceria com Estados e Municípios.

Tramitam nesta Casa muitos projetos que visam modificar a legislação em benefício das mulheres. Se forem aprovados, sem dúvida contribuirão para o processo de emancipação das mulheres brasileiras.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabênzo as mulheres pelo transcurso dessa data, em especial as mulheres que, em sua luta por um País mais justo, democrático e solidário, realizaram hoje manifestações, marchas e ocupações de terra em todo o Brasil, dando assim um exemplo de garra e de força.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado no programa A Voz do Brasil e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



---

Documento 100/103

---

016.4.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2006-09:48

Publ.: DCD - 11/03/2006 - 11432 CARLOS ABICALIL-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização de Marcha das Donas de Casa em Brasília, Distrito Federal. Apresentação de requerimentos de criação de Comissões Especiais para apreciação de proposições relativas aos profissionais da educação. Credibilidade do PT junto à opinião pública brasileira. Ações promovidas pela Superintendência Regional do INCRA nos Municípios de Tabaporã e Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso. Balanço positivo do processo de assentamento rural durante o Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Realização do 1º Encontro de Quilombolas no Quilombo Ribeirão do Mutuca, em Mato Grosso.

---

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente Átila Lins, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para homenagear, ainda que com atraso de 2 dias, as mulheres brasileiras e do mundo inteiro. Saúdo, em particular, as participantes da Marcha das Donas de Casa que buscam o cumprimento do dispositivo constitucional sobre inclusão previdenciária, que deverá ser regulamentado.



Dirijo-me, ainda, aos profissionais da educação, sobretudo da pública básica do País, cuja imensa maioria é feminina. Apresentei requerimentos, tendo em vista a valorização desse conjunto de profissionais da educação que somam mais de 3 milhões de trabalhadoras e trabalhadores no País.

O primeiro refere-se à criação de Comissão Especial destinada a dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 481, de 2005, que dispõe sobre os requisitos para aposentadoria de profissionais da rede pública de educação infantil e de ensino fundamental e médio, posto que, na última versão da Emenda Constitucional nº 47, o Senado Federal suprimiu da Disposição Transitória o tratamento especial a professoras e professores. O segundo, sobre criação de Comissão Especial destinada a apreciar 2 projetos de lei. Um sobre o piso salarial da categoria, aprovado nesta Casa pela proposta de emenda à Constituição referente ao FUNDEB; outro sobre as diretrizes nacionais de carreira, também previstas na emenda constitucional que se encontra neste momento no Senado Federal, cujo relatório, aprovado pela Câmara, prevê a regulamentação federal por meio de lei nos 2 casos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para registrar um fato que reflete o amplo sentido do sistema representativo e partidário da democracia brasileira.

Mesmo após mais de 6 meses de bombardeio, o PT, partido do Presidente Lula e meu, continua sendo o preferido de eleitores e eleitoras brasileiras.

De acordo com matéria publicada na Folha Online, em 26 de dezembro de 2005, o PT ainda detém a preferência da maioria do eleitorado brasileiro. Recente pesquisa do IBOPE para a revista ISTOÉ confirma esse fato.

O site informa que em dezembro de 2004, 24% dos eleitores apoiavam o partido do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde então, esse percentual caiu 21% em junho, quando o ex-Deputado Roberto Jefferson deflagrou a chamada crise do mensalão; 19% em julho; 18% em agosto; 17% em outubro, até chegar a 16% na pesquisa feita em dezembro. Já em janeiro, em consulta espontânea do IBOPE, atingiu 35%.



O índice de 24% alcançado em 2004 representou o ponto máximo de uma lenta expansão do partido no País. Pesquisa realizada pelo Datafolha em agosto de 1989 mostrava o PT como o partido preferido por apenas 6% do eleitorado nacional contra 12% do PMDB, o primeiro colocado.

De 1991 em diante, o PT passou a obter, com bastante regularidade, índices superiores a 11%, conseguindo empatar com o PMDB entre 1996 e 1998. O partido assumiu o primeiro lugar nas pesquisas em fevereiro de 1999 (15% para o PT contra 12% do PMDB) e rompeu a marca dos 20% em dezembro de 2000; em maio de 2002, chegou a 23% das preferências no País.

Por exemplo, em 1990, o PMDB tinha 12% das preferências na pesquisa, mas elegeu 21,5% dos Deputados Federais, enquanto o PFL, que tinha 4% das preferências, elegeu 16,5% dos Deputados. O PP, que tinha 4% das preferências, elegeu 8,3% dos Deputados, um pouco mais que os 7,6% do PSDB, legenda preferida por somente 1% dos eleitores.

No caso do PT, porém, as taxas de preferência partidária guardam maior proximidade com o percentual de Deputados Federais eleitos: o partido tinha 9% das preferências em 1990 e elegeu 7% dos Deputados; em 1994, 9% das preferências resultaram em 9,6% de Deputados; em 1998, 11% de preferências e 11,3% de Deputados; em 2002, 20% de preferências e 17,7% de Deputados Federais.

A queda na preferência pelo PT não resultou, até agora, no crescimento da opção por outras legendas: de dezembro de 2004 a dezembro de 2005, a simpatia por PMDB, PSDB e PFL permaneceu estável em 8%, 5% e 4%, respectivamente. O que aumentou foi o número daqueles que declaram não ter preferência por nenhum partido, de 49% para 59%.

O índice máximo obtido pelo PT em São Paulo ocorreu antes, no início do Governo Lula. Na pesquisa Datafolha, realizada em abril de 2003, o PT tinha 35% de apoio tanto na cidade como no Estado de São Paulo.

Na cidade de São Paulo, porém, o PSDB tem apresentado uma evolução menos favorável: a legenda tinha 7% das preferências em abril de 2003, alcançou 10%



em outubro de 2004, mas declinou para 9% (em dezembro) e 4% (em agosto de 2005), retornando agora ao patamar de 7%.

Senhoras e senhores, estamos iniciando um ano eleitoral. Um ano de grandes decisões no que se refere à representação política brasileira. Ainda está na memória de cidadãos e cidadãs de nosso País as mazelas da era FHC. O Presidente criou uma paridade dólar/real totalmente fantasiosa, que se foi desfazendo conforme FHC garantia sua reeleição. E nosso País ficou cada vez mais dependente do Fundo Monetário Internacional. Além disso, nosso patrimônio público foi todo negociado de forma promíscua, que ficou conhecida como "privataria".

A retomada do crescimento proposta pelo Governo Lula é baseada em projetos bem elaborados e de sustentabilidade. A média mensal de novos empregos formais no Governo Lula é de 104 mil, enquanto no segundo mandato tucano era de 8 mil. A inflação, atualmente de 5,5%, ao final de 2002 era de cerca de 20%; o salário mínimo é o maior dos últimos 25 anos; o FUNDEB, novo fundo da educação básica, proposto pelo Governo Lula, e sendo boicotado pela oposição no Senado, aumenta em 10 vezes os investimentos da União na educação básica pública; mais de 80% dos acordos salariais de 2005 superaram a inflação, aumentando a participação dos assalariados na renda nacional; o Bolsa-Família, o maior programa de transferência de renda de nossa história, beneficia mais de 30 milhões de pessoas. Mais de 8 milhões de famílias brasileiras, senhoras e senhores, recebem renda e movimentam a economia de suas localidades. Em contrapartida, devem garantir a freqüência de seus filhos na escola.

Outras transformações, como a agricultura familiar, a economia solidária, o alcance popular ao crédito, as políticas de desenvolvimento regional e integração nacional, a atenção aos direitos humanos, à igualdade racial e de gênero, à juventude, aos idosos, ao jovem trabalhador. O Programa Luz para Todos, a habitação popular, o atendimento às populações que não tinham saneamento básico e muitas outras ações de inclusão social fazem com que o Governo Lula seja infinitamente melhor que o Governo FHC. É só comparar.



Os setores de oposição estão desesperados. A cada dia, mais acusações infundadas contra o PT e contra Lula e mais comprovações documentais de que quem instituiu a prática de corrupção no País foram os mesmos que quebraram nossa economia, sucatearam nossas universidades públicas e destruíram o Estado brasileiro com uma política neoliberalizante insana, dependente e elitista. Nosso País atualmente se reergue e colhe os frutos da gestão responsável promovida por um governo petista e popular. Em 3 anos, o projeto nacional do Governo Lula já surtiu resultados positivos e surpreendentes.

Tenho convicção de que a consciência política de cada cidadã e cidadão brasileiro vai referendar nas urnas os anseios pela continuação do projeto de mudança realizado pelo Governo Lula, que há de ser consolidado ao longo deste ano e no próximo mandato.

O Partido dos Trabalhadores vem recuperando sua imagem e demonstrando com clarividência que está determinado a seguir na consecução de políticas econômicas e sociais incluídas, com desconcentração da renda e da riqueza, com promoção de um desenvolvimento humano sustentável, com atenção ao desenvolvimento com sustentabilidade econômica, ecológica e social, com o avanço, no caso do meu Estado, da BR-163, algo muito caro porque significa a inclusão dos assentamentos ao norte do Estado e ao sul do Pará, o que possibilita a competitividade dos produtos brasileiros, sejam derivados da extração da madeira, sejam de outros benefícios da floresta, sejam da exportação de grãos. Isso significa muito tanto para nossa população quanto para o desenvolvimento do Estado e para a presença brasileira no cenário internacional.

Finalmente, Sr. Presidente, a Superintendência Regional do INCRA promoveu, em 04 e 05 de fevereiro, eventos de grande relevância para os Municípios de Tabaporã e Ipiranga do Norte, em meu Estado, Mato Grosso. Ações como regularização de propriedades, liberação de recursos para moradia, por meio do crédito habitacional, e fomento à recuperação de estradas, foram realizadas na região.

Essas ações, senhoras e senhores, têm significado especial ao meu mandato como Deputado Federal. Elas consolidam o empenho e o compromisso do meu



mandato no que diz respeito à atenção aos assentamentos de produtores rurais. Nessa segunda-feira realizar-se-á uma assembléia na região, para a formação de uma comissão que irá acompanhar a liberação de recursos para moradia e fomento aos projetos de Assentamento Mercedes I e II, em Tabaporã. Foram homologadas propriedades de 478 famílias. É provável ainda que nesta semana o Programa Luz para Todos, do Governo Federal, chegue à região.

No domingo, 5 de fevereiro, também foi entregue o título de doação da área do Núcleo Urbano do Município de Ipiranga do Norte, onde um assentamento do INCRA se transformou em Município, recentemente. O INCRA fez doação à Prefeitura de 228 hectares que vão compor o núcleo urbano do Município. Com a doação, a Prefeitura poderá regularizar as propriedades dos moradores do núcleo e do assentamento.

Reitero, portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha satisfação em vir à tribuna comunicar tais ações do INCRA.

Ressalto ainda que no final do ano passado foram assinados 37 convênios com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, para construção de rede de esgoto e abastecimento de água, construção de aterros sanitários e sanitários domiciliares. O Município de Tabaporã foi beneficiado pelo convênio. Fui representado nos eventos pelos Vereadores petistas Juarez Praxedes de Freitas, de Tabaporã, e Everaldo Antonio Cazzaroto, de Ipiranga do Norte.

É indispensável que façamos um balanço das ações do Governo Federal para os assentamentos em âmbito nacional: de 2003 a 2005, 245 mil famílias foram assentadas. Foram gerados 850 mil empregos no campo. Somente no ano passado, 127.506 famílias tiveram acesso a terra, o que é considerado um recorde histórico no processo de reforma agrária do País. A área destinada a esse fim também cresceu, registrando 22,48 milhões de hectares, a maior extensão dos últimos 10 anos.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde 2003, o Governo aplicou R\$ 2,73 bilhões na obtenção de terras, dos quais R\$ 1,33 bilhão foi investido somente em 2005.



Nos últimos 3 anos, mais de 1 milhão de famílias foram beneficiadas com recursos destinados para assistência técnica aos assentados. Outras 191,7 mil famílias foram assistidas com obras de infra-estrutura e outras 155,5 mil foram atendidas por programas de crédito voltados para habitação, infra-estrutura viária, sistema de abastecimento de água e instalação de energia elétrica. Já o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, beneficiou 74.276 famílias, com a alfabetização de 63,7 mil jovens e adultos, a formação superior de 2.097 jovens e a capacitação de 5.436 adolescentes com ensino médio.

Segundo o INCRA, as expectativas para 2006 são bastante positivas, considerando-se o aumento do quadro de funcionários e do orçamento disponível (cerca de R\$ 3,5 bilhões). A meta é atender 400 mil famílias até o final do ano, assentando 155 mil famílias em 2006.

Senhoras e senhores, os resultados em Mato Grosso e em âmbito nacional demonstram o tratamento diferenciado e especial que o Governo Lula e que os mandatos de participação popular vêm dispensando às famílias assentadas. O direito a terra, ao crédito e às ações de infra-estrutura para os pequenos produtores é uma das grandes prioridades do Governo Lula. As ações pontuais de desenvolvimento sustentável e de valorização da capacidade produtiva da agricultura familiar são exemplos disso.

Ainda falando sobre a questão agrária, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um relatório do INCRA, divulgado em 07 de fevereiro de 2006, concluiu que 418 famílias de quilombolas da área Mata Cavalo têm direito a 14.622 hectares das terras, localizadas em Nossa Senhora do Livramento, em meu Estado, Mato Grosso.

O levantamento ocupacional da área, segundo o Superintendente do INCRA de Mato Grosso, Leonel Wohlfahrt, consolidou a conclusão. O Estado de Mato Grosso emitiu títulos de domínio aos fazendeiros sem constar na legalidade. Já a Fundação Palmares concedeu o mesmo documento, mas não fez qualquer levantamento anterior sobre a situação. Dessa forma, quando a questão foi levada à Justiça, os fazendeiros ganharam uma liminar de reintegração de posse e o título emitido pela Fundação Palmares foi considerado nulo.



Na semana passada, por meio de um mutirão com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Advocacia-Geral da União em Mato Grosso, foi realizada toda a tradução dos dados para o relatório. A intenção é pedir que seja cassada a liminar de reintegração de posse da área.

A Superintendência Regional do INCRA informou que o relatório será integrado ao processo de discussão de quem realmente tem o domínio da área. Se for comprovado pela Justiça que a área é mesmo de propriedade dos quilombolas, os fazendeiros que pagaram pelas terras serão indenizados e os títulos, anulados.

Esse é, senhoras e senhores, o resultado de 10 anos de luta dos quilombolas pela posse definitiva da área. Meu mandato tem a felicidade de participar ativamente dos trabalhos de valorização do povo quilombola. Os dias 26 e 27 de janeiro foram marcados, por evidenciar a importância dos quilombos no processo de construção histórica e social de Mato Grosso. O I Encontro de Quilombolas do Estado, realizado na Escola Municipal Rosa Maria de Jesus, localizada no Quilombo Ribeirão do Mutuca, em Nossa Senhora do Livramento, trouxe o tema Pelo Fortalecimento da Educação e Auto-Reconhecimento das Comunidades Remanescentes.

Durante 2 dias de programação houve painéis expositivos, debates, exposições de filmes, fotografias, artesanato e apresentações de dança e degustação da culinária tradicional. Todas atividades centradas na valorização da identidade cultural. Tive a honra de participar do evento.

Em novembro de 2005, na semana de comemorações da consciência negra, foi criada nesta Casa, por iniciativa do Deputado Vicentinho, a Frente Parlamentar em Defesa dos Quilombos. Sou membro da Frente por acreditar na importância da busca constante pela garantia dos direitos fundamentais dos quilombolas: vida, saúde, educação, segurança, regulamentação de terras, renda e respeito à cultura e tradição, previstos na Constituição Federal e que serão consolidadas no Estatuto da Igualdade Racial, em tramitação, por decisão do Governo Lula.

As comunidades remanescentes de quilombos necessitam da afirmação de sua identidade. A auto-identificação étnica é fundamental para a organização dos



grupos e para as ações desses grupos na sociedade. Eles são a mostra viva do que é nossa formação sociocultural brasileira. Eles merecem muito respeito e atenção.

Chamo a atenção para o fato de que o INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária repassou ao Governo do Estado de Mato Grosso 39,5 milhões de reais para assentamento, por intermédio do Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT, na soma de 28,6 milhões, e 11 milhões de reais para a assistência técnica, por meio da Fundação de Pesquisa e Assistência Rural do Estado de Mato Grosso.

O convênio, cujos recursos foram administrados pelo INTERMAT, seja no crédito ao fomento e alimentação, seja no crédito para construção de casas, somando 28 milhões e 877 mil, num total de 138 projetos, beneficiou 9.524 famílias - 7.036 com crédito, habitação, fomento e alimentação. Destaque-se os recursos para construção de 6.067 casas nesses assentamentos, fato e número jamais alcançados em qualquer Governo anterior, o que significa clarissimamente que esses 138 projetos de assentamento têm um tratamento distinto por parte do Governo do Presidente Lula e da participação de sua bancada nesta Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho a convicção de que o que estamos realizando no combate sistemático à corrupção, com a atuação desta Casa, especialmente das CPIs, no sentido de esclarecer fatos e denúncias, embora lamentavelmente nem todas procedentes e com consistência, tem demonstrado o papel determinante deste Parlamento no atendimento das expectativas populares, com a mais alta responsabilidade, conseqüência e muita valia para a democracia.

O que estamos fazendo em nome do povo brasileiro representa não apenas o resultado de prestação de contas de nossas ações, mas também o avanço da democracia e da transparência perante as organizações do Estado, particularmente as organizações civis desta Nação.

Sr. Presidente, agradeço-lhe pela tolerância.

Desejo a todos que o ano de 2006 seja não apenas produtivo do ponto de vista do trabalho da Casa, mas também de encontro decisivo dos anseios da população e da tomada de melhores decisões.



Muito obrigado.



---

Documento 101/103

---

016.4.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2006-10:03

Publ.: DCD - 11/03/2006 - 11436 MANINHA-PSOL -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 2.383, de 2003, sobre a possibilidade de inscrição de companheiros do mesmo sexo como dependentes em planos de saúde públicos e privados. Sanção da lei criadora da Cidade Digital no Distrito Federal. Saudação ao Presidente eleito do Haiti, René Préval. Reflexões sobre a rejeição em Plenário dos pareceres do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pela cassação dos mandatos parlamentares dos Deputados Roberto Brant e Professor Luizinho. Editorial Livres para Delinquir, contrário à absolvição dos Parlamentares, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo. Defesa da instituição do voto aberto em Plenário nas votações de perda de mandatos parlamentares.

---

A SRA. MANINHA (PSOL-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, já fiz há alguns dias um discurso alusivo ao Dia Internacional da Mulher, mas quero nesta oportunidade reforçar a minha convicção de que estamos a cada dia conquistando mais espaços na sociedade, para ter nossos direitos de fato garantidos. Parabéns a todas as mulheres do meu País, em especial às do Distrito Federal.



Sr. Presidente, quero registrar que foi aprovado esta semana na Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 2.383, de 2003, de minha autoria, uma grande vitória para o movimento de GLBTT no Brasil. A matéria segue agora para o Senado. Trata-se da modificação da Lei nº 9.656, de 1998, para proibir os planos de saúde públicos e privados de "frustar ou impedir a contratação de pessoas como dependente econômico, companheiro ou companheira, ou participante de grupo familiar de outrem, em razão de pertencerem ao mesmo sexo". Queremos garantir a esse segmento o direito de ser co-participante de planos de seguro e assistência à saúde.

Xx Sr. Presidente, devo também ressaltar que foi sancionada a lei que cria a Cidade Digital no Distrito Federal. Depois de quase 2 anos de tramitação no Congresso Nacional, o projeto de lei que destina área para a Cidade Digital no Distrito Federal saiu do papel. Ontem, acompanhada dos Deputados Feu Rosa e Marcondes Gadelha e do Embaixador de Taiwan, estive com o Governador Roriz para tratar de uma possível cooperação entre Taiwan e o Distrito Federal. A experiência deles com parques tecnológicos pode ser de muita valia para nós.

Bem, agora vou fazer uma saudação especial ao candidato eleito Presidente da República no Haiti, René Préval, que ora visita a nossa Capital. Por 2 vezes estive no Haiti, a primeira quando da chegada das tropas da ONU, a segunda durante o último processo eleitoral naquele país. Tenho certeza de que a população haitiana disse nas urnas que a democracia deve ressurgir e espera que a comunidade internacional cumpra seu acordo de injetar recursos no Haiti, para que o país possa retomar o desenvolvimento, com a restauração da democracia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos nós, Parlamentares brasileiros, estamos envolvidos nessa discussão sobre a fatídica noite de quarta-feira passada, quando aqui se tentou cassar o mandato de 2 Deputados.

Os jornais do nosso País, a população brasileira e nós, Parlamentares, temos sim de fazer uma reflexão sobre o que aconteceu neste plenário.

Este Plenário não é mais o mesmo, mudou, e a população está atenta. Engana-se quem acha que o povo brasileiro não está acompanhando com muito cuidado tudo o que se passa neste Congresso Nacional.



Não quero comentar a postura da imprensa, porque ela está cumprindo o seu papel de informar aos cidadãos sobre o que acontece no País. Chamo a atenção dos Deputados.

Discordo daqueles que criticam o Conselho de Ética. Ele tem a missão de mostrar à sociedade que temos nesta Casa um órgão que investiga e depois apresenta ao Plenário o resultado do seu trabalho. Quisera eu tivéssemos, como tem a Justiça, uma instância independente do Parlamento, composta de forças democráticas do País, com a missão de investigar denúncias contra Parlamentares e propor punições. Não temos. Infelizmente, nosso Conselho de Ética, por ser formado por membros da nossa corporação, acaba sofrendo influências daqueles que julga.

Chamo a atenção para o que dizem hoje editoriais dos principais jornais do País. A Folha de S.Paulo traz um editorial pesado, com conceitos dos quais não podemos nos abstrair:

"Livres para Delinqüir.

A acintosa decisão da Câmara de absolver dois deputados federais que receberam dinheiro ilegal exige da Casa - para manter a coerência com o despudor que norteou as votações de anteontem - a extinção do seu Conselho de Ética. O órgão deve ser fulminado por colapso de autoridade e de objeto.

(...) o plenário foi reincidente na ignomínia. Afrontou o Conselho de Ética e preservou mandatos e direitos políticos do trio - o primeiro a ser absolvido foi Romeu Queiroz (PTB-MG), em dezembro (...)"

O segundo é o Deputado Roberto Brant e o terceiro é o Deputado Professor Luizinho.

O Sr. Átila Lins - V.Exa. permite-me um aparte?

A SRA. MANINHA - Pois não.

O Sr. Átila Lins - Deputada Maninha, confesso a V.Exa. que até entendo as críticas oferecidas pela imprensa em razão da nossa decisão aqui no plenário. A imprensa é livre no Brasil e ela tece as considerações que achar conveniente concordando ou não com o procedimento deste Poder. O que me deixa um pouco agastado é exatamente o posicionamento de alguns companheiros do Conselho de Ética, os quais não querem entender que eles oferecem lá um parecer para o



Plenário. O Conselho de Ética faz a investigação, ouve testemunhas, dá ampla defesa, mas sabe que vai apresentar um parecer recomendando ou não a perda do mandato e que vai ser submetido à decisão soberana Plenário da Casa. É aí que teço as considerações. Acho que o Conselho de Ética tem exagerado um pouco no posicionamento que adota quando o Plenário não comunga da sua decisão. Acho que tem que haver um respeito. O Plenário pode até não concordar com a posição do Conselho de Ética, mas não critica o Conselho de Ética. Da mesma forma o Conselho de Ética tem que aceitar a decisão do Plenário, que é soberana. Não está havendo uma sintonia entre o órgão da Casa, que é o Conselho de Ética, e o Plenário. Ambos devem funcionar independentes, mas harmônicos. O Conselho de Ética emite seu parecer e este Plenário acolhe ou não. O fato de o Conselho de Ética ter recomendado parecer favorável à cassação não obriga este Plenário a acompanhar o parecer. Acho que tem que haver um entendimento maior entre os dois setores da Câmara dos Deputados. Em relação à imprensa, concordo que ela teça suas considerações, que critique o posicionamento desta Casa. Sou daqueles que acha que devemos ter em mente sempre o que traz o Conselho de Ética porque é que faz o exame, que estuda, que dá ampla defesa. Observo muito o que diz o Conselho de Ética.

No entanto, não significa dizer que somos obrigados a aceitar o que ele diz. De forma que quero cumprimentar V.Exa. por ter abordado assunto extremamente polêmico. Acho que, quando se trata das coisas interna corporis da Casa, ou seja, Conselho de Ética e Plenário, temos de procurar um entendimento para não parecer que o órgão técnico da Câmara dos Deputados, que é o Conselho de Ética, está francamente em confronto com o Plenário da Casa, que é o órgão soberano do Poder Legislativo.

A SRA. MANINHA - Deputado Átila Lins, exatamente apoiada na reflexão que V.Exa. faz é que me permito discordar das suas conclusões. Acho que o Conselho de Ética, por ser um órgão técnico que se debruça sobre o processo, que levanta toda a argumentação, que é capaz de ouvir em várias audiências os acusados, que examina as provas, que constitui um processo, é exatamente quem oferece



ao Plenário todos os subsídios para que possa tomar uma posição. Aqui sempre temos respeitado as indicações do Conselho de Ética.

É evidente que o Deputado não é obrigado a acatar sempre o que recomenda o Conselho de Ética, mas é bom observar que se trata de um grupo de Deputados que estuda com profundidade o processo a ser encaminhado ao Plenário.

O que estamos contestando neste momento não é esta celeuma Conselho de Ética e Plenário, mas, sim, que o Plenário está tendo dois comportamentos. Teve um comportamento quando puniu o Deputado José Dirceu, que veio para esta Casa e todo mundo dizia que não havia provas concretas para cassá-lo. No entanto, o Conselho de Ética apresentou seus relatórios com provas concretas para se cassar Deputados e houve as absolvições.

Portanto, neste momento, ocorrem dois pesos e duas medidas.

O jornalista Clóvis Rossi traz na sua coluna na Folha de S.Paulo artigo com título muito interessante. O título é "Volta, Zé, rapidinho". O título reflete exatamente a conclusão de todo esse processo. Tivemos aqui a posição de cassar o Deputado José Dirceu. Se agora, com as provas nas mãos, vamos dizer que caixa 2 não é crime, banalizamos a situação. Equivale a dizer que uns podem e outros não.

Diz aqui o jornalista Clóvis Rossi de forma irônica, mas muito bem equilibrada:

"Para não gastar meu fígado com mau defunto, vou plagiar a mim mesmo, reproduzindo o profético texto 'a pizza é inevitável', aqui publicado no dia 30 de julho passado.

Alguns trechos: "Roberto Jefferson revelou-se profético como um Nostradamus tropical quando cantou sua opereta 'somos todos iguais' no plenário da CPMI dos Correios.

Cada dia mais, evidencia-se que são mesmo. O notável é que o mais igual dos iguais é o tal de PT, que, antes, enchia a boca para indignar-se sempre que alguém fazia alguma denúncia contra o partido.

Seus líderes diziam que não eram 'farinha do mesmo saco'. Agora, ao contrário, ficam felizes como pintos no lixo (literalmente) ao se encontrarem com outros partidos no gigantesco pântano Brasil.



É impressionante, aliás, a quantidade de líderes partidários alcançados pela lama. Só do PT, há dois ex-presidentes e dois ex-líderes no Congresso. Do que se deduz que os que os elegeram ou são uns tolinhos distraídos ou são cúmplices. Nos demais partidos, também só há, praticamente, 'alto clero', a começar do presidente do PSDB.

No que publicamente se chama de base aliada (não seria mais correto chamar de base cúmplice?), os acusados são líderes ou presidentes também. Ou ex-presidente, caso do próprio Roberto Jefferson.

Como é lógico supor que líderes só são escolhidos porque representam condignamente as bancadas ou partidos que os elegem, a consequência inescapável do 'somos todos iguais' acabará sendo uma só pizza tamanho gigante.'

Nada a retirar, nada a acrescentar. A não ser o pedido de clemência para José Dirceu."

Ainda mais, Sr. Presidente, o artigo da repórter e jornalista Eliane Cantanhêde intitulado "Do "mensalão" ao acordão" também é sintomático:

"Dos 19 deputados envolvidos de alguma forma no "mensalão", faltam nove, entre PT, PP e PL. Dois já foram cassados (Jefferson e Dirceu), quatro renunciaram e outros quatro foram absolvidos.

Não há um acordo entre partidos."

Ouvi o Deputado Francisco Rodrigues, do PFL, falar aqui que não houve nenhum pedido, com o que concordo.

Continua a jornalista:

" Os presidentes Berzoini (PT) e Bornhausen(PFL) não se sentaram com uma caneta tinteiro e um tabelião para selar a inocência do petista Luizinho e do pefelista Roberto Brant. Foi um acordão entre camaradas.

Camaradas que se vêem quase todos os dias, varam horas em reuniões e que sabem quem é quem (...)

Imagine uma CPI para médicos, dentistas e psicólogos que cobram 'com nota" e 'sem nota", outra para quem compra casa por R\$ 200 mil e declara R\$ 100 mil. É



crime, é feio e 'todo mundo faz'. Se você faz, seu amigo faz, seu médico faz, seu dentista faz, como cassar só o psicólogo?"

A triste noite de quarta-feira deve levar Deputados e Senadores a uma grande reflexão. O povo não está cego, o povo não está surdo. O povo acompanha cada passo e ouve cada palavra do que é dito neste plenário.

Por isso, Deputados Átila Lins e Renildo Calheiros, que considero Parlamentares éticos, nós, que fazemos parte desse bloco diferente e suprapartidário, não podemos nos omitir. Temos de tomar a iniciativa. Não devemos dizer que os companheiros do Conselho de Ética que falam em renúncia coletiva estão errados. Ao contrário, com essa atitude, S.Exas. mostram que no Congresso Nacional existem homens e mulheres de comportamento diferenciado.

O Sr. Átila Lins - V.Exa. permite-me um aparte?

A SRA. MANINHA - Pois não.

O Sr. Átila Lins - Deputada, só temos uma fórmula para acabar com essas discrepâncias. Aliás, este ano tem sido bastante saudável para mudanças de conceitos na Câmara dos Deputados. Diminuímos o recesso parlamentar, acabamos com o pagamento da extraordinária. Agora precisamos extinguir o voto secreto. Com isso, os Deputados terão de votar consoante a opinião pública. Eu, por exemplo, sempre acompanho as determinações do Conselho de Ética porque é lá que se faz investigações aprofundadas.

Se o parecer recomendar a não perda de mandato, como nos casos dos Deputados Sandro Mabel e Pedro Henry, é porque exatamente chegou-se a essa conclusão depois de exaustivos estudos e investigações. Só há uma fórmula, repito, porque todos haverão de assumir a sua responsabilidade. Se o Conselho de Ética examinou um parecer favorável à perda de mandato, e lá o voto foi aberto, a votação no plenário também deve ser aberta. Essa é a maneira de fazer com que todos assumam a sua responsabilidade e seu compromisso com a ética e a transparência.

A SRA. MANINHA - Obrigada, Deputado Átila Lins. Esse é dos instrumentos que podemos utilizar nesta Casa para cada vez mais deixar transparentes nossos



atos. O voto aberto tem de ser instituído imediatamente. Se é assim no Conselho e lá os Deputados se expõem à exposição pública, por que não no plenário?

Este é um dos instrumentos, mas temos de avançar mais. O principal é fazer uma profunda reforma política no País, é saber que precisamos ter partidos sérios, com programas que possibilitem à sociedade identificar o que cada um pensa e propõe. Estamos vivendo um momento perigoso na política brasileira, perigoso entre aspas, não estou falando de perigos outros, mas do perigo da igualdade existente entre eles. Partidos tradicionalmente ideológicos à esquerda e partidos tradicionalmente ideológicos à direita não possuem mais diferenças. Assim, gera-se uma confusão no eleitorado.

Por isso, acredito que este Congresso Nacional talvez seja o último que não permite à população saber o que se passa aqui dentro. Há um descrédito total nas ações dos Parlamentares brasileiros e na política de maneira geral. E precisamos reverter esse quadro, mas não da forma como estamos fazendo. Hoje toda a imprensa nacional trata do assunto da famosa quarta-feira.

Quando venho neste plenário falar de partidos, de políticos, as pessoas sempre dizem o seguinte: "A Maninha diz isso porque deixou o PT e foi para o PSOL, ou porque é opositor ao Governo".

Não é isso. Gostaríamos de ter no Congresso Nacional uma bancada suprapartidária envolvida com o resgate da ética no Parlamento e na política de maneira geral.

Este é o meu primeiro mandato de Deputada Federal. Vim da Câmara Legislativa do Distrito Federal, onde esse debate estava se exaurindo - aquela é uma Casa que tem o descrédito de 90% da população do Distrito Federal -, e cheguei ao Congresso Nacional com uma expectativa diferente, a de debater a grande política nacional e trabalhar em projetos de interesse da população. Entretanto, confesso a V.Exas., nesses quase três anos e meio de mandato, fiquei frustrada. Estou frustrada porque vejo no Congresso uma repetição, mais do isso, um aceleração e uma degeneração da política brasileira. É isso o que observo dentro do principal local de debate político: o Congresso Nacional.



O exemplo trazido pelo Conselho de Ética serve apenas para abrir o debate. Os Membros do Conselho de Ética falam em renúncia, não quero debater esse aspecto mas, sim, o principal, a ética na política. Deputado Átila Lins, não vou aceitar a tese de que estamos discutindo apenas caixa 2. Sabemos que não é isso e que esse dinheiro veio de algum lugar. Esse dinheiro não é apenas privado, ele tem uma origem. Mas o Congresso brasileiro se recusa a debatê-la. Encaro com pessimismo o resultado das CPIs porque acredito que em nada resultará, a não ser mais denúncias para a sociedade.

De denúncias o povo está cheio, o povo não agüenta mais. O que o povo quer é acabar com a impunidade, seja de partido, seja de Parlamentar, seja de Ministro e até de Presidente da República. Por que não instituir no País o que se fez na Venezuela, o referendo popular para Deputados, para Ministros, para políticos de maneira geral? Dêem ao povo voz e instrumentos para punir aqueles que ele acredita que devem ser punidos. Se for o Presidente, que seja punido; se for Deputado, que seja punido! Dêem ao povo esse instrumento.

Esse instrumento falta à sociedade brasileira, porque nós estamos, como V.Exa. disse, numa corporação. E corporação, por mais que não se queira, sempre será corporativista.

Sr. Presidente, sou médica e quero até citar um exemplo, que V.Exa., que é farmacêutico, conhece muito bem. Somos chamados de Máfia de Branco, e nossos conselhos, ao julgar nossos pares, estão sempre sob suspeita. Quantas vezes conselhos de Medicina e de Farmácia foram acusados de não punirem ninguém. A Câmara também está caindo nesta mesma, eu diria, regra comum. Então, temos de mudar.

Por isso, acredito que esta tese do referendo tenha que chegar ao Brasil. Do meu ponto de vista, estamos vivendo um momento em que a política brasileira deve definitivamente ser passada a limpo. E o episódio de quarta-feira mostra claramente como os políticos e a sociedade estão em caminhos diferentes. A sociedade quer uma coisa e os políticos fazem outra.

Esse impasse não pode continuar, sob pena de um rompimento total.



Durante o discurso da Sra. Maninha, o Sr. Átila Lins, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renildo Calheiros, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



---

Documento 102/103

---

016.4.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2006-09:24

Publ.: DCD - 11/03/2006 - 11428 ANN PONTES-PMDB -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conveniência na aprovação do Projeto de Lei nº 4.559, de 2004, criador de mecanismos para coibição da violência doméstica e familiar contra a mulher. Homenagem à operária Luzia Veiga e às militantes sociais Edna Castro e Maria dos Santos Reis.

---

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para comemorar o Dia Internacional da Mulher, transcorrido na última quarta-feira, a bancada feminina do Congresso Nacional decidiu dar ênfase ao combate à violência que ocorre, independentemente de raça, classe social ou localização geográfica, resultando em sofrimento e humilhação.

Segundo informações veiculadas na imprensa e divulgadas por outras companheiras desta Casa, só nos últimos 30 dias o Estado de Pernambuco registrou o assassinato de 44 mulheres.

Cabe à Câmara dos Deputados não se omitir e, mais ainda, antecipar-se em garantir mecanismos de proteção à sociedade e à mulher. Reforço o apelo pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.559, de 2004.



Esse projeto cria varas e juizados especiais para lidar com a violência contra a mulher, exige atendimento especial às vítimas e - talvez a mudança mais significativa - inverte o ônus da prova sobre a agressão, isto é, diante da constatação da violência e da denúncia da vítima, caberá ao acusado demonstrar sua inocência.

A aprovação do PL nº 4.559, de 2004, será uma demonstração inequívoca de que esta Casa está verdadeiramente sensível ao tema.

Ainda nesta oportunidade homenageio a mulher brasileira, com o exemplo de algumas mulheres paraenses: corajosas, fortes, determinadas, acostumadas a driblar as adversidades e a não se deixar abater.

Entre elas, destaco D. Luzia Veiga, que tem 71 anos, 30 dos quais dedicados ao trabalho como operária de fábrica de castanha.

Mesmo com todos os percalços que a vida lhe impôs, D. Luzia sempre participou de movimentos comunitários, como o do Bairro do Jurunas, onde reunia um grupo de castanheiras para denunciar as péssimas condições de trabalho na fábrica. Seu engajamento social resultou no filme chamado Maria das Castanhas, produzido por Edna Castro. Com mais 3 filhas engajadas no movimento social, D. Luzia ainda continua firme na luta. Ela era uma das mais atuantes na Marcha das Mulheres, realizada em Belém, em comemoração ao dia 8 de março.

Cito também Maria dos Santos Reis, militante histórica do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e educadora do Movimento República de Emaús.

Maria tem dado exemplos de compromisso com a vida de milhares de crianças e adolescentes em Belém, no processo de resgate da auto-estima e dignidade deles. Ela trabalhou incansavelmente pela aprovação do ECA e sua implementação. Estabeleceu como objetivo de vida a criação de condições para que mais crianças e adolescentes, que vivem em situação de vulnerabilidade social, principalmente meninas vítimas de exploração sexual, conquistem uma vida digna.

Por fim, homenageio Domingas Martins Caldas, que, nascida em Cametá, enfrentou, desde os 8 anos, o trabalho infantil doméstico, sem ter direito à escola. Somente aos 14 anos conseguiu conquistar o direito à educação. Trabalhando



durante o dia e estudando à noite, fez o supletivo e se tornou professora comunitária, definindo sua vocação: ser educadora popular. Moradora do Bairro do Benguí, dedicou-se ao processo de organização dos moradores e à alfabetização de adultos. Seu engajamento e compromisso com a luta das mulheres contribuiu para a fundação do Grupo de Mulheres do Benguí e do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esses são alguns poucos, mas verdadeiros, exemplos da coragem e determinação de tantas brasileiras. Por isso mesmo, elas precisam receber não apenas a homenagem desta Casa, mas também o nosso apoio em relação à sua causa.

Muito obrigada.



---

Documento 103/103

---

036.4.52.O Sessão Ordinária - CD 29/03/2006-14:50

Publ.: DCD - 30/03/2006 - 15821 LÚCIA BRAGA-PMDB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Escalada da violência contra a mulher no Estado da Paraíba. Ações da oradora em defesa da mulher brasileira. Pedido ao Governador do Estado da Paraíba, Cássio Rodrigues da Cunha Lima, de criação de Delegacias da Mulher nos Municípios de Cabedelo, Bayeux e Santa Rita e reabertura da Casa do Abrigo, em João Pessoa.

---

A SRA. LÚCIA BRAGA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderíamos deixar o mês de março terminar sem registrar, aqui e agora, o que deixamos de dizer nas comemorações do dia 8, pois naquela oportunidade não dispúnhamos de tempo suficiente.

Queremos registrar fatos e reiterar apelos. Queremos, sobretudo, que as boas iniciativas em favor da mulher sejam mais ouvidas e acolhidas por parte desta Casa.

Quando a violência e a discriminação contra a mulher adquire proporções alarmantes, não é demais esperar que uma Parlamentar que dedicou seus 20 anos de atividade pública a serviço da causa dos excluídos, notadamente da mulher, tenha os seus bons projetos aprovados.



Afinal, assusta-nos ver que em nosso Estado, a Paraíba, aumenta o índice de violência contra a mulher. Somente em 2005, 118 mulheres foram estupradas e 60 assassinadas. Isso sem falarmos na violência no trabalho, quando a mulher é explorada salarialmente e os seus direitos são violentados.

Apresentamos o Projeto de Resolução nº 173/2004 para que se criasse nesta Casa a Comissão Permanente da Mulher. Esse projeto encontra-se engessado. Por quê? O projeto é de tanta relevância que, se aprovado, dará maior visibilidade à luta pela ampliação do espaço feminino.

Apresentamos neste Parlamento o Projeto de Lei nº 2.466/2003, que pune administrativamente estabelecimentos que discriminam mulheres. Havia um projeto semelhante de outra companheira apensado ao nosso. A Deputada Relatora transformou os 2 projetos num substitutivo. Conscientemente, cremos que nosso projeto não apresentava falhas técnicas, mas, enfim, seja de que forma for, esperamos sua aprovação, pela sua importância.

Apresentamos nesta Casa o Projeto de Lei nº 3.008/2004, contra o turismo sexual, mas até hoje aguardamos a sua aprovação.

É, portanto, para nós motivo de tristeza registrar que nos despedimos deste Parlamento ao final deste mandato, quando vamos candidatar-nos ao mandato de Deputada Estadual, sem que nenhum dos nossos projetos em favor da mulher tenham sido aprovados. E ressaltamos: não por falta de mérito; todos foram bem elaborados.

Deixamos, portanto, a indagação: por quê? Por que a luta da mulher encontra tantos obstáculos?

Lançamos um apelo às companheiras Deputadas: façamos como na Assembléia Nacional Constituinte, à qual tivemos a honra de pertencer. Unamo-nos suprapartidariamente, com despojamento pessoal, para apoiarmos juntas os projetos bons de toda e qualquer companheira. Somente assim conseguiremos obter maiores conquistas - juntas, unidas -, como numa irmandade, o que tão-somente nos fortalecerá.

Finalmente, fazemos um apelo ao atual Governador do Estado da Paraíba no sentido de que retire do papel uma lei estadual de nossa autoria, quando



Deputada Estadual, que cria delegacias da mulher nos Municípios de Cabedelo, Bayeux e Santa Rita, uma aspiração dos vários movimentos de mulheres da Paraíba.

Seria para o próprio Governador de grande importância a implementação da referida lei, pois faria justiça às mulheres que esperam de há muito por esse gesto governamental.

Estamos aqui apelando insistentemente para a Casa no sentido de que reconheça a importância de serem acolhidos e transformados em lei os projetos justos, independentemente da autoria ou de disputa de poder.

Lembramos também ao Exmo. Sr. Governador Cássio Cunha Lima a necessidade de reabertura da Casa Abrigo em João Pessoa, cuja criação intermediamos junto ao então Governador José Maranhão, que apoiou a solicitação e manteve aquela instituição, gerida pelo Centro da Mulher 8 de Março, com ajuda de particulares para a sua manutenção. A Casa foi fechada no atual Governo da Paraíba.

Concluimos com a esperança, que não nos abandona, de que as questões políticas e pessoais não mais venham a embaraçar as leis e iniciativas de maior interesse do povo e, no caso em questão, da mulher, que, apesar das suas conquistas, ainda é discriminada e aviltada nesta nossa cultura de ranço machista. Era o que tinha a dizer.

